UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROBERTA AFONSO VINHAL WAGNER

O CORONELISMO DESPÓTICO DE UBERABA (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos *coronéis* do zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007

Uberlândia

2013

ROBERTA AFONSO VINHAL WAGNER

O CORONELISMO DESPÓTICO DE UBERABA (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos *coronéis* do zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, com requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Rúbia Farias Vlach.

Uberlândia

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

W132c
2013

Wagner, Roberta Afonso Vinhal, 1973 -

O coronelismo despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites Uberabenses no período de 1960 a 2007 / Roberta Afonso Vinhal Wagner. – 2013.

283 p.

Orientadora: Vânia Rúbia Farias Vlach.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Coronelismo – Uberaba (MG) - Teses. 3. Hegemonia – Uberaba (MG) - Teses. I. Vlach, Vânia Rúbia Farias. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Roberta Afonso Vinhal Wagner

O CORONELISMO DESPÓTICO DE UBERABA (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos *coronéis* do zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Vânia Rúbia Farias Vlach – UFU

_____

Prof.Doutor Oswaldo Bueno Amorim Filho – PUC_MG

_____

Profª. Doutora Rogata Soares Del Gaudio - UFMG

_____

Profª. Doutora Adriany de Ávila Melo Sampaio - UFU

_____

Profª. Doutora Heloísa Helena Pacheco Cardoso - UFU

Data ____/____/____
Resultado _____

Dedico este trabalho à minha mamãe (*in memoriam*), Leônia Afonso Ribeiro Vinhal, pelo seu amor, dedicação à família e renúncia. Por tudo o que ela me ensinou e pelo seu exemplo de vida pautado na fé em Deus e na firmeza diante das dificuldades. Obrigada mamãe! Minha eterna gratidão!

RESUMO

A presente pesquisa perfaz uma análise crítico-reflexiva acerca do papel das elites no desenvolvimento político, econômico e social do município de Uberaba (Minas Gerais), bem como sobre os reflexos da (re)produção do espaço geográfico no período compreendido entre 1960 a 2007. Nesta perspectiva, a presente tese demonstra a (re)configuração das elites uberabenses no transcorrer de períodos históricos distintos, que denominamos "coronelismo despótico". Procuramos compreender as relações de produção econômica, política e social a partir de uma abordagem teórico-metodológica da Geografia Histórica, interpretando, assim, uma análise das elites em sua diversidade, e uma análise do poder destes grupos em diferentes escalas. Analisamos de forma crítica o uso da Memória como instrumento de poder e, consequentemente, como um campo de disputas acerca da história de Uberaba. Sendo assim, a análise das narrativas foi de grande importância para interpretarmos a postura dos memorialistas uberabenses e, a partir destes significados, compreendermos o uso das obras dos memorialistas como instrumento de poder por parte das elites uberabenses. Neste processo, a análise da postura dos órgãos de imprensa, especificamente os jornais locais, fomentou uma postura de reforçar o imaginário construído para fortalecer a hegemonia das elites uberabenses. O papel da ABCZ neste processo e o desenvolvimento da Pecuária Científica demonstraram a (re)configuração das elites uberabenses, bem como a sua hegemonia, na produção do espaço geográfico de Uberaba.

Palavras chave: Uberaba – Elites – Hegemonia – Coronelismo Despótico.

ABSTRACT

This research has made a critical and reflective analysis of the elites role in the political, economic and social development at Uberaba (Minas Gerais), and therefore about its influence on the production and reproduction of the geographical space between 1960 and 2007. The thesis shows the configuration and reconfiguration of elites in elapsing of distinct historical periods, which we call "despotic coronelism". We understand the relations of production economic, political and social from a theoretical and methodological approach of Historical Geography, interpreting the elites in its diversity, an analysis of the power of these groups at different scales. The research critically examined the use of memory as an instrument of power and consequently as a disputes field about the Uberaba history. Thus, the narratives analysis was important to interpret the position of the Uberaba memoir and from these meanings understand the use of the memoir works as an instrument of power by Uberaba elites. In this process, the analysis of the press attitude (especially local newspapers) allowed a position of reinforcement for the imaginary constructed to strengthen the hegemony of Uberaba elites. The role of ABCZ in this process and the development of Livestock Science demonstrated the configuration and reconfiguration of Uberaba elites and its hegemony in the production of Uberaba geographic space.

Keywords: Uberaba - Elites - Hegemony - Despotic Coronelism.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciarmos a pesquisa, sempre ouvimos que a construção de uma Tese de Doutorado precisa ser “inédita”. Concordo plenamente, não somente no âmbito metodológico, mas principalmente no âmbito ético, que envolve a pesquisa. Porém discordo que se constrói uma Tese de Doutorado “sozinho”. Seria possível? Jamais.

A elaboração da pesquisa não perfaz somente os caminhos metodológicos percorridos. A construção do conhecimento também envolve sentimentos, angústias, tristezas, descrenças, medos, depressão. E é neste momento que entram os coautores da Tese de Doutorado, nossos amigos, a quem devo a minha eterna gratidão.

À minha orientadora, Profa. Dra. Vânia Rubia Farias Vlach, pois a nossa cumplicidade na pesquisa perfaz 10 anos de muito aprendizado, compromisso com a verdade, ética na academia e compromisso com a pesquisa voltada para a construção de uma sociedade crítico-reflexiva. Suas orientações não ajudaram somente na elaboração da Tese, mas reforçaram mais ainda o compromisso do educador ao fazermos do conhecimento um instrumento de reconstrução constante para uma sociedade crítica e libertadora.

Aos professores do Instituto de História da UFU, que desde o Mestrado contribuem efetivamente na elaboração desta pesquisa: Heloisa Helena Pacheco Cardoso, Célia Rocha Calvo, bem como o professor Alcides Freire Ramos.

Ao professor Julio Cesar Ramires, do Instituto de Geografia da UFU, pela colaboração desde a defesa do projeto de Mestrado, passando pela defesa da Dissertação, acompanhando-nos na defesa do projeto do Doutorado e na qualificação, minha eterna gratidão.

Aos meus grandes cúmplices e amigos, Adriany de Ávila Melo Sampaio e seu esposo, Antônio Carlos Freire Sampaio. Não tenho palavras para agradecer o

que fizeram por mim; na verdade, vocês “resgataram” o meu Doutorado, quando este estava literalmente “perdido no poço da desilusão”. Minha eterna e amorosa gratidão.

Às jovens Mariani de Ávila e Cecília de Ávila, que fazem parte da minha história de vida, pois acompanham a trajetória da minha pesquisa, principalmente os percalços desde 2010. A alegria de viver de vocês foi e será sempre o meu estímulo para seguir em frente.

À pequena Noemi de Ávila Melo Sampaio, seu sorriso radiante e seu carinho nos momentos difíceis sempre me lembrava de que apesar de todas as dificuldades, sempre vale a pena sorrir.

Às vovós do coração: vovó Cecília, Tânia e vovó Noemi, muito obrigada pelo carinho e pela torcida para a concretização deste trabalho.

À querida Rosana de Ávila e seu esposo, Sebastião, pelo carinho e incentivo constante na elaboração da Tese.

À grande amiga e cúmplice, Jeane Medeiros Silva, pela sua dedicação ao corrigir a redação da Tese e ao contribuir com suas análises críticas acerca do trabalho realizado. Sua paciência e carinho dedicado foram imprescindíveis no transcorrer da pesquisa.

À querida amiga Ínia Novaes, grande companheira e cúmplice, que com seu exemplo de seriedade e comprometimento com a verdade, é um modelo a ser seguido. Obrigada por tudo.

À Elza Canuto, que me ensinou a transformar minhas deficiências em desafios capazes de superação.

À minha amiga Terezinha Tomáz de Oliveira pelo seu exemplo e força diante das questões sociais.

Aos compadres e amigos, Paulo e Andreia Ferreira, e agora ao meu afilhado João Vitor, pelo carinho e preocupação, minha eterna gratidão.

Aos irmãos do Centro Espírita Bezerra de Menezes e da Casa Espírita João Urzedo: Eleuza, Regina, Adriana, Daniel, Geralda, Homero, Silvana, Lucia Helena, Anália, Junior, Anete, Adriano, Selma, Cleber, Andreia, Márcia, Lilian, Davidson, Hamilton, Rogério, Taciana, Fabiano, Cícera, Patrícia,

Carlos,Fátima, Pedro, Márcio, Solane e Alzira. Obrigada pelo amor, dedicação e paciência nos momentos mais difíceis, pelas preces de conforto que foram bálsamos que me tranquilizaram.

Ao meu esposo, Wellington, eterno cúmplice e aliado em todos os momentos de minha vida, grande incentivador e crítico de minha pesquisa, a minha gratidão eterna. Sua presença forte e disciplinadora foi fundamental para a elaboração desta pesquisa.

Ao meu filho Germano, gerado ao mesmo tempo em que se deu o início desta pesquisa, há 10 anos, o meu amor e gratidão. Hoje, com 10 anos, foi o meu "guardião" nas noites em que a escrita da Tese era o nosso único objetivo. O seu olhar de força e determinação foi e será o grande incentivo frente às dificuldades que encontrarei durante a minha caminhada.

A toda a minha família, em especial ao meu pai, Antônio Luiz Vinhal, meu irmão Renato Afonso Vinhal, minha irmã Ana Laura Isaac Vinhal, minha cunhada Dilma Lorena e aos meus amados sobrinhos, que são a nossa alegria, à pequena Ana Clara, Maria Gianna e João Pedro, a minha gratidão.

À minha amada mãe (*in memoriam*), Leônia Afonso Ribeiro Vinhal, pelo amor, dedicação e renúncia, que somente a maternidade consegue explicar. Sua presença e sua força foram imprescindíveis no transcorrer da pesquisa. A minha gratidão eterna.

Ao meu padrinho, Adalberto, pela força, incentivo e a ajuda com as famosas "Revistas da ABCZ", obrigada por tudo.

À minha tia Luzdalva, tia Lú, pelo carinho e dedicação, que foram imprescindíveis no transcorrer da pesquisa, cuidando da minha casa e me confortando com a sua palavra não de tia, mas de mãe: o meu muito obrigada pela dedicação ao me substituir, amparando e cuidando do meu bem mais precioso – o meu filho Germano.

À tia Neiva Afonso (*in memoriam*), pelo seu amor, força e superação, que me ensinou que mesmo quando nos deparamos diante das dores mais profundas, a fé incondicional em Deus é essencial.

À senhora Wanda Wagner de Souza e ao senhor Bittencourt Nunes de Souza, meu sogro e sogra, um muito obrigada pela paciência e pelo incentivo constante.

À minha cunhada Alcione Wagner de Souza, minha grande amiga e incentivadora dos meus projetos profissionais e acadêmicos.

Agradeço a Deus, a Jesus e à Maria Santíssima pela presença incondicional do amor e da misericórdia que iluminou toda a minha trajetória de pesquisadora, transformando cada obstáculo em conquista.

Aos eternos mestres (*in memoriam*), Adolfo Bezerra de Menezes e professor Eurípedes Barsanulfo, pela força e amparo incondicional. No transcorrer da pesquisa, eu sempre lembrava da frase de Eurípedes: “Poderoso é o Sol da Verdade”.

LISTA DE FIGURAS

01- Imagem localizando o Shopping de Uberaba, ABCZ, entre outros. 30

02- Semelhança do Shopping de Uberaba (antes da reforma) com a marca da ABCZ..... 31

03- Estacionamento do Uberaba Shopping, e detalhe da Raça Zebuína GIR, nas placas que nomeiam as ruas do estacionamento. 31

04- Pizzaria Zebu – uma das mais movimentadas de Uberaba 32

05- Faculdades Associadas de Uberaba – Fundada pela ABCZ 32

06 - Videogame online. 33

07- Rádio Zebu FM 93,9. 33

08 - Zebu Grill 34

09- Cerveja Zebu 34

10 – A Desgraçada Uberaba caminha para o calvário carregando a sua pesada cruz e os seus maiores algozes: A Administração, a Política, o Clero e a Empresa Força e Luz. 68

11 – Manoel de Oliveira Prata (Nequinha) e Joaquim de Oliveira Prata (Quinzinho) 81

12 – João da Silva Prata foi um grande chefe político. 83

13 – Maria Rosita Prata (Quita Prata)..... 85

14 – Familiares de Maria Rosita Prata (Quita Prata)..... 85

15 – João da Silva Prata e netos 86

16 – Alberto Prata e Quita Prata, com filhos e netos. 86

17 – Fotografia de Dom Alexandre, no dia de sua posse como Bispo de Uberaba. 88

18 – No golpe militar, visita de Dom Alexandre ao Quartel do 4º Batalhão, em Uberaba. 88

19 - Figuras das construções realizadas por dom Alexandre durante sua administração na diocese, conhecidas como “Palácio do Bispo”..... 89

20 – Inauguração em 1939 do Monumento à introdução do zebu. Erguido na Praça Dom Eduardo, em comemoração aos 50 anos da chegada do touro zebu “Lontra”, em Uberaba. 91

21- Brasão do Município de Uberaba (MG) – 2013..... 96

22 Rua do centro da cidade Uberaba – 1926 97

23 rua localizada na periferia da cidade Uberaba – 1926 97

24 rua localizada na perifeira da cidade de Uberaba – 1926 98

25 – Folder do Polo de Excelência em Genética Bovina. 100

26– Mapa de localização das empresas que trabalham com genética bovina no município de Uberaba-MG. 102

27 - Folder da Expo Genética e do 2º Fórum de Melhoramento Genético Aplicado em Zebuínos. 103

28 - Verso do Folder da Expo Genética e do 2º Fórum de Melhoramento Genético Aplicado em Zebuínos. 104

29 – Cartaz da 76ª Expo Zebu realizada em Maio de 2010. 105

30 - Folder do Curso de Pós Graduação da FAZU 106

31 – Alberto Prata..... 115

32 – Familiares de Alberto Prata..... 116

33 – Manoel Prata Junior – avô paterno de Alberto Prata..... 116

34 – Padre Thomaz de Aquino Prata e Aerolina Cândida Fernandes (Sinhá). Último retrato da dona Sinhá em 01-01-1946, três dias antes de sua morte. 4- Maria Rosa da Conceição Prata e João da Silva Prata. 5- Maria Antonieta Monteiro (Tuta) e João da Silva Prata..... 117

35 – Prédio da Empresa de Correios e Telégrafos, construído em Uberaba na década de 1950,..... 124

36 – Cartaz da Exposição de 1959 e cartaz da Exposição de 1961..... 125

37 – Primeira Sede da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro – SRTM – na década de 1950..... 127

38 – Sede da Associação Brasileira de Gado Zebu – ABCZ – no ano de 2005, situada no Parque Fernando Costa..... 127

39- Cartaz da Exposição de 1966 e Cartaz da Exposição de 1968 129

40 – Cartaz da Exposição de 1988 e Cartaz da Exposição de 1995 133

41-Cartaz da Exposição de 1983 e Cartaz da Exposição de 1984.....138

42 – Cartaz da Exposição de 2001 e Cartaz da Exposição de 2006..... 141

43 - Logomarca da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro até 1966, em que o Triângulo representa a região do Triângulo Mineiro. 151

44 -: Logomarca da ABCZ, a partir de 1967..... 152

45 – Exposição de 1957: o presidente Juscelino K. de Oliveira entra no Parque Fernando Costa, em Uberaba – MG..... 174

46- cartazes anunciando as Exposições de 1911 e 1954 192

47- cartazes anunciando as Exposições de 1967 e 1969 193

48- cartazes anunciando as Exposições de 1994 e 1997 194

49 - Cartazes anunciando as Exposições de 1998 e 2004. 195

50 - Cartazes anunciando as Exposições de 2007 e 2010..... 196

51 – Uma crítica que demonstra o imaginário sobre o zebu na região..... 215

52 – Imagem do estádio Municipal Engenheiro. João Guido – Uberabão – da década 80..... 219

53– As fotos edificam os personagens ligados ao Doutor Wagner do Nascimento. 235

54 - Visão aérea do Shopping Uberaba..... 245

55 – Da esquerda para a direita: Odelmo Leão (Sec. Est. de Agricultura); Roberto Rodrigues (Min. Agricultura); Anderson Adauto (Min. dos Transportes); Jose Olavo Borges Mendes (Presidente ABCZ)..... 253

56 – Localização da sede e dos escritórios regionais da ABCZ pelo Brasil... 256

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO 1 - Papel das Elites Uberabenses nas Relações de Poder e na (Re)Produção do Espaço Geográfico no Municipio de Uberaba – Minas Gerais 18

1.1 Geografia Histórica: algumas considerações metodológicas.....18

1.2 - A temática precursora da presente pesquisa “O Coronelismo Despótico” e suas interfaces: hegemonia, elites, mandonismo, coronelismo e despotismo – uma discussão teórica.....20

1.2.1-Coronelismo, mandonismo, despotismo e Coronelismo Despótico: uma discussão conceitual e uma visão crítico - reflexiva acerca das elites uberabenses..... 40

1.3 - A Uberaba do início do século XX: a Princesa do Sertão como cenário de um campo de batalha ideológica, política, econômica, social e religiosa..... 55

CAPÍTULO 2 - GEOGRAFIA HISTÓRICA: uma análise crítica do papel das obras dos memorialistas uberabenses e o uso destas obras na (re)configuração do poder hegemônico das elites uberabenses 73

2.1 - A contribuição das Narrativas para a análise crítico-reflexiva acerca do papel dos memorialistas uberabenses no contexto histórico-político e social do município de Uberaba no primeiro quartel do século XX: uma retrospectiva necessária 74

2.2 - Os Memorialistas e escritores da História do município de Uberaba a partir do terceiro quartel do século XX: escrita comprometida com os fatos históricos ou com a (re)configuração do poder hegemônico das Elites uberabenses?.....76

2.3 - Família e Poder: a parentela e os casamentos entre parentes na Princesa do Sertão – a (re)configuração das elites uberabenses 107

CAPÍTULO 3 - O PODER E AS RELAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE UBERABA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: as elites uberabenses e suas interfaces..... 119

3.1 - A atuação política no cenário regional e nacional dos presidentes da SRTM/ABCZ em suas gestões, de 1950 a 2004 121

3.2 - Outros personagens que compõem o cenário macrossocial das decisões políticas e econômicas da cidade de Uberaba (MG).....143

3.3 - Outros personagens da cena política uberabense: integralistas, comunistas, espíritas..... 161

CAPÍTULO 4 - AS Transformações Políticas ocorridas no Brasil no período de 1960 A 2007 e suas influências no município de Uberaba..... 169

4.1 - A exposição de gado de Uberaba e sua relação com presidentes da República nas décadas de 1950 e 1960..... 172

4.2 - Mudanças políticas no cenário nacional e reflexos no contexto uberabense 175

4.3 - Uberaba – prefeitos, pecuaristas, ruralistas e ganhos e perdas com as mudanças do regime de governo..... 181

4.4 - Os anos de chumbo: *ABCZ*, a religião e as mudanças políticas no quadro regional do Triângulo Mineiro..... 188

CAPÍTULO 5 - A Reconfiguração das Elites Uberabenses e suas práticas no cenário econômico regional e nacional no período de 1960 a 2007..... 207

5.1 - Normas e preceitos legais construtores da identidade do Agente Executivo: transformações na representação do Prefeito moderno..... 210

5.2 - Prefeitos de 1950 a 2007: origem familiar, formação acadêmica, ações políticas e socais de suas gestões e ligações com o Zebu..... 215

5.3 - O rompimento da hegemonia do poder político da elite agropecuarista na eleição dos anos 1980 e sua reconstrução no poder nos anos 1990..... 231

5.4 - No linear do século XXI, o município de Uberaba será governado por personagens externos ao município e o despotismo está presente nos grupos políticos 245

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 259

REFERÊNCIAS 264

ANEXOS 283

INTRODUÇÃO

Ingressei no Curso de Geografia na Faculdade de Educação de Uberaba no ano de 1999, no período noturno. Optei por este período para ter disponibilidade para o trabalho, que já realizava em uma instituição financeira.

Durante a graduação, sentia vontade de ter um envolvimento maior com a pesquisa e estar mais presente na Faculdade. Porém, a referida instituição não tinha nenhum incentivo à Pesquisa e à Extensão.

A Faculdade de Educação de Uberaba era uma instituição criada pelo Governo Municipal e, como “quase” tudo em Uberaba, as redes de pessoalidade e poder também estavam presentes nesta instituição. Os cargos administrativos, pedagógicos (com exceção de alguns professores), e a direção da referida instituição eram indicados pelo prefeito.

Isto direcionava todo o desenvolvimento dos cursos oferecidos na instituição e, concomitantemente, ocasionou grandes transtornos à minha vida acadêmica, pois a politicagem e o coronelismo despótico estavam presentes na instituição. Já no primeiro ano, a angústia e a preocupação me atormentavam, pois, como desenvolver, nestas condições, pesquisas? Não era possível, haja vista que a instituição não possuía nem mesmo um prédio próprio e poderíamos, a qualquer momento, ficar até mesmo sem acomodações para a realização de nossas atividades acadêmicas.

Ao prestar vestibular para ingressar na Faculdade de Educação de Uberaba, constava que a mesma possuía um convênio com a Universidade do Estado de Minas Gerais; passaram-se dois anos e o Curso de Geografia, no ano 2000, passaria pela visita do Conselho Estadual de Educação para o possível reconhecimento do curso. Fiquei muito preocupada devido às instalações físicas da instituição (salas de aula e laboratórios – sendo que laboratórios não existiam). Fui até o prefeito de Uberaba, Dr. Marcos Montes Cordeiro, recebi várias promessas, porém nada aconteceu. Organizei uma assembleia na Faculdade e, juntamente com

outros alunos, iniciamos um árduo processo de lutas para a organização da Faculdade de Educação de Uberaba.

O período para o pleito eleitoral no ano de 2000 chegou e, com ele, as “promessas eleitoreiras”; o prefeito Dr. Marcos Montes disputava a reeleição e o seu adversário, Anderson Adauto Pereira, também colaborou, e muito, com as promessas de mudanças e fortalecimento da Faculdade de Educação de Uberaba. Foi um momento de muitas lutas naquele período eleitoral, o prefeito realizava reuniões com os alunos na faculdade e as promessas eram muitas. Porém, outros candidatos foram proibidos de entrarem na faculdade e conversarem com os alunos.

Achei esta situação um absurdo, organizei, juntamente com alguns colegas, uma assembleia e convidamos, sem a autorização da direção da Faculdade de Educação de Uberaba, a vinda do então prefeitável Anderson Adauto Pereira. No dia e hora marcados, ele chegou e todos os alunos saíram das salas de aula e dirigiram-se ao anfiteatro da instituição. O prefeitável, porém, quase foi proibido de entrar na mesma.

Neste momento, pensei: que lástima! Como presenciar estes acontecimentos em uma Faculdade de Educação? Surgia, assim, a Tese do Coronelismo Despótico, pois a partir deste acontecimento passei a participar ativamente dos acontecimentos políticos do município de Uberaba. A Faculdade não oferecia condições físicas para a pesquisa, mas com a ajuda de alguns professores que residiam em Uberlândia, iniciei a apaixonante trajetória da investigação científica.

Os professores de Uberlândia fazem parte da minha trajetória de pesquisa, pois além de contribuírem com minha formação acadêmica, traziam livros da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia que me ajudaram no transcorrer da pesquisa. Aproveitei esta oportunidade e realizei muitas leituras e fichamentos. Foi um período de muito estudo. Eu sabia que precisava superar as dificuldades e as deficiências da instituição em que eu estudava.

Porém, as lutas na minha trajetória no curso de formação não se resumiam apenas ao campo pedagógico, pois o curso receberia a visita do Conselho Estadual de Educação no ano de 2001, para a possível aprovação do mesmo. Novamente, organizei uma comissão e fomos até o prefeito e comunicamos que, se a prefeitura não construísse uma sede para a Faculdade de Educação de Educação, iríamos organizar manifestações na rua. Falamos a palavra mágica em época de reeleição

de prefeito! Saímos da prefeitura com a promessa da construção da sede definitiva da Faculdade de Educação de Uberaba.

A sede foi construída e nos mudamos para a mesma no ano de 2001, embora ainda com muitas deficiências com relação aos laboratórios. O Conselho Estadual de Educação reconheceu o curso de Geografia e novos desafios nos esperavam.

Portanto, iniciei uma trajetória na minha vida que, em paralelo, se refletiu na escolha da linha de pesquisa que desenvolvi no Mestrado e no Doutorado. A política passa, definitivamente, a fazer parte do meu cotidiano. Sendo assim, as inquietações que surgiram desde a minha infância, com relação a Uberaba e a Uberlândia e o processo de desenvolvimento destas cidades, intensificaram-se a cada dia. Todo acontecimento envolvendo a Faculdade de Educação de Uberaba e a política local estimularam mais ainda as minhas inquietações. E, nesta perspectiva, por que não entender a política local uberabense e suas interfaces? Neste contexto, porque não pesquisar a atuação das Elites uberabenses e seus processos de reconstrução de sua hegemonia?

A busca constante pela pesquisa e as dificuldades encontradas na Faculdade de Educação de Uberaba propiciaram a busca de alternativas que serviriam de apoio no meu processo de formação no curso de Licenciatura Plena em Geografia e enquanto pesquisadora. Nesta perspectiva, a leitura foi imprescindível na minha trajetória acadêmica, pois não realizava apenas as leituras diárias do curso, procurei sempre novas leituras que me ajudassem, e muito me ajudaram, na elaboração do Projeto de Pesquisa do Mestrado.

Ao ser aprovada no processo seletivo do Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, o desafio da pesquisa apenas iniciou uma nova etapa no meu processo de formação, pois acredito que não podemos desvencilhar a prática da licenciatura e do ensino da pesquisa e da extensão.

É importante ressaltar que, paralelamente à graduação e ao Mestrado, eu trabalhava em uma instituição bancária, e somente após o início do Mestrado solicitei a minha demissão, período em que fui aprovada em Concurso Público na Prefeitura Municipal de Uberaba como professora do Ensino Fundamental. Em seguida, passei no processo seletivo da Rede SESI de Educação e passei a ministrar aula no Ensino Fundamental e Ensino Médio até à defesa do Mestrado, no ano de 2006.

Após a defesa do Mestrado, passei a me dedicar mais ainda à minha profissão, trabalhando nos ensinos público e privado. E no ano de 2005 fui convidada a retornar à Faculdade de Educação de Uberaba, agora como professora das disciplinas de Geografia Política e Geopolítica.

Em 2005, iniciou-se a gestão municipal do então ex-ministro dos Transportes do Governo Federal, o senhor Anderson Adauto Pereira, ocasionando grandes perspectivas para alunos, professores e funcionários administrativos, pois no Plano de Governo do então recém-eleito prefeito constavam o fortalecimento e investimentos da/na Faculdade de Educação de Uberaba. Porém, as perspectivas diante desta situação foram totalmente descartadas pelo prefeito Anderson Adauto, que passou a perseguir todos os professores que questionassem a realidade da referida instituição.

A Prefeitura Municipal de Uberaba deixou claro o desejo de fechar a Faculdade de Educação de Uberaba, o que se concretizou no final da turbulenta gestão Anderson Adauto.

Cito estas questões da minha vida acadêmica e profissional, pois foram estes acontecimentos que me impulsionaram a continuar a minha pesquisa acerca do papel das Elites uberabenses no desenvolvimento político e econômico e social do município de Uberaba.

Torna-se importante ressaltar que durante todo o processo, desde a luta pelo reconhecimento do Curso de Geografia explicitado anteriormente, passei a participar ativamente da política uberabense, não só como pesquisadora, mas também como membro de um partido político – o Partido dos Trabalhadores. Porém, desfiliei-me do mesmo durante o escândalo do Mensalão (no ano de 2004) , mas o interesse pela política local e suas interfaces cada vez mais me inquietava.

Sendo assim, decidi continuar a pesquisa acerca das Elites uberabenses, abordando agora o despotismo destas Elites que se reconfiguraram e ainda continuam suas práticas na (re)produção do espaço geográfico no município de Uberaba.

Ao ser aprovada no processo de seleção do Doutorado, cursei inicialmente, já no primeiro ano, as disciplinas que contribuíram e muito para a análise teórica acerca da temática pesquisada. Já nos anos de 2010 e 2012, realizei a maioria das leituras e fichamentos necessários à escrita da Tese.

É notório que encontrei grandes dificuldades no levantamento bibliográfico, haja vista a noção de pertencimento que a maioria dos Historiadores e demais agentes sociais têm, sendo estes possuidores de um vasto material, riquíssimo, acerca da História de Uberaba; assim, apresentam-se, em relação à produção do conhecimento e da pesquisa, divergentes quanto aos interesses de uma Elite que ainda mantém seu poder hegemônico nos rincões da “Princesa do Sertão”.

Para constatar o que detalhei acima, cito a publicação de um livro intitulado *Lucília: Rosa Vermelha*, que analisa a História de vida da senhora Lucília – empregada de Carlos Prestes. O que mais nos chamou a atenção foi o fato que, durante levantamento bibliográfico que realizei minuciosamente, não encontrei esta obra. Porém, ao finalizar a escrita do segundo capítulo da Tese, voltei à Biblioteca Municipal para renovar livros que estavam comigo e, na ocasião, resolvi olhar alguns livros. Para o meu espanto (foi o que senti na hora), encontrei este livro logo atrás de outras obras, caído e sem nenhuma possibilidade de ser visto e, logicamente, ser consultado.

Levei o referido livro para casa, porém ainda as inquietações e dúvidas consumiam meus pensamentos: como não encontrei este livro em nenhuma livraria no município de Uberaba? Haja vista que o livro discutia de forma pertinente a História de Uberaba, apresentando uma vasta lista de documentos e fotografias da História de Uberaba. E como se não bastassem essas inquietações, verifiquei que a gráfica e editora que publicaram o livro não eram de Uberaba e sim do município de Sacramento; não consegui dormir na noite que fiz esta descoberta. Na manhã seguinte, fui até ao município de Sacramento e constatei as minhas inquietações: ao conversar com um funcionário da gráfica e editora (esta entrevista é analisada no decorrer da pesquisa), recebi a seguinte resposta: este livro foi publicado em Sacramento pois não houve interesse de nenhuma gráfica e editora de Uberaba em realizar sua publicação.

Nesta perspectiva, mais uma vez a manutenção do poder das Elites uberabenses e a noção de pertencimento do conhecimento como forma de contar somente a História escrita de acordo com os interesses destas Elites prevaleceu. Consegui um exemplar deste livro com o proprietário desta gráfica e editora do município de Sacramento.

Porém, a seriedade esteve presente em todas as minhas ações envolvendo a presente pesquisa, ou seja, para não cometer equívocos ao retornar para o município de Uberaba, fui novamente à livraria que comercializa algumas obras dos memorialistas uberabenses e perguntei se a referida livraria tinha em seu estoque este livro, pois ao procurar nas prateleiras da livraria destinadas às obras dos Memorialistas uberabenses não o encontrei: a informação foi que a livraria tem este livro, mas o mesmo não fica exposto para ser comercializado. Viva novamente o Coronelismo, só que agora o Coronelismo Despótico.

Por conseguinte, diante destes acontecimentos inusitados e outros que descrevo detalhadamente nos capítulos da Tese, fica evidente a importância da pesquisa como instrumento de libertação das amarras conservadas por um grupo que detém o poder e suas especificidades.

Esse processo propicia o aumento da minha grande paixão pela pesquisa e pela temática proposta e desenvolvida desde o Mestrado, e agora apresento novas perspectivas de análise crítico-reflexiva acerca dos processos de reconfiguração e manutenção do poder hegemônico das Elites uberabenses, bem como suas práticas e diversidades na (re)produção do espaço geográfico do município de Uberaba.

Assim, a presente Tese é resultado de uma instigante pesquisa que iniciou no ano de 2003, com a realização do Curso de Mestrado na Universidade Federal de Uberlândia, sendo a temática trabalhada relacionada às elites/relação de poder. A Dissertação de Mestrado propôs compreender a temática das elites no município de Uberaba, entre 1910 a 1960, e sua influência no desenvolvimento político e econômico desta cidade.

A Dissertação *Papel das Elites no Desenvolvimento Político e Econômico do Município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960* foi desenvolvida na Área de Concentração – Geografia e Gestão do Território, sob a orientação da professora Dra. Vânia Rubia Farias Vlach.

Tal análise, considerada sem importância nos trabalhos apresentados anteriormente que envolviam o tema, instigou duas inquietações que me acompanham desde minha infância. Sempre que viajávamos do interior de Goiás para o município de Uberaba, ao passarmos por Uberlândia, ouvia o comentário: “estamos chegando na famosa Uberabinha”.

Então, eu me perguntava: qual o motivo de Uberlândia ser chamada de Uberabinha?

Outra inquietação envolveu os meus avós maternos. O meu avô Aristoclides Afonso, na década de 1950, era um grande fazendeiro e criador de Zebu, possuía duas extensas fazendas e fazia da criação de gado Zebu o seu modo de vida. Numa certa manhã, contava a minha mãe, um sobrinho solicitou ao meu avô o seu aval no Banco do Brasil, pois ele estava comprando várias reses (zebu). O meu avô concedeu e o avalizou sem pensar, pois naquele período a comercialização do gado zebu era de grande rentabilidade.

Porém, após se concretizar a negociação, o Zebu se desvalorizou no mercado e o sobrinho de meu avô (Leônidas), meu primo, faliu literalmente. No momento de desespero, suicidou, deixando todas as dívidas no Banco do Brasil para o meu avô Aristoclides honrar, que consequentemente as pagou, dispondo de todos os seus bens, ao ponto de toda a sua família mudar do município de Uberaba para a fazenda de um amigo, vivendo ali de favor por um longo período.

Estes dois acontecimentos motivaram a minha trajetória de pesquisadora. Inicialmente, procurei entender porque o município de Uberlândia, com o dobro de habitantes do município de Uberaba, é chamado de Uberabinha. Quais os motivos que levaram a produção do espaço geográfico uberlandense a superar o espaço uberabense? Quais elementos constituintes deste processo? Quais fatores contribuíram para que o município de Uberaba, considerado no início do século XX o principal entreposto comercial (a Boca do Sertão), o elo de ligação comercial do Triângulo Mineiro com São Paulo, Goiás e Mato Grosso perdesse sua hegemonia no processo de produção capitalista?

E sobre a criação do gado Zebu como alternativa ao marasmo econômico que se encontrava o município de Uberaba: qual a relação estabelecida entre este novo meio de produção e as elites uberabenses? Torna-se imprescindível questionarmos a atuação dos criadores no contexto político, como estabeleciam suas redes de pessoalidade que, concomitantemente, repercutiam no âmbito político e econômico em diferentes escalas.

Podemos afirmar que os “Coronéis do Zebu”, representantes das Elites uberabenses no período pesquisado no Mestrado (1910 a 1960) não existem mais, devido ao processo de desenvolvimento do município de Uberaba frente à

Mundialização do Capital? Ou será que ocorreu uma reconfiguração destas Elites para a manutenção do poder?

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a atividade econômica proveniente da criação do gado Zebu sofreu grandes embates no período compreendido entre 1945 e 1954, o que nos leva a alguns questionamentos: quais motivos ocasionaram a crise da comercialização do gado Zebu, visto que esta atividade propiciou períodos "áureos" ao município de Uberaba? Após essa crise, ocorreu uma redefinição financeira por parte do Governo Federal, por meio de ações de socorro aos criadores do gado Zebu. Assim, como essas Elites se projetaram em nível nacional, ao ponto de receberem ajuda financeira do próprio governo, que havia cortado os investimentos por meio do Banco do Brasil, para o financiamento de gado Zebu?

Outro questionamento da investigação é relativo à análise de como ocorreu a reconfiguração das Elites uberabenses na (re)produção do espaço geográfico. Quais seriam os novos papéis desempenhados por elas no espaço geográfico? E quais os instrumentos utilizados por estas Elites para reafirmarem sua hegemonia?

Questionamos, ainda no decorrer do período estudado (1960 a 2007): diante das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil, como as Elites uberabenses reconstruíram suas práticas, de modo a se manterem no poder político no município de Uberaba?

Essas Elites se reconfiguraram em diferentes escalas na produção/reprodução do espaço geográfico: sendo assim, é possível entendermos tal reconfiguração para a manutenção do poder destas Elites como ações despóticas? Quais as práticas utilizadas pelas Elites para manter sua hegemonia local? De que forma o econômico interferiu no político? Ou o político interferiu nas práticas financeiras?

Outro ponto a ser questionado: como as Elites utilizaram as questões sociais para se manterem no poder?

O Brasil passou por grandes transformações políticas, econômicas e sociais no período compreendido entre 1960 e 2007. O período da Ditadura Militar, bem como a centralização do poder nas mãos dos militares, foi marcado por grandes processos econômicos e políticos que redimensionaram a História do Brasil. Deu-se o processo de redemocratização do Estado Brasileiro, em meados da década de 1980, bem como a reentrada na lógica do mercado mundializado /globalizado, haja

vista a política e a economia brasileira voltadas para as imposições do Neoliberalismo e suas práticas imperialistas.

Por conseguinte, como os fatos históricos, políticos, econômicos e sociais, na conjuntura nacional, se refletiram no município de Uberaba? Será que no campo político, econômico e social a hegemonia do município de Uberaba passou a ser questionada em escala regional? Quais os fatores implícitos nos bastidores da política uberabense que determinaram a perda da hegemonia da “Princesa do Sertão” – até então considerada entreposto comercial de grande importância regional, dadas as diferenças na economia e na política quando comparamos a realidade uberabense com o município de Uberlândia no contexto regional? Qual foi o papel das Elites uberabenses neste processo?

Por conseguinte, entendemos que a reconfiguração das Elites uberabenses e suas práticas no cenário econômico nacional no período delimitado entre 1960 e 2007 implicam o entendimento dos instrumentos utilizados no processo hegemônico de (re) produção do capital no espaço geográfico uberabense.

Neste sentido, poderemos analisar como o Agronegócio se estabeleceu como prática e instrumento de reprodução no município de Uberaba e no cenário nacional. Qual o papel das Elites uberabenses neste processo? Como a pecuária científica e o uso da genética animal se reafirmaram como instrumento de poder e de acúmulo do capital no município de Uberaba? Nesse contexto, qual o papel e o interesse da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) nas práticas da pecuária científica? Podemos afirmar, nessa perspectiva, que o despotismo, quanto à sua aplicabilidade, caracteriza as relações de poder no município de Uberaba, bem como as práticas das Elites?

Diante de tais questionamentos, após a dissertação de Mestrado, constatei que as inquietações que culminaram o caminho percorrido na pesquisa de Mestrado propiciaram novas perspectivas acerca da temática estudada. As respostas às inquietações não se findaram nas “Considerações Finais” da dissertação de Mestrado. Era necessário novamente assumir o compromisso com a produção do conhecimento e procurar as respostas para todas as questões elencadas acima.

Diante deste novo desafio, elaboramos o projeto de Doutorado, ainda com a orientação da Professora Dra. Vânia Vlach. Para minha alegria, a mesma aceitou novamente o desafio e a nossa cumplicidade na pesquisa perfaz 10 anos de muito

aprendizado, compromisso com a verdade, ética na academia e com a pesquisa verdadeiramente voltada para a construção de uma sociedade crítico-reflexiva e comprometida com uma prática voltada não somente para as “estatísticas dos trabalhos finalizados”, mas, sobretudo, para a aliança comprometida entre pesquisa/academia/ética e os sujeitos sociais.

O título da tese de doutorado - *O Coronelismo Despótico de Uberaba (MG): dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007* - reacendia a paixão pela pesquisa com intensidade “incontrolável”. O desafio de pesquisar novamente as temáticas elite/poder/hegemonia e o uso da memória como instrumento de poder, era maior do que todas as dificuldade que encontraríamos no transcorrer da pesquisa.

É importante ressaltarmos que dentre as questões mais instigantes que nos acompanhavam (e ainda acompanham), é a análise acerca do uso da Memória como instrumento de poder e, mais especificamente, a Memória como campo de disputas em relação à história de Uberaba. Esta questão perfaz toda a organização de análise e estruturou todo o desenvolvimento da pesquisa.

Analisar o papel das elites uberabenses na (re)produção do espaço geográfico uberabense, na interface entre poder/político/econômico e uso da Memória neste campo de disputa, eis o desafio posto.

Encontrei grandes desafios (não usarei mais a expressão dificuldade), pois o pesquisador, no transcorrer de suas atividades, transforma cada dificuldade em mais um desafio a ser superado. Superar os desafios no universo da pesquisa é o nosso limite. E que universo estrelado de desafios desbravamos no transcorrer destes quatro anos!

Porém, no transcorrer destes 10 anos pesquisando esta temática, foram dois fatores que despertaram mais ainda nossas inquietações e aguçaram a procura das respostas para tais acontecimentos.

O primeiro fator está diretamente relacionado ao uso da Memória como instrumento de poder e campo de disputas referente à história de Uberaba, ou seja, a noção de pertencimento de muitos historiadores acerca dos documentos que norteiam muitos fatos históricos no município de Uberaba e que não encontramos nos locais pesquisados como as bibliotecas e Arquivo Público, pois muitos destes

documentos encontram-se nas bibliotecas particulares dos historiadores uberabenses.

O segundo fator é o uso dos memorialistas, assim como suas obras, pela sociedade uberabense para reafirmar a hegemonia das elites uberabenses, utilizando as Memórias como instrumento de poder. E, nesta perspectiva, o mesmo podemos afirmar em relação aos órgãos de imprensa que utilizam o material produzido pelos memorialistas para fortalecerem mais ainda o imaginário hegemônico das elites uberabenses.

No transcorrer da pesquisa, desde o Mestrado e com maior ênfase agora no Doutorado, uma questão me instigava: o município de Uberaba possui uma instituição denominada Arquivo Público Municipal a qual reedita periodicamente todos os livros dos memorialistas que utilizamos na pesquisa, porém um escritor uberabense, que contradiz totalmente a posição dos memorialistas uberabenses em relação à realidade política e econômica uberabense, o senhor Orlando Ferreira (o Doca), jamais teve uma de suas obras reeditadas por este órgão público municipal.

Todavia, o Arquivo Público Municipal é mantido pela Prefeitura Municipal de Uberaba, ou seja, com recurso público proveniente do pagamento de impostos de todos os sujeitos sociais uberabenses. Será que estes sujeitos sociais não podem conhecer uma outra história da realidade uberabense, em uma outra perspectiva? Ou será que estamos condenados à “História dos vencedores”? Dentre as obras do referido escritor uberabense, utilizamos na pesquisa *Terra Madrasta: um povo infeliz* e *Pântano Sagrado*.

Propiciamos, no transcorrer dos capítulos, um debate entre a posição de Orlando Ferreira com relação à realidade uberabense e outros memorialistas. Porém, o questionamento ainda prevalece: quais os motivos que impedem por parte do Arquivo Público de Uberaba a reedição dos livros do escritor Orlando Ferreira (Doca)? Constata-se, assim, a nossa grande preocupação: o uso da Memória como instrumento e como campo de disputas, no que diz respeito à história de Uberaba.

Torna-se importante destacarmos que grande parte das fontes de pesquisa que utilizamos já foram organizadas e catalogadas no transcorrer do Mestrado. No transcorrer da organização das fontes de pesquisa no período da elaboração da dissertação de Mestrado, ficou claro que não poderíamos usar todo aquele material somente no Mestrado, haja vista a riqueza de informações. Sendo assim, por

respeito à produção do conhecimento e à pesquisa, continuamos selecionando todo o material, já certa da perspectiva de novos desafios após a defesa do Mestrado.

Dentre as várias fontes de pesquisa, muitas foram fornecidas por historiadores do município de Uberaba. Ao procurarmos os mesmos para conseguirmos alguma orientação acerca da temática pesquisada, ouvíamos a seguinte resposta: “passa lá em casa amanhã a tarde e vamos tomar um café e lhe empresto o material que tenho”. Sem pensar duas vezes, íamos à data combinada, tomávamos o café e conseguíamos o material de que precisávamos. Algumas vezes, éramos recebidos após a terceira ou quarta tentativa, mas pesquisador que não persiste não é pesquisador. E outro detalhe: não basta ser competente, é preciso ter muita sorte.

Dentre os locais em que pesquisamos todo material bibliográfico, destacamos as bibliotecas das universidades públicas. Após a definição da temática a ser pesquisada, fui até a Universidade de São Paulo (USP) e “garimpei” todas as dissertações e teses que tratavam da mesma temática; fiquei lá por dois dias realizando este trabalho, que me proporcionou um grande aprendizado, pois além das dissertações e teses encontradas, me deparei com obras clássicas que analisam minuciosamente a questão elite/poder e hegemonia e todas estas obras foram utilizadas na escrita da Tese e constam nas Referências. Outra biblioteca também visitada foi a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na qual realizei o mesmo trabalho. Nas demais universidades, pesquisei as dissertações e teses no banco de dados das mesmas, via Internet.

Outros locais por nós visitados e que foram imprescindíveis para a pesquisa foram o Arquivo Público de Uberaba e o Arquivo Público de Uberlândia, que nos propiciaram uma grande riqueza de informações, encontradas nos jornais da época por nós estudada. Porém, outra inquietação surgiu ao visitarmos o Arquivo Público de Uberaba: onde estavam os exemplares do Jornal tradicional de Uberaba, *Jornal Lavoura e Comércio*? Este jornal faz parte da história do município de Uberaba. Foi fundado inicialmente o “Clube Lavoura e Comércio”, em 23/01/1889, pelos latifundiários da região, que tinham por objetivo promover a união de grandes fazendeiros. Este clube originou o *Jornal Lavoura e Comércio*, em 06/07/1899.

No entanto, para nossa tristeza, o jornal já não se encontrava mais entre os patrimônios de Uberaba, pois o mesmo foi fechado e todo o seu acervo foi colocada

a leilão para pagamento de dívidas do referido jornal. O comprador do acervo do *Jornal Lavoura e Comércio* foi o ex-senador Wellington Salgado, proprietário da Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) e também da Rádio Vitoriosa-AM. No início, foi um transtorno, mas conforme disse anteriormente, o pesquisador precisa ser competente, mas também ter muita sorte. No transcorrer das conversas com os historiadores e entre um café e outro, consegui emprestado alguns dos exemplares do Jornal Lavora e Comércio e os utilizei na pesquisa. Mais uma vez, constata-se o uso da Memória como instrumento de poder e de campo de disputas.

No transcorrer da pesquisa, visitamos a Associação Brasileira dos Criadores do Zebu (ABCZ) e lá, para nossa alegria, conseguimos um material digital muito interessante referente a todos os cartazes da Exposição Agropecuária Zebu, que propiciou uma análise minuciosa acerca da (re)configuração das elites uberabenses no transcorrer do tempo histórico e, por conseguinte, como estas elites se apossaram de determinados discursos para manter seu poder e sua hegemonia. Dentre estes discursos, como exemplo, podemos citar o da “Sustentabilidade”, que analisamos no Capítulo 2 desta Tese e em outros.

É importante ressaltarmos que o objetivo da pesquisa é analisar as transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes das ações das elites e suas diferentes formas de atuação no município de Uberaba, no período compreendido entre 1960 a 2007, bem como interpretar os processos de reconstrução das práticas dessas elites no intuito de reconfigurar sua posição hegemônica na (re)produção do espaço geográfico. Sendo assim, os objetivos da referida Tese foram divididos em cinco capítulos, nos quais procuramos interpretar as elites uberabenses em sua diversidade e propiciar um debate reflexivo-crítico acerca da temática central desta pesquisa - o Coronelismo Despótico/elite/poder e hegemonia. Vamos aos capítulos que correspondem aos objetivos específicos.

No primeiro capítulo, *Papel das Elites Uberabenses nas relações de poder e na (re) produção do espaço geográfico no município de Uberaba*, pesquisamos o papel das elites uberabenses nas relações de poder e seus reflexos na (re)produção do espaço geográfico do município de Uberaba, discutindo, assim, a temática que originou a presente pesquisa – o Coronelismo Despótico e suas interfaces como a hegemonia, o mandonismo, elite e despotismo; propiciamos/realizamos uma discussão teórica acerca destes conceitos. Em seguida, abordamos a Uberaba do

início do século XX, analisando a “Princesa do Sertão” como um cenário de disputas no contexto ideológico, econômico, político, social e religioso.

No segundo capítulo, *Geografia Histórica: uma análise crítica do papel das obras dos memorialistas uberabenses e o uso destas obras na (re) configuração do poder hegemônico das elites uberabenses*, analisamos a importância da Geografia Histórica, propiciando um debate crítico-reflexivo das obras dos memorialistas uberabenses, bem como o uso destas obras como instrumento de (re)configuração do poder hegemônico das elites uberabenses. Sendo assim, destacamos a importância das Narrativas na realização da análise crítico-reflexiva do papel dos memorialistas uberabenses no contexto histórico, político e social do município de Uberaba.

Nesta perspectiva, discutimos o papel dos memorialistas e escritores uberabenses a partir do terceiro quartel do século XX, analisando se tal escrita foi ou não comprometida com a (re)configuração do poder hegemônico das elites uberabenses.

Nesta discussão, é imprescindível o entendimento da relação existente entre poder, família e parentela; sendo assim, discorremos sobre estas relações acerca dos casamentos arranjados como instrumento e, concomitantemente, como práticas utilizadas pelas elites uberabenses para preservarem os “seus fazendões” e perpetuarem sua hegemonia, tanto no âmbito político quanto econômico.

No terceiro capítulo, *O Poder, as relações políticas, econômicas e sociais no município de Uberaba na segunda metade do século XX: as elites uberabenses e suas interfaces*, analisamos a atuação política dos presidentes da SRTTM/ABCZ em nível regional e nacional, quanto às gestões destes, compreendidas no período entre 1950 a 2004.

Destacamos, no transcorrer do capítulo, outros personagens que compõem o cenário “macrossocial” das decisões políticas e econômicas da cidade de Uberaba, por exemplo: o “espírita comunista e fazendeiro” Afrânio de Azevedo, o dentista Odilon Fernandes, o funcionário público Orlando Ferreira e ainda, de origem humilde, o engenheiro Wagner do Nascimento.

E, para finalizar este capítulo, destacamos outros personagens que fazem parte do contexto político do município de Uberaba: os integralistas, os comunistas e os espíritas.

Já no quarto capítulo, *As transformações políticas ocorridas no Brasil no período de 1960 a 2007 e suas influências no município de Uberaba*, discutimos como as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no cenário brasileiro, na segunda metade do século XX, refletiram-se na organização política, social e econômica da cidade de Uberaba. Procurar-se-á, ainda, perceber como e porquê Uberaba, mesmo recebendo ganhos no contexto educacional, sofreu perda de liderança regional para sua "filha" Uberabinha, que veio a ser Uberlândia.

É imprescindível ressaltarmos que a década de 1960 foi marcada por mudanças profundas no cenário político que, por sua vez, produziram marcas sociais e na memória da população brasileira.

Por conseguinte, a cidade de Uberaba, formada por elite conservadora e ruralista, tem uma população que trabalha para sobreviver; seus habitantes tiveram que se condicionar aos anos de chumbo e terror, pois alguns dos filhos da terra foram presos e perseguidos, a hegemonia regional foi perdida para a cidade de Uberlândia devido a uma maior capacidade de adaptação desta aos novos tempos, por ação de seus políticos.

No quinto capítulo, *A reconfiguração das elites uberabenses e suas práticas no cenário econômico regional e nacional no período de 1960 a 2007*, propiciamos um debate que demonstra a evolução da elite despótica uberabense, que passou a usar de maneira sábia os instrumentos da modernidade contemporânea a seu favor, elaborou atuações e instrumentos condizentes com suas verdades, como as alianças entre política e religião, economia e política, educação e política, meios de comunicação e política, a escrita e a política, a medicina e a política, o conhecimento humano e a política, a mentira e a política, o judiciário, suas sentenças e a política, a mudança da paisagem e a política, o território e a política, o contexto nacional e a política, enfim, trata-se de um campo de exploração e de interpretação amplo, mas em todos percebemos as vertentes do poder esclarecido guiando os desejos e a manutenção da hegemonia, e os atores se renovando e agregando novos membros imbuídos não em questionar, mas em participar e dividir o poder, com o objetivo de garantir que não ocorram mudanças que interfiram nas conduções hegemônicas e, caso ocorra alguma ameaça nesse sentido, que estejam no controle e a favor da elite situacionista.

Metodologicamente, esta pesquisa foi orientada pelas formas e processos que caracterizam, em determinada sociedade, uma classe ou conjunto de classes e as relações de poder que exercem sobre um espaço dado. Em outras palavras, discutimos as elites como sujeitos do processo histórico do Município de Uberaba e suas influências nas transformações da economia e da política, procurando compreender as condições de reprodução do capital por meio das práticas implementadas por estas elites em diferentes escalas.

No presente trabalho, desenvolvemos quatro tipos de pesquisa: bibliográfica, teórica, documental e pesquisa de campo.

Na pesquisa bibliográfica, efetuamos um levantamento bibliográfico desde o início do Mestrado, no ano de 2004, e que culminou na elaboração da dissertação e da presente Tese. Todo o material já produzido sobre a temática pesquisada foi levantado e detalhadamente fichado.

Com a pesquisa documental, realizamos um minucioso levantamento das fontes primárias, tais como: jornais, informativos, revistas locais e nacionais, fotos, escrituras públicas, correspondências e outros documentos expedidos por órgão oficiais.

No campo da discussão metodológica, delineamos um caminho que primou pelo debate sobre as afirmações dos memorialistas elitistas que defendiam os interesses desse agrupamento com o objetivo claro de manter a estrutura social da qual se favoreciam e deveria favorecer as gerações futuras. Para isso, nos apoiamos na proposta hegeliana que apresenta uma tese e uma antítese; a partir deste ponto, construímos uma síntese que deixa em evidência as nossas afirmações da utilização do poder econômico e social para a manutenção do poder político local e regional. O aprofundamento das causas e consequências foram permeadas pelo debate crítico-reflexivo que Karl Marx exige daquele que procura mergulhar na luta de classes estabelecida no território uberabense.

Acreditamos ter construído esse caminho com clareza e de forma muito didática e transparente, indicando as relações entre as famílias, na interface da elaboração da hegemonia do poder do zebu no cenário nacional, a partir de uma atividade calcada em valores econômicos temporários que ultrapassam séculos e têm raízes na Roma antiga, com objetivos claros de se manter a riqueza em tempos

de crise e se defender dos interesses do Estado e das mudanças de humor da economia nacional e mundial.

No campo da discussão do materialismo histórico-dialético marxista, apresentamos os fatos e acontecimentos que foram elaborados na sociedade uberabense em suas mais diversas classes e com facetas emblemáticas que nos permitem conhecer os embates ideológicos, econômicos, sociais, políticos e religiosos que foram travados na elaboração e construção do mito Uberaba, a Capital do Zebu, brasileira e depois mundial.

O discurso de riqueza nacional do zebu ganha corpo com inúmeros criadores por todo o Brasil, ampliando o seu poder de barganha no Planalto, ampliando empréstimos e privilégios, dando aos ditos mitos desbravadores do Sertão da Farinha Podre o privilégio de ter em suas mãos a vantagem e a distinção de serem os precursores do desenvolvimento, porém que acabou sendo solapado pelo crescente processo de industrialização. Mas é importante entender que o embate das teses e antíteses é constante, principalmente na recorrência eleitoral.

Desta forma, demos uma dinâmica excitante ao debate político, econômico e social sobre a construção do coronelismo despótico, que mostrou suas facetas em teses e antíteses, que se digladiam entre si, tentando superar ou sufocar a outra, em que conservadores católicos se debatem e convivem com os comunistas e integralistas espíritas, a polícia se sujeita ao clero romano, propostas e nomes do passado se concretizam no presente em personagens que migram do povo para o poder central, vencendo ou abrindo um espaço no círculo fechado do poder central uberabense.

CAPÍTULO 1

PAPEL DAS ELITES UBERABENSES NAS RELAÇÕES DE PODER E NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO MUNICÍPIO DE UBERABA – MINAS GERAIS

É importante destacarmos que trabalhamos, nesta pesquisa, a interface entre Geografia Histórica, Filosofia Política e História Política, com o objetivo de enriquecermos o debate e propiciarmos novos questionamentos frente à temática da pesquisa.

Nesta perspectiva, propiciaremos uma análise crítica do Território e, concomitantemente, destacaremos a importância de renovarmos o debate não somente frente à nossa problemática de pesquisa, mas sobretudo tendo em vista a importância de inquietações e questionamentos referentes às relações espaço, poder, política, hegemonia e Território.

1.1 Geografia Histórica: algumas considerações metodológicas.

Um dos pontos centrais da problemática dessa pesquisa foi o cuidado de não realizarmos um trabalho propriamente histórico. Procura-se, sobretudo, geografizar as discussões. Vários trabalhos já foram realizados em nível de mestrado e doutorado, no Brasil, nos quais a Geografia e a História caminham juntas no processo da construção do conhecimento. Como exemplo, podemos citar os trabalhos de Lourenço (2002), Brandão (1998), Dias (2001) e Bilac (2001), nos quais há uma verdadeira cumplicidade entre estes dois campos do saber científico. Neles, discutem-se as relações espaço/homem e poder, bem como a pertinência de se analisar a historicidade nos contextos geográficos.

Muitos geógrafos e historiadores acreditam que suas respectivas disciplinas trabalham com objetos e metodologias distintos. No entanto, outros autores ressaltam a pertinência de se trabalhar de maneira interdisciplinar ambas as ciências, sublinhando a importância da construção de novos questionamentos frente à produção do conhecimento. Dentre estes, citamos um dos nomes mais relevantes da Geografia Cultural, o estadunidense Carl Sauer (1889-1975), cujos trabalhos foram imprescindíveis para liberar a Geografia estadunidense[1] do Determinismo Ambiental e construir estreitas ligações com a História e a Antropologia (CORREA, 2001).

Dentre os métodos utilizados por Sauer, os atribuídos à Antropologia são os seus preferidos. Conceitos como os de difusão cultural e de área cultural estão presentes nos trabalhos sauerianos. Em relação ao método, Sauer afirma:

> Um lema do tipo “a Geografia é a história do presente” carece de significados. Introduz-se, portanto, necessariamente, um método adicional, o especificamente histórico, com o qual se utilizam os dados históricos disponíveis, via de regra, diretamente no campo, para a reconstrução das condições anteriores de povoamento, do uso do solo e de comunicação, quer se trate de testemunhos escritos como de testemunhos arqueológicos ou filológicos (SAUER, 2003, p. 24).

A questão da historicidade é de extrema importância na concepção de método de Sauer, pois este geógrafo constata que todo grupo ou sociedade humana precisa conhecer a sua gênese, ou seja, a história de seu desenvolvimento, para compreender determinadas escolhas realizadas pelo grupo (LOURENÇO, 2002).

Sendo assim, a Geografia cairia na mediocridade se se preocupasse somente com questões relacionadas à ocupação do espaço, sem correlacioná-la à historicidade do grupo social. Portanto, o conhecimento de uma Geografia Histórica e, consequentemente, da historicidade de determinadas comunidades, ajuda a explicar as transformações geográficas ocorridas, o que questiona a construção de modelos que não condizem com a verdadeira realidade dos diferentes grupos.

Em relação à Geografia Histórica, Barros **(2007,p.52)** afirma que:

[1] É importante ressaltar que a Geografia estadunidense originou-se ligada às ciências naturais, em especial a Geologia, no início do século XIX, quando a Geologia era considerada de grande importância devido ao papel que desempenhava no levantamento dos recursos do subsolo nacional.

> Antes de abordar separadamente cada um dos fatores envolvidos na definição e compreensão da cidade em geral, convém chamar atenção para o fato de que as formas urbanas são produtos da História. Desta forma, sob o nome “cidade” escondem-se muitas vezes realidades histórico – sociais diferenciadas. Em um segundo momento, portanto, o estudioso do fenômeno urbano não deve se furtar à necessidade de analisar a cidade em períodos específicos, sem contar com as diferenças sincrônicas dentro de um mesmo período que distinguirão um modelo ocidental de urbanização de modelos diversos produzidos por sistemas civilizacionais distintos.

O autor acima enfatiza o papel da Geografia Histórica na análise da (re) produção do espaço geográfico e suas especificidades em relação às questões históricas e sociais, no âmbito econômico e político.

1.2 A temática precursora da presente pesquisa “O Coronelismo Despótico” e suas interfaces: hegemonia, elites, mandonismo, coronelismo e despotismo – uma discussão teórica.

O entendimento do Território perfaz mais que uma simples análise de apropriação do espaço, tornando-se essencial a discussão dessa noção com o objetivo de afastarmos o individualismo com vistas ao direito coletivo das sociedades. A partir desse entendimento, construiremos uma relação histórica entre as Elites uberabenses e sua diversidade, considerando a reconfiguração do seu poder hegemônico e, verificando, ainda, como esta reconstrução se apresenta no Território em diferentes escalas.

Entendemos que a análise crítica do Território e das relações de Poder, bem como sua funcionalidade, é imprescindível para a pesquisa geográfica. Sendo assim, redefiniremos as temáticas pesquisadas e, por conseguinte, o papel da Geografia em relação aos diversos problemas que impedem/dificultam o desenvolvimento das sociedades.

Nesta perspectiva, ao pesquisarmos as elites uberabenses e sua diversidade, constatamos a (re) produção do espaço geográfico, a reconstrução hegemônica propiciada por estas elites, conforme afirma Wagner (2006, p. 80):

> A reconstrução hegemônica para a perspectiva do poder de uma classe dirigente, em específico a classe política, é imprescindível para sua permanência enquanto classe dominante. Os sujeitos sociais atuam de maneira que suas práticas transmitem uma luta de forças revigoradas por ações que reafirmam o poder de uma minoria que delibera o modo de vida da maioria.

Analisaremos, no transcorrer da referida pesquisa, as relações de poder das elites uberabenses, bem como a reconstrução hegemônica dessas elites, perfazendo a leitura e análise da obra *Marxismo e Literatura*, de Raymond Williams. Para Williams (1979, p. 111):

> A hegemonia é um conceito que inclui imediatamente e ultrapassa, dois poderosos conceitos anteriores; o de “cultura” como todo um processo social, no qual os homens definem e modelam todas as suas vidas, e o de “ideologia” em qualquer de seus sentidos marxistas, no qual um sistema de significados de valores é a expressão ou projeção de um determinado interesse de classes.

Sendo assim, em Williams (1979), a cultura é um modelo de reconstrução de processos sociais em que são analisadas as experiências entre os diferentes. E, ao mesmo tempo, a ideologia se localiza na interface do sistema articulado de significados e valores.

Portanto, a hegemonia não perfaz somente a relação de subordinação: ela é um todo agregado de relações, bem como de significados que perfazem as relações entre os sujeitos sociais e suas diversidades, que interagem no Território nas suas diversas interfaces com o econômico, o político e o social. Reafirmando essa análise, Williams (1979, p. 113) diz que:

> A hegemonia é então não apenas a nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação ou doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida:

> nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos, o nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivos e constituídos que ao serem experimentados como práticas parecem confirmar-se reciprocamente.

Torna-se importante destacarmos que, no transcorrer da nossa pesquisa, não trabalharemos o sentido de hegemonia de forma estática/imposta, ou seja, não apenas identificaremos as ações das elites uberabenses nos contextos político, econômico e social. Avançaremos no debate, identificando os valores que estas elites defendem e que deram/dão sentido às suas práticas.

A hegemonia reconstruída nas práticas das elites uberabenses remonta a um agregado de experiências em constante transformação, um processo que a análise de Williams ilustra perfeitamente (1979, p. 115):

> Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (isso é crucial, lembrando-nos o rigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões.

Por conseguinte, de nossa pesquisa decorre a análise das transformações implícitas nas práticas do Coronelismo Despótico das elites que perpetuaram no tempo, reconstruindo sua práticas e experiências com o objetivo de reconfigurar o seu poder com práticas que chamamos de despóticas, e que relacionam poder, elite e hegemonia na (re)produção do espaço geográfico uberabense. Esse é o nosso desafio.

Assim sendo, deparamo-nos com algumas divergências entre os pensadores da Teoria das Elites, tais como Pareto (1982, apud GURVITCH, 1982), que define “Elite” de forma generalizada, abordando um teor estatístico, ou seja, deliberou notas a cada indivíduo.

Em contrapartida, Mills (1968), em sua obra *A Elite do Poder*, discorda do autor acima citado ao afirmar que a elite não é formada somente pelos que apresentam um melhor desenvolvimento estatístico, mas em contrapartida a elite é formada por homens cuja posição transcende o ambiente de homens comuns e, concomitantemente, ocupa privilégios nas relações de poder. Mills (1968, p. 12) afirma:

> A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maior consequência do que as decisões que tomam. Pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. Comandam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem.

Mills (1968) analisa de forma pertinente os preceitos que caracterizam a elite e sua relação com o poder, nos propiciando um entendimento coerente do que representa o papel da elite na (re)produção do espaço geográfico e suas relações com as diferentes organizações da sociedade moderna. Mills (1968, p. 17) continua sua análise sobre as elites no âmbito econômico, político e militar ao afirmar que

> Na cúpula de cada um desses três domínios ampliados e centralizados surgiram as altas rodas que constituem as elites econômica, política e militar. No alto da economia, entre as grandes empresas, estão os principais executivos; no alto da ordem política, os membros dos diretórios políticos; no alto da organização militar, a elite dos soldados – estadista se comprime em torno dos Estados – Maiores e do escalão superior. À medida que esses domínios coincidem entre si, as decisões passam a ser totais em suas consequências, e os líderes desses três domínios do poder – os senhores da guerra, os chefes de empresas e o diretório político – se reúnem para formar a elite do poder.

Portanto, a análise do desenvolvimento econômico da cidade de Uberaba está diretamente relacionada ao papel das elites uberabenses, seja no âmbito

político, econômico e social. Constataremos tais afirmações nos capítulos subsequentes desta tese.

Por outro lado, as forças políticas também estão intrinsecamente relacionadas em todo o processo de desenvolvimento econômico, confirmando o papel das elites na (re)configuração de um espaço geográfico diferenciado na região no Triângulo Mineiro. Nesta perspectiva, não podemos desvencilhar a atuação das elites uberabenses em diferentes escalas com o objetivo de se reconfigurar no poder:

> A elite que ocupa os postos de comando pode ser considerada como constituída de possuidores de poder, da riqueza e da celebridade. Estes podem ser considerados como membros do estrato superior de uma sociedade capitalista. Podem também ser definidos em termos de critérios psicológicos e morais, como certos indivíduos selecionados. Assim definida, a elite, muito simplesmente, é constituída de pessoas de caráter e energia superiores. O humanista, por exemplo, pode conceber a "elite" não como um nível ou categoria social, mas como um grupo disperso de pessoas que procuram transcender-se, e portanto são mais nobres, mais eficientes, feitas de melhor estofo. O resto da população é a massa, que, segundo esse conceito, apaticamente mergulha numa mediocridade desconfortável (MILLS, 1968, p. 22).

Ao consultarmos a obra *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, constatamos uma análise direta e pertinente acerca do que podemos entender por Elite ou Teoria das Elites. Bobbio (2010, p. 385) afirma que::

> Por Teoria das Elites ou elitista - de onde também o nome de elitismo – se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e poder político), a Teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites Políticas, ela pode ser definida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância .

Nesta perspectiva, Bobbio deixa claras as práticas realizadas por um grupo seleto de pessoas que se utilizam do poder no âmbito político-econômico, passando, assim, a construir estratégias que permitem a imposição do poder deste grupo em relação ao restante da sociedade.

Portanto, ao reportamos ao estudo e à análise do papel das elites uberabenses no contexto econômico e político, constatamos as relações de poder que perfazem papel imprescindível na (re)produção do espaço geográfico no município de Uberaba.

Bobbio (2010, p. 391) continua sua análise acerca da Teoria das Elites, ao afirmar que:

> Como teoria realista da política, ela mantém firme a tese segundo a qual o poder pertence sempre a uma minoria e a única diferença entre um regime e outro está na presença de minorias em competição entre si. Ideologicamente, nascida como reação contra o advento temido da sociedade de massa, e, portanto não só contra a democracia substancial, mas também contra a democracia formal, a sua principal função histórica, mais do que esgotada, foi a de denunciar, de vez em quando, as sempre renascentes ilusões de uma democracia integral. Se na sua face ideológica pode ter contribuído para obstaculizar o avanço de uma transformação democrática da sociedade (no sentido em que democracia e existência de uma classe política minoritária não são incompatíveis), na sua face realista contribuiu e contribui, ainda hoje, para descobrir e colocar, a nu, o fingimento da “democracia manipulada”.

Bobbio (2010) afirma categoricamente a existência/manutenção de uma democracia manipulada e fingida, o que se aplica à realidade atual do município de Uberaba acerca do Coronelismo Despótico deste município, objeto de nossa tese. Ou seja, o período histórico é outro, porém as práticas utilizadas pelas elites uberabenses continuam a demonstrar a disputa pelo poder por um grupo seleto, e reconstroem suas práticas na sua diversidade, apropriando-se das mudanças decorrentes do contexto social: não presenciamos mais o coronel ladeado pelos seus jagunços, mas temos agora os filhos e netos dos coronéis da “Princesa do Sertão” dos séculos XVIII e XIX com os títulos de “doutores”, e que reconstruíram tais práticas com um único objetivo: a manutenção do poder político econômico das elites uberabenses. Nesta perspectiva, Keller (1967, p. 13) discorre sobre as elites e sua relação com a sociedade:

> Muito se tem falado acerca da vida em sociedade, mas ainda não se sabe o bastante sobre essa minoria que, em todas as épocas e gerações, exerce importante papel no preparo do futuro por meio das leis que promulga, dos livros que escreve das guerras em que conquista o triunfo ou encontra a derrota, e por meio das paixões que a movem à ação. Como acontece em uma sociedade secreta, raramente os que estão de cima revelam o que se passa no interior de seus mundos. Há, por certo depoimentos de testemunhas oculares, a correspondência, diários, escritos ao alvorecer da vida, e as memórias, em seu ocaso, mas a relação que tudo isso tem com a sociologia das elites é a mesma que um compêndio de sintomatologia de doenças tem com a medicina – contém alguma matéria prima, mas esse material pouca importância terá se não for catalogado, ordenado, de maneira que o geral possa distinguir-se do particular; e o universal, do temporário e peculiar.

É notório que não pretendemos, no transcorrer da pesquisa, apenas conceituar determinados termos, como o significado de elite; procuramos ir além do âmbito conceitual. O grande desafio desta pesquisa é entender as elites uberabenses diante de suas diversidades prepostas na (re)produção do espaço geográfico uberabense. Porém, precisamos dialogar com os autores que permeiam o universo teórico dos conceitos e, em paralelo, propiciaremos um debate com os mesmos, demonstrando efetivamente as práticas das elites, bem como seus instrumentos utilizados no cotidiano e no imaginário da sociedade uberabense.

A autora acima continua sua análise acerca da elite e sua relação com a sociedade e suas práticas. Keller (1967, p. 16) afirma que:

> Uma das tendências mais marcantes, que se notam nessas sociedades, não é como muitos poderiam supor, a decadência dos grupos de elites, mas sim sua proliferação, ao mesmo tempo que vão ganhando maior variedade e mais amplos poderes. À proporção que as sociedades se vão diversificando cada vez mais, ocupacionalmente como economicamente, mais importantes ainda se tornam as elites, como guardiães e criadoras de valores coletivos, e como dirigentes das aspirações e propósitos da coletividade. Os homens devem compreender as causas desta grande transformação, pois o seu impacto transformará não só as suas vidas como também a de seus filhos.

Os dizeres de Keller (1967) evidenciam a importância de estudarmos as elites, em específico as elites uberabenses, pois nesta perspectiva apontaremos e discutiremos o papel destas elites no desenvolvimento (ou não) do município de Uberaba nas suas diferentes perspectivas, sejam elas políticas, econômicas e sociais. As ações destas elites influenciaram e ainda determinam questões que norteiam as decisões que interferem diretamente no cotidiano de toda a população uberabense. Demonstraremos tais ações no transcorrer dos capítulos subsequentes.

Afirmamos a importância do campo de estudos e de pesquisa com relação à dinâmica da atuação das elites na (re)produção do espaço geográfico, assim como as relações de poder por elas estabelecidas no Território nas diversas perspectivas, conforme afirma Saquet (2007, p. 13):

> A separação entre o pensamento e o real ou entre as dimensões da economia, da política e da cultura é um mero recurso didático. Outra preocupação é subsidiar a elaboração de uma abordagem territorial que considere, concomitantemente, as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais.

Todavia, torna-se evidente a importância das interações existentes entre as diversas interfaces – o político, o econômico e o social, evidenciando a análise pertinente entre o processo histórico das elites uberabenses e, por conseguinte, suas inter-relações no transcorrer do desenvolvimento do município de Uberaba.

É imprescindível explicitarmos a importância da postura que assumimos no transcorrer da pesquisa, haja vista a responsabilidade de não somente produzir um trabalho acadêmico, mas também contribuir de forma direta com os sujeitos sociais que fazem parte do cotidiano desta pesquisa. Torna-se, assim, imprescindível uma postura crítico-reflexiva acerca da problemática discutida e refletida no transcorrer da pesquisa. Todavia, o caminho teórico-metodológico escolhido para a realização da pesquisa não perfaz somente a elaboração de uma Tese de Doutorado; o objetivo vai além.

É notória a importância do trabalho acadêmico, porém procuramos não nos determos ao que chamamos de “questões de perfumaria”, condizentes a pesquisar o óbvio, o que já está consolidado na (re)produção do espaço geográfico uberabense. Trabalhamos a temática da pesquisa com o olhar não somente nos sujeitos sociais que fazem parte do contexto histórico-social das práticas elaboradas pelas elites uberabenses, mas analisamos de forma crítica os bastidores que envolvem a temática e concomitantemente os sujeitos sociais que estão diretamente implícitos na elaboração/reconfiguração das práticas das elites uberabenses com o objetivo de se perpetuarem no controle hegemônico das relações de poder.

Sendo assim, esta pesquisa reconta a História do município de Uberaba em outra perspectiva, que se diferencia da história contada pelos “vencedores”, ou seja, construímos uma análise que demonstra claramente a reconstrução das práticas pelas elites uberabenses no transcorrer de tempos históricos distintos, mas que são as mesmas práticas de fortalecimento e controle do poder hegemônico.

Em relação a esta postura crítica e ao caminho teórico-metodológico percorrido no transcorrer da elaboração da Tese, Saquet (2007, p. 23) afirma que:

> Esse caminho teórico-metodológico implica uma postura política e ideológica diante da problemática territorial de dominação social, contrapondo-se e orientando a elaboração de projetos alternativos, que reconheçam a produção ecológica de alimentos, a autonomia, a recuperação e a preservação ambiental, entre outros fenômenos e processos. A abordagem territorial permite, sem modismos e denominações maquiadas, compreender elementos e questões, ritmos e processos, da sociedade e da natureza exterior ao homem. Não é o nome da geografia ou a conjugação de palavras mais atraentes aos leitores (vendável, sensacionalista) que determinam a qualidade da abordagem, a apreensão das interações, da interdisciplinaridade, do movimento, mas sim a clareza, a coerência e o aprofundamento do movimento do pensamento de compreensão do real.

Portanto, é imprescindível identificarmos a ação das elites uberabenses e também o reflexo de suas práticas na (re)produção do espaço geográfico e nas

articulações explícitas (e também implícitas) de tais práticas no Território em diferentes escalas multifacetadas[2].

Tais práticas refletem o poder das elites uberabenses e estão nas famílias, na ação do Estado, nas universidades, na igreja, no imaginário construído como instrumento de poder em relação à dominação da população frente às práticas muito bem elaboradas e arquitetadas, com o único objetivo de convencer a população da importância da ação destas elites para o desenvolvimento do município de Uberaba, como por exemplo “Uberaba a Capital Mundial do Zebu”. Tal afirmação pode constatar-se no cotidiano do comércio uberabense e ao analisarmos a foto aérea do Shopping Uberaba, visualizamos a construção do referido shopping (antes da reforma realizada em 09/2009) e que a mesma possui o formato geral do símbolo da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) em seu desenho arquitetônico.

Observamos também o estacionamento do Shopping Uberaba (sendo este o maior e mais movimentado shopping de Uberaba) e nos deparamos com placas que nomeiam as ruas do estacionamento do referido shopping com as raças zebuínas (Raça Gir), conforme podemos observar nas figuras abaixo.

No comércio do município de Uberaba, podemos constatar também a força do imaginário construído/reconstruído pelo Zebu, conforme vemos nas figuras abaixo de comércios que levam o nome Zebu: Pizzaria Zebu e Zebu Grill. O mesmo imaginário do Zebu está presente também em jogos na Internet como “Ganhe um boi Zebu” e igualmente a Radio FM 93,9 leva o nome de “Rádio Zebu”.

[2] O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra; formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2007, p. 240).

Podemos destacar a fundação, por parte da ABCZ, da Faculdades Associadas de Uberaba (FAZU), no ano de 1975, demonstrando, assim a força da ABCZ na área educacional.

E para finalizarmos, até cerveja recebe o nome do Zebu, sendo porém fabricada no Estado de São Paulo: Cerveja Zebu – fabricação especial para o Triângulo Mineiro.

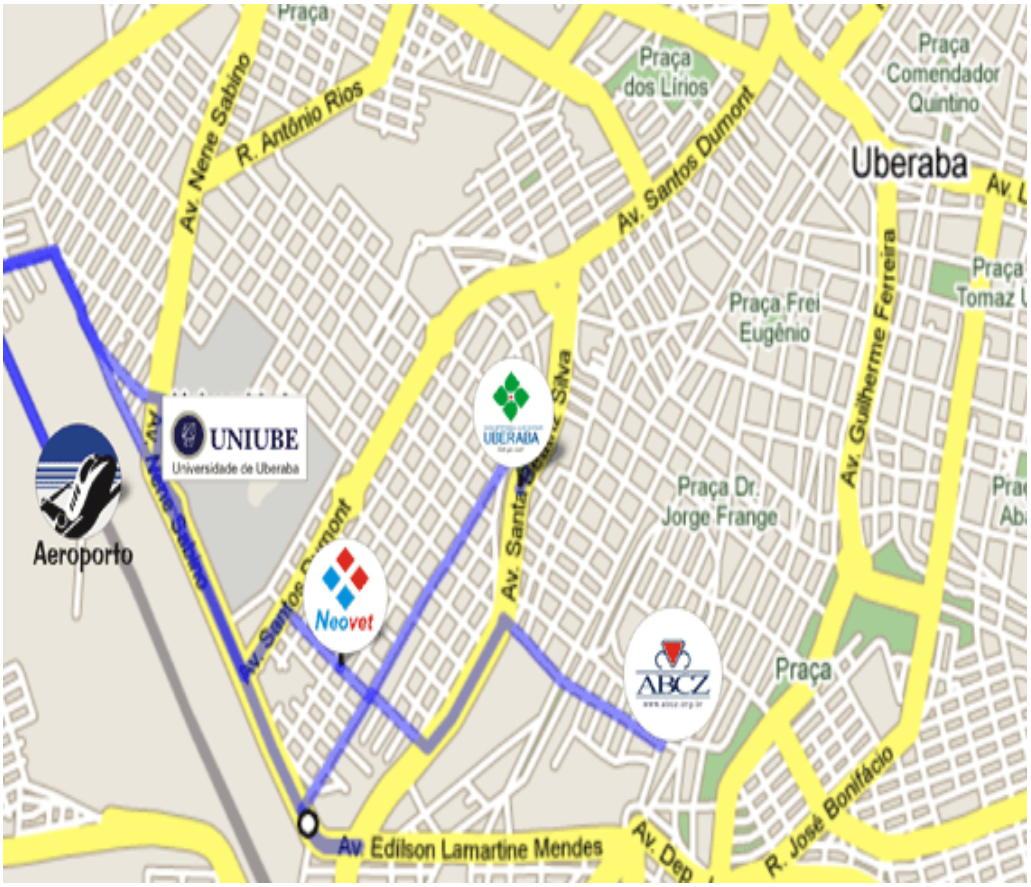


FIGURA – 01- Imagem localizando o Shopping de Uberaba, ABCZ, entre outros.
Fonte: http://www.fazu.br. Acesso em: 20 maio 2013.



FIGURA -02- Semelhança do Shopping de Uberaba (antes da reforma) com a marca da ABCZ.
Fonte: http://omelhordeuberaba.blogspot.com.br. Acesso em: 20 maio 2013.



FIGURA – 03- Estacionamento do Uberaba Shopping, e detalhe da Raça Zebuína GIR, nas placas que nomeiam as ruas do estacionamento.
Fonte: http://omelhordeuberaba.blogspot.com.br. Acesso em: 20 maio 2013.



FIGURA -04- Pizzaria Zebu – uma das mais movimentadas de Uberaba

Fonte: www.tudouberaba.com.br. Acesso em: 20 maio 2013.



FIGURA -05- Faculdades Associadas de Uberaba – Fundada pela ABCZ

Fonte: http://www.fazu.com.br. Acesso em: 20 maio 2013.



FIGURA – 06 - Videogame online.

Fonte: http://www.ceciliaparente.com. Acesso em: 20 maio 2013.



FIGURA – 07- Rádio Zebu FM 93,9.

Fonte: http://www.zebufm.com.br. Acesso em: 20 maio 2013.



FIGURA – 08 - Zebu Grill

Fonte: http://www.zebugrill.com. Acesso em: 20 maio 2013.



FIGURA – 09 - Cerveja Zebu

Fonte: http://www.mktvirtual.com.br. Acesso em: 20 maio 2013.

Por conseguinte, o imaginário construído acerca do Zebu, desde a sua chegada ao Triângulo Mineiro, ainda no final do século XVIII, construiu de igual modo a imagem dos “coronéis do Zebu” e (re)construiu suas práticas, adequando-se ao cenário do consumo como instrumento de poder, constatando-se, assim, a

reconfiguração do poder hegemônico das elites uberabenses que se utilizam destas práticas para manter a sua hegemonia na (re)produção do espaço geográfico uberabense. Evidencia-se, pois, a necessidade de entendermos estas práticas e sua atuação no âmbito político econômico e social.

A obra intitulada *História das Doutrinas Políticas*, do autor clássico G. Mosca, assinala de forma contundente a importância de analisarmos as diferentes faces do processo de atuação de uma classe dirigente ou da elite. Conforme afirma Mosca (1975, p. 314):

> Se o estudo dos diferentes tipos de organização da classe dirigente é importante, o exame dos diversos métodos empregados para o seu recrutamento é ainda mais importante. Pelo método do recrutamento devem – se entender as regras segundo as quais esta classe política admite e conserva, no seu seio, um certo número de indivíduos e recusa outros. O caráter predominante e quase indispensável que preside à formação desta classe consiste na aptidão para dirigir. Como já havia compreendido Saint – Simon, esta aptidão consiste num certo número de qualidades pessoais que, numa certa época e num povo determinado, são mais indicadas para exercer aquela direção. Pode – se acrescentar a isto a vontade de dominar e a consciência de possuir as qualidades requeridas. As qualidades de que falamos não são sempre as mesmas; elas se modificam porquanto as condições intelectuais, morais, econômicas e militares de cada povo mudam continuamente e sua organização política se altera necessariamente.

Todavia, o autor acima deixa clara a importância de estudarmos o comportamento das classes dirigentes, ou seja, evidencia-se a contribuição de nossa pesquisa para a análise e entendimento das práticas das elites uberabenses, bem como a importância de entendê-las na sua diversidade e na (re)produção do espaço geográfico uberabense em diferentes escalas.

Para Pareto (1984, p. 75), a sociedade não é homogênea e apresenta sua heterogeneidade nas relações entre as diferentes partes da sociedade. Afirma:

> Agrade ou não a certos teóricos, é fato que a sociedade humana não é homogênea, que os homens são diferentes física, moral, intelectualmente; queremos estudar aqui os fenômenos reais, portanto devemos levar em conta esse fato. Todavia, devemos levar em conta outro fato, ou seja, que as classes sociais não estão

> inteiramente separadas, mesmo nos países onde existem castas, e que as nações civilizadas modernas promovem intensa circulação entre as várias classes.

Todavia, Pareto (1984) ainda considera que os diversos grupos que formam a população se entrelaçam e constituem concomitantemente dois grupos distintos, ou seja, a classe eleita e a classe não eleita, que o autor denominou de “circulação da classe eleita” ou circulação das elites.

A obra clássica intitulada *As Elites e a Sociedade*, do autor Thomas Bottomore, analisa de forma clara e reflexiva o uso do termo Elite. Bottomore (1974, p. 15-16) afirma que:

> As novas distinções e refinamentos no conceito de elite exigem uma terminologia mais apurada do que a utilizada até agora. O termo “elite (s)” é hoje em dia em geral aplicado, na verdade, referindo-se a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade. Daqui em diante eu o utilizarei, sem restrições, com este significado. O estudo de tais elites é proveitoso em vários sentidos: o tamanho das elites, seu número, seu relacionamento entre si e com os grupos possuidores de poder político, estão entre os fatos mais importantes a serem considerados na distinção entre diversos tipos de sociedade e na consideração das causas de modificação na estrutura social; assim também o caráter aberto ou fechado das elites, ou, em outras palavras, a forma de recrutamento de seus membros e o consequente grau de mobilidade social. Visto como o termo geral “elite” será empregado referindo-se a esses grupos funcionais, necessitaremos de outro para designar a minoria que dirige uma sociedade, a qual não é exatamente um grupo funcional, nesse sentido, e de qualquer maneira possui tão grande importância social que merece uma denominação que a distinga. Utilizarei o termo empregado por Mosca, “classe política”, para referir-me a todos os grupos que exercem poder ou influência política e estão diretamente empenhados em disputas pela liderança política. Distinguirei no seio da classe política em grupo menor, a elite política, compreendendo os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época. A extensão da elite política é, portanto, relativamente fácil de ser determinada: incluirá membros do governo e da alta administração, chefes militares, e, em alguns casos, famílias politicamente influentes de uma aristocracia ou casa real e dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos. É menos fácil estabelecer os limites da classe política. Incluirá, evidentemente, a elite política, mas poderá também abranger “contra – elites”, compreendendo os chefes de partidos políticos que estão fora do governo e representantes de novos interesses sociais ou classes (líderes sindicais), bem como grupos de homens de negócios

> e intelectuais ativos politicamente. A classe política, portanto, compõe-se de muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição e conflitos entre si.

No entanto, o autor enfatiza a importância de compreendermos o termo elite, assim como a ênfase dada à sua ligação com os diferentes sujeitos sociais que pertencem a diferentes grupos ligados ao poder. Sendo assim, verifica-se estas relações de poder explicitamente no campo político, haja vista a utilização do termo pelo autor de “classe política” e, por conseguinte, no seio desta classe política, encontraremos a “elite política”, sendo representada por uma família politicamente influente.

Portanto, é nesta perspectiva que determinamos o caminho teórico de nossa pesquisa, pois analisaremos a influência do político nos demais seguimentos da sociedade uberabense, ou seja, a interferência do político no âmbito econômico e social. Analisaremos, por conseguinte, no transcorrer dos próximos capítulos, a ação de determinadas famílias e suas relações de poder com o objetivo exclusivo de manter o controle hegemônico de suas ações; dentre estas famílias, destacamos os Borges, os Prata e os Rodrigues da Cunha.

No transcorrer da pesquisa, investigamos dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que remetem à temática do estudo da elite e suas práticas na (re)produção do espaço geográfico, assim como suas práticas e a reelaboração destas práticas para se manter no poder e perpetuar o seu poder hegemônico como instrumento de reconfiguração do poder, sem, para isso, medir as consequências dos atos praticados; porém, não encontramos trabalhos que discutam a ação da elite de forma despótica, sendo esta a essência de nossa Tese.

A Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro por Mario Grynszpan, intitulada “As Elites da Teoria: Mosca, Pareto e a Teoria das Elites”, aborda de forma crítico-reflexiva a relação existente entre a classe política e a família.

Grynszpan (1994, p. 132) afirma que:

> Toda classe política tendia a estabilizar-se, o que significa dizer que procurava manter as posições alcançadas e, ao mesmo tempo, garantir sua sucessão por seus descendentes. Se não de direito, ao menos de fato, portanto, toda classe política tendia a tornar-se hereditária como, aliás, Mosca já havia observado na Teoria. Nesse processo, algumas famílias passavam a concentrar as qualidades necessárias ao ingresso na classe política, mesma quando testadas através de concursos públicos, como no caso do grau acadêmico e da cultura científica, nos termos do autor. O que procura Mosca demonstrar, em outros termos, é como, socialmente, ao se afirmar como dominante, uma classe termina por impor, ao mesmo tempo, seu próprio perfil, suas qualificações, seus recursos, como padrão de excelência, de reconhecimento, requisito básico, necessário, a qualquer aspirante e dirigente. Desse modo, são seus próprios descendentes que, objetivamente, são reconhecidos como excelentes, como eleitos. O que para eles é natural, contudo, como decorrência de sua própria socialização, seus vínculos, suas relações, para outros, oriundos de outras posições, é visto como construído, fruto de um grande trabalho, de um esforço pessoal.

A partir da Tese intitulada *As Elites Brasileiras e a Escola Superior de Guerra*, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, defendida por Lena Castello Branco Ferreira de Freitas na área de História Social, enfatiza-se a dimensão descritiva das elites políticas e suas diversas formas de organização. Freitas (1985, p. 20) evidencia que:

> A dimensão descritiva das elites políticas define a maneira como estas se apresentam, em suas diversas formas de organização, aproximando grupos e indivíduos que exercerão maior ou menos controle sobre o processo de tomada de decisão. Do ponto de vista estrutural, elite política e classe dominante podem identificar-se: ou em um grupo que siga orientação coerente, pré – determinada por sua posição no sistema econômico ou em vários grupos, cujo poder de controle apresenta intensidade e alcance diversificados em relação ao processo de tomada de decisão.

É notória, nos dizeres de Freitas (1985), a relação estabelecida entre as elites que detêm o poder político e suas relações com as decisões tomadas no âmbito econômico. Estas relações de poder permeiam o político e o econômico, e serão detalhadas nos próximos capítulos, quando analisaremos de forma direta a atuação

da elite política uberabense e seus reflexos no econômico, assim como o uso desta relação (econômico-política) como instrumento de poder das elites uberabenses para reconstruir suas práticas e reafirmar o controle do poder no município de Uberaba.

Outra Tese de Doutorado que utilizamos na pesquisa tem como título *A Cidade, o Teatro e o "Paiz das Seringueiras": práticas e representações da Sociedade Amazonense na virada do século XIX*, defendida por Ana Maria Lima Daou, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em relação à elite, Daou (1998, p. 24) afirma que:

> A manutenção do poder pela elite, segundo a perspectiva de Mosca, resulta da tendência aristocratizante que implica o fechamento do grupo, ou da tendência democrática em que a inserção no grupo é favorecida. Esta última perspectiva tornar-se-ia predominante, modificando-se a longo prazo a elite, na incessante luta pela manutenção do poder ou pelo acesso a posições de domínio. Mesmo em uma democracia, a classe governante constitui-se numa minoria e está, neste caso, estreitamente conectada com a sociedade mais ampla; sua dominação se impõe sobre a maioria, não sendo isto baseado exclusivamente na força.

Por conseguinte, a relação existente entre elite/poder/hegemonia e política está presente na análise dos diversos autores por nós pesquisados. Porém, o nosso grande desafio é relacionar o teórico apontado nas análises acadêmicas com a realidade que perfaz todo o contexto político/econômico e social do município de Uberaba, na perspectiva de entendermos as relações de poder que, desde meados do século XIX até o século XXI, se perpetuam. Estas inquietações nos estimulam de forma apaixonada, mas, nesta paixão pela temática, concomitantemente permanecem os questionamentos que perfazem o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Para compreendermos a essência que instigou diretamente a Tese proposta nesta pesquisa, iremos analisar, de forma crítico-reflexiva, os pressupostos que norteiam a discussão teórica, propiciando um diálogo com os diferentes autores acerca do que podemos compreender sobre o mandonismo, o coronelismo, o despotismo e o Coronelismo Despótico.

1.2.1 Coronelismo, mandonismo, despotismo e Coronelismo Despótico: uma discussão conceitual e uma visão crítico-reflexiva acerca das elites uberabenses

É importante ressaltarmos que a problemática acerca das relações de poder, política e elites passa pelo entendimento e discussão teórica de determinados conceitos que fazem parte da temática abordada nesta Tese, e exigem uma análise acurada. Sendo assim, entendemos conceitualmente determinados termos que são usados no transcorrer da referida pesquisa, e que são de extrema importância por possibilitar um diálogo crítico e coerente da temática abordada.

A obra clássica de Victor Nunes Leal, intitulada *Coronelismo, Enxada e Voto*, analisa de forma clara e objetiva o que Leal (1997, p. 39-40 e 41) denomina de coronelismo:

> O fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado “coronelismo”. Não é um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal, que nos esforçaremos por examinar neste trabalho. Dadas as peculiaridades locais do “coronelismo” e as suas variações no tempo, o presente estudo só poderia ser feito de maneira plenamente satisfatória, se baseado em minuciosas análises regionais, que não estava ao nosso alcance realizar. Entretanto a documentação, a documentação mais acessível e referente a regiões diversas revela tanta semelhança nos aspectos essenciais que podemos antecipar um exame de conjunto com os elementos disponíveis. Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do

> poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o "coronelismo" é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referências à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visível no interior do Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isto se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável.

O autor analisa o conceito de "coronelismo" relacionando-o como uma manifestação do poder privado com o poder político, estabelecendo-se trocas entre o poder público e os chefes locais, representados pelos grandes fazendeiros. Estas relações de poder estão presentes de forma contundente no transcorrer da pesquisa, demonstrando, assim, as práticas dos coronéis em diversos seguimentos da sociedade uberabense, ou seja, no político, econômico, social e religioso.

As elites uberabenses primeiramente destacaram-se no âmbito do comércio, detentoras de grande hegemonia comercial e de posição de destaque na região do Triângulo Mineiro no início do século XX. Porém, o prolongamento dos trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro até a cidade de Araguari, já no final do século XIX, retirou Uberaba da condição de entreposto comercial para o estado de Goiás e outras regiões (WAGNER, 2006), e acarretou sua decadência comercial.

Porém, as elites uberabenses estabeleceram novas práticas que propiciaram a reconstrução hegemônica e assim se mantiveram no poder político e econômico. Tais práticas se efetuaram via substituição da atividade comercial pela criação e comercialização do gado Zebu. Ou seja, uma elite comercial reconstruiu seu poder hegemônico por meio de uma atividade agrária, o gado Zebu (WAGNER, 2006).

Ao analisar esta transformação e suas consequências para o município de Uberaba, Wagner (2006, p. 131) nota que:

> Neste contexto, o desenvolvimento econômico do município de Uberaba não ocorreu paralelamente ao enriquecimento dos grandes fazendeiros: o que constatamos foram alguns segmentos de desenvolvimento ou pequenas "ilhas isoladas" no município, representadas pela elite agrária.

Em tais circunstâncias, a elite agrária, agora representada pelos "coronéis do Zebu", estabelece práticas que nada contribuíram para o desenvolvimento do município de Uberaba. Wagner (2006, p. 134), continua sua análise observando que:

> Esta elite, portanto, não contribuiu para o desenvolvimento do município, pois além da continuidade do seu poder ali estabelecido acabou perpetuando o desemprego, o analfabetismo, a ausência de investimentos no setor produtivo, de maneira que o município de Uberaba se transformaria em uma grande fazenda a serviço dos coronéis.

A autora analisa estas transformações ocorridas na (re)produção do espaço geográfico uberabense. Porém, precisamos avançar nesta análise e, de forma pertinente, recontarmos os bastidores da história do município de Uberaba e construirmos uma análise crítica e completamente diferenciada da história contada pelos memorialistas uberabenses, que retratam os "coronéis do Zebu" como verdadeiros construtores e idealizadores do desenvolvimento do município de Uberaba.

A construção deste imaginário é tão presente no cotidiano uberabense, que ainda em pleno século XXI o município de Uberaba é conhecido como a "capital mundial do Zebu". Porém, ao analisarmos as relações políticas e econômicas que envolviam esta elite agrária representada pelos coronéis, constatamos que o município de Uberaba realmente foi e ainda apresenta características que a nomeiam como uma "grande fazenda a serviço dos coronéis".

No transcorrer da pesquisa, uma das inquietações que me instigou a avançar no debate e proporcionar uma visão ainda mais crítica acerca dos coronéis é o fato de que, ao ler as atas das reuniões da Câmara Municipal ou o diretório eleito do Partido Republicano Mineiro, constatei uma verdadeira "lista de coronéis". Os dizeres de Pontes (1978, p. 137), por exemplo, confirmam:

> Terminada aquela campanha, que foi de extrema violência, em Uberaba, os elementos políticos de todos os partidos locais entraram em calma, parecendo, até ao fim de seis meses, que não mais houvesse partido político oposicionista em Uberaba. Todos estavam de mãos dadas. À vista disto, os senhores coronéis João Quintino Teixeira e Carlos Rodrigues da Cunha convocaram, para o dia 1º de agosto de 1897, uma reunião dos políticos do partido, elegendo-se, então, o seguinte diretório da nova agremiação política que se denominou Partido Republicano Mineiro: Presidente, Coronel João Quintino; vice-presidente, Coronel Misael Rodrigues da Cunha. Membros: Coronel Manuel Rodrigues de Barcelos, Coronel Carlos Rodrigues da Cunha, Capitão Ovídio Irineu de Miranda Junior, Capitão José Pereira e Coronel Antonio José da Silva Prata.

Todavia, antes de aprofundarmos na pesquisa e entendermos a problemática que envolve o município de Uberaba e as relações de poder, cheguei a pensar que Uberaba era um verdadeiro destacamento de oficiais com altas patentes da Guarda Nacional. Aliás, com tantos coronéis, cheguei a questionar se o município de Uberaba possuía mais soldados do que cidadãos comuns. Para minha desolação, compreendi a problemática: eram os “coronéis sem soldado”. Que lástima!

Esta prática era comum e realizada pela Guarda Nacional, conforme afirma Sobrinho (apud LEAL, 1997, p. 13):

> A Guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabelecera uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais. De começo, a patente coincidia com um comando efetivo ou uma direção, que a Regência reconhecia, para a defesa das instituições. Mas, pouco a pouco, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público, o que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um poder econômico, que estava na origem das investiduras anteriores. Recebida de graça, como uma condecoração, acompanhada de ônus efetivos, ou adquiridas por forças de donativos ajustados, as patentes traduziam prestígio real, intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada como a que costuma corresponder às sociedades organizadas sobre a base do escravismo. No fundo, estaria o nosso velho conhecido, o latifúndio, com os seus limites e o seu poder inevitável.

Portanto, os “coronéis sem soldado” era uma prática comum no município de Uberaba; as relações de poder e a disputa pela manutenção da hegemonia personificaram a presença do coronel no cotidiano e no imaginário da sociedade uberabense. Além dos empregos negociados entre os detentores do poder e os correligionários, ainda ocorriam as nomeações de oficiais da Guarda Nacional, sendo em grande número, pois os distritos políticos geralmente possuíam uma centena de “oficiais sem soldados” (PONTES, 1978).

É importante ressaltarmos que, no transcorrer dos próximos capítulos, discutiremos e demonstraremos detalhadamente a atuação desta elite política no município de Uberaba, que se utilizou dos títulos de coronéis como instrumento de poder na condução das práticas e na reelaboração constante do contexto hegemônico, seja no âmbito político, econômico ou social.

Dessa maneira, é imprescindível detalharmos esta relação entre os títulos de coronéis fornecidos pela Guarda Nacional, que eram comprados ou adquiridos de acordo com o prestígio econômico e social que cada representante da elite uberabense possuía. Para instigarmos mais esta discussão, acreditamos ser pertinente a análise de uma nota publicada pelo historiador e filólogo Basílio de Magalhães, publicada no livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, e que trata sobre a origem do vocábulo “coronelismo”[3].

---

[3]O vocábulo “coronelismo”, introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, de que resultou ser registrado como “brasileirismo” nos léxicos aparecidos do lado de cá do Atlântico, deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido translato aos autênticos ou falsos “coronéis” da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. Até a hora presente, no interior do nosso país, quem não for diplomado por alguma escola superior (donde o “doutor”, que legalmente não cabe sequer aos médicos apenas licenciados) gozará fatalmente, na boca do povo, das honras de “coronel”. Nos fins do século XVIII, aconteceu, até, com uma das mais indeléveis figuras da nossa história e das nossas letras o fato singular de tornar-se mais conhecido pelo posto miliciano, que aceitara, do que pelo tratamento oriundo do seu grau acadêmico, a que devera nomeação de ouvidor da comarca do Rio – das – Mortes: o dr: Inácio José de Alvarenga Peixoto passara a ser, simplesmente, o “coronel Alvarenga”. A Guarda Nacional nasceu a 18 de agosto de 1831, tendo tido o Padre Diogo Antonio Feijó por pai espiritual. Determinou a lei ficasse ela sujeita ao ministro da Justiça (cargo então desempenhado pelo imortal paulista), declarando-se extintos os corpos de milícias e ordenanças (assim como os mais recentes guardas municipais), que dependiam do ministro da Guerra. Em suas “Efemérides” (pág.465 da 2ª ed. Do Instituto Histórico), eis como ela se exprimiu o Barão do Rio Branco: “A Guarda Nacional brasileira, criação dos liberais de 1831, prestou relevantíssimos serviços à ordem

Portanto, esta explicação, referente à origem do vocábulo “coronelismo”, evidencia com clareza o uso do mesmo como símbolo de poder político e econômico e, concomitantemente, demonstra a evolução político-social do Brasil. É importante destacarmos que nesta nota, elaborada por Basílio de Magalhães, está toda a realidade político-social, que desenvolveu e (ainda desenvolve) a política no município de Uberaba. Os coronéis da “Princesa do Sertão”, na lista de correligionários do Partido Republicano Mineiro enumerada por Pontes (1978), faziam parte da história da política uberabense, ditavam regras, impunham a sua vontade não só na política, como também na economia do município, eram os que “pagavam a conta” e decidiam o desenrolar do cotidiano dos indivíduos.

Além do poder político imposto, usavam a violência como instrumento de manutenção de poder. Demonstraremos tais práticas no transcorrer dos capítulos da referida Tese.

---

pública e foi um grande auxiliar do exército de linha nas nossas guerras estrangeiras, de 1851 a 1852 e de 1864 a 1870”. Dessa ultima data para cá, tornou-se ela meramente decorativa. Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios existia um regimento da Guarda Nacional. O posto de “coronel” era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Ele e os outros oficiais uma vez inteirados das respectivas nomeações, tratavam logo de obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações, para que pudessem elas produzir os seus efeitos legais. Um destes era da mais alta importância, pois os oficiais da Guarda Nacional não podiam, quando presos e sujeitos a processo criminal, ou quando condenados, ser recolhidos aos cárceres comuns, ficando apenas sob custódia na chamada “sala livre” da cadeia pública da localidade a que pertenciam. Todo o oficial possuía o uniforme com as insígnias do posto para que fora designado. Com esse traje militar, marchavam eles para as ações bélicas, assim também tomando parte nas solenidades religiosas e profanas da sua terra natal. Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando em – chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial. Tal estado de coisas passou da Monarquia para a República, até ser declarada extinta a criação de Feijó. Mas o sistema ficou arraigado de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de “coronéis” os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário. Ao mesmo grupo pertencem os que Orlando M. Carvalho, à pág 29 do seu interessante estudo “Política do Município – (Ensaio Histórico)” (Rio, 1946), denominou “coronéis tradicionais”, isto é, o Duque de Carinhanha; o coronel Franklin, de Pilão – Arcados; e o coronel. Janjão, de Sento-Sé”. Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas, - foram tais “coronéis” os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu designando demopsicologicamente “o indivíduo que paga as despesas”. E, assim, penetrou o vocábulo “coronelismo” na evolução político – social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros. (MAGALHÃES, apud LEAL, 1997, p. 290-291).

Após lermos esta nota de Basílio de Magalhães, compreendemos porquê não consta o vocábulo “coronelismo” no Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio. Mas encontramos o termo autoritarismo, que remete à estrutura de sistemas políticos, às relações de poder e à ideologia política (BOBBIO, 2010).

É imprescindível destacarmos as ações dos “coronéis”, principalmente no âmbito político, para compreendermos a estrutura político-econômica e social não somente do Brasil, mas principalmente do município de Uberaba e, assim, entendermos as práticas das elites uberabenses na elaboração/reelaboração do poder no cotidiano uberabense. Uma das diversas práticas que nos chama a atenção e que foi demonstrada no transcorrer da pesquisa, e que ainda faz parte da realidade política do município de Uberaba, é o uso do poder na política, ou “voto de cabresto”, conforme afirma Leal (1997, p. 42):

> Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados e capangas.

É importante ressaltarmos o imaginário construído acerca da personificação da imagem do coronel construído/reconstruído no cotidiano dos sujeitos sociais que fazem parte do cotidiano do município de Uberaba. Este imaginário fortalece a figura do coronel que traz para o seu reduto diversos apoiadores, desde os trabalhadores provenientes das suas fazendas, até apoiadores na política das esferas municipal, estadual e federal, tornando assim o “voto de cabresto” uma das diversas práticas

utilizadas pelas elites uberabenses na elaboração e (re) construção do seu poder hegemônico[4].

Nesta perspectiva, o imaginário que constrói/reconstrói a presença do coronel no cotidiano dos sujeitos sociais, perfaz também a liderança municipal que o coronel possui, principalmente no que diz respeito a "arranjar emprego e outros favores" aos seus correligionários e apoiadores políticos. É nesta ação que se configuram o paternalismo e o fisiologismo político, sendo estas características preponderantes nas ações do coronel como instrumento de manutenção do poder.

No âmbito político, para o coronel só existe uma vergonha: perder as eleições. Para alcançar a vitória, tudo é possível para o coronel, mesmo atitudes esdrúxulas para alcançar os objetivos, como os vários exemplos que apontaremos no transcorrer dos capítulos vindouros.

Todavia, além do imaginário construído pela presença do coronel nas relações políticas, principalmente do município, a relação entre o poder do coronel e o Estado também é importante, conforme afirma Leal (1997, p. 63):

> Sabe, por isso, o "coronel" que a sua impertinência só lhe restaria desvantagens: quando, ao contrário, são boas as relações entre o seu poder privado e o poder instituído, pode o "coronel" desempenhar, indisputadamente, uma larga parcela de autoridade pública. E assim nos parece este aspecto importantíssimo do "coronelismo", que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os "coronéis", que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. É claro, portanto que os dois aspectos – o prestígio próprio dos "coronéis" e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são

[4] Se ainda não temos numerosas classes médias nas cidades do interior, muito menos no campo, onde os proprietários ou posseiros de ínfimas glebas, os "colonos" ou parceiros e mesmo pequenos sitiantes estão pouco acima do trabalhador assalariado, pois eles próprios frequentemente trabalham sob salário. Ali o binômio ainda é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o "coronel" e pelo "coronel". Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural (LEAL, 1997, p. 44).

> mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do coronel firmada na estrutura agrária do país, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída.

Portanto, impera nesta relação entre o “coronel” e o Estado uma relação de reciprocidade, pois o chefe local (o coronel) é respeitado pelo governo estadual que atende às indicações deste chefe local, sendo os próprios funcionários estaduais escolhidos de acordo com a sua indicação, tais como professoras primárias, serventuários da justiça, servidores da saúde pública. E a influência deste chefe local chega até mesmo a nível federal, pois este também possui uma política de compromissos com os governos em nível municipal e estadual (LEAL, 1997).

A estas relações de pessoalidade na Geopolítica uberabense e na terrinha do “Zebu”, intitulamos “acordo de cavalheiros”. Presentes nos dias atuais, fazem parte das nossas inquietações, e sugeriram nossa Tese do Coronelismo Despótico.

A análise de José Murilo de Carvalho também nos chama a atenção. No artigo intitulado “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”, destaca dois fatores que consideramos imprescindíveis e que demonstram a contribuição de nossa Tese ao propiciar um debate reflexivo-crítico acerca da temática relação de poder/coronelismo: a análise das relações políticas entre o poder local e o poder nacional na perspectiva de uma pesquisa de campo, conforme Carvalho (1997, p. 1) aponta:

> Pode-se argumentar que o problema das relações políticas entre o poder local e o poder nacional não será resolvido por meio de discussões conceituais. O que seria necessário é mais pesquisa de campo. Historiadores, sem dúvida, tenderiam a apoiar esse ponto de vista. Há momentos, no entanto, em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as ideias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais.

Torna-se claro o desafio do pesquisador, seja ele geógrafo ou historiador, sobre a influência das relações de poder na (re)produção do espaço geográfico. Na presente pesquisa, trata-se das relações de poder das elites uberabenses como

instrumento de manutenção/reconfiguração do seu poder hegemônico, reelaborando práticas e ações.

Lacoste (1974, p. 243) analisa com pertinência a relação entre saber e poder:

> Para toda ciência, para todo saber, coloca-se a questão dos pressupostos epistemológicos; o processo científico está ligado a uma história e deve ser considerado em suas relações com as ideologias, mas também com a prática e como poder.

Ainda com relação à questão do poder e à não neutralidade do espaço e, em paralelo, a característica preponderante do espaço geográfico como campo de ação das forças políticas, Lacoste (1974) analisa de forma contundente esta problemática. Esta traduz o desafio e a postura do pesquisador diante de seus desafios teóricos, das dificuldades de pesquisar “sem rodeios” o fator político, do entendimento do discurso geográfico como uma tarefa imprescindível à produção do conhecimento efetivamente preocupada com o cotidiano dos sujeitos sociais, e não apenas voltada para a produção de um conhecimento que se torna apenas mais uma publicação acadêmica[5].

Retomando a discussão teórica acerca do conceito de coronelismo, é imprescindível destacarmos a diferença teórica entre coronelismo e mandonismo, evitando-se, assim, determinados erros na interpretação e na análise.

Leal (1997, p. 41) analisa com clareza a diferença entre coronelismo e mandonismo ao afirmar que:

> Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o

[5] Mas devemos também levar em consideração que o espaço não é nem neutro nem inocente; ele é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado também é uma entidade geográfica e o aparelho do Estado organiza o espaço geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens. O imperialismo também é um fenômeno geográfico: ele implica, através de diferentes meios, o domínio e a organização do espaço planetário. As mudanças de estratégia dos imperialismos traduzem-se nas transformações de seus controles sobre o espaço; mas essas modificações, que não se fazem às claras, não são facilmente decifráveis. Será sem importância falarmos do poder, do aparelho de Estado, do imperialismo, eliminando os problemas da organização do espaço ou evocando-os por meio de noções geográficas que evitamos examinar atentamente? A multiplicação das referências e alusões geográficas no discurso político faz com que o exame e a crítica do discurso dos geógrafos se tornem uma tarefa política cada vez mais necessária. (LACOSTE, 1974, p. 234 -235).

> mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.

Carvalho (1997, p. 2) enfatiza a diferença entre Coronelismo e Mandonismo:

> Essa visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano – americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas.

Leal (1997) destaca, ainda, que o mandonismo se constata nas perseguições entre os adversários, prevalecendo os seguintes dizeres: “para os amigos pão, para os inimigos pau”. Alguma coincidência com a realidade da política praticada pelas elites uberabenses? Leiam as páginas seguintes e elaborem suas conclusões.

Em outra obra, intitulada *A Cidade do Favor: Montes Claros em meados do século XX*, o autor Laurindo Mékie Pereira elaborou uma leitura imprescindível acerca dos diferentes significados do termo “coronelismo”.

Na análise de Pereira (2002, p. 94), evidenciam-se as diferentes posições quanto às origens do Coronelismo:

> Há, entretanto, diferentes posições quanto às origens e início do coronelismo. Enquanto Leal as encontra na passagem Império – República, há autores que as identificam na Colônia e no Império. Carone, Faoro e Janotti, embora reconheçam que a política coronelista só se consolidou na Primeira República, explicam a emergência do fenômeno a partir da institucionalização do poder dos chefes locais efetuadas pelas patentes da Guarda Nacional criada em 1831.

Faoro (2000, p. 242) afirma que o fenômeno do coronelismo não é novo:

> O fenômeno do coronelista não é novo. Novas serão sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império . O coronel recebeu seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do

> regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado, prosperou o "coronel tradicional", também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. O conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política. O homem da cidade, hostil ao mando do violento ignorante do distrito ou do campo, identificou o coronel na pessoa que paga prodigamente à amante seus vestidos caros e seu luxo, para ostentação própria e desfrute alheio. Debaixo da imagem e da caricatura, está a realidade social e política. O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes.

Faoro (2000) analisa de forma contundente as características do coronel acerca do seu papel e da sua função burocrática e política em relação à sua postura hostil diante daqueles a quem manda e, concomitantemente, paga a conta e mantém o controle político e econômico no cotidiano dos sujeitos sociais, que o reconhecem diante de suas práticas.

Na obra intitulada *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de Poder e economia (1889 – 1930) – Tomo III – O Brasil Republicano*, organizado por Boris Fausto, especificamente no capítulo *O Coronelismo numa interpretação Sociológica*, analisa-se o coronelismo e sua essência. Fausto et al.(2006, p. 172) afirmam que:

> O Coronelismo tem sido entendido como uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República e cujas raízes remontam ao Império; já então os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança – herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira informal. Uma das grandes surpresas dos republicanos históricos, quase imediatamente após a Proclamação da República, foi a persistência desse sistema, que acreditavam ter anulado com a modificação do processo eleitoral. Todavia, verificou-se desde logo que a extensão do direito de voto a todo cidadão alfabetizado não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos, que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes.

Nos dizeres do autor, o coronelismo representa a estrutura política brasileira durante a Primeira República; mesmo após o direito ao voto, outorgado na Constituição Brasileira de 1891, as práticas do coronelismo persistiram no cenário

político brasileiro. É importante ressaltarmos que o “coronel”, neste período, representava um ponto de referência político e econômico, determinando, assim, a divisão entre os sujeitos sociais que apoiavam o coronel, os que não o apoiavam e, ao mesmo tempo, os que eram os “amigos do coronel”, determinando, nesse sentido, uma organização sociopolítica[6].

Portanto, o coronel, segundo Fausto (2006), representa a personificação de uma elite controladora, lastreando suas características no âmbito político, econômico e social, sendo o aspecto político o que mais chama a atenção, haja vista o controle do cotidiano imposto pelo coronel, com o objetivo de reconstruir e elaborar práticas que condizem com a manutenção do seu poder hegemônico.

O período de ascensão do coronelismo foi a Primeira República e o processo de declínio do coronelismo se deu a partir de 1930. Pereira observa (2002, p. 98) que:

> Autores que defendem a decadência definitiva do coronelismo em 1930 – Faoro, Leal e Carvalho – apontam a centralização do poder, os processos de urbanização e industrialização e o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e eleitorais como fatores determinantes de uma nova realidade social e política, incompatível com as práticas coronelistas.

Fausto (2006) afirma, também, que fatores como crescimento demográfico, urbanização, industrialização redefiniram o coronelismo, sendo as práticas dos coronéis incorporadas à nova realidade econômica.

Assim, constatamos que novas práticas são reelaboradas e articuladas na atual conjuntura política fisiologista no século XXI, ainda apresentando características que remontam à visão dos coronéis da Primeira República, cuja prática fundamental é o uso da política como instrumento de domínio/poder. As mesmas práticas, que eram acertadas nos quintais de suas fazendas do século XIX,

[6] A localização sociopolítica tendo por ponto de referência o “coronel” não era, porém, peculiar apenas aos indivíduos das camadas inferiores, mas se estendia a todos os escalões sociais. Todo “coronel” era integrante em nível elevado de um grupo de parentela mais ou menos vasto; e os grandes “coronéis” se constituíam realmente em chefes supremos tanto de toda a sua parentela quanto das parentelas aliadas, podendo transbordar perfeitamente sua autoridade do âmbito local ou regional, ultrapassar o estadual e se apresentar ao nível até nacional.

continuam acontecendo na atualidade, porém com uma nova roupagem, que atualiza tais práticas com o objetivo único de manter esta elite dominante no poder.

Esta análise reforça a tese central da pesquisa: o Coronelismo Despótico ainda prevalece no município de Uberaba. O que os diversos autores afirmam acerca do termo Despótico? Já propiciamos uma análise e discussão acerca do que é o Coronelismo, com base nos autores que se destacaram/destacam a respeito.

Agora, discorreremos sobre o que podemos entender sobre o termo Despótico e, por conseguinte, analisaremos o que chamamos de Coronelismo Despótico, com o objetivo de entendermos as elites uberabenses na sua diversidade e compreendermos, assim, suas reconstruções e práticas para se manter no poder.

Thomas Hobbes, em *Leviatã: ou a Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, analisa o Domínio Paterno e Despótico. Para Hobbes (2008, p. 146),

> Dá-se o nome de Estado por Aquisição àquele em que o Poder Soberano foi adquirido pela Força. E é, assim, adquirido quando os homens, individualmente ou em grande número e por pluralidade de votos, por medo da morte ou do cativeiro, autorizam todas as ações daquele Homem ou Assembleia que tem em seu Poder suas vidas e sua liberdade.

Hobbes (2008, p. 148) completa sua análise ao afirmar que:

> Por vez, o Domínio adquirido por Conquista, ou Vitória militar, é aquele que alguns Autores denominam Despótico, de Despótes, que significa Senhor ou Amo, e é o Domínio do Senhor sobre seu Servo. O vencedor adquire o Domínio sobre o Vencido, quando este, para evitar o iminente golpe de morte, promete por Palavras Expressas ou por outros sinais de sua Vontade, que enquanto sua vida e a liberdade de seu corpo lhe permitirem, o Vencedor terá direito a usá-lo da forma como entender.

O autor citado deixa clara a relação existente entre poder, domínio e vencido que predominou na Monarquia Absolutista, com o uso da força como instrumento de dominação e manutenção do poder. Estas estratégias foram reelaboradas nos transcorrer dos séculos, pois os instrumentos de dominação e a relação entre os sujeitos sociais sofreram transformações resultantes dos processos políticos e ideológicos dos séculos XVII a XIX, que inseriram nas mãos das elites dominantes

novas práticas políticas, ideológicas e sociais com o objetivo de preservar o poder político e econômico dos que detêm o poder.

No Brasil, as elites agrárias se apropriaram deste novo modelo despótico com o objetivo de construir um poder alicerçado nas patentes dos “coronéis sem soldado” entre os séculos XIX e XX, que se reelaboraram após a Segunda Guerra Mundial, por meio de novas estratégias políticas, econômicas, ideológicas e de comunicação. Sendo assim, os filhos e netos, agora “doutores”, apossados do poder político local e regional, aplicam as verbas públicas em sistemas sociais como transporte, saúde, educação, assistência social, constituindo, assim, práticas despóticas modernas. Esses indivíduos são os nossos modernos “Coronéis Despóticos”.

É nesta perspectiva que Freitas (1985 p. 152) continua sua análise acerca das Elites:

> As elites brasileiras têm sido tradicionalmente compostas por indivíduos brancos, católicos, provenientes das famílias cujas origens remontam ao patriciado rural; como regra geral, seus integrantes frequentaram colégios particulares, mas concluíram estudos superiores em universidades públicas. São detentores de diplomas de curso superior, com predominância dos bacharéis em direito, engenheiros, médicos e militares.

Por conseguinte, a autora, de forma clara e objetiva, nos proporciona o cenário que estabelece a ação das elites e, simultaneamente, analisaremos as práticas destas elites reportando-nos à realidade do município de Uberaba. Porém, é importante destacarmos que a autora nos chama a atenção para uma característica importante nos estudo e análise que estamos realizando, e que, consequentemente, é a essência de nossa Tese: o despotismo nas relações de poder no município de Uberaba, a que denominamos de “Coronelismo Despótico”.

Sendo assim, o que determina uma elite, bem como suas práticas e sua relação com a (re) produção do espaço geográfico? Podemos afirmar que prevalece apenas o aspecto econômico? E as questões políticas? Ou será que os dois aspectos – o econômico e o político – determinam os mesmos interesses e, dessa maneira, constituem ou representam uma única elite, bem como suas práticas e sua diversidade? Propiciaremos este debate no transcorrer do próximo tópico e,

concomitantemente, utilizaremos vários exemplos que norteiam o imaginário político uberabense no âmbito político, econômico e social.

1.3 A Uberaba do início do século XX: a Princesa do Sertão como cenário de um campo de batalha ideológica, política, econômica, social e religiosa

Podemos afirmar que as elites uberabenses utilizaram práticas que remontam ao uso do poder como instrumento de manipulação/manutenção da hegemonia política no município de Uberaba, sendo tais práticas presentes nos processos eleitorais. E que foram reelaboradas por esta mesma elite, conforme afirma Wagner (2006, p.94-95-96), ao analisar a eleição para deputado no município de Uberaba no ano de 1900:

> O Jornal Gazeta de Uberaba (dos governantes) liderou uma campanha contra o Jornal Lavoura e Comércio (dos fazendeiros). Esta conjuntura política em nada beneficiava o município, pois dividiu os políticos locais O partido da Lavoura disseminou-se pelos outros municípios de Minas Gerais o que, consequentemente, aumentou sua força política na cidade de Uberaba, e passou a fazer uma forte oposição ao governo de Minas Gerais, representado por Silviano Brandão naquele momento. O governo de Minas não queria de forma alguma perder as eleições, afirmando que perder as eleições seria um crime. Os governistas de Uberaba pretendiam, assim, vencer as eleições a qualquer preço, o que acarretou um processo eleitoral tendencioso e desonesto. Na eleição para deputado, a Câmara Municipal, diante da disputa política, tomou atitudes arbitrárias e desonestas, demonstrando que, na luta pelo poder no município, qualquer prática se justificaria. As seções eleitorais funcionavam na Escola Normal; localizada na Praça Afonso Pena (atual Praça Rui Barbosa), porém, no dia do pleito eleitoral, as portas da escola estavam fechadas, obrigando os mesários a instalarem as mesas receptoras de voto no meio da rua. O diretor da Escola Normal, o Dr. Militino Pinto de Carvalho, informou que havia perdido as chaves.

Sendo assim, torna-se evidente a prática de atitudes desonestas diante da disputa política no município de Uberaba, pois as mesas receptoras de votos foram colocadas no meio da rua e, em seguida, uma forte chuva caiu sobre Uberaba, obrigando os eleitores e mesários a se esconderem da chuva na casa mais próxima, sendo esta a residência do Coronel Otaviano Martins Borges; consequentemente o Partido da Lavoura saiu vitorioso do pleito eleitoral (Wagner, 2006).

Nesta perspectiva, o Partido da Lavoura (dos fazendeiros) agregou mais poder no contexto político do município de Uberaba e, por conseguinte, sua representatividade aumentou para a disputa do pleito eleitoral no ano de 1900.

Porém, outras práticas provindas das elites uberabenses interferiram diretamente no pleito eleitoral, constatando-se, assim, o uso do poder de forma desonesta e com o objetivo de se manter no poder a qualquer preço. No ano de 1900, foram inauguradas as “seções das roças”, que nada mais eram que instrumentos utilizados pelas elites uberabenses para controlarem de forma esdrúxula o pleito eleitoral em disputa, conforme afirma Wagner (2006, p. 96):

> Estas seções eleitorais rurais localizavam-se nas grandes fazendas, sendo que as mesas receptoras dos votos eram colocadas em um cômodo (quarto) da sede do imóvel rural. Dessa maneira, só entrava para votar quem o fazendeiro permitisse, e desde que fosse seu correligionário político. Os opositores políticos dos grandes fazendeiros não entravam na casa para votar; assim, vencia o pleito o candidato que representava os grandes proprietários de terra. Desta forma, podemos perceber o poder político local sendo manipulado pelos fazendeiros, por meio do Partido da Lavoura. Fica claro que, em nenhum momento, os mesmos se preocupavam com o desenvolvimento de Uberaba; antes buscavam reconstruir a hegemonia de uma política.

Por conseguinte, podemos afirmar que a política no município de Uberaba era utilizada como instrumento de manutenção da hegemonia por parte desta própria elite, haja vista que estas práticas, como as citadas acima, confirmam a utilização da política como instrumento de reconstrução do poder a qualquer preço.

Para exemplificarmos como os políticos uberabenses utilizavam práticas que evidenciavam uma relação de poder entre a política e a “lei do mais forte” na terrinha

do Zebu, Oliveira (1997, p. 254) descreve um fato ocorrido com um dos políticos de Uberaba, o Coronel Lucas Borges:

> **CÓDIGO DA ROÇA –** O coronel Lucas Borges, nome de rua na cidade, começa na esquina do "Jornal da Manhã" e termina na praça fronteira ao Quartel, foi um dos políticos de melhor oratória na Uberaba do passado. Voz forte, corpo quase atlético, chapéu de aba larga, botina "mateira", sem ser "chiadeira" o coronel Lucas Borges teve momentos de glória por essas paragens. Dono de vastas terras que iam do córrego Água Limpa à beira do rio Tijuco, em direção à Uberlândia, gostava de mascatear gado, levando, comprando reses dos fazendeiros da região. Sempre cercado de 3 ou 4 cavaleiros de porte físico avantajado e rápidos no gatilho, o coronel Lucas Borges chamava seus capangas de "meus amigos de todas as horas". A bem da verdade, fazendeiro em outros tempos que não andasse "devidamente protegido", estava sujeito a morrer sem saber o porquê... O coronel Lucas Borges não poderia fugir à regra, a lei que prevalecia era a "do mais forte". Quem tivesse melhores capangas, caboclos mais corajosos, acabava levando nítida vantagem sobre os que insistiam em assim não proceder... Embora a frase "todo valente morre cedo" no início do século, pelas nossas bandas, a "lei do mais forte" prevalecia. Conta a história, referendada pela família, que o coronel Lucas Borges nunca "comeu pão amanhecido". "Tretou não leu, o tiro comeu", era o lema da época. Numa de suas andanças pelo sertão do Triângulo, o coronel e sua comitiva pararam para descansar a tropa numa estrada "boiadeira" nas cercanias da Prata. Arreados os animais, a égua – madrinha descansando rente à cerca, chega junto aos homens do coronel, um homem de estatura mediana, montado num cavalo baio, fogoso e relinchando pra valer... "Quem é o dono da comitiva?" perguntou em tom ameaçador. "Sou, eu, patrão". Em que lhe posso servir? perguntou o coronel. "Então o senhor não conhece o código do mato, lei das fazendas, onde tudo isso aqui é meu"? perguntou com a mão na cabeça do arreio. "Zé Firmino, vá buscar o código pro moço lê, vai"... Ordem dada, ordem cumprida. Em questão de segundo, vem Firmino, o mais bravo dos capangas do coronel Lucas Borges, com o chicote de tranças segurando firme na mão direita. "Quantos códigos tem aí, moço"? "Seis nós, patrão". Era o chicote com 6 pontas e prontinho para ser acionado. Quando viu o chicote e pressentiu o que lhe poderia acontecer, o infeliz fazendeiro deu meia-volta e saiu em desabalada carreira, perseguido pelos capangas do coronel Lucas Borges, até chegar à porta da fazenda. Nunca mais falou em "código de roça".

O exemplo acima deixa evidente o uso da força como instrumento de poder das elites uberabenses, representadas neste caso pelo Coronel Lucas Borges. Porém, os fatos que norteiam o cotidiano histórico do município de Uberaba e que concomitantemente são exemplos do uso da força/violência fazem parte da história

política dos uberabenses, como o ocorrido no dia 3 de agosto de 1863, no pleito eleitoral envolvendo o Partido dos Conservadores e o Partido dos Liberais, assim descrito por Pontes[7] (1978, p. 107):

> Os conservadores que se aproximavam para votar sofriam acintosa busca pelos soldados, sendo em seguida repelidos sob grosseiras ameaças e de arma apontada ao peito. Cumpre notar que, nas buscas, não se encontrou uma só arma com os conservadores. E por esta forma ficaram privados do direito do voto mais de 800 cidadãos qualificados, vencendo os liberais a eleição, quando era certo que apenas tinham pouco mais de 200 votantes contra mais de 800 conservadores! Depois da eleição – ainda não saciada a sede de vingança - os Liberais imaginaram delitos da parte dos Conservadores que estariam sendo levados a um movimento revolucionário pelo seu chefe o Comendador João Quintino Teixeira. E daí, com testemunhas adrede arranjadas processaram este chefe, o coronel Jose Teixeira Alves de Oliveira, seu irmão, o dr. Manuel José Pinto de Vasconcelos, juiz de direito e muitos outros distintos conservadores, alguns dos quais foram arrastados à barra do tribunal como cabeças da imaginária sedição. E o governo, para afastar de si as justas censuras da imprensa e a condenação da opinião pública, suspendeu e mandou responsabilizar pró forma o juiz municipal dr. Balbino de Morais Pinheiro, cabeça pensante de todos aqueles acontecimentos. Nesse pleito quem venceu não foi o prestígio dos Liberais progressistas, mas sim, o bacamarte do governo armado à porta da igreja matriz, as prisões violentas que se efetuaram, os processos vergonhosos que se restauraram contra cidadãos, cujo único crime que se lhes podia imputar era o de serem conservadores.

[7] Memorialista uberabense - Hildebrando de Araújo Pontes nasceu em 1879 no distrito de Jubaí, município de Conquista, MG, e faleceu em 1940,em Uberaba. Escreveu dezenas de livros referentes aos mais variados aspectos de Uberaba e região, investigando, pesquisando, informando sobre o dialeto Capiau, o rebanho bovino, a introdução da cultura do cafeeiro, fauna, folclore e constituição geológica e riquezas naturais do Triângulo Mineiro. Particularmente, levantou e estudou, de maneira sistemática, os fatos históricos da cidade e da região, em obras como História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central e sobre a história de Araxá e Patrocínio. Deixou ainda diversos outros trabalhos a respeito do teatro, imprensa e tipos populares de Uberaba, além de genealogias e livros de memória e reminiscência. Sabia usar, e usou com tenacidade, seu tempo de viver, e, juntamente com outros poucos estudiosos, construiu, organizou e conservou nossa memória regional. Foi um idealista, um incansável. Um homem que, ao lado de Antonio Borges Sampaio, Uberaba e região devem permanentemente as maiores homenagens. Entre as obras escritas por Hildebrando Pontes e permanecidas inéditas por meio século, encontra-se História do Futebol em Uberaba, que demonstra, de maneira inequívoca, o sentido de abrangência da totalidade dos fenômenos humanos por parte de seu autor (PAOLINELLI, 2009, p. 98).

Ressaltamos que as citações acima são imprescindíveis para afirmarmos a nossa Tese: o Coronelismo Despótico, pois assim demonstraremos que a Uberaba do século XIX perpetua suas práticas representadas nas ações esdrúxulas e arbitrárias das elites uberabenses ao longo do tempo. E explicitaremos que as elites da Uberaba dos séculos XX e XXI continuam perpetuando práticas que visam exclusivamente o controle/manutenção do poder hegemônico nas suas diversas interfaces; daí a diversidade de suas práticas.

Porém, antes de construirmos a análise das práticas das elites uberabenses e suas reconfigurações no contexto atual, citaremos alguns exemplos que evidenciam o uso do poder por parte destas elites. Conforme afirma Pontes (1978, p. 124) sobre as eleições uberabenses no ano de 1886:

> A apuração da eleição geral realizou-se a 31 de janeiro. Neste dia reproduziu-se a mesma cena do dia 15. A cidade foi invadida por numerosos paisanos armados, a disparar tiros a torta e a direito, levando o terror ao centro das famílias. E a força pública, mais uma vez, fraternizada com os capangas conservadores, constituindo um corpo só, foi postar-se à porta da Câmara Municipal, afrontando as leis, o pudor público e as ordens reiteradas do juiz de direito da comarca, dr. Zeferino de Almeida Pinto, que se declarou coacto. Entretanto, a pedido do coronel Francisco de Paula e Oliveira França, juiz de paz conservador do Distrito de Desemboque, o tenente Valamiel retirou-se, deixando, todavia, parte da força para secundar a capangagem na execução do intento. Ao chegar a ata de Uberaba, foi suscitada a questão da validade ou nulidade das duas eleições procedidas na paróquia destas cidades: na câmara municipal, pelos conservadores, e na igreja matriz, pelos liberais. Foram desprezados os votos da eleição da igreja e se apuraram somente os da secção da Câmara, onde o dr. João Caetano de Oliveira e Sousa obteve maioria absoluta de votos, pelo que foi diplomado, reconhecido e empossado a 13 de julho de 1886. A 1º de julho seguinte, dia em que se realizava a eleição de vereadores à Câmara Municipal, houve terceiro atentado à liberdade do voto levado a efeito pelos conservadores. Inopinadamente, uma poderosa escolta formada de dois chefes do partido e grande número de capangas, penetrou de roldão, até a urna que encheram de cédulas, inutilizando-se a eleição.

Por conseguinte, Pontes (1978) cita os atos violentos/fraudulentos praticados pelas elites que desejavam a qualquer preço manter-se no poder político da “Princesa do Sertão” do século XIX. Nos fatos políticos abaixo, o autor deixa claro

que tais práticas fraudulentas, ocorridas no âmbito político do município de Uberaba, prevaleceram no século XX (1978, p. 178-179):

> Em Uberaba ninguém ignora a maneira como foram feitas as eleições municipais de 1918. Com as mesas unânimes, as listas de chamada organizadas a dedo, as seções ocupadas por soldados armados de carabinas embaladas fornecidas pelo delegado de polícia, auxiliados pela sabedoria de um jurisconsulto neófito, encerrada a votação uma hora depois de abertas as secções, sem que pudesse votar a maioria dos eleitores democratas, cujos nomes vinham, de propósito, em último lugar nas listas de chamadas, os concentrados, assim venceram por uma esmagadora maioria. Triunfou a fraude, dominou a violência sobre o direito e a lei.

Outro exemplo que vamos elucidar a seguir diz respeito a outro tipo de violência praticada pelas elites uberabenses no pleito eleitoral. Agora não é mais a carabina usada e sim a “compra de votos”, uma prática utilizada pelos que desejavam a manutenção do poder no município de Uberaba.

Pontes (1978, p. 145) relata a compra de votos no pleito eleitoral do município de Uberaba no ano de 1904:

> O Partido Republicano Municipal, para a propaganda e defesa do seu ideal, fundou **O Município,** redigido pelos doutores Felipe Aché e Militino Pinto de Carvalho que se filiara ao partido. O Partido Republicano Mineiro, sem jornal, era, graciosamente, defendido pela **Gazeta de Uberaba.** De maio até às eleições de 1º de novembro, seguiram – se, para Uberaba, seis meses de mexericos e fuxicos que culminaram nos dias imediatamente anteriores ao do pleito. O delegado de polícia, Julio Marinho de Oliveira Ramos, açulado pelos maiores do partido, praticou toda a sorte de arbitrariedades, a ponto de ser preciso pedir – se ao governo estadual uma providência em ordem a por termo aos dislates daquela autoridade. A este apelo, o dr. Francisco Antonio de Sales, presidente do Estado, mandou para garantir Uberaba o dr. Elpidio Martins Canabrava, em caráter imparcial. O Partido Arara descuidara-se da qualificação dos seus correligionários; enquanto o Partido Pachola fizera o inverso. O eleitorado uberabense era apenas de 687 eleitores, dos quais 413, no dia 31 de outubro de 1904, véspera da eleição, estavam dentro do único “quartel” que o Partido Republicano Municipal tinha, na praça da Matriz. No dia seguinte, 1º de novembro, bastante chuvoso, começaram a aparecer cedo, de todos os lados homens, quer calçados ou descalços, de gravatas amarelas; e os chefes araras e até mesmo alguns cabos eleitorais do partido, empunhando maços de envelopes de duas espécies: um, contendo cédulas do partido, e

> outro, contendo cédulas do Banco do Brasil (notas). Foi, assim, uma desbragada compra de votos de princípio ao fim da eleição, pelos chefes do Partido Republicano Mineiro; enquanto que os do Partido Republicano Municipal, julgando-se antecipadamente, vitoriosos, deixaram correr o pleito, quase livremente, resultando, daí, a maioria de 28 votos do Partido Arara sobre o Pachola, no vereador especial da cidade. Murmurou-se, depois, que a derrota do Partido Republicano Municipal fora devida, também, à traição de um dos seus chefes que, para ganhar cinco contos de réis, "empenhara" vultoso número de envelopes pacholas com cédulas araras.

Portanto, as disputas pela hegemonia no âmbito político do município de Uberaba são constatadas ao longo do tempo. Sendo assim, é imprescindível uma análise contundente de um escritor que, além de abordar, nas suas obras, o cotidiano do município de Uberaba no âmbito econômico, político e social, perfaz uma análise crítico-reflexiva de forma direta e contrária ao posicionamento da maioria dos memorialistas que utilizamos no decorrer da pesquisa, os quais apenas apontaram os fatos ocorridos e não fizeram uma leitura crítica acerca dos acontecimentos que nortearam as práticas das elites uberabenses, bem como de seus processos de reconstrução com o objetivo de se manter no poder, perpetuando, desse modo, a hegemonia destas elites na (re) produção do espaço geográfico uberabense.

Referimo-nos a um dos escritores uberabenses que registrou as práticas das elites uberabenses nas décadas de 1910 e 1920, narrando-as com perspicácia diversa de seus conterrâneos: Orlando Ferreira (Doca)[8].

É importante ressaltarmos que nos referimos a Orlando Ferreira como escritor uberabense, e não como memorialista, haja vista a característica crítico-reflexiva das suas obras. Em contrapartida, as obras dos diversos memorialistas que analisamos no transcorrer da pesquisa nos propiciaram um conhecimento puramente factualista.

[8] Orlando Ferreira, O Doca: Nasceu em Uberaba, em junho de 1887. Foi o maior polemista uberabense, sendo anticlerical ferrenho e crítico mordaz das classes dominantes e dos políticos da época. Foi jornalista, mascate de Zebu e, também, funcionário dos Correios. Faleceu em Uberaba, em outubro de 1957. Algumas obras não se sabe se foram publicadas, tais como: *Dicionário das Ideias Sugeridas pelas Palavras*; *Vício e Beleza*, romance de costumes regionais; *A Dança e seu Perigo*. Obras publicadas: *Pela Verdade – Espiritismo e Catolicismo*, 1919. *Rui Barbosa e seus Detratores*, 1921. *Terra Madrasta – Um Povo infeliz*, 1928. *Capitalismo e Comunismo*, 1932. *A Ilusão Capitalista*, 1933. *Forja de Anões*, 1940 e *Pântano Sagrado*, 1948 (PAOLINELLI, 2009, p. 160).

No transcorrer de nossa Tese, pesquisamos a biografia de cada memorialista e escritor uberabense, sendo que a mesma será anexada ao texto como nota de rodapé. Solicitamos que os leitores observem as biografias de cada escritor ou memorialista uberabense, pois uma inquietação por certo curiosa nos chamou a atenção: o ufanismo presente nas biografias dos memorialistas, não encontrado na biografia de escritores uberabenses como Orlando Ferreira, que, além das informações do cotidiano uberabense, construiu uma análise crítica com relação à condução da política, da economia, das questões sociais, bem como em relação ao comportamento do clero uberabense.

É suficiente observarmos as biografias: enquanto alguns memorialistas apresentam uma página frente e verso de informações das suas obras e da sua vida, Orlando Ferreira possui apenas um parágrafo, direto e sem nenhum comentário acerca da importância das suas obras na leitura do cotidiano uberabense em diferentes escalas. Será coincidência ou ufanismo?

Nesta perspectiva, vamos analisar a obra de Orlando Ferreira, *Terra Madrasta – Um povo infeliz*, e, concomitantemente, a relacionamos à política do município de Uberaba e suas facetas. Vejamos o excerto abaixo (1928, p. 107):

> Agora o leitor tenha paciência: muna-se de uma quantidade boa de ácido phenico ou, na falta desse produto desinfectante, leve o lenço ao nariz porque, com perdão da palavra, vou tratar da celebérrima política de Uberaba. A crise política, o mal político, a politicorrhéa chlorotica que infelicita o Brasil há longos anos, existe em Uberaba com uma vitalidade tal e com tamanha efervescência aqui se desenvolve, cresce e aumenta que, sem medo de contestação, posso dizer que a nossa terra, dentre todas, é a mais infeliz e desgraçada, e a que mais faz jus a comiseração publica. De fato, se analisarmos os acontecimentos locais, especialmente os que se observaram no período entre 1914 e 1925, seremos forçados a esta conclusão, cheios de horror e espanto: Uberaba, em costumes, em hábitos condenados, subiu o mais alto grau da degradação moral, bateu mesmo o record da imoralidade, atingiu o máximo da hediondez possível, e, como só se fala em campeonatos, na hora presente, é de justiça que todos lhe reconheçam o seu verdadeiro e merecido título, isto é, (falando a linguagem popular), em pouca vergonha, Uberaba é a campeã do Brasil! Eu sei que o mal político existe no Brasil inteiro, que a maldita e estúpida politicorrhéa, em toda parte, transformou os homens completamente, mas Uberaba é um caso único e sem par na vida de uma nação! Aqui os homens chamados “políticos”, carrancudos chefes de família, que ocupam as

> mais elevadas posições sociais do interior, não se pejam de praticar as ações mais infames e que, em outros tempos já remotos, envergonhariam as pessoas mais ínfimas do povo!

Torna-se clara assim, a postura crítico-reflexiva do escritor acima citado, haja vista a diferença do discurso do mesmo em relação aos demais memorialistas que utilizamos na pesquisa. O uso da política no município de Uberaba como instrumento de poder é notório na fala de Ferreira (1928). A análise do autor é confirmada nas afirmações do jornal *Lavoura e Comércio*[9]*.*

O autor continua sua análise ao descrever detalhadamente o que ele chama de "o primeiro grande atentado à Moral praticado em Uberaba", ao apontar determinado partido político comandado por Alaor Prata como o responsável pela queima de papéis que pertenciam ao pleito eleitoral no município de Uberaba[10].

Ferreira (1928) deixa claras as práticas utilizadas pelas elites uberabenses e que perpetuaram por décadas, como o uso da violência e o abuso de poder por parte dos dirigentes de partidos políticos, como o citado acima. A Uberaba do século XXI, mesmo depois destas práticas escusas nos pleitos eleitorais, homenageia a figura do senhor Alaor Prata, nomeando com o seu nome uma das principais ruas do

---

[9] Sempre a administração local foi na verdade, orientada pelos homens que detinham a força político – partidária no município, vendo-se por vezes inteiramente manietada na sua ação, quando não de acordo com essa interferência perigosa. (Lavoura e Comércio nº 2538, de 1-10-1922).

[10] Eis a terrível situação a que atingimos depois de 116 anos de existência! Em Uberaba, nos últimos anos, nunca houve uma eleição livre; sempre, de envolta com assassinatos e espancamentos covardes e traiçoeiros, sempre campeou a mais desbragada imoralidade, a mais pérfida corrupção nos pleitos eleitorais; a arma dos chefes políticos uberabenses, exceção feita de alguns poucos e raríssimos, desses chefes de bobagem, cretinos e idiotas, cuja única aptidão é saberem ser mandões, foram sempre a violência, a carabina, as ameaças, o suborno, a compra de votos, a traição, as atas falsas, o ignóbil e desprezível soldado nas seções a garantir as suas torpezas. Quase todos os funcionários públicos são partidários exaltados e quase todos não vacilam em prostituir o cargo que desempenham, pondo – o ao serviço de seu partido para a execução de planos criminosos e indignos. Ainda está bem vivo na memória do povo (e cito casos recentes para me não tornar prolixo, fazendo referencias a outros antigos e muito deprimentes para a nossa terra) o que se passou em plena rua do Comércio, a mais central via pública de Uberaba: transitava por ali o oficial de justiça que conduzia os papeis do alistamento eleitoral, quando este serventuário público foi assaltado por indivíduos mascarados que, agindo sob as ordens de certos políticos do partido chefiado pelo Sr. Alaor Prata, intimaram-no com armas em punho a entregar-lhes aqueles documentos preciosos que davam ao partido contrário cerca de 500 votos a mais além dos que já possuía. Realizada esta proeza, os bandidos fugiram e queimaram os referidos papeis (FERREIRA, 1928, p. 135).

município de Uberaba. É ou não é uma reconfiguração do poder hegemônico destas elites?

Ferreira (1928, p. 141) prossegue com seus apontamentos relacionados às práticas espúrias ocorridas no pleito eleitoral do municipal de Uberaba:

> A degradação chegou a tal ponto em Uberaba que, além das violências praticadas pelos mesários, já citadas, eles ainda debochavam do ato da eleição, transformando a mesa eleitoral num imundo bordel: é fato público e notório em nossa terra que os tais fazedores de eleição ao fabricarem as atas falsas, o fazem debaixo de gargalhadas, e, no momento de falsificarem a firma dos eleitores, um começa a escrever, e, para que as assinaturas sejam diferentes umas das outras, outro pega na ponta do livro de atas e o sacode de vagarinho afim de sair a letra tremula.

O que o autor acima denomina de “fazedores de eleição” ainda existe no município de Uberaba – a Princesa do Sertão – que continua a abrigar os coronéis e suas práticas com o objetivo único de reconfigurarem seu poder hegemônico e manterem-se no poder a qualquer preço. Explicitaremos detalhadamente que tais práticas realizadas no âmbito político, econômico e social ainda fazem parte da Uberaba dos séculos XX e XXI, assim como o uso da violência por parte dos coronéis e líderes partidários. E demonstraremos que as práticas das elites uberabenses foram reformuladas e reconstruídas conforme suas diversidades na nova reconfiguração de tais práticas, com o objetivo de se manter do poder.

Outra questão muito bem apontada por Ferreira (1928) refere-se às consequências destas práticas abusivas pelos detentores do poder político no município de Uberaba. O uso da violência passou a fazer parte no cotidiano uberabense, as elites uberabenses resolviam suas diferenças diante de seus adversários na bala disparada por carabinas juntamente com jagunços que matavam e perseguiam as pessoas contrárias aos seus interesses.

Nesta perspectiva, este poder simbólico do uso da violência como instrumento para se resolver as diferenças impregnou na população a construção de um imaginário que denota o uso da violência como fator determinante para os indivíduos sanarem suas diferenças e se autoafirmarem na sociedade uberabense.

Ferreira (1928, p. 153) aborda estas questões nos informando como era o cotidiano da população uberabense diante deste imaginário construído pelas elites uberabenses, com o uso da violência como instrumento de dominação e de reafirmação de poder:

> Em Uberaba, autoridades, políticos, júri, jogo, clero, etc., tudo, de mãos unidas, coopera para o aumento espantoso do crime! Aqui, mata-se por qualquer coisa; mata-se mesmo por coisa nenhuma! Matar é a preocupação, é a obsessão de quase todo o povo! Por toda parte vêm-se grupos de homens e de rapazes: que discutem eles? Arte? Literatura? Coisas úteis? Não! Casos de morte, casos de briga, casos de valentia! Uberaba é um vasto arsenal. Raríssimo é o indivíduo que não anda armado de faca e revolver. Todos os bolsos estão repletos de balas. – Não mexe comigo, porque se não eu mato! Entre nós, brincar com o seu lenço e matar, divertir-se em apontar o revolver para o amigo, é coisa que vê comumente em público; vemos rapazes chiques, da elite, irem armados aos bailes e entregarem a moça, filha do dono da casa, a sua arma dizendo-lhe: Guarda isso. E vai a jovem, rindo, guardar lá dentro um bruto trinta e oito! Muitos dançam armados. Outros rapazes, também da elite, em salas de visitas, repletas de gente, tiram de a cintura o seu revolver e ficam durante vários minutos a limpá-lo com o seu lenço de seda ou, então, divertem-se em pegar e acariciar balas que tiram a todo momento do colete, durante toda a conversação, mesmo diante de uma senhorita! Não pode existir, no mundo, outra terra de maior caipirismo. Entre nós, muitas pessoas trazem presa à corrente do relógio, como enfeite, uma bala de revólver ou carabina; a caneta ou lapiseira de Fulano ou Beltrano – já viram? É uma comprida bala de fuzil com encrustações a ouro. Se um rapaz ou homem vai à missa, na posição que ajoelha, deixa ver imediatamente o cano da sua arma predileta; e quando vai à rua, em passeio, se abotoa o paletó, é aquela saliência medonha, indicando que o cavaleiro está muito bem armado. Não mexa com ele! A arma de fogo é o fetiche do uberabense...

Outra questão de extrema importância que Ferreira (1928) aborda, de forma contundente no município de Uberaba na década de 1920, e que ainda faz parte da realidade uberabense no século XXI: a problemática da qualidade da educação. O autor enfatiza a elevada taxa de analfabetismo, o despreparo dos professores e a falta de material didático.

É notório o desprezo por parte das elites uberabenses, que detêm o poder político, em relação à uma educação de qualidade e que atenda às necessidades da população. O saber e o acesso à educação de qualidade tornam-se um instrumento libertador, que propiciará à população uberabense novas perspectivas diante do cenário político que assombra todo município: violência, perseguições e corrupção.

A educação de qualidade e oportunidades que decorrem do acesso ao conhecimento são, por conseguinte, a única resposta eficaz ao uso do poder de forma coercitiva e opressora. Não existem carabinas e coronéis, centenas de jagunços, servidores públicos corruptos que resistam a uma população que passa pelo sentimento de liberdade propiciado pelo acesso ao saber e ao conhecimento libertador.

Ferreira (1928, p. 155) enfatiza esta questão ao afirmar que:

> Ao lado do crime, na razão direta do seu espantoso desenvolvimento, aumenta também o analfabetismo entre nós! No Brasil, Uberaba é a terra que conta maior número de analfabetos. Não temos escola e as poucas que existem, são mal providas, com professores atrasadíssimos, desmoralizados, de péssima reputação e sem material didático!

Sobre as deficiências na educação do município de Uberaba, o Jornal Lavoura e Comércio, na data de 03 de fevereiro de 1924, também manifesta sua posição[11].

[11] Mais uma vez fica lamentavelmente em foco o descaso do governo do Estado por esta zona, e, logo, por Uberaba. Se esse abandono não atingisse a própria infância analfabeta e pobre, ainda ele não seria tão escandaloso e perverso. Estamos acostumados, nós do Triângulo, com a indiferença criminosa do governo, que só nos vê, arregalando olhos de abutre e alongando unhas de presa, quando se trata de pagar impostos. Todavia, é muito forte essa indiferença quando ela atinge a infância que quer aprender a ler e a escrever. Neste caso é certo que um brado de revolta se impõe. O caso, em Uberaba, só para citar Uberaba, é alarmante. Temos aqui um grupo escolar, que vive transbordando de alunos. Os que podem matricular, muito bem. Os que sobram, ou os que desanimados não veem procurar o grupo, esses que se fomentem. Assim, pode - se afirmar que o grupo escolar local é apenas uma prova dolorosa de que imediatamente necessitamos de outro grupo escolar, maior que o atual, e funcionando em dois turnos. Ou, melhor, para encontrarmos melhor lógica na aparente falta de lógica, o grupo escolar local ali está, naquela praça (que precisa aliás de uma capina), para provar à sociedade o abandono que o governo nos deixa em matéria de instrução rudimentar ou primária. Vejamos o que se passa este ano no grupo escolar local. Matricularam-se quinhentos e tantos alunos (em 1919 a matrícula atingiu a 1000 alunos). Quase trezentos não puderam se matricular. Logo, apesar, da vontade manifestada de aprender a ler, essas crianças tem que ficar analfabetas. Assim, para mais de mil crianças temos na cidade impossibilitada de aprender a ler por falta de escolas. Mas, apesar de nossos brados nesse sentido, o governo ainda não se lembrou de Uberaba. E

Portanto, torna-se evidente o descaso do Estado com a educação, porém algumas inquietações nos instigam com relação a esta problemática: como as elites uberabenses que resolviam todas as suas pendências a qualquer preço se manifestaram diante desta dificuldade da educação no município de Uberaba? Quais as reais causas provenientes do descaso do Governo de Minas com relação ao município de Uberaba? Ou será que estas questões/divergências ocorriam entre o Governo de Minas Gerais e as elites uberabenses, propiciando um total descaso com a educação uberabense?

Ferreira (1928, p. 169) nomeia sem pormenores as famílias que representam os entraves no desenvolvimento do município de Uberaba:

> As três grandes famílias deste município, Borges, Rodrigues da Cunha e Prata têm sido, infelizmente uma das maiores forças oponentes ao progresso uberabense. Uberaba tem sofrido terrivelmente com a ação demolidora dessa três famílias. O defeito dessa gente é querer mandar, gostar de política e ocupar posições incompatíveis com o seu grau de adiantamento. Daí o prejuízo para Uberaba. Há muitos anos que os Borges, os Rodrigues da Cunha e os Prata, infelizmente, dominam em nossa terra, sem ter proporcionado o menor benefício para a sociedade, a não ser o exclusivismo da criação bovina. Ricos, abastados, podiam criar outras indústrias novas, de ótimos resultados, de melhores benefícios para a comunhão social, mas não o fazem, absorvidos pela pecuária, na facilidade da criação de enormes rebanhos que demandam pequeno esforço, diminuindo o número de empregados, insignificantes despesas e em empréstimos a juros baixos ao mês. É a lei do menor esforço em plena execução. Além disso, sem cultivo algum, sem ao menos saberem administrar em regra as suas fazendas, eles querem também fazer política, querem ser dirigentes e até administradores de um município de 9. 664 KM²! E as consequências estão aí aos olhos de todo mundo. Uberaba é a terra mais atrasada do globo! Este é o prejuízo material que eles causam. E o moral? Sofre este também, a infeliz população uberabense! Porque a lei não existia para eles: resolvem tudo a tiros e a pau. O bárbaro espancamento do Sr. Militino Pinto de Carvalho; a expulsão do Coronel Antonio Borges Sampaio, acompanhado de forte tiroteio em frente de sua casa, em pleno dia, no coração da cidade; o assassinato de Cornélio de Oliveira e outros; arrebatamento de papeis de alistamento eleitoral, praticado durante o dia, em plena rua do Comércio; a expulsão do delegado Argolo; o desacato ao juiz Tinoco e muitas outras cenas vergonhosas e deprimentes.

---

certamente não se lembrará! Mas sejamos modestos, e fiquemos na instrução primária, pedindo seriamente ao governo que volte as suas sagradas vistas para a nossa deplorável e vergonhosa situação nesse sentido. (Jornal Lavoura e Comércio, nº 2678, de 03-02-1924).

Ferreira (1928) analisa a realidade do município de Uberaba frente às práticas das elites uberabenses nos diferentes seguimentos: político, econômico e educacional. Permite ao leitor uma leitura crítico-reflexiva acerca do cotidiano uberabense e suas interfaces, o que o diferencia drasticamente dos demais memorialistas que utilizamos no transcorrer da referida pesquisa.

Esse autor utiliza uma imagem na sua obra *Terra Madrasta - um povo infeliz*, que denota o imaginário de Uberaba por meio das práticas elaboradas pelas elites uberabenses, representadas por determinados segmentos da sociedade no cotidiano do município. Vamos observar a imagem abaixo.

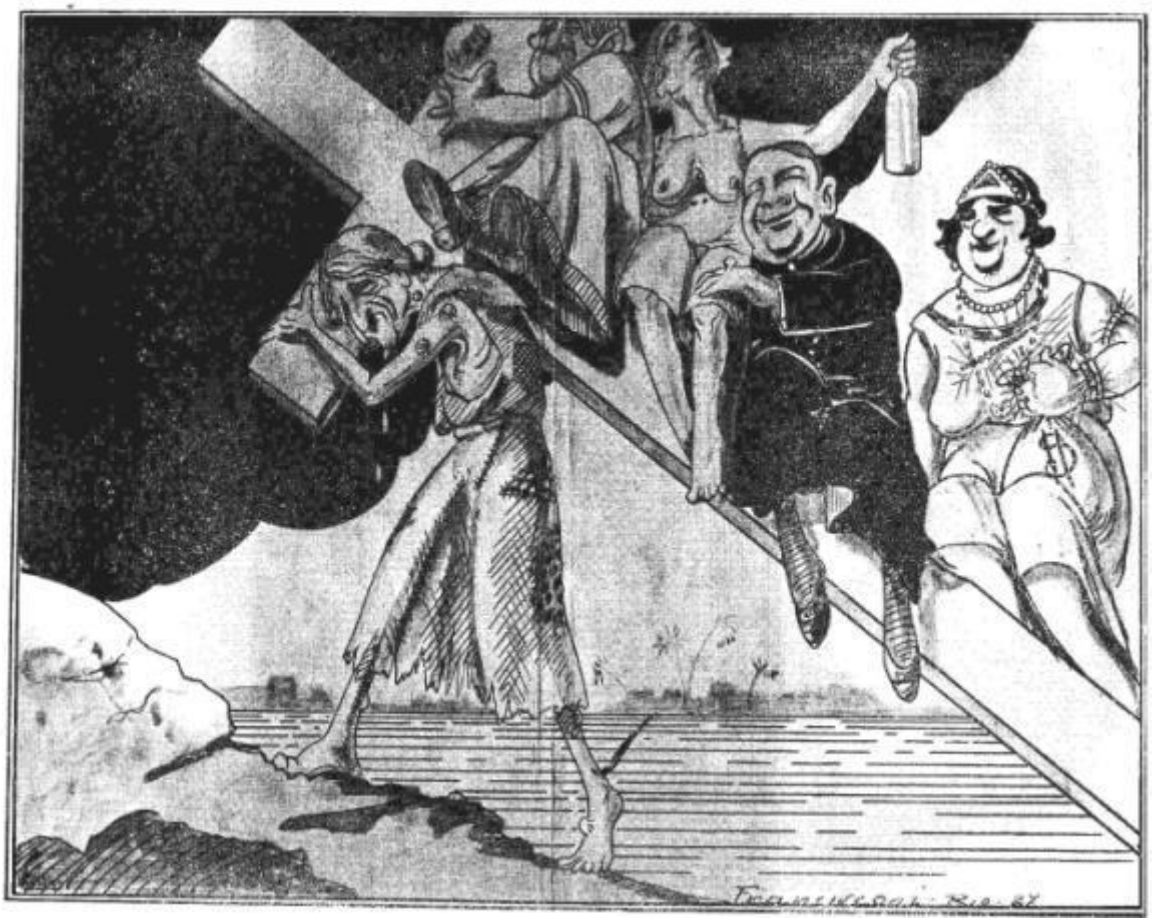


FIGURA 10 – A Desgraçada Uberaba caminha para o calvário carregando a sua pesada cruz e os seus maiores algozes: A Administração, a Política, o Clero e a Empresa Força e Luz.
Fonte: Ferreira (1928, p. 249).

Ao analisarmos os fatos explicitados acima, podemos afirmar, e do crime questionar: esta foi a Uberaba ladeada com o título de “Princesa do Sertão”, onde a imponência dos coronéis prevalecia nas disputas políticas e que, concomitantemente, interferia diretamente no âmbito econômico e social? E na Uberaba de hoje (século XXI), estas práticas ainda ocorrem? Como podemos distingui-las? E os coronéis ainda remontam às mesmas práticas?

Para explicarmos tais inquietações, explicaremos os fatos ocorridos no pleito eleitoral ocorrido no ano de 1992, referente à sucessão do prefeito Hugo Rodrigues da Cunha, haja vista a importância de sua análise como exemplificação do uso do poder das elites uberabenses na década de 1990 para reconstruir sua hegemonia, utilizando-se de práticas esdrúxulas que confirmam a disputa pelo poder a qualquer preço. O jornalista Luiz Gonzaga na sua obra mais recente, intitulada *Terra Mãe*, analisa as práticas ocorridas no pleito eleitoral no ano de 1992. Oliveira (2012, p. 223) diz:

> Filho de um dos jornalistas mais importantes de Uberaba de todos os tempos, Ataliba Guaritá Neto, carinhosamente chamado de “Netinho”, o pupilo de Hugo, mercê o grande nome que herdara, além do apoio da máquina administrativa, Luis Neto, elegeu-se, sem antes passar por alguns constrangimentos. Exemplo: a apuração de votos, naquela eleição (91-92), à época feita nas mesas receptoras de votos. Na contagem, até por volta de 24 horas, a esposa do ex-prefeito Wagner do Nascimento, Isabel que substituira o marido impedido de candidatar-se, em votação paralela da única emissora de televisão local, TV – Regional – canal 7, que cobria o pleito, liderava a votação. Ao encerrar-se os trabalhos daquela primeira noite (a contagem era manual, voto a voto) na manhã seguinte, Luis Neto, ganhara a frente da votação... Dúvidas dos partidários de Isabel do Nascimento, à parte, Luis Neto foi o vencedor com uma diferença de 5.000 votos, durante algum tempo, dizem os eleitores da ex- primeira dama, cédulas de votação foram “encontradas” em várias áreas periféricas de Uberaba, mas com a diplomação e posse dos eleitos, o assunto ficou em sono eterno...

Tais inquietações nos instigaram no transcorrer de toda a pesquisa, não somente da pesquisa que resultou na presente Tese, mas também na Dissertação de Mestrado (WAGNER, 2006).

Desde a pesquisa do Mestrado, iniciada no ano de 2003, estas inquietações fazem parte do meu universo apaixonado pela referida temática e pela pesquisa, haja vista a constatação das mesmas práticas utilizadas pelas elites uberabenses no ano de 1900, sendo reelaboradas e novamente utilizadas pelas elites uberabenses no ano 2000 no pleito eleitoral para prefeito do município de Uberaba.

Para instigar a curiosidade dos leitores e construirmos um raciocínio acerca da reconstrução das práticas que, concomitantemente, foram reelaboradas pelas elites uberabenses no atual contexto político do município de Uberaba, demonstraremos tais práticas no Capítulo 5, haja vista que analisaremos o pleito eleitoral ocorrido em 11/2000, envolvendo o Dr. Marcos Montes Cordeiro, e o seu opositor, o Dr. Anderson Adauto Pereira.

Nesta perspectiva, analisaremos as práticas utilizadas pelas elites uberabenses, bem como sua diversidade em diferentes escalas e em tempos históricos distintos, pois os “coronéis” da Uberaba do século XIX e século XX utilizavam-se do pleito eleitoral para manter a hegemonia no município de Uberaba, bem como do uso dos “jagunços” e do “revólver”, sendo estes os instrumentos que determinavam, por parte das elites dominantes, que podemos denominar também de oligarquias agrárias, a manutenção do poder sob seu controle.

“Porém, a Uberaba de hoje (século XXI) ainda possui seus coronéis”? A resposta é direta: sim, ainda temos nossos coronéis, logicamente com outras práticas, reelaboradas, que propiciaram a reconfiguração destas elites para se manterem no poder, bem como manter sua hegemonia na (re)produção do espaço geográfico uberabense. Não temos os “coronéis” protegidos por “jagunços com porte físico avantajado” ou “coronéis” que utilizavam o revólver como sendo a palavra final e a máxima “Tretou não leu, o tiro comeu”, pois estas práticas foram reelaboradas e reconstruídas, sendo esta a essência da nossa Tese sobre o Coronelismo Despótico.

Por conseguinte, o coronel da Uberaba do século XXI não possui jagunços nem utiliza o revólver; porém, possui outras estruturas de poder: o título de doutor e o uso dos recursos públicos como instrumento de poder. Como exemplo, podemos citar o uso da máquina administrativa (contratando empresas de publicidade,

nomeando cargos indicados e comissionados, viabilizando obras “de interesse público”).

É imprescindível discutirmos, após analisarmos as práticas das elites uberabenses, no que diz respeito ao uso da política como instrumento de poder, qual é o significado da Política? Para respondermos tal questionamento, nos reportamos à obra clássica de Hannah Arendt, *A Promessa da Política*, na qual (2008, p. 161) afirma:

> A resposta à questão do significado da política é tão simples e conclusiva que se poderia pensar que todas as outras são absolutamente irrelevantes. A resposta é: o significado da política é a liberdade. Sua simplicidade e força conclusiva não estão no fato de serem tão velhas quanto a pergunta – que claramente provém da dúvida e é inspirada pela desconfiança, mas na existência da política como tal.

Portanto, a política nos dizeres de Arendt, deixa claros os pressupostos que norteiam ou deveriam nortear o uso da política no município de Uberaba. A mesma análise encontramos na obra *A Política*, de Aristóteles, que afirma (1998, p. 145):

> No que diz respeito à arte política, deve-se considerar não apenas qual é o melhor governo, aquele que se deve preferir quando nenhum obstáculo exterior se opõe, mas também aquele que convém a cada povo, pois nem todos são suscetíveis do melhor.

Sendo assim, o uso da política como instrumento de poder perfaz a busca constante da liberdade e concomitantemente a não intervenção de obstáculos exteriores que contrariam o uso da política como instrumento de desenvolvimento econômico. Devemos perceber que as elites uberabenses usaram da liberdade concedida pelo poder das armas e do econômico para consolidarem o seu poder político e social sobre as classes ignorantes politicamente e afundadas em suas necessidades de sobrevivência, permitindo a evolução do coronelismo autoritário e ditatorial para o despótico que concede ganhos e vantagens sociais para não se mover do poder.

É notório que o objetivo de nossa Tese é entender as elites uberabenses na sua diversidade, sem a pretensão de simplesmente apontarmos e classificarmos as elites uberabenses.

Nesta perspectiva, como os diferentes autores definem o Coronelismo? E qual a relação das elites uberabenses com os pressupostos representados pelo Coronelismo? Podemos afirmar tratar-se de uma elite representada pelo mandonismo dos coronéis? Ou será que estas elites se (re)configuraram e estabeleceram características que poderemos identificar como práticas despóticas e, concomitantemente, afirmar/confirmar a essência de nossa Tese com relação ao Coronelismo Despótico? Foram estes os questionamentos que nortearam o desenvolvimento do presente capítulo; procuramos responder a tais indagações de forma crítico-reflexiva.

No próximo capítulo, propiciaremos um debate crítico-reflexivo das obras dos memorialistas uberabenses, bem como o uso destas obras como instrumento de (re) configuração do poder hegemônico das elites uberabenses. Todavia, destacaremos a importância das Narrativas na realização da análise crítico-reflexiva do papel dos memorialistas uberabenses no contexto histórico, político e social do município de Uberaba.

CAPÍTULO 2

GEOGRAFIA HISTÓRICA: uma análise crítica do papel das obras dos memorialistas uberabenses e o uso destas obras na (re)configuração do poder hegemônico das elites uberabenses.

Nesse capítulo, realizaremos uma análise crítico-reflexiva acerca do papel dos memorialistas uberabenses na reconfiguração das Elites uberabenses, bem como a sua constituição hegemônica nos bastidores do poder político e econômico e, concomitantemente, o uso das obras dos memorialistas como instrumento de poder por parte das elites uberabenses na (re)configuração de seu poder hegemônico. Além da realização de um diálogo com os memorialistas da temática estudada, é imprescindível uma análise crítica do uso de suas obras para analisar a História de Uberaba conforme os interesses das elites uberabenses.

Na dissertação de Mestrado intitulada *Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960* **–** propiciamos uma análise detalhada das obras dos memorialistas uberabenses e o posicionamento dos mesmos a favor das elites uberabenses, bem como dos instrumentos utilizados para se manterem no poder, haja visto a (re) configuração de suas práticas para se manterem no poder.

Nesta perspectiva, e, para avançarmos no debate, propiciaremos uma análise crítico-reflexiva do uso das obras dos memorialistas como instrumento de poder das elites uberabenses. Elaboraremos uma análise política e econômica acerca da realidade uberabense com o objetivo de ultrapassar os limites da factualidade, e recontaremos a História de Uberaba sem usar as lentes de suas elites, considerando, igualmente, o processo de (re) produção do espaço geográfico do município de Uberaba.

É importante destacarmos que a contribuição dos escritores regionais não acadêmicos foi imprescindível para que conhecêssemos o espaço geográfico do município de Uberaba no período de 1870 a 2007, bem como a postura dos sujeitos sociais que testemunharam aquela realidade. Nesse sentido, a interpretação das narrativas e a análise do uso das mesmas de forma didática como instrumento de poder, é fundamental neste trabalho, uma vez que as mesmas apresentam significados que precisam ser analisados para a realização de uma leitura político-crítica e não factualista.

De forma clara, no transcorrer do diálogo com os memorialistas, constatamos uma omissão, por parte destes, em relação à análise do discurso político das elites. Tal omissão serviu para fortalecer mais ainda as práticas hegemônicas das elites uberabenses no processo de reconfiguração na (re)produção de seu espaço geográfico.

2.1 A contribuição das Narrativas para a análise crítico-reflexiva acerca do papel dos memorialistas uberabenses no contexto histórico-político e social do município de Uberaba no primeiro quartel do século XX: uma retrospectiva necessária

O uso das narrativas ocupa grande importância no processo de elaboração de uma pesquisa acadêmica como a nossa.

Na presente Tese, a análise das narrativas e a relação memória, espaço, tempo e História é imprescindível para compreendermos a dinâmica do papel das elites no município de Uberaba.

Conforme afirma Delgado (2003, p. 10):

> Assim sendo, o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem

> suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história. As análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao se interpretar a história vivida, no processo de construção da história e do conhecimento, os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o, sem, no entanto o modificar.

A autora evidencia a importância da análise e do estudo da relação estabelecida entre tempo, memória e espaço e sua historicidade como mecanismos de interpretação da história vivida e, concomitantemente, como instrumentos que proporcionam uma reinterpretação dos fatos ocorridos. Continua sua análise (2003, p. 10) registrando que:

> Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história. A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder. Sem qualquer poder de alteração do que passou, o tempo, entretanto, atua modificando ou reafirmando o significado do passado. Sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo, todavia, projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado.

Ressaltamos que a temática central de nossa Tese não é apenas identificar as elites e apontar as consequências de sua atuação no contexto político e econômico do município, pois consideramos que as narrativas vêm carregadas de significados que precisam ser interpretados, visto que, ao pesquisarmos as obras dos memorialistas, partimos do pressuposto de que os mesmos identificam as elites em suas próprias perspectivas.

Outro ponto importante que devemos acrescentar, quanto à contribuição das narrativas para o presente trabalho, é a capacidade de questionarmos a atuação dos sujeitos sociais que fazem parte do contexto político e econômico.

Portanto, as obras dos escritores regionais não acadêmicos foram de extrema importância para conhecermos o espaço geográfico da época, e para

construirmos significados acerca do papel das elites uberabenses na (re) produção do espaço geográfico do município de Uberaba.

Dentre os autores, destacam-se Hildebrando Pontes (1978), Jorge Alberto Nabut (1974). Lemos também as obras de Antônio Borges Sampaio (2001), e concluímos, sem dúvida alguma, que há riqueza factual presente nessas obras, porém não encontramos uma postura crítica nesses autores.[12]

2.2 Os Memorialistas e escritores da História do município de Uberaba a partir do terceiro quartel do século XX: escrita comprometida com os fatos históricos ou com a (re)configuração do poder hegemônico das Elites uberabenses?

A contribuição dos memorialistas uberabenses ainda permeia os bastidores da realidade uberabense, e deixa clara a postura de tais memorialistas em relação à afirmação do poder das Elites uberabenses no município de Uberaba.

Um memorialista contemporâneo que merece destaque é o advogado Guido Bilharinho[13], que publicou duas obras que consideramos imprescindíveis para a nossa pesquisa: *Uberaba: Dois séculos de História (dos Antecedentes a 1930)* e *Uberaba: Dois séculos de História: de janeiro de 1930 a dezembro de 2007*.

Guido Bilharinho relata a cronologia de vários acontecimentos no âmbito econômico, político, social e cultural no município de Uberaba, com ênfase na descrição dos fatos, o que aponta a factualidade como característica preponderante

[12] Estes autores foram analisados na minha dissertação de Mestrado intitulada “Papel das Elites no Desenvolvimento Político e Econômico do Município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960”.

[13] Guido Luis Mendonça Bilharinho nasceu em Conquista, na região do Triângulo Mineiro, em 27 de março de 1938. Cursou primário, ginasial e primeiro ano científico no Colégio Diocesano de Uberaba. Cursou o clássico no Colégio Pedro II, Internato do Rio de Janeiro (de março/55 a dezembro/57), onde foi editor do jornal estudantil A Flama, órgão oficial dos alunos e vencedor de concurso Viagem a Portugal, promovido pela direção do colégio. Cursou Direito na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (de março/58 a dezembro de /62), onde foi presidente do Movimento e Reforma, partido político dos alunos da escola. Advogado em Uberaba desde janeiro/1963, dedicado a causas cíveis e trabalhistas. (PAOLINELLI, 2009, p. 93).

de suas obras. O memorialista Bilharinho (2008, p. 19) deixa clara a importância que referenda à cronologia e à factualidade presentes nas suas obras, ao afirmar que:

> Indispensável notadamente em catalogação – mesmo que singela como esta ou até por isso mesmo – a advertência de que várias das datas indicadas (e ela é só data, já que cronológica) são objeto de controvérsias, sendo indicadas as que se tem conhecimento.

Sendo assim, é nítida a análise apenas cronológica e factual da (re) produção do espaço geográfico uberabense, sem uma análise crítica dos acontecimentos, assim como a ausência de um debate com os sujeitos sociais que constroem suas próprias histórias. Em sua obra *Uberaba: Dois séculos de História: de janeiro de 1930 a 2007*, Bilharinho (2008, p. 198) descreve a morte de um ex-candidato à prefeitura de Uberaba, conforme segue abaixo:

> 5 de Julho – Encontrado boiando nas águas do Rio Grande o cadáver de João Pedro de Sousa, desaparecido desde o dia 20 de junho anterior, que foi candidato a prefeito nas eleições de 1972, lançado pelas duas alas que dominavam o partido (MDB), candidatura que não sustentaram, direcionando cada uma delas seu apoio a candidatos de outras agremiações. A repercussão de sua morte é enorme na cidade, abrindo os jornais manchetes e dedicando-lhe matérias de página inteira, além de editoriais.

O autor não analisa o acontecimento, os interesses e as conjecturas políticas – apenas narra o fato ocorrido. É importante destacarmos que as obras do referido memorialista são indispensáveis para o desenvolvimento de nossa pesquisa, pois retratam cronológica e factualmente os acontecimentos no âmbito econômico, político, cultural e social. Porém, não avança no debate e na análise crítica dos fatos.

É importante ressaltarmos que uma das nossas inquietações refere-se à existência de uma única versão contada da História da (re) produção do espaço geográfico uberabense, bem como dos sujeitos sociais que participaram destas transformações. Essa versão é a versão encontrada na literatura memorialista citada anteriormente.

Os memorialistas escreveram sobre/para as elites uberabenses, reafirmando a hegemonia construída, sem questionamento ou discordância da História daqueles que se julgam os desbravadores do Sertão da Farinha Podre. No decorrer da pesquisa, novas literaturas foram agregadas à nossa pesquisa, as quais proporcionaram novas discussões acerca da nossa linha de pesquisa e análise teórica.

É importante salientar que uma questão nos instigou mais ainda no decorrer da elaboração de nossa pesquisa. Na vasta literatura memorialista uberabense, deparamo-nos com vários autores nos quais constatamos a mesma posição em relação às Elites uberabenses, ou seja: tais autores escrevem para materializar no espaço geográfico o poder hegemônico das Elites.

Todavia, durante a pesquisa, deparamo-nos com a obra intitulada *Os Rodrigues da Cunha: A Saga de uma Família – Genealogia e História – volume 1 e 2* do engenheiro Antonio Ronaldo Rodrigues da Cunha[14] e da pesquisadora e genealogista Marta Amato[15], que o próprio autor contratou para escrever o livro sobre a saga de sua família.

A obra chama-nos a atenção no tocante à parte cronológica: foi catalogada a Genealogia da maioria dos descendentes da família Rodrigues da Cunha, inclusive dos que moram no município de Uberaba e participaram diretamente na (re)produção do espaço geográfico uberabense.

O presente livro demonstra a evolução das Elites uberabenses e seus métodos de reconfiguração de poder. Evidencia-se, nele, a transição do Coronelismo tradicional para o Coronelismo Despótico; não encontramos mais o

[14] Antonio Ronaldo Rodrigues da Cunha nasceu em Uberaba em 1931, filho de Geraldino Rodrigues da Cunha e Elvira Andrade Cunha. Iniciou seus primeiros estudos no Colégio Santa Terezinha e Colégio Diocesano de Uberaba. Em 1947 transferiu-se para o Rio de Janeiro onde estudou no Colégio São José, de 1947 a 1950. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia (1950 -1954). Casou-se com Leila Venceslau Rodrigues da Cunha em 1955, com quem tem cinco filhos. Como homem empreendedor que é, fundou várias empresas do ramo da construção civil, exportação, imobiliário, agropecuário, dentre outras. Foi agraciado com os títulos de Engenheiro do ano (1983), Industrial do ano (1984), Medalha Major Eustáquio (1993), Mérito Empresarial (1985), Triângulo de Ouro (1995), Os 10 Mais (2001), Honra ao Mérito (2004), Comenda do Sesquicentenário do Município de Uberaba (2006) e Comenda Mérito ABCZ (2009). A preocupação com a preservação da memória de sua família, a qual ajudou a escrever a História de Uberaba, se concretizou com o projeto de pesquisar sobre o passado histórico e genealógico dos Rodrigues da Cunha. Contratou a genealogista e pesquisadora Marta Amato e, durante 18 meses de pesquisas históricas e contatos com familiares, coletaram dados fundamentais que culminaram com a publicação de um livro que conta a saga da Família. (PAOLINELLI, 2009, p. 44).

[15] Pesquisadora e genealogista.

coronel e seus jagunços controlando os eleitores no momento do voto, bem como o uso da violência como justificativa para a realização da vontade destes na “Princesa do Sertão”.

O poder simbólico representado na obra de Antônio Ronaldo Rodrigues da Cunha é reflexo das práticas despóticas que se apoiam na utilização do poder econômico, construído com base na exploração dos trabalhadores, bem como no poder político que permite o aceso às informações privilegiadas junto ao poder público.

Esta análise é constatada ao lermos o livro acima citado. Vejamos, pois, a força do imaginário construído pela família Rodrigues da Cunha nos dizeres de Prata (2008, apud CUNHA, 2008, p. 26):

> A introdução, evolução, vitória e história do Zebu, estão ligadas aos Rodrigues da Cunha. Aliás toda a história de Uberaba está ligada aos Rodrigues da Cunha. O livro que agora é apresentado à nossa sociedade, é resultado dos esforços conjuntos do irrequieto Antonio Rodrigues da Cunha e da genealogista Marta Amato. Dois Mestres! Este livro é uma contribuição importante à história de Uberaba. Das sete pragas de Uberaba corroídas pelo tempo, ainda restam três: os Borges, os Prata e os Rodrigues da Cunha. Estas ainda vão longe, resistindo aos defensivos e outros males.

Constatamos, nos dizeres de Prata, o engenheiro agrônomo diretor do Museu do Zebu, localizado no recinto da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a força do poder simbólico-hegemônico da família Rodrigues da Cunha.

Comparemos as afirmações de Prata (2008, apud CUNHA, 2008) em relação à família Rodrigues da Cunha com os dizeres do memorialista Orlando Ferreira (1928, p. 26-27), pois este, ao enumerar sete causas do não desenvolvimento do município de Uberaba, aponta a administração, a política, o clero, a empresa Força e Luz, e três famílias: os Borges, os Prata e os Rodrigues da Cunha.

Em contrapartida, Prata afirma que, das sete pragas de Uberaba, ainda resistem os Borges, os Prata e os Rodrigues da Cunha. Ou seja, constatamos a reconfiguração das Elites uberabenses nas obras dos memorialistas uberabenses.

Ao pesquisarmos os memorialistas uberabenses contemporâneos, é notória a participação de religiosos ligados à Igreja Católica, como o padre Thomaz de Aquino Prata[16], que possui várias obras acerca da História de Uberaba e suas especificidades; dentre as obras, analisamos nesta pesquisa *Memórias da Memória – de Joaquim a José: uma visita à casa paterna*; *Crônicas*; *Dom Alexandre: o Patriarca* e *Crônicas*.

Na obra intitulada *Memórias da Memória – de Joaquim a José: uma vista à casa paterna*, o referido autor acima perfaz uma análise da importância da família Prata no Sertão da Farinha Podre, desde o seu patriarca Joaquim José da Silva e os demais integrantes de renome da família Prata, que discutiremos a seguir, assim como o papel econômico, político e social da referida família.

Podemos destacar, na obra citada acima, acontecimentos que comprovam as práticas que evidenciaram a importância e o poder exercido no imaginário da sociedade por alguns membros da família Prata, como o senhor Manoel de Oliveira Prata (tio Nequinha). Prata (2008, p.101-102) registra:

> Muitos anos depois, com a morte de Georgettes, tio Nequinha voltou para Uberaba. Tinha mais de 70 anos. Por motivos que nem eu sei explicar, tornou-se meu amigo. Freqüentemente, chamava-me à sua casa, imperioso: - Vem pra cá, conversar comigo. Tenho muita coisa pra te contar -. Sentia falta de alguém que o ouvisse, pois gostava de contar as aventuras de sua juventude em Uberaba; ria de suas estripulias; tinha o maior prazer em narrar minuciosamente cada ida sua ao Café Eldorado, ponto de encontro mais famoso de Uberaba, onde se reuniam os “maiorais” da cidade. Uma delas: entrou lá a cavalo, derrubando mesas e cadeiras, dando tiros ao ar. E justificou a valentia – Tinha um desafeto meu lá dentro e eu queria dar uma surra nele, de rabo-de-tatu.

[16] Padre Prata nasceu em Uberaba, em 22 de dezembro de 1922. Estudou no Colégio Marista Diocesano e no Seminário São José, cursando posteriormente, em Belo Horizonte, dois anos de filosofia e quatro de teologia no Seminário Coração Eucarístico de Jesus, ordenando–se padre em 8 de dezembro de 1946. Exerceu o magistério em colégio, seminário e na antiga Fista. Fez Mestrado na Universidade Católica de Washington (EUA), em 1955 e 1956. Foi redator do Correio Católico. Pertence à Academia de Letras do Triângulo Mineiro, onde ocupa a Cadeira nº 4. (PAOLINELLI, 2009, p. 184).

Evidencia-se, assim, o poder simbólico retratado no acontecimento acima destacado por Prata (2008), das ações do senhor Manoel de Oliveira Prata (tio Nequinha) na sociedade uberabense.

Outro fato importante é destacado por Prata (2008, p. 102), acerca das relações de poder evidenciadas pelo mesmo membro da família Prata:

> Contava-me também as histórias de seus capangas Rosário, Romano e Cosme. O mais fiel era Rosário, mulatão de cara escalavrada, fala mansa e vesgo. Fazia tudo o que lhe fosse mandado. Aliás, nem precisava mandar, bastava dar a entender. Tio Nequinha dava exemplo: Um dia resolvi apagar um fazendeiro safado que me devia e não pagava. Disseram – me que tinha ido lá pelos lados de Barretos. Contei a Rosário. Nem precisei dizer mais nada. Rosário foi lá e despachou o cachorro. Dois meses mais tarde, soube que o gangolino estava na fresca lá na Franca do Imperador. Rosário tinha matado o homem errado. Sem que eu insinuasse nada, ele pegou o rosilho e se mandou para Franca. Dessa vez despediu o homem certo. Foi limpeza.

Abaixo segue uma fotografia de Manoel de Oliveira Prata (o tio) e de seu irmão Joaquim de Oliveira Prata (Quinzinho).

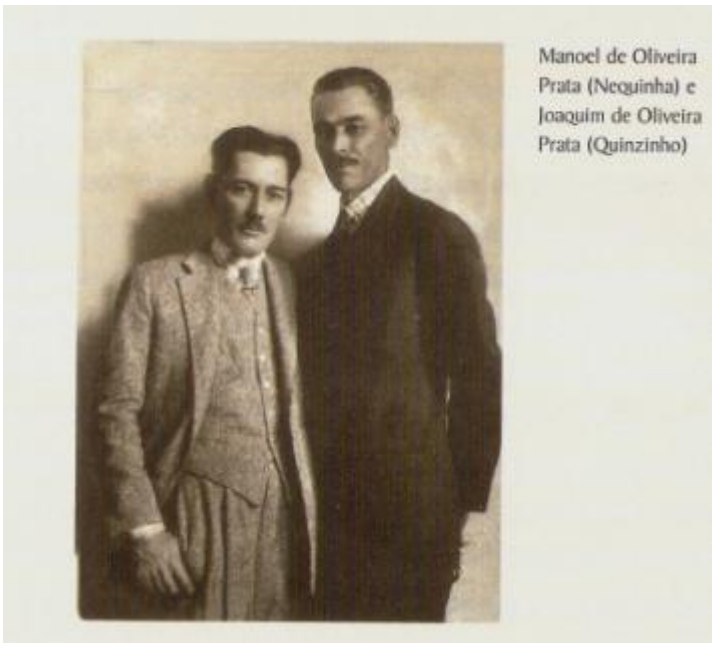


FIGURA 11 – Manoel de Oliveira Prata (Nequinha) e Joaquim de Oliveira Prata (Quinzinho)
Fonte: Prata (2008).

É imprescindível destacarmos como estas famílias, que representavam parte das elites uberabenses, construíram suas relações de poder, fomentando o poder simbólico de suas ações que eram concretizadas no espaço geográfico e que, concomitantemente, determinavam a construção de um imaginário por parte destas elites que direcionavam ações como as citadas acima, constituindo, assim, instrumentos de (re)construção da hegemonia e do poder estabelecidos pelas elites uberabenses.

Conforme afirma Bourdieu (2010, p. 7):

> No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

É notável a afirmação de Bourdieu referente ao poder simbólico, que nos faz refletir acerca do poder estabelecido/trabalhado pelas elites uberabenses no imaginário da sociedade, como instrumento de (re)construção e manutenção do poder e da hegemonia de determinadas famílias.

Ao reportarmos à atualidade, este mesmo instrumento de poder estabelecido por meio do poder simbólico e do imaginário é utilizado no município de Uberaba, e confirma a tese proposta por nossa pesquisa acerca do Coronelismo despótico como instrumento de (re)construção do poder e da hegemonia das elites uberabenses na (re)produção do espaço geográfico uberabense.

No âmbito político, a família Prata, representada pelo senhor João da Silva Prata, desempenhou um papel importante e que merece destaque na análise política/poder no município de Uberaba. Conforme afirma Prata (2008, p. 106):

> João da Silva Prata foi um grande chefe político. A partir de 1904, havia dois partidos em Uberaba: o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Municipal. Eram chamados, respectivamente, de

> “Araras” e de “Pacholas”. Meu avô era “Arara”, partido governista. Nunca perdia eleição. Do mesmo partido eram o coronel Geraldino Rodrigues da Cunha, monsenhor Inácio, Quinzino Prata, vovô Neca e outros. Uma de nossas tias-avós, a tia Mariquita do Poço, e toda a família eram “Pachola”. Eram portanto, uma família inimiga. Festa em que tia Mariquita comparecia, nós lá em casa não botávamos os pés. Meu pai os chamava de partido “borra-botas”. O voto era aberto. O eleitor assinava ata em público, por isso funcionava o voto de cabresto. Os traidores eram perseguidos. Certa vez, julgando que poderia perder a eleição, meu avô João Prata, à noite, seqüestrou o responsável pela ata, o Bem Prata (que era Pachola) e o escondeu em sua fazenda. Foi um rebuliço.

Torna-se notório o poder político exercido por ambas as famílias – Prata e Rodrigues da Cunha, que pertenciam ao mesmo partido político, da ala governista e, conforme afirma o senhor João da Silva Prata, não perdiam eleição. O poder político representava a concretização da hegemonia destas famílias que era causa de desavenças no próprio nuclear familiar, haja vista alguns membros da família Prata (tia Mariquita do Poço) não pertencerem ao partido governista, que perpetuava no poder e não perdia eleição, os “Araras”. A referida tia e sua família eram “Pacholas”, fato que determinou o rompimento entre os membros da família Prata, que se tornaram inimigos.



FIGURA 12 – João da Silva Prata foi um grande chefe político.
Fonte: PRATA (2008).

Além do poder político, pode-se destacar também a importância da família Prata no âmbito econômico, como comenta Prata (2008, p. 126) demonstrando a importância da fazenda Prata em relação ao acesso à comunicação no município de Uberaba e até mesmo ao tratamento dentário das pessoas que moravam na região próxima à fazenda:

> Nossa fazenda era uma referência em toda aquela região. Ali estava instalada a central telefônica de toda aquelas fazendas ao redor. Toda conversa passava lá por casa. Nem é preciso dizer que minhas irmãs ouviam tudo – era um prato cheio. De vez em quando passava por lá um dentista, João Modesto. Tratava dos dentes daquele povo todo. Montava consultório na sala de visitas. Motor tocado no pedal. Um sofrimento. Colocou-me um incisivo de ouro. Era um luxo.

É evidente o prestígio fomentado acerca do poder político/econômico da referida família. Porém, analisamos não somente fatos e acontecimentos, mas analisamos as características preponderantes nas diferentes formas de reconfiguração das elites uberabenses como instrumentos de manutenção do poder econômico e político.

Outro acontecimento importante que demonstra o poder econômico da família Prata e que se concretiza na (re)produção do espaço geográfico em diferentes escalas, é a missa de “corpo presente” realizada quando do falecimento da filha do fazendeiro João da Silva Prata, a senhora Maria Rosita Prata (Quita). Prata (2008, p. 129) narra assim:

> Em 1980, minha mãe teve um problema circulatório e não pode mais andar. Compramos para ela uma cadeira de rodas. Sempre ativa e responsável por tudo em casa, aquilo significou um sacrifício imenso para ela,que encarou a situação mas levou tempo para se conformar. Deixar de ir à missa todas as manhãs não foi, para ela, sem profundo sofrimento. Nesse tempo nada lhe faltou. Morreu, atendida por vários médicos, no dia 17 de abril de 1983. Sua missa de corpo presente foi celebrada por três bispos e quase 30 sacerdotes.



FIGURA 13 – Maria Rosita Prata (Quita Prata).

Fonte: Prata (2008).



FIGURA 14 – Familiares de Maria Rosita Prata (Quita Prata).

Fonte: Prata (2008).



João da Silva Prata e netos em 11 de junho de 1936, no Studio Schroden
Festa comemorativa dos 80 anos de João da Silva Prata

Da esquerda para a direita:
Aluizio Rosa Prata, Maria de Lourdes Prata, Maria Ondina Prata, Stella Prata, Deis Rosa Prata, Alberto Prata Junior, Thomaz de Aquino Prata, Marcelo Prata dos Santos, Marco Túlio Prata dos Santos, Maria da Glória Prata dos Santos, Maria Rosa Prata dos Santos, João da Silva Prata, tendo no colo Maria Antonieta Prata, Maria Delia Rosa Prata e Maria Dulce Prata, Dila Rosa Prata, Vicente de Paula Prata, Mardonio Prata dos Santos, Hugo Prata e Arnaldo Rosa Prata.

FIGURA 15 – João da Silva Prata e netos.

Fonte: Prata (2008).



Alberto Prata e Quita Prata, com filhos e netos, em
8 de dezembro de 1946, às 16h, no Studio Schroden
Dia da ordenação de Thomaz de Aquino Prata

Da esquerda para a direita:
Alberto Prata Junior, Didia Campos de Morais Prata com Mario Alberto Campos de Morais Prata no colo, Arthur Decina, Stella Prata, Maria Ondina Prata, Maria de Lourdes Prata Soares com Gilberto Prata Soares no colo, Stanislau Severino Soares, José Expedicto Prata, Jorge Henrique Prata Soares, Hugo Prata, Stanislau Prata Soares, Alberto Prata, Thomaz de Aquino Prata, Quita Prata, Rita Campos de Morais Prata, Vicente de Paula Prata e Ricardo Prata Soares.

FIGURA 16 – Alberto Prata e Quita Prata, com filhos e netos.

Fonte: Prata (2008).

Prata (1999) possui outra obra de grande importância sobre o poder da elite católica no município de Uberaba, bem como suas ações nos bastidores políticos. A obra intitulada *Dom Alexandre: o Patriarca* retrata as ações do bispo de Uberaba na troca do Comandante Geral do 4º Batalhão da Polícia Militar no ano de 1964, durante o período da Ditadura Militar, conforme afirma Bracarense (1999, p. 56, apud PRATA,1999).

> A Revolução terminara a sua primeira fase. Deixara, entretanto marcas profundas no Clero uberabense. No comando do tenente – coronel Pedro Nazareth a atuação repressiva junto ao Clero fora dura, motivando a ida a Belo Horizonte de D. Alexandre Gonçalves do Amaral - Arcebispo de Uberaba. Lá, D. Alexandre recebeu do Governo Mineiro a promessa de um novo comandante para o 4º Batalhão, era necessário um comandante católico convicto. O escolhido, depois de meticuloso e rigoroso exame dentro os 35 tenente – coronéis existentes no efetivo da época foi o meu nome.

Prata (1999) deixa evidente a força política do bispo acima citado, e enfatiza a hegemonia/poder da elite católica no período conturbado frente aos acontecimentos da Ditadura Militar de 1964, conforme podemos observar nos dizeres de Prata (1999, p. 75):

> Muito se fala no Dom Alexandre, enérgico, forte, valente e corajoso. Tem muitos admiradores, por conta disto. Um episódio que retrata o seu vigor: na Revolução de 64 aconteceram muitas bobagens. Entre eles, invasões de Policiais Militares nas Igrejas, na Fista, nos Colégios de religiosas e prisões de jornalistas e sacerdotes. A coisa estava feia. O clima era de tensão. Conta-se, então que Dom Alexandre foi ao Quartel do 4º Batalhão da Polícia Militar em Uberaba, pediu uma audiência ao comandante e foi por este recebido. Consta que Dom Alexandre disse ao comandante: “Estou saindo de viagem para Belo Horizonte para tirar o senhor deste Comando. Em minha ausência não pratique invasões em qualquer setor onde existam religiosos e nem prenda jornalistas e sacerdotes”. E ele foi. E trouxe com ele um novo comandante. Dizem que o governador de Minas Gerais, após a audiência concedida a Dom Alexandre, teria feito um comentário:”Que Bispo brabo”. E fazer o que foi feito, na época em que foi feito, era preciso mesmo ter coragem.

Segue abaixo fotografia de Dom Alexandre como Bispo.



FIGURA 17 – Fotografia de Dom Alexandre, no dia de sua posse como Bispo de Uberaba.

Fonte: Prata (1999).



FIGURA 18 – No golpe militar, visita de Dom Alexandre ao Quartel do 4º Batalhão, em Uberaba.

Fonte: Prata (1999).

As fotografias acima demonstram o poder da elite católica no município de Uberaba, sendo esta representada por Dom Alexandre. É imprescindível

salientarmos o poder desta elite concretizado na (re)produção do espaço geográfico uberabense nas construções e na arquitetura do município de Uberaba. Vejamos as figuras abaixo:



FIGURA 19 - Figuras das construções realizadas por dom Alexandre durante sua administração na diocese, conhecidas como “Palácio do Bispo”.

Fonte: Prata (1999).

Outro fato importante abordado por Wagner (2006, p. 101-102):

> O fato fundamental que pretendemos analisar vai além de simples versões da introdução do zebu no município; interessa-nos, na realidade, considerar o poder simbólico que o zebu exerceu em Uberaba, o que se reflete até os dias correntes. A citação da chegada do touro Lontra tem por objetivo mostrar a força do zebu na

> sociedade uberabense, tanto que, no ano de 1949, o pai do senhor Silvio Caetano, o senhor José Caetano Borges, ergueu na Praça Dom Eduardo um monumento comemorando a data da introdução do zebu no município de Uberaba. A referida Praça Dom Eduardo fica localizada em frente ao Colégio Marista Diocesano, que tinha em regime de internato os filhos da elite; assim, tal homenagem buscou também anunciar aos "companheiros de sociedade" a família pioneira, em expresso desejo de respeito e admiração por seu espírito empreendedor.

Este acontecimento comprova a força política da elite católica no município de Uberaba, e comemora a chegada do primeiro touro zebu no município de Uberaba, resultante do processo de fortalecimento e reconfiguração das elites uberabenses quando do declínio da atividade comercial e de perda da hegemonia de cidade pólo do comércio triangulino. Assim, a estagnação econômica, de consequências devastadoras para Uberaba, acarretou a mudança da atividade comercial para a criação de gado zebu,sendo este fato ocorrido no início do século XX.

Por conseguinte, a construção de um Monumento à introdução do zebu no município de Uberaba foi realizada na Praça Dom Eduardo em frente ao Colégio Marista Diocesano, dirigido pela Igreja Católica. Torna-se claro o reconhecimento por parte da própria elite uberabense do poder/hegemonia da Igreja Católica neste período, também concretizado na (re)produção do espaço geográfico do município de Uberaba. Segue abaixo a figura da inauguração do Monumento.

Bobbio (2003, p. 138) reafirma a importância da política ao afirmar que:

> A relação política é uma das muitas formas de relação de poder existentes entre os homens. Para caracterizá-la, pode-se recorrer a três diferentes critérios: a função que desempenha, os meios de que se serve e o fim que persegue.

O autor evidencia a relação da política como fator determinante entre os homens, por conseguinte, nas (e entre) as sociedades humanas. No acontecimento acima colocado, trata-se da ação direta de uma elite católica preocupada apenas com os interesses daqueles que "comungavam" com as mesmas opiniões do clero.

Ao analisarmos a obra do uberabense Thomaz de Aquino Prata, um memorialista contemporâneo, podemos afirmar que, na obra intitulada *Dom Alexandre: o Patriarca*, do ano de 1999, ele apresenta as características de um memorialista ufanista que valoriza excessivamente a imagem da Igreja Católica na figura de Dom Alexandre, colocando-o como o grande defensor da sociedade, da família, da honra, dos interesses da Igreja Católica, alcançando o nível de um herói positivista.



FIGURA 20 – Inauguração em 1939 do Monumento à introdução do zebu. Erguido na Praça Dom Eduardo, em comemoração aos 50 anos da chegada do touro zebu “Lontra”, em Uberaba.

Fonte: Lopes; Rezende (2001).

Estas características podem ser confirmadas após a análise das seguintes afirmações de Prata (1999, p. 85):

> Deste homem de Deus, deste homem na acepção mais completa da palavra, deste homem corajoso, símbolo vivo do desassombro cívico, defensor devotado dos direitos humanos, deste cidadão ativo que acredita em princípios e que, justamente por isso, o farisaísmo, o

> fisiologismo, o jogo mundano das conveniências malsãs, muitas coisas existem, ainda, por certo, para serem contadas. E por gente, com toda a certeza, mais abalizada na arte e no ofício da comunicação. Mas como já disse, isto não é coisa para um artigo. Nem para uma série. É para um livro inteiro. “Que homem! Que livro!”.

Será? Estas afirmações de Prata (1999) instigaram mais ainda nossas inquietações sobre a relação de poder/hegemonia/elites/política e o Clero. Como afirmar que Dom Alexandre foi um homem “defensor devotado dos direitos humanos”, “cidadão que acredita em princípios”, e que “o farisaísmo, o fisiologismo, o jogo mundano das conveniências malsãs”, características marcantes das elites uberabenses, não o fazem um hipócrita na atual sociedade?

São estas questões que nos remetem à importância da pesquisa como instrumento de libertação das amarras e do patriarcalismo de determinados grupos que subestimam a capacidade crítica/reflexiva dos que fazem parte da sociedade em que essas elites, no caso a elite católica, atua.

Na verdade, Dom Alexandre, em determinados momentos da História do município de Uberaba, defendeu não o ser humano e seus direitos, mas colocou a Igreja Católica acima dos direitos de outras pessoas que não concordam com determinadas ações da Igreja Católica, e se posicionaram contrárias às ações do Clero.

O melhor exemplo desta situação foi a polêmica perseguição de Dom Alexandre ao escritor Orlando Ferreira que, ao publicar a obra intitulada *Pântano Sagrado*, analisa a atuação da Igreja Católica no município de Uberaba como sendo uma das forças oponentes ao progresso do referido município (FERREIRA, 1948). Todos os exemplares do livro foram apreendidos pela polícia e queimados, restando apenas um exemplar no acervo da Biblioteca Municipal de Uberaba.

Já na obra *Memórias da Memória: De Joaquim a José – uma visita à casa paterna*, Prata apresenta uma evolução na construção do trabalho, porém mantém a defesa dos interesses das elites uberabenses, que se omitem nos momentos de defesa dos munícipes com baixa renda, das políticas sociais para o bem comum da sociedade. Critica a sociedade patriarcal no momento em que os interesses de seus

familiares mais próximos (seu pai Alberto Prata) são prejudicado pelas elites uberabenses.

Vejamos o que o memorialista Prata (2008, p. 146) afirma a respeito:

> Contando tanta coisa que deveria estar para sempre esquecida, procuro mostrar que meu pai foi vítima de seu tempo, do espírito de clã, de costumes opressivos, hoje inaceitáveis. Uma sociedade predominantemente patriarcal produzia esses resultados. Gostaria de voltar a salientar outro aspecto. Meu pai nunca foi fazendeiro.

Apenas no momento em que defende o pai, Prata se dirige às elites uberabenses como “clã, costumes opressivos por parte destas elites e sociedade patriarcal”.

Destacaremos agora algumas reportagens de um dos jornais de maior circulação no município de Uberaba, o *Jornal da Manhã*. Reuniram-se várias reportagens desde o início da década de 1970 e, a partir delas, foi publicado um livro intitulado *História em Mosaico*, no qual se encontram somente reportagens desse jornal.

A reportagem intitula-se *Amigos da Cidade*; Santos (1995, p. 25) assim descreve:

> O trabalho insano dos nossos pecuaristas, criadores de gado e a luta em silêncio dos nossos **MASCATES DE ZEBU** levando gado para todos os rincões do país e para o estrangeiro, merecem um destaque todo especial. São mais de 100 proprietários de caminhões, verdadeiros bandeirantes, que se embrenham por esse Brasil afora para carrearem divisas e riquezas para cá, de janeiro a dezembro, com chuva ou com sol. Prestamos uma homenagem aos mascates de Zebu, grandes benfeitores de Uberaba, na pessoa de seu Presidente **BALDOINO DE SOUSA NETO.** Uberaba tem grandes possibilidades de tomar grande dianteira no Triângulo Mineiro. Aqui é a **MECA do ZEBU,** há dinheiro em profusão, posição geográfica invejável, clima excelente e entidades de classe em nível de Ministério. Precisamos é sair do mundo fechado em que vivemos e partir para as grandes promoções. Já pensaram sobre a grande chance que as nossas indústrias teriam de se promoverem por ocasião da maior parada de gado Zebu do mundo, todos os anos, sob o patrocínio da ABCZ? Jornal da Manhã – 1973.

O *Jornal da Manhã* traz na sua reportagem um título que demonstra, já no final do século XX, a visão ufanista em relação ao Zebu. Em determinados momentos da reportagem, assume as dificuldades do município de Uberaba, ao

declarar “Precisamos sair do mundo fechado em que vivemos e partir para as grandes promoções”, mas se Uberaba é a “MECA do Zebu”, se aqui há “dinheiro em profusão, posição geográfica invejável, clima excelente e entidades de classe em nível de Ministério”, por que, mesmo assim Uberaba é considerada como uma “cidade fechada”? Constata-se, assim, uma escrita voltada diretamente para os interesses das elites uberabenses, reelaborando o poder dos grandes criadores de Zebu de forma ufanista, e reafirmando a imagem de Uberaba no cenário mundial como a “Meca do Zebu”. É notório que a referida reportagem demonstra claramente ser mais uma prática utilizada para reelaborar o poder das elites e, por conseguinte, reconfigurar o poder das mesmas na (re)produção do espaço geográfico uberabense. Dessa maneira, a imprensa escrita, aqui representada pelo *Jornal da Manhã*, executou fielmente a “sua tarefa de casa” em relação à manutenção do poder das elites uberabenses por meio da escrita.

E o J*ornal da Manhã* traz na data de 28-12-1975 a reportagem intitulada *Uberaba Princesa do Sertão*; segue a reportagem, de acordo com Santos (1996, p. 75):

> Como te amamos Uberaba, como sonhamos com o teu futuro e o teu sucesso. Aparece sempre em nossa imaginação, com teu futuro e o teu sucesso. Aparece sempre em nossa imaginação, com teus encantos, crescendo em todos os sentidos, no vertical com os teus novos e belos arranha – céus! Como nos orgulhamos em te ver toda enfumaçada, poluída atormentada pela intensidade de tuas indústrias. Ficarás cada vez mais rica na ostentação do teu Zebu, que também faz promoção e nos traz divisas. Percebemos nos teus clubes sociais, a exteriorização de muita classe, de charme e de tanta beleza. As tuas casas de assistência social, os teus inúmeros hospitais, dão abrigo, numa tranquilidade de atendimento, com teus braços abertos, a uma vasta região. Estamos contigo, Uberaba querida, compartilhando de tuas lutas, como também de tuas glórias. Tu és a joia rara, preciosa, incrustada nas Minas Gerais, dando exemplo de pujança, de dinâmica e de espírito de luta. Batemos palmas, vibramo-nos pelas tuas Escolas superiores, na convicção que terás dentre em breve a tua grande Universidade. Tu que cresces e te agigantas entre as 7 colinas, também te destacas por possuir quase 20.000 veículos, circulando riquezas e fomentando progresso. As tuas vastas áreas reflorestadas são um prenúncio de novas industrias de aglomerados, como também para cá virão as de celulose. Se tu tens uns ‘Mini – Ministérios” – as tuas Entidades de Classe, a “ABCZ” , a “ACIU” e o Sindicato Rural, é porque dentro delas está patenteada a atuação e o valor de teus líderes, os mesmos líderes que agruparam em defesa dos teus interesses. Uberaba das ruas asfaltadas, das belas avenidas, da TV que é cultura e difusão, do Estádio Uberabão, do Jornal da Manhã e do Lavoura e Comércio, do Uberaba News e das tuas revistas, das

> emissoras de rádio, da Academia de Letras, és uma cidade valente que sabes lutar. És a eterna “Majestade”, a autêntica Princesa do nosso Sertão.

Constata-se, nessa reportagem, uma dualidade de análise, que reverencia o desenvolvimento do município de Uberaba, acerca da presença das indústrias e do progresso. Porém, não desvencilha este desenvolvimento da representação do imaginário proporcionado pela força e pelo poder que simboliza o gado Zebu nas suas diversas escalas para o município de Uberaba, assim como a importância da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ).

Confirma-se, portanto, o uso da impressa escrita, aqui representada pelo *Jornal da Manhã* como um instrumento e como prática para reforçar o imaginário acerca do gado Zebu e que, consequentemente, representa o fortalecimento das elites uberabenses que (re)configuraram suas práticas no transcorrer de tempos históricos distintos.

Em relação ao título de “Princesa do Sertão”, o mesmo influenciou a caracterização do Brasão do Município de Uberaba, sendo imprescindível compreendermos a força do imaginário construído/reconstruído acerca do gado Zebu e, consequentemente, (re)configurando-se cada vez mais a hegemonia em torno da “Princesa do Sertão”[17]. Observe-se a figura do Brasão do Município de Uberaba abaixo.

---

[17] Art. 2º - O “Escudo de Uberaba’ também conhecido como “Brasão de Uberaba”, constitui-se das seguintes características, cujo conjunto integra a Bandeira do Município, com seu fundo de tecido branco:

1 - Escudo redondo português, encimado pela coroa mural, distintivo das cidades. Em campo vermelho (de goles), uma caixa de prata ao início do escudo, simboliza o rio de água brilhante, o Y – berab, de onde procede o nome Uberaba. Uma asna, também de prata, conjugada à faixa, deixa no campo do escudo uma área irregularmente triangular que simboliza o Triângulo Mineiro e onde se estampam cinco estrelas de prata, postas em aspa, das quais a do centro, é a maior e uma coroa de príncipe no alto próxima ao vértice da asna. Simbolizam as cinco estrelas as principais cidades da região do Triângulo Mineiro, e a maior recorda a primeira de Uberaba. Quanto à coroa de príncipe, rememora ela a antonomásia já antiga, hoje secular, atribuída a Uberaba: “Princesa do Sertão”.

2 - Na parte inferior do escudo um touro Zebu de ouro, com as patas dianteiras erguidas “possante” ou “furioso”, como se diz em tecnologia heráldica, recorda o papel notável e a riqueza criada pela importação do gado indiano no centro principal de Uberaba, por iniciativa uberabense”.

3 - No listal, em letras de vermelho (de goles), sob fundo de prata, se inscreve a divisa escolhida para a cidade: - “Indefesse Pro Brasília” – Ao listal enramam hastes de cana de arroz, ao natural, recordando as principais culturas do município”.

4 - Como tenente do escudo figuram, à “destra” um oficial da milícia mineira, em princípios do século XIX, e um soldado com o uniforme dos Voluntários da Pátria, na Campanha do Paraguai, equipado em ordem de marcha. O oficial de milícias, envergando o seu uniforme acterístico , recorda os fundadores do “Sertão da Farinha Podre” e especialmente o Sargento – mor Antonio Eustáquio da Silva e Oliveira, o principal fundador de Uberaba.

5 - O soldado do “17º de Voluntários Mineiros” relembra que Uberaba foi o campo de guarnição das forças que fizeram a Campanha do Mato Grosso e a Retirada da Laguna, operação de Guerra de que



FIGURA 21- Brasão do Município de Uberaba (MG) – 2013.

Fonte: http://arquivopublicouberaba.blogspot.com.br. Acesso em: 2013.

Por outro lado, este imaginário acerca da “Princesa do Sertão” não é compartilhado pelo escritor Ferreira (1928, p. 48), conforme segue abaixo:

> Existia na época um grande equívoco em relação ao título de “Princesa do Sertão”. As ruas de Uberaba... Ah! Essas ruas da famosa “Princesa do Sertão”. Eu até medito sobre a impropriedade desse título. Ficaria melhor: Mucama do Sertão... Algumas photografias que eu publico no presente volume falam melhor do que qualquer narrativa. Verdadeiras alfurgas, são a nossa maior vergonha e a prova do desleixo, relaxamento e frouxidão que infelizmente emperram em nossa terra. Chamo portanto a atenção do leitor para as referidas fotografias, a fim de se capacitar da verdade e do quadro espantoso que a velha Uberaba oferece aos olhos de todo o mundo. Vê-se em completo abandono, com as ruas sujas, cheias de capim, vassouras e buracos.

---

comparticiparam muitos de seus filhos e do Triângulo Mineiro com real patriotismo, nas fileiras do “17º de Voluntários“ e outros corpos.

6 - Sobre a parte central da coroa mural vê-se um escudete com as pechas simbólicas de São Sebastião e as chagas de Cristo da Ordem de São Francisco a que pertenceu Santo Antonio. Relembram estes atributos os oragos da cidade e Município. (CORASPE;COUTINHO (2012, p. 134-– 135).



Ladeira do Rosario, central. Os urubús se banqueteam tranquillamente...

FIGURA 22 - Rua do centro da cidade Uberaba - 1926
Fonte: Ferreira (1928).



Rua da Bôa Vista. Pardieiros, meiáguas, baiúcas, lama, capim, agua estagnada...

FIGURA 23 Rua localizada na periferia da cidade Uberaba - 1926
Fonte: Ferreira (1928).



A rua Cassú com as suas baiúcas, meiáguas, póstes tortos, lama, capim, aguas estagnadas... Ao lado uma pichorra come socegadamente o capim da Camara...

FIGURA 24 - Rua localizada na perifeira da cidade de Uberaba - 1926
Fonte: Ferreira (1928).

Constata-se, após os dizeres de Ferreira (1928) e as fotografias acima, o confronte de ideias e o imaginário criado acerca da “Princesa do Sertão”. Nos termos de Wagner (2006, p. 31):

> Torna-se claro que o aposto de Uberaba, “Princesa do Sertão”, não reflete a real situação do município ou, ainda, que para uma elite situacionista, ela realmente fosse uma “Princesa do Sertão”, porém, não com reis ou rainhas, mas com coronéis que impunham seu poder na política, na economia e no cotidiano de cada cidadão.

Todavia, o debate acerca da denominação de “Princesa do Sertão” evidencia que a própria imprensa (*Jornal da Manhã*) procura justificar o título dado ao município de Uberaba, baseando-se em um passado histórico, de forma a consolidar os interesses das elites dominantes. Por outro lado, Ferreira (1928) demonstra uma outra perspectiva, constatando uma cidade abandonada, questionando o poder político local, representado pelas elites uberabenses.

Portanto, para demonstrarmos de forma pertinente e ao mesmo tempo realizarmos uma análise crítico-reflexiva acerca do uso do imaginário e a (re)configuração das elites uberabenses de forma sistemática, mostramos as

práticas que denotam a manutenção da hegemonia destas elites na (re) produção do espaço geográfico uberabense.

Constatamos esta (re)configuração das elites uberabenses também em relação ao outro título que Uberaba recebe: a Capital Mundial do Zebu.

Esse discurso é replicado o tempo todo nos dias atuais. Ao lermos, por exemplo, a entrevista que o atual Prefeito de Uberaba (eleito no ano de 2012) concedeu à *Revista Gir Leiteiro*, vemos essa reprodução no título da matéria: *Entrevista Exclusiva: Deputado Paulo Piau Nogueira – Ele vai administrar a Capital Mundial do Zebu*. Constata-se, assim, o uso do imaginário como instrumento de poder e tentativa de perpetuar a hegemonia de uma elite forte e situacionista, que mesmo diante das inovações do século XXI, tenta se manter no poder. A íntegra desta entrevista consta nos ANEXOS da referida Tese.

Esta (re)configuração do poder hegemônico acerca das elites uberabenses, representada pela importância do Zebu e pela importância da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), pode ser constatada nas novas práticas que a tecnologia, aliada à Ciência e à Pesquisa, consolida no município de Uberaba. É importante destacarmos que não somos contrários ao uso da ciência e da pesquisa para o avanço da sociedade; o que procuramos demonstrar no transcorrer da pesquisa e na escrita da Tese, é a capacidade das elites uberabenses se (re)configurarem na (re)produção do espaço geográfico uberabense, utilizando-se de práticas inovadoras para a perpetuação do seu poder e da sua hegemonia, sempre em sintonia com cada momento histórico.

Portanto, não compactuamos com o uso destas práticas (a ciência, a tecnologia e a pesquisa) para concentrar mais renda, aumentar mais ainda as disparidades econômicas e, por conseguinte, beneficiar apenas um grupo que, mesmo com o passar das décadas, reformula suas práticas e procura sempre manter sua hegemonia.

Para demonstrarmos e exemplificarmos tais práticas, observemos os exemplos a seguir.



FIGURA 25 – Folder do Polo de Excelência em Genética Bovina.

Fonte: Folder – ABCZ.

A seguir, as informações que constam no verso deste folder informativo:

O Pólo de excelência em Genética Bovina ou Pólo Biotecnológico

A organização da cadeia pecuária é fundamental para a obtenção de índices competitivos no mercado mundial, sendo a melhoria genética

dos rebanhos necessária para a conquista da qualidade e produtividade. Na área do conhecimento, alcançarão vantagens competitivas aquelas regiões que desenvolverem ambientes adequados para o domínio da inteligência e do processo produtivo, envolvendo a articulação entre empresas, universidades, centros de pesquisa e governo.
Neste contexto foi criado o PÓLO DE EXCELÊNCIA EM GENÉTICA BOVINA, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Governo do Estado De Minas Gerais. O Pólo está localizado na Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), em Uberaba, MG.
O Pólo como articulador
O Pólo de Excelência em Genética Bovina atua como articulador da cadeia genética, tendo como missão a promoção das condições necessárias para consolidar a liderança de Minas Gerais no desenvolvimento sustentável da genética bovina. Objetivo é potencializar os esforços institucionais para promover melhorias nos produtos, aumento da competitividade, desenvolvimento sócio – econômico e melhorias na qualidade de vida na cadeia do AGRONEGÓCIO.

Ações desenvolvidas

O Pólo de Excelência em Genética Bovina é dirigido por um comitê gestor formado por representantes de 21 empresas públicas e privadas do segmento da genética bovina, e atua na articulação de projetos para o desenvolvimento técnico, científico, econômico e social.
O Pólo vem apoiando projetos como o do Centro de Referência de Embriões ZEBU, o detalhamento do Genoma de Zebuínos Leiteiros, o Banco de DNA das raças Zebuínas, trabalhos envolvendo a Seleção Genética Assistida por Marcadores Moleculares, entre outros. A criação do curso lato sensu “Especialização em Genética Bovina aplicada ao melhoramento da produção de zebuínos” e a implantação do Mestrado em Genética Bovina” no município de Uberaba também são resultados das ações do Pólo.

Inteligência em Genética Bovina

Com o objetivo de difundir o conhecimento em melhoramento genético animal, o Pólo desenvolveu O Centro de Inteligência em Genética Bovina, um ambiente virtual que reúne informações técnicas, científicas, econômicas e sociais de grande interesse dos pecuaristas, pesquisadores, empresários e universitários, com ênfase no melhoramento genético, biotecnologia animal e inovação. O site é WWW.cigeneticabovina.com.br

Comitê Gestor do Pólo: ABCZ: Associação Mineira de Inseminação Artificial, Embrapa, Emater, Epamig, Fazu, Faemg, Fetaemg, Indi, Ima, SEBRAE, Uniube, UFLA, UFU, Universidade Federal de Viçosa, UFMG, UFTM, Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Governo De Minas Gerais.
(Folder – Polo de Excelência em Genética Bovina – ABCZ).

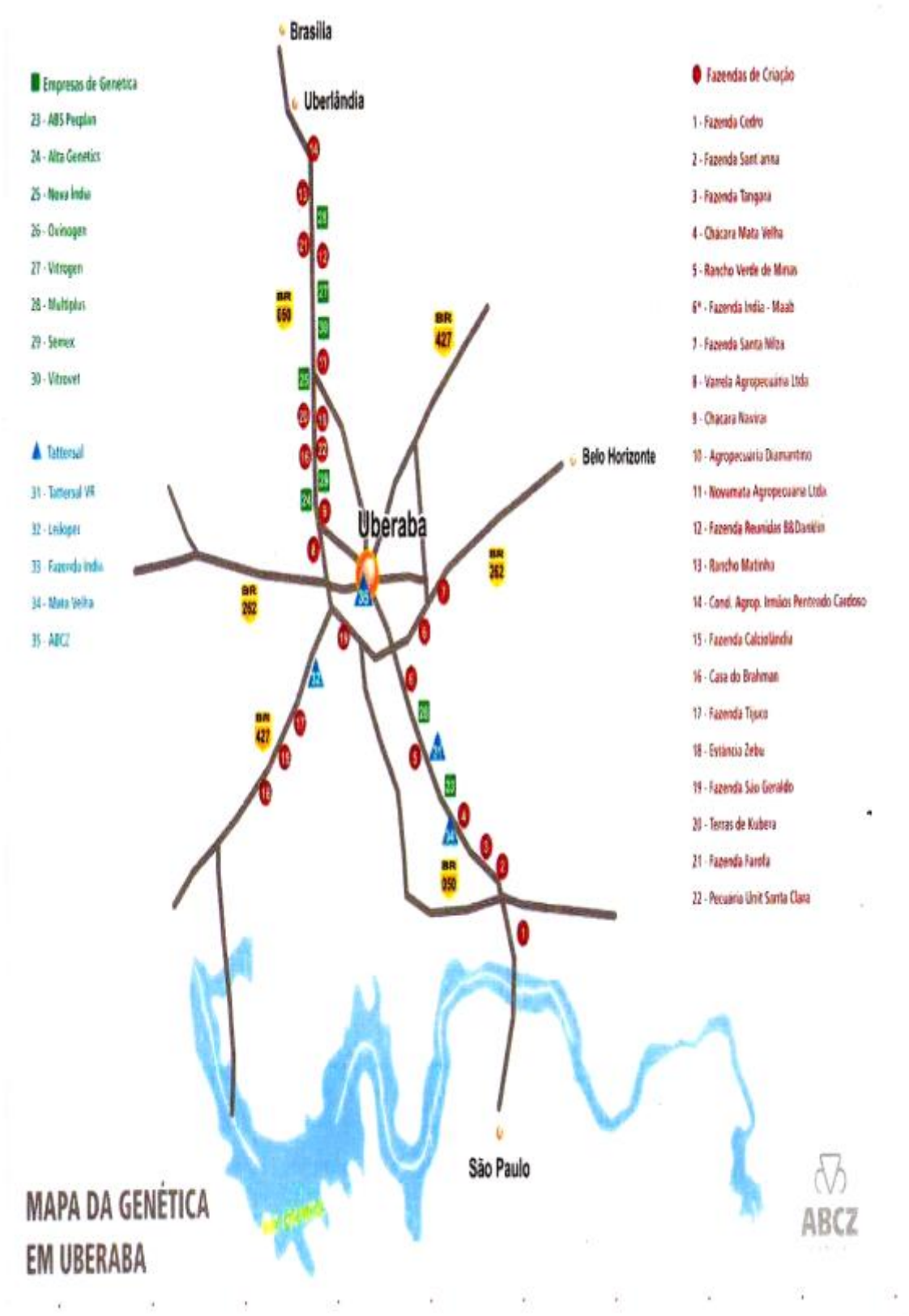


FIGURA 26 – Imagem da localização das empresas que trabalham com genética bovina no município de Uberaba-MG.

Fonte: ABCZ.

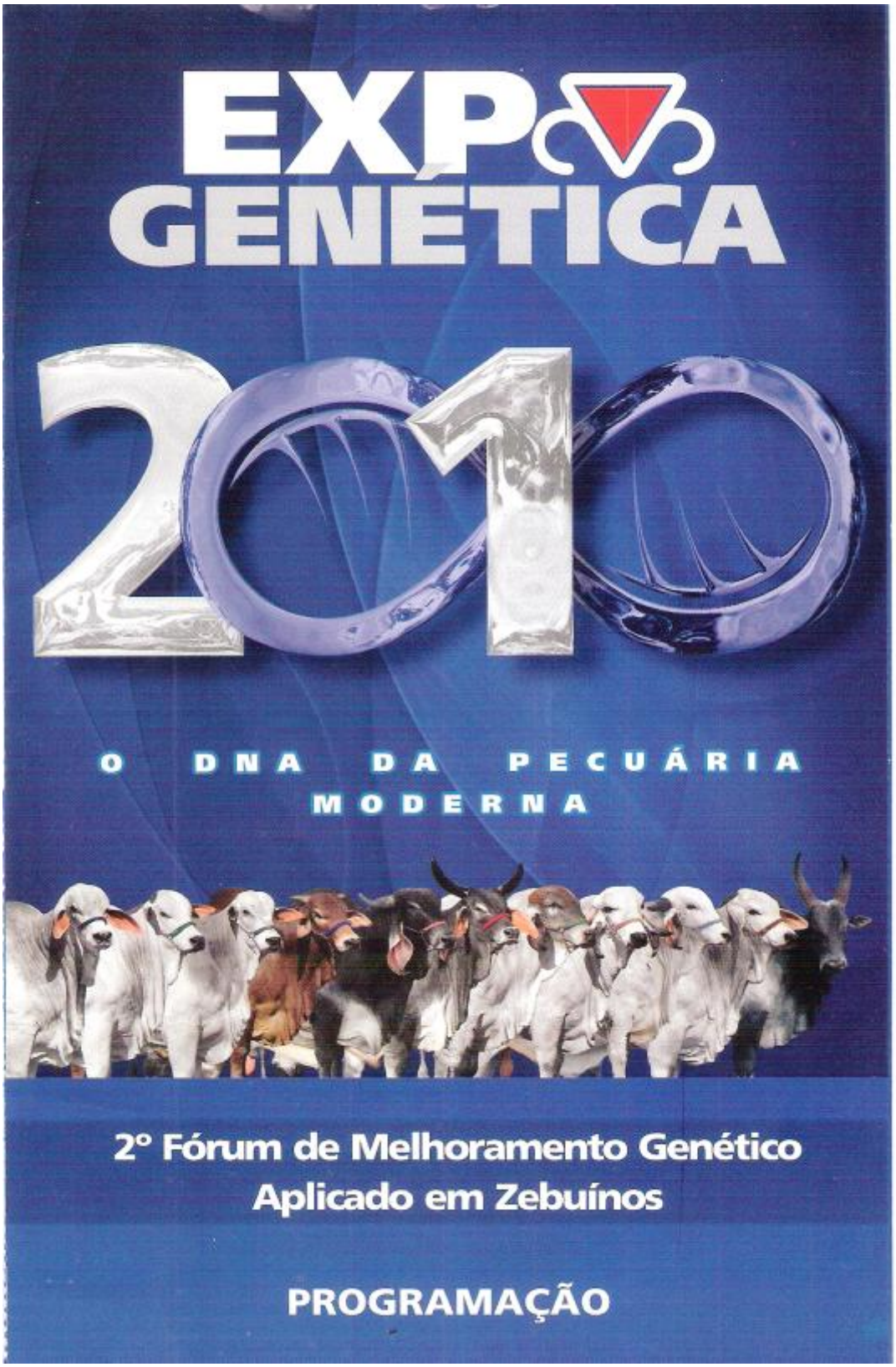


FIGURA 27 - Folder da Expo Genética e do 2º Fórum de Melhoramento Genético Aplicado em Zebuínos.

Fonte: ABCZ.



FIGURA 28 - Verso do Folder da Expo Genética e do 2º Fórum de Melhoramento Genético Aplicado em Zebuínos.

Fonte: Folder – ABCZ.



-

FIGURA 29 – Cartaz da 76ª Expo Zebu realizada em Maio de 2010.
Fonte: ABCZ.

Em ambos os folders utilizados para demonstrarmos o uso da ciência, da tecnologia e da pesquisa pela ABCZ, constatam-se investimentos que perfazem a importância da pesquisa como instrumento de fortalecimento do gado Zebu. Constata-se, de igual modo, no tema abordado na 76ª EXPOZEBU – “GENÉTICA ZEBU: Futuro Sustentável”, o uso do tema “sustentável”, que é o discurso do momento da sociedade globalizada, incorporado e utilizado nas práticas para fortalecer o imaginário acerca do Gado Zebu.

No exemplo a seguir, note-se um curso de Pós-Graduação oferecido pelas Faculdades Associadas de Uberaba (FAZU), fundada pela ABCZ no ano de 1973.

Observa-se que o referido curso de Pós–Graduação, com a temática “Julgamento das Raças Zebuinas”, é uma parceria com a ABCZ.



FIGURA 30 - Folder do Curso de Pós Graduação da FAZU.
Fonte: Folder – FAZU.

É notória a reconstrução das práticas utilizadas pelas elites uberabenses no transcorrer do tempo histórico. Não encontramos mais centenas de jagunços na Praça Rui Barbosa, controlando “quem vota e quem não vota”, atendendo, assim, aos interesses dos “coronéis do Zebu”, mas nos deparamos com outra roupagem do poder hegemônico destas elites, que perfazem a realidade da sociedade globalizada e do investimento em ciência e tecnologia. É preciso refletir e responder a estas inquietações: quem será os grandes beneficiados destas transformações? Quais os reflexos destes investimentos para os cidadãos uberabenses que mal “sobrevivem” com um salário mínimo? Eis o desafio para a pesquisa comprometida com a formação crítico-reflexiva da sociedade, não fazer a crítica pela crítica, mas entender

os bastidores de todos os acontecimentos que norteiam as disputas de poder e a hegemonia na sociedade e seus reflexos para os sujeitos sociais que fazem parte deste processo.

Por conseguinte, a escrita dos referidos memorialistas, que nos propiciou estas inquietações, é um instrumento de poder utilizado de forma direta na reconfiguração do poder hegemônico das elites uberabenses na (re)produção do espaço geográfico uberabense. Demonstramos, de forma clara, o uso da escrita para explicitar a ação das elites, porém redimensionando significados.

A partir da crítica dos referidos memorialistas, poderemos elaborar uma análise do imaginário e do simbólico representados pelas elites uberabenses, bem como interpretar significados e, por conseguinte, construirmos uma análise crítico-reflexiva a partir do entendimento das ações das referidas elites e sua diversidade no âmbito político, econômico, social e cultural, e seus processos de (re)configuração do poder hegemônico na (re)produção do espaço geográfico do município de Uberaba.

2.3- Família e Poder: a parentela e os casamentos entre parentes na Princesa do Sertão – a (re)configuração das elites uberabenses

A obra de um dos memorialistas contemporâneos, e da qual já iniciamos análise neste capítulo, cujo título é *Os Rodrigues da Cunha: A Saga de uma família – Genealogia e História – Volume 1 e 2*, demonstra claramente os “casamentos arranjados” entre os detentores do poder econômico e político: as “três pragas” que ainda sobrevivem em Uberaba: os Borges, os Prata e os Rodrigues da Cunha.

Dentre os vários autores, escolhemos autores que consideramos indispensáveis, pois trabalham com a temática família patriarcal/poder e coronelismo, assim como analisam o casamento como relação de poder entre as elites.

Rego (2008, p. 50) afirma que:

> O casamento fazia parte assim de uma estratégia cuja finalidade era cimentar as alianças familiares e garantir os interesses da família e da parentela. Servia também para criar laços fundamentais de natureza social, política e econômica com indivíduos e grupos considerados importantes para a sobrevivência da família, ou para recrutar novos membros. Como dizia respeito ao futuro da família e de seus interesses, o casamento de jovens da elite era por demais importante para ser deixado ao acaso ou à sua escolha pessoal, e é por isso que essas uniões eram em geral arranjadas.

É clara a relação de poder implícita nos casamentos arranjados, sendo estes uma prática comum, utilizada pelas elites uberabenses. Sendo assim, constitui um instrumento de manutenção/reconstrução do poder hegemônico.

Por isso, o estudo e a análise da família são imprescindíveis no campo de estudo da sociologia e da historiografia brasileira, pois os hábitos da família diferem de acordo com a organização familiar, sendo importante analisar a classe social e diferenciar as famílias das elites e as dos pequenos proprietários (REGO, 2008).

Portanto, para compreendermos a temática família/poder/parentela, é necessária uma análise da família em sua relação com o coronelismo.

Fausto et al. (2006, p. 183) afirmam que:

> Um coronel era também, em geral, o chefe de extensa parentela, de que constituía por assim dizer o ápice. Esta era formada por um grande grupo de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) ou de aliança (uniões matrimoniais). Grande parte dos indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco, fosse igualmente, fosse por via bastarda; as alianças matrimoniais estabeleciam laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezados quanto os de sangue; finalmente, os vínculos do compadrio uniam tão estreito quanto o próprio parentesco carnal.

O coronel era o grande chefe da “parentela”, representava e defendia os interesses de todos os seus familiares, os quais obedeciam e defendiam também os seus interesses. É importante destacarmos que esse patriarca geralmente recebia título de *coronel*; não era somente a pessoa que detinha poder econômico e político para a compra do referido título, mas também aquele que se encontrava no domínio da “parentela” (REGO, 2006).

Todavia, a parentela apresentava rentáveis possibilidades e ganhos econômicos, e havia entre si uma grande “solidariedade econômica”, ou seja, os parentes ofereciam ajuda econômica para membros com dificuldades no início dos negócios ou mesmo nos casos em que determinados membros da parentela

fracassavam em determinadas atividades econômicas. Fausto et al. (2006, p. 186) afirmam, em relação à questão econômico-política e a parentela:

> Além de grupo econômico, era também a parentela um grupo político, cuja solidariedade interna garantia a lealdade dos membros para com os chefes. A exclamação do Coronel Azeredo, chefe político de Mato Grosso, dirigindo-se a Euclides Malta, chefe político de outro Estado, ilustra esta afirmação: “Fizestes muito bem, Euclides, só elegendo os teus. Eu como não tenho parentes, cada um que mando para o Governo Mato Grosso é um traidor”. A explicação do desencanto do Coronel era simples: sem um laço de sangue ou de aliança que o prendesse ao chefe, que se visse eleito Governador de um Estado procurava cativar as simpatias dos chefes locais, emancipando-se da chefia política de quem o elegera. Como grupo, apresentava, pois a parentela três aspectos interligados: o político, o econômico, o do parentesco – mostrando que a sociedade na qual estava implantada era de estrutura socioeconômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores de atividade. Setor político, setor econômico, setor parentesco, reunidos, garantiam o funcionamento da sociedade e lhe davam uma característica própria.

É importante ressaltarmos que estas características não eram sinônimos de equilíbrio e união entre a parentela. Pelo contrário, quaisquer diferenças entre os membros que compunham o conjunto, seja no âmbito político ou econômico, era motivo para uma total desavença, ocasionando conflitos e até mesmo entraves sangrentos. Todos estes conflitos, violência e solidariedade entre a parentela foram importantíssimos para o fortalecimento/manutenção do sistema denominado de “coronelismo”, que manteve diversas formas políticas e reforçou ditados como “Para os amigos, tudo; para os inimigos o rigor da lei” (REGO, 2006).

Para entendermos o papel da parentela na estrutura coronelística, é preciso considerar que, no Brasil, os mecanismos de acesso à fortuna são a herança, o casamento e o comércio (REGO, 2006).

Fausto et al. (2006) analisam a relação entre herança e casamento:

> Herança e casamento em geral se apresentam unido na preservação das fortunas e d mandonismo local. A herança foi um meio por assim dizer “natural” de preservação de status e de poder, utilizada por determinados grupos contra outros; bem conhecida, não necessita de nenhuma análise detalhada. Já o casamento foi empregado de duas maneiras com a mesma finalidade: 1) O casamento no interior da própria parentela – tios com sobrinhas, primos com primas – sendo tão largamente utilizado que, em 1919, João Brígido observava escandalizado serem tão habituais que só faltava, como no reino dos animais, que os pais se unissem com suas próprias filhas; era a

> maneira de impedir que a fortuna fosse para mãos de estranhos ou se dividisse. 2) O casamento fora da parentela, dando como resultado a aliança de dois grupos poderosos que passavam a ser “parentes”, e portanto intimamente unidos, tanto econômica quanto politicamente, podendo se elevar na hierarquia do domínio graças a esta soma de forças familiares, econômicas e políticas. Além de instrumento de defesa de posições sociais para os grupos existentes, era o casamento importante meio de integração e de ascensão social para os ambiciosos que, não pertencendo a parentela importante, ou sendo um forasteiro, pretendesse conquistar uma posição de destaque.

Nesta perspectiva, podemos compreender claramente os motivos do casamento no interior da própria parentela e suas reais intenções acerca da preservação da fortuna/patrimônio no mesmo seio familiar, fortalecendo-o, bem como fortalecendo o poder exercido por esta família no contexto político e econômico. Em Uberaba, encontramos casamentos realizados entre membros da mesma parentela entre os Rodrigues da Cunha e os Prata.

Cunha; Amato (2008, p. 242) cita inúmeros casos de casamentos familiares entre os Rodrigues da Cunha:

> Carmem de Castro Cunha (Carminha), nascida em 15 de fevereiro de 1892, em Veríssimo – MG, falecida em 10 de junho de 1975, casou com seu primo Edmundo Rodrigues da Cunha nascido em 15 de agosto de 1886 e falecido em 2 de março de 1961, em Uberaba - MG, filho do Coronel Teófilo Rodrigues da Cunha e de Gabriela de Castro Cunha.Olinto Rodrigues da Cunha (Titó), com sua prima Cornélia de Castro Cunha, filha do Coronel Mizael Rodrigues da Cunha e de Maria Esmeria da Cunha.

Percebe-se, também, que o casal que contraiu o matrimônio tinha em comum, como pai, um coronel.

Citaremos ainda vários casos que demonstram o casamento na mesma parentela da família Rodrigues da Cunha. Cunha; Amato (2008, p. 335-336):

> Coronel Severiano Rodrigues da Cunha, capitalista e político em Uberabinha, onde faleceu em 1919, casoucom sua prima Alexandrina Cândida de Castro, filha do capitão Manuel Rodrigues da Cunha Filho e de Joana Cândida de Castro. Dr. João Severiano Rodrigues da Cunha (Joanico), nascido em 15 de dezembro de 1884, na Fazenda Palestina, em Uberaba-MG. Formado pela antiga Escola de Farmácia de Ouro Preto, proprietário da Farmácia Espírito Santo, em Uberabinha; jornalista e literato distinto, autor de diversos preparados farmacêuticos; político eminente e prestigioso em Uberlândia –MG, de cuja Câmara Municipal foi por diversos triênios sucessivos eleito o presidente, havendo neste tempo operado radical transformação na cidade tida, hoje, por isso, como uma das de maior grandeza em

> Minas; vereador e presidente da Câmara de Uberaba; eminente criador de Zebu, com a marca “JS”, foi, também presidente da ABCZ . Casou-se com sua prima Carmelita de Castro Cunha, filha do Coronel Eliezer Mendes dos Santos e de Augusta Cândida de Castro. Zélia de Castro Cunha, nascida em 3 de maio de 1926, em Uberaba – MG, onde em 15 de outubro de 1955, casou–se com seu primo Aloísio Mendes dos Santos, nascido em 30 de outubro de 1919, em Formiga – MG, filho de Lindolfo Mendes dos Santos Júnior e de Maria Antonieta Cunha. Coronel Edmundo Rodrigues da Cunha e Oliveira, nascido em 28 de maio de 1893, na Fazenda do Brejinho, em Veríssimo – MG, falecido em 1970; casou duas vezes, sendo a primeira vez, em 16 de maio de 1914, em Dores do Campo Formoso (atual Campo Florido – MG), com sua prima Maria de Andrade Cunha (Maricas), nascida em 23 de dezembro de 1896, na Fazenda do Pinto, filha do Coronel Alberto Rodrigues da Cunha e de Ana Cândida de Andrade; pela segunda vez com Elvira Campos e Oliveira .

Porém, indagamos: qual era o papel dos sentimentos nestes casamentos ocorridos na mesma parentela? Como os jovens conviviam com esta prática dos “casamentos arranjados” entre parentes? A resposta é direta: os jovens, principalmente do sexo feminino, eram excluídos do convívio social, ficando restritos ao convívio familiar, ou seja, à escolha para o matrimônio entre primos ou tios (REGO, 2008).

Neste contexto, às vezes, as escolhas dos pais em relação ao futuro esposo de suas filhas coincidia com a vontade da filha. Porém, as exceções faziam parte deste contexto e quando a vontade da filha diferenciava da escolha realizada pela sua família, o fim era trágico: fugas e até mesmo a prática horrenda do suicídio. Pode-se concluir que, em razão da conservação da fortuna e das riquezas na mesma parentela, não se media as consequências de atos contra a vontade da mulher. Mesmo sendo as jovens do seu seio familiar, sua vontade própria não era respeitada e prevalecia a vontade do coronel que, a qualquer preço, queria preservar suas posses no quintal de suas fazendas.

Porém, outra questão nos instigou no transcorrer da referida pesquisa: qual era o posicionamento da Igreja Católica diante dos casamentos ocorridos no círculo de convívio da mesma parentela (endogamia), com o objetivo de conservar os bens, a riqueza e, portanto, a herança entre os integrantes da mesma família? Rego (2008, p.51) afirma que:

> O papel histórico da Igreja Católica, no que concerne aos casamentos endogâmicos foi, na maioria parte dos casos, contrário aos interesses das famílias da elite. A influência da Igreja em razão das regras e das

> pressões exercidas, contrariava as estratégias de herança que as famílias eurasiáticas utilizavam para assegurar sua existência e para prolongar sua associação com a propriedade, característica de seu nível hierárquico. A Igreja considerava os casamentos entre parentes próximos como uma consolidação de laços mais amplos no interior da parentela, e buscava fragilizar os laços de clã e de parentesco, porque estes ameaçavam seu controle cada vez maior sobre a população e sua possibilidade de adquirir os bens doados pelas famílias. A Igreja, ao proibir os casamentos endogâmicos, obedecia a interesses mais de natureza política e econômica que biológica ou espiritual.

Esses casamentos endogâmicos proporcionavam um grande risco, contrário ao domínio e ao poder da Igreja em relação à população. Porém, a pressão das famílias das elites em relação ao posicionamento da Igreja acabava provocando uma adaptação aos interesses das primeiras.

Rego (2008) afirma que o “instrumento de harmonização” entre os interesses das elites e a Igreja Católica foi a chamada dispensa eclesiástica: as famílias recebiam permissão para realizar matrimônios contrários às leis canônicas. Assim, o interesse das elites era preservado e a autoridade da Igreja preservada. Um verdadeiro “acordo de cavalheiros”!

Em relação à dispensa eclesiástica, destaca-se que a mesma era de competência exclusiva do Papa, mas para continuidade do “acordo de cavalheiros”, a Igreja estabeleceu exceções aos padres brasileiros, conforme afirma Rego (2008, p. 52):

> Em 1790, a bula Magnam projecto Curam, do Papa Pio VI, concedeu aos bispos e “padres respeitáveis” brasileiros a faculdade de conceder gratuitamente dispensas aos casamentos entre pessoas de todos os graus de parentesco, salvo em se tratando de consanguinidade em linha direta e transversal e de afinidade em linha direta. O matrimonio era portanto objeto de importantes interesses políticos e econômicos, não somente por parte da família, mas também da Igreja. Transformou-se mesmo em símbolo de importância, em marca de diferenciação social. É por isso que o fato de solicitar dispensa para casamentos consanguíneos revelava uma posição elevada na hierarquia da sociedade, pois as providências para tanto ocasionavam custos elevados.

Por conseguinte, a realização de casamentos entre a parentela é apenas mais uma característica da estrutura familiar cujo líder era o coronel. Os interesses econômicos e políticos sobrepunham ao bom relacionamento familiar e aos sentimentos envolvidos. A busca constante da preservação da fortuna e da herança

entre a parentela era o grande objetivo das elites; por isso, os sentimentos de seus filhos e filhas eram totalmente desconsiderados em nome da riqueza, da ostentação e do seu poder.

Contudo, esta prática não se restringiu à família Rodrigues da Cunha. Explicitaremos, a seguir, os “casamentos arranjados” entre a mesma parentela do clã da família Prata.

Na obra de Thomaz de Aquino Prata, intitulada *Memórias da Memória: De Joaquim a José: uma visita à casa paterna*, além das informações já estudadas neste capítulo, também há inúmeros acontecimentos que retratam os “casamentos arranjados” no clã Prata.

Prata (2008, p. 106) analisa o acontecimento que envolve o seu avô, o tenente-coronel João da Silva Prata, com relação ao casamento realizado entre a mesma parentela e a conquista da patente de tenente-coronel:

> Meu avô estava de cama, bem doente, em janeiro de 1943. Chamou-me à beira da cama e ordenou: - Vá lá na igreja e chame o padre para me confessar e me comungar - . Era um homem religioso, a seu modo. Vê – se que estava arrependido de seus erros, se é que os cometeu. Viveu os valores da época. Em 1881, casou-se com sua prima Maria Rosa da Conceição Prata. Foi uma festa badalada. Vários interesses econômicos ali se preservavam. Os fazendões eram poupados, uniam-se. Em 1889, aos 30 anos de idade, foi agraciado com a patente de tenente – coronel da Guarda Nacional, com todas as honras e direitos devido ao posto.

Podemos observar, nos dizeres deste autor, a comprovação da realização do casamento entre a parentela como uma prática realizada pelas elites uberabenses para perpetuarem o seu poder e, concomitantemente, reconstruir sua hegemonia de geração a geração, sendo esta prática realizada pelas famílias que pertenciam à elite política e econômica do município de Uberaba. Prata (2008) ainda chama a atenção com relação aos interesses econômicos que prevaleciam nos bastidores dos “casamentos arranjados” entre a parentela.

Os “fazendões” eram poupados, ou seja, não ocorreria a união de duas famílias de origens diferentes, acarretando o risco, caso o casamento terminasse, de divisão dos bens e da fortuna do referido casal. Portanto, o casamento entre a parentela poupava a herança e unia os “fazendões”.

Constata-se, também, o que já discutimos no capítulo 1 acerca dos “coronéis sem soldado”, passando o tenente-coronel João da Silva Prata a fazer parte da realidade das patentes adquiridas pela compra ou prestígio político, coisas da “terrinha do Zebu”.

A família ou o clã Prata exemplifica perfeitamente as práticas das elites uberabenses, bem como sua diversidade na (re)produção do espaço geográfico uberabense em diferentes escalas. Citamos o exemplo da presença de três bispos e quase 30 sacerdotes na missa de corpo presente da representante da família Prata, a senhora Maria Rosita Prata.

Prata (2008, p. 124) descreve mais um casamento entre parentela ocorrido no clã da família Prata, outro exemplo da tríade casamento/parentela/reconfiguração hegemônica por parte das elites uberabenses:

> Quita Prata, minha mãe, pouca gente sabe, chamava-se Maria Rosita Prata. Era filha de João da Silva Prata e de Maria Rosa de Conceição Prata. Nasceu na fazenda Capivara,em 27 de agostode 1892. Perdeu tragicamente a mãe, vovó Rosa, em 1904, conforme já relatado. Na mesma época também perdeu seu avô materno Manoel. Várias vezes ouvi mamãe referir-se ao vovô Manoel com muito carinho, contando histórias engraçadas de sua vida. O mais estranho é que nunca se referia a vovó Rosa, talvez para não recordar aqueles maus momentos. Lá em casa, o assunto “vovó Rosa” era tabu. Todos nós fingíamos ignorar o assunto. Logo depois da morte de vovó Rosa, mamãe foi morar com tia Marieta, irmão de meu avô João Prata, para que pudesse estudar, pois já completara 12 anos de idade. A influência de tia Marieta foi fundamental naqueles momentos difíceis, acolhendo minha mãe com carinho. Ela estudou no Colégio Nossa Senhora das Dores, durante um ano de 1906 a 1907. Em janeiro de 1908 ela compareceu à Igreja Matriz e ser madrinha de Lucília filha de tio Tonico e tia Marieta lado de Carlos Rodrigues da Cunha. Em dia 25 de Abril de 1908 casou-se com seu primo Alberto Prata. Tinha apenas14 anos e 7 meses. Levou, como dote, a fazenda Estiva, de mais 300 alqueires mineiros e 200 cabeças de gado “de cabeceira”, segundo ela mesmo contava. No livro 12, folha 15, nº49, de Registro de Casamentos da Catedral Metropolitana de Uberaba (Paróquia do Sagrado Coração de Jesus), está registrado o casamento de meus pais: Alberto e Maria – A vinte e cinco de Abril de mil novecentos e oito, às sete horas da noite, na capela do Santíssimo Coração de Jesus, dispensados dos impedimentos a que estavam ligados, diante das testemunhas Luis Humberto Cunha Calcagno e Joaquim de Oliveira Prata em minha presença, receberam–se em matrimônio Alberto Prata e Maria Rosita Prata, ele com vinte três anos de idade, filho de Manuel Prata Junior e de D. Aerolina Cândida Fernandes, nascido nesta freguesia; ela, de quinze anos de idade, nascida na freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Alagoas, neste

bispado, filha legítima do Coronel João da Silva Prata e da falecida D. Maria Rosa da Conceição Prata. O vigário Mons. Ignácio Xavier da Silva.

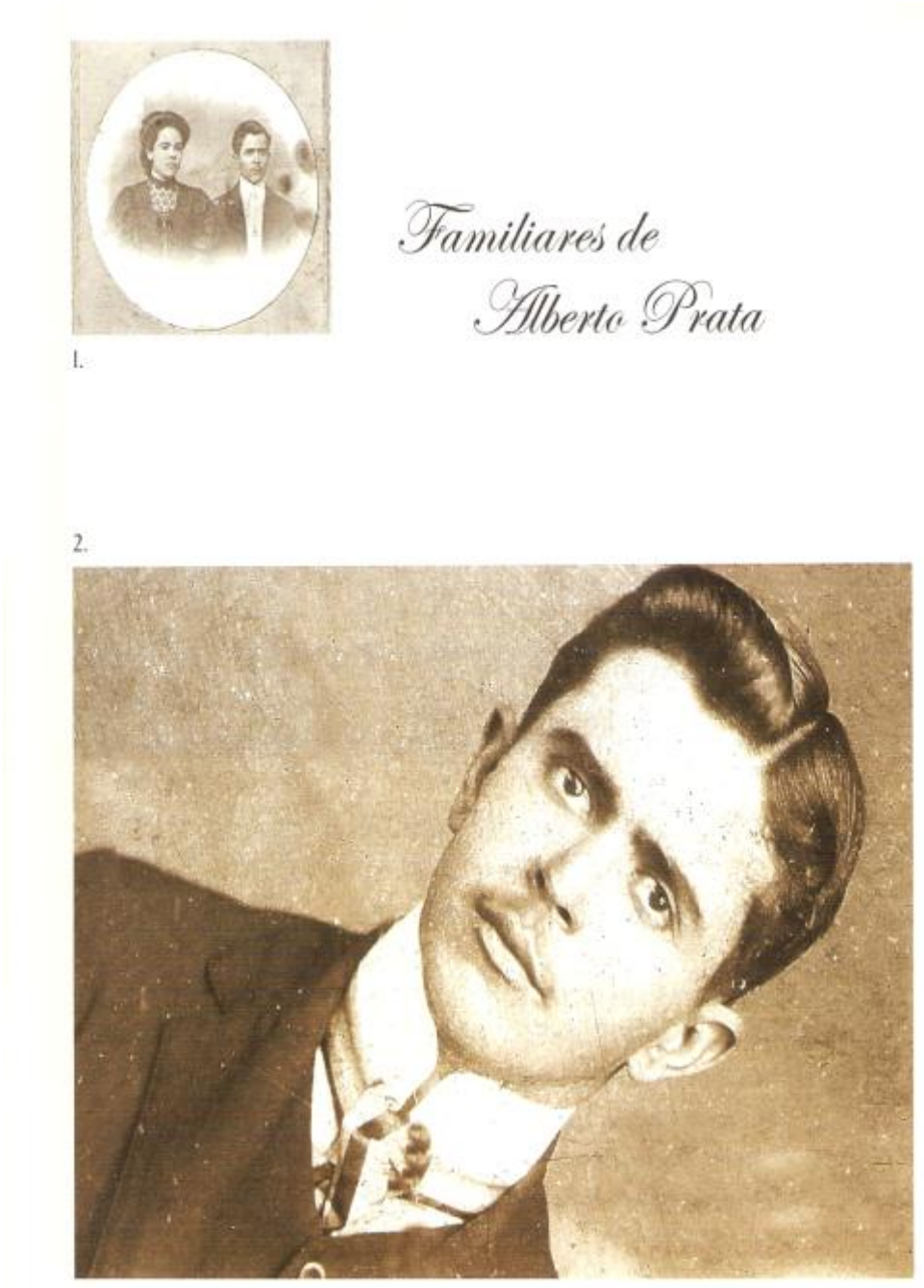


FIGURA 31 – Alberto Prata.

Fonte: Prata (2008).



3. 4.

1. Maria Rosita Prata e Alberto Prata
2. Alberto Prata
3. Alice Prata e Joaquim de Oliveira Prata (Quinzinho)
4. Anna da Conceição Prata Vidal (Ninoca)
5. José Prata Sobrinho (Zequinha) e Santina Próspero (Santinha)
6. Gasparino Vasconcelos Castro, Adelina Prata Vasconcelos e filhos: Sulinha, Zezé, Terezinha, Bilico, Neito e Geraldo



5. 6.

FIGURA 32 – Familiares de Alberto Prata.

Fonte: Prata (2008).



1.

FIGURA 33 – Manoel Prata Junior – avô paterno de Alberto Prata.

Fonte: Prata (2008).



3.

4.



5.



FIGURA 34 – Padre Thomaz de Aquino Prata e Aerolina Cândida Fernandes (Sinhá). Último retrato da dona Sinhá em 01-01-1946, três dias antes de sua morte. 4- Maria Rosa da Conceição Prata e João da Silva Prata. 5- Maria Antonieta Monteiro (Tuta) e João da Silva Prata.

Fonte: Prata (2008).

Enfatizamos, neste capítulo, a obra dos memorialistas uberabenses como uma das práticas de (re)construção do poder hegemônico das elites, pois os mesmos escreveram “sobre e para as elites uberabenses”, não propiciando um debate crítico-reflexivo no transcorrer das suas obras. A riqueza factualista demonstrada nas obras destes memorialistas foi imprescindível para compreendermos o cotidiano do período pesquisado, a exemplo dos casamentos entre a mesma parentela, realizados com o objetivo único de manter o poder das elites nos quintais de suas fazendas, sem o risco de “dividirem os fazendões", perpetuando, assim, o poder político e econômico no mesmo contexto familiar.

Constatamos, também, que os jornais do município de Uberaba (em específico o *Jornal da Manhã*, que utilizamos como exemplo), perfazem um discurso que reforça o imaginário construído acerca da imagem das elites uberabenses, demonstrando a força simbólica do Gado Zebu no passar dos anos e a imagem do município de Uberaba, que ainda remonta às características da “Princesa do Sertão”, dominada pelos “coronéis” e suas práticas. Mais recentemente, as elites passaram a usar a ciência, a tecnologia e a pesquisa como os mais novos instrumentos de (re)configuração de suas práticas, para perpetuar sua hegemonia e reafirmar o imaginário da “Capital mundial do Zebu”, o que se reflete na (re)produção do espaço geográfico uberabense.

Estas práticas perfazem e reafirmam com veemência a tese por nós defendida: a reconfiguração das elites uberabenses por meio do Coronelismo Despótico.

No capítulo 3, analisaremos a atuação política dos presidentes da SRTTM/ABCZ em nível regional e nacional, quanto às gestões destes, compreendidas no período entre 1950 a 2004.

CAPÍTULO 3

O PODER E AS RELAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE UBERABA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: as elites uberabenses e suas interfaces

Neste capítulo, realizaremos a exposição de algumas instituições, de pessoas e ideias que nortearam o desenvolvimento econômico, político, social e religioso do município de Uberaba na segunda metade do século XX. Com certeza, muitas personagens e informações ficaram fora deste trabalho, mas deixarei as pistas para aqueles obstinados em dar continuidade a este trabalho árduo e gigantesco. As críticas brotaram de várias pessoas que muitas vezes nos incentivaram, daquelas cujas expectativas não atendemos, ou tocamos de maneira indesejada em determinado assunto ou termos. No entanto, procurei realizar, neste capítulo, uma visão global da sociedade uberabense dando palco para os principais atores, tecendo críticas sobre as práticas e as manobras escusas destes artífices do desenvolvimento uberabense, quiçá brasileiro em determinadas áreas.

Essa discussão versa sobre vários ramos da atividade social do município. Demonstraremos a grandeza da sociedade uberabense e os motivos que levaram os coronéis a construírem uma nova roupagem, agora com seus descendentes - filhos e netos -, mas sempre com o objetivo de manterem o controle das ações e o crescimento econômico do município. Devemos estender esta visão para outras plagas e notaremos a força destas práticas despóticas sempre tendo como meta o poder político, que facilita o crescimento do grupo envolvido na direção dos desígnios da cidade por um simples fator ou informação privilegiada, pois isso propicia a compra de terras, o início de negócios vindouros, acesso a crédito

privilegiado do governo federal, isenção de impostos, cargos comissionados, entre outras instâncias econômicas que interessam às elites.

Mas, antes de adentrar nessa análise, faço uma ressalva inicial que muitos ignoram: em alguns momentos de fraqueza ou para tentar diminuir o inimigo, o poder afirma que a natureza - ou Deus - privilegiou o município de Uberaba com o "Rio Grande", chamado por alguns como o maior e mais importante deputado da cidade, pois lhe propicia uma vantagem imensa, embora banhe outras cidades. Mas isso não é desvantagem para os propagadores desse discurso, pois a nossa Uberaba tem, aos seus pés, a BR 050, que liga São Paulo à Brasília, a BR 262, que interliga Uberaba à Belo Horizonte, a ferrovia que corta o município no sentido oeste a leste e vice versa, ou seja, isso significa que a cidade tem recursos centrais, tal como água abundante para a indústria, mobilidade para a sua produção, o que é fator de atração para empresas, tais como a vinda da Valefértil, depois Fosfértil, e todas as indústrias misturadoras de adubo, e uma famosa fábrica de amônia, em 2013. A cada evento econômico como esses, sempre há algum político ou grupo de políticos anunciando-se como "pai" de tal feito.

Essa verdade é colocada pelo jornalista Luiz Gonzaga de Oliveira, em sua obra de 2011, intitulada "Terra Mãe", nos termos a seguir:

> RIO GRANDE – político maior.
> Uberaba estaria fadada a ombrear-se com cidades menores circunvizinhas não fossem as gloriosas, abundantes e benfazejas águas do Rio Grande. Chamado o nosso principal político, devemos a ele a guinada do nosso desenvolvimento com a chegada da antiga Valefértil, depois Fosfértil e agora Vale, não sei o que nos reservava Seria triste, cruel e nefasto, olhar uma cidade a 100 quilômetros da nossa, ganhar ares de capital e progresso avassalador e nós, tristes, cabisbaixos, morrendo de inveja, com um dedo na boca e outro em local menos digno, contemplar o sucesso e vitória dos adversários.
> Damos graças a Deus, estarmos localizados às margens do Rio Grande, caso contrário [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 19-20).

Diante da lamúria deste defensor irrestrito da cidade e dos ilustres membros da sociedade uberabense, vamos dar voz a outros personagens para melhor compreendermos a trajetória dessa história, chamando a atenção para a construção histórica do poder, da tradição e de suas verdades, impostas à maioria da

população, que as recebia de maneira incondicional e discriminadora, sem questionar os mitos construídos pelo poder de controlar a imprensa escrita e falada, hoje a televisiva, sem questionar a imagem do vencedor e suas verdades, porém ocultando a verdade do derrotado e suas razões... Afinal, críticas foram feitas ao longo do tempo, mas nem sempre as razões do derrotado ganharam o espaço público, nem foram compreendidas a tempo de se proporem alternativas ao projeto vencedor. Tenhamos bom ânimo e espírito despossuído de preconceitos e verdades para adentrarmos nas tramas da vida social, sobretudo político-econômica, do município de Uberaba.

3.1 A atuação política no cenário regional e nacional dos presidentes da SRTM/ABCZ em suas gestões, de 1950 a 2004

Os presidentes da antiga Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), hoje Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) tiveram atuações políticas que refletiram no poder local, principalmente porque suas ligações eram regionais e precisavam estabelecer este poder e se firmarem como uma atividade lucrativa e respeitável perante a sociedade brasileira. No entanto, primeiro é preciso ter o controle regional para expandir as fronteiras; assim, podemos perceber a influência das tradicionais famílias uberabenses na direção desta instituição.

Porém, com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e com a reabertura política, aliada à necessidade de crescimento da economia brasileira, as elites agropecuárias regionais passaram a buscar novos valores sociais e políticos, reorganizaram-se economicamente e se reconfiguraram socialmente, deixando de lado o título e as práticas do coronelismo, passando a usar o título acadêmico de “Doutor”, conquistado pelos bacharelados em Medicina, Direito, Engenharia, aliado ao poder monetário para controlar as ações no campo político, social e superar as críticas impostas pela classe urbana que surgia e desejava espaço nos cenários sociais da época.

Para podermos entender o poder político desta atividade econômica e a sua envergadura, citaremos as reivindicações atendidas pelas autoridades nacionais quando em visita à Exposição Nacional de Gado Zebu, realizada com pontualidade e rigidez, anualmente, entre os dias 03 e 10 de maio. O evento se tornou, no correr dos anos, importante palanque para reclamos da classe pecuarista e palco de protesto da população contra os políticos nacionais que, em muitas oportunidades, não compareceram para evitar as “vaias e protestos”.

Com o passar do tempo, a grande festa popular dos anos 1980 e 1990 se tornou, no início do século XXI, um evento exclusivamente direcionado aos pecuaristas, ou aos interesses destes; com isso, o povo foi afastado do evento progressivamente, primeiro retirando-se a realização de grandes shows musicais, o que reduziu significativamente a participação popular, e praticamente tornou a festa um evento classista.

Podemos iniciar essa abordagem pela gestão do Dr. Carlos Smith, que dirigiu a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), hoje ABCZ, de 1948 a 1952. O mesmo era médico e pecuarista, e participou como jurado único na Exposição Agropecuária do Texas, nos Estado Unidos da América Durante seu mandato, recebeu autorização de outras entidades federativas nacionais agropecuaristas para levar avante a sua “Campanha do Reajuste”, cujo movimento pressionou o Governo Federal, na época exercido pelo General Eurico Gaspar Dutra, que sancionou uma lei que dava 50% de perdão à dívida dos produtores rurais.

Podemos perceber o poder de representação das elites uberabenses em nível nacional, que agora abarcava demandas próprias e dos companheiros de atividade de outras unidades federativas, que passaram a reconhecer a força da SRTM ao ampliar a sua visibilidade e a influência no ambiente político, dando à atividade agropecuária uma nova notoriedade em um país que buscava expandir seu mercado interno e externo ao propor novas perspectivas e um novo norte institucional que logo será apropriado pelas direções subsequentes.

O presidente Dr.Adalberto Rodrigues da Cunha[18] era tabelião e pecuarista, teve maior mandato contínuo da Sociedade Rura ldo Triângulo Mineiro (SRTM):sua

[18] Filho do Coronel Teófilo Rodrigues da Cunha, nascido em 9 de agosto e batizado a 27 de agosto de 1859, em Uberaba/MG (tendo por padrinhos Manuel José Teixeira e Maria Francelina de Jesus), de cuja Câmara Municipal era vereador quando do seu falecimento, em 1913, e onde, em 9 agosto de

gestão teve início em 1952 e terminou em 1962. É importante afirmar que o mesmo representa uma das famílias tradicionais da elite uberabense e a influência deste grupo familiar no poder local será grande nas décadas vindouras, representado pela eleição do Dr. Hugo Rodrigues da Cunha, advogado, para duas gestões no executivo municipal nas décadas de 1970 e 1980, a eleição do engenheiro civil Dr. Luiz Guaritá Neto na década de 1990, quando era casado com a filha do Dr. Antonio Ronaldo Rodrigues da Cunha.

Do presidente Dr. Adalberto, dentre as diversas lutas de sua gestão a favor da classe ruralista, podemos destacar a reivindicação da "Lei do Reajustamento", que buscava liberar os bens penhorados ou hipotecados (terras e gado) imposto pela lei da "Moratória" de 1945, cuja vitória chegou após intenso trabalho junto ao parlamento da época e com apoio e sanção do então presidente da República, Juscelino Kubitscheck, em 1956.

No ambiente do município, sua atuação foi marcada pela conquista do asfaltamento do aeroporto, pela construção do prédio dos Correios e Telégrafos, no centro da cidade, pela instalação do escritório da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), além da abertura do mercado na América do Sul, exportando gado para a Venezuela.

1879 casou-se com sua prima, Gabriela Cândida de Castro, filha do Major Cândido da Cunha e teve como segunda mulher Teresa Cândida de Castro. "*O Coronel Teófito e Gabriela eram moradores na fazenda Gengibre, em 1889, quando vendem a Fazenda Floresta (composta de cultura e campos, um sítio com casa assobradada, engenho de moer cana, de serras e de socar, movidas por água e currais e pastos) nela incluída a Fazenda Bom Jardim, para seus primos Evaristo Rodrigues da Cunha, Augusto Rodrigues da Cunha (moradores na Fazenda Floresta) e Alfredo Rodrigues da Cunha (morador da Fazenda da Serra).* Foi pai de 10 filhos: Gustavo Rodrigues da Cunha, Isaura de Castro Cunha, Edmundo Rodrigues da Cunha, Isoleta Castro, Albertino Rodrigues da Cunha, Coronel Guiomar Rodrigues da Cunha (Marico), Ondina de Castro Cunha, Aguinaldo Rodrigues da Cunha, Nair de Castro Cunha e Adalberto Rodrigues da Cunha (CUNHA; AMATO, 2008, p. 219).

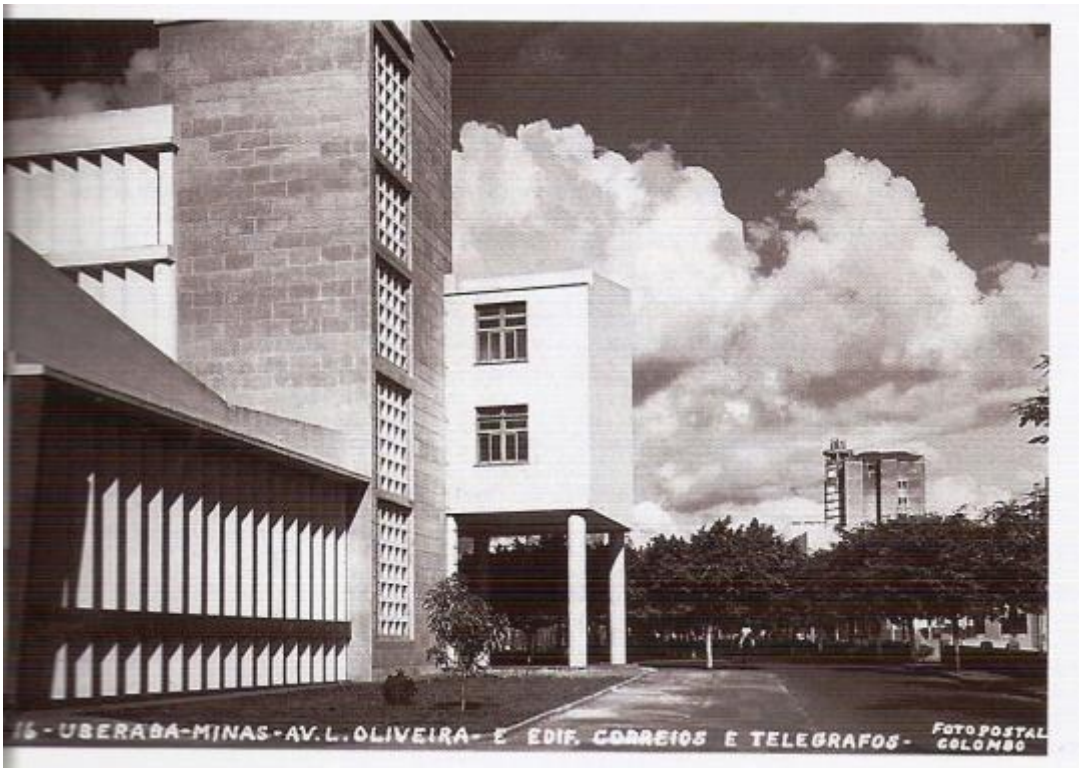


FIGURA 35 – Prédio da Empresa de Correios e Telégrafos, construído em Uberaba na década de 1950, na Av. Leopoldino de Oliveira, centro de Uberaba (MG), umas das reivindicações e conquistas da Sociedade Rural Triângulo Mineiro.

Fonte: Lopes; Rezende (2001, p. 69).

Analisando dois dos cartazes da gestão do Dr. Adalberto, podemos ver a prevalência do símbolo da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro – o portão de entrada, uma imagem típica da sua representação local. A partir de 1959, a Exposição de Gado Zebu se tornou nacional, expandindo-se as fronteiras dos negócios, bem como o poder político, social e econômico. O asfaltamento do aeroporto é uma visão clara de quem defendia os interesses de uma classe privilegiadíssima, em um Brasil em que poucos tinham recursos financeiros para viagens aéreas, mas os visitantes e negociantes do gado zebu percebiam um crescimento do poder aquisitivo e isso permitia o luxo de viagens a bordo de aviões “modernos”, como também facilitaria a chegada dos políticos e, concomitantemente, o município de Uberaba se tornaria um ponto seguro para aeroplanos.



FIGURA 36 – Cartaz da Exposição de 1959 e cartaz da Exposição de 1961.

Fonte: Acervo digital da ABCZ.

Assim, o poder do gado zebu se expande e ganha fronteiras e prestígio junto ao poder federal, sendo que Juscelino Kubitscheck atendeu a várias demandas das elites uberabenses, como o perdão de dívidas, a criação da Faculdade Medicina do Triângulo Mineiro, entre outras reivindicações.

Na chefia do gabinete municipal, tivemos o Dr. Antonio Prospero, médico e político ligado a Getúlio Vargas, e ainda o Dr. Artur Melo Teixeira, médico e agropecuarista, casado com Nísia Machado Teixeira, pertencente ao clã Rodrigues da Cunha. Por conseguinte, permeiam entre si ligações e influências, realizando-se uma reconfiguração na paisagem urbana e uma consolidação no imaginário: o antigo coronel, agora “Doutor”, se tornou mais humano e sensível às causas de demandas populares, trabalha pelo crescimento da cidade gerando renda e emprego, mas, nas entrelinhas, defende seus interesses.

A exposição rural, com o correr dos anos, foi se tornando um palanque importante para as demandas dos representantes da agropecuária nacional.

Para o mandato de 1962 a 1964, teve-se como presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM) o Doutor Antônio José Loureiro Borges[19], que assumiu a presidência da instituição com apenas 30 anos, em uma chapa vencedora formada por jovens, que recebeu o nome de “Diretoria dos Meninos”, mas não devemos esquecer que o mesmo tem um dos nomes das famílias tradicionais da cidade, os “Borges”, e sua presidência seria uma reconciliação com o passado histórico de sua família no desenvolvimento da atividade em Uberaba e na região.

Sendo assim, na abertura da exposição de 03 de maio de 1963, o então diretor presidente proferiu um discurso contra a emenda constitucional que propunha a reforma agrária, fato que se deu diante da classe política, da assistência que presenciava a cerimônia de abertura, e, principalmente, perante o convidado precípuo, o presidente da República João Goulart (Jango). Tal fato correu o país pela grande mídia, visto que Jango era taxado pela elite pecuarista como comunista, que dividiria socialmente a terra, o instrumento de poder e riqueza, dividindo, assim, os privilégios e ganhos conquistados com a luta dos ancestrais, o que dava um mal estar geral na classe agropecuarista. Passado este fato, houve poucas inovações, sendo a principal a obtenção de recursos junto ao Banco do Brasil para construção de uma nova sede.

[19] Nascido em março de 1932 e Filho de Osana Loureiro, nascida em 1909 e casada com Antônio Caetano Borges, nascido em 1902, na Fazenda Cassu, filho do Coronel José Caetano Borges e de Querubina Machado Borges (CUNHA; AMATO, 2008, p. 297). O avô foi o Sr. José Caetano Borges, que aliava as suas qualidades de criador, selecionador, presente na fazenda e na observação do gado, às de um arguto e inteligente comerciante, o homem de negócios que o tornaram um verdadeiro empresário, nestes sertões de Minas do início do século XX. [...] fez realizar a primeira exposição de Uberaba (1906) e teve participação ativa em todos movimentos associativos em prol da classe rural e dos criadores [...]. Em vista do rompimento com a SRTM, motivado pela disputa em torno do nome Indubrasil/induberaba, o Sr. José C. Borges passou a realizar na sua fazenda, Cassu, em maio, uma exposição paralela à SRTM. A ela compareciam criadores e autoridades que vinham a Uberaba para a Exposição [...]. Em 1940, o Presidente Getúlio Vargas deixou registrado no livro de visitas daquela fazenda: “deixo aqui consignada a excelente impressão que me deixou a visita a esta fazenda que se apresenta como a experiência vitoriosa de um grande esforço criador” (LOPES; REZENDE, 1984, p. 159). Em 1965, o ex-presidente da então Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, hoje ABCZ, Antônio José Loureiro Borges, de tradicional família de pecuaristas uberabenses, assumiu a Chefia da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. O cargo era importante, não só para o seu titular, como para a classe ruralista brasileira, especialmente uberabense (OLIVEIRA, 1997, p. 297).

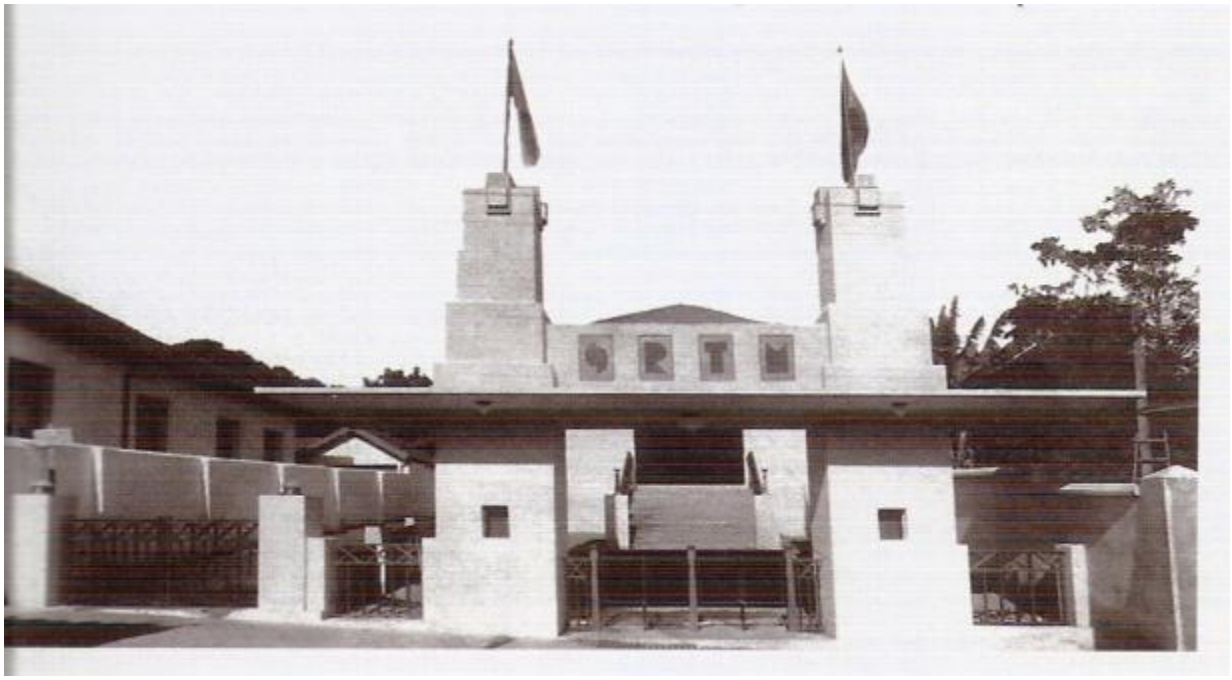


FIGURA 37 – Primeira Sede da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro – SRTM – na década de 1950, situada na Rua São Sebastião, no centro de Uberaba-MG.

Fonte: Lopes; Rezende (2001, p. 69).

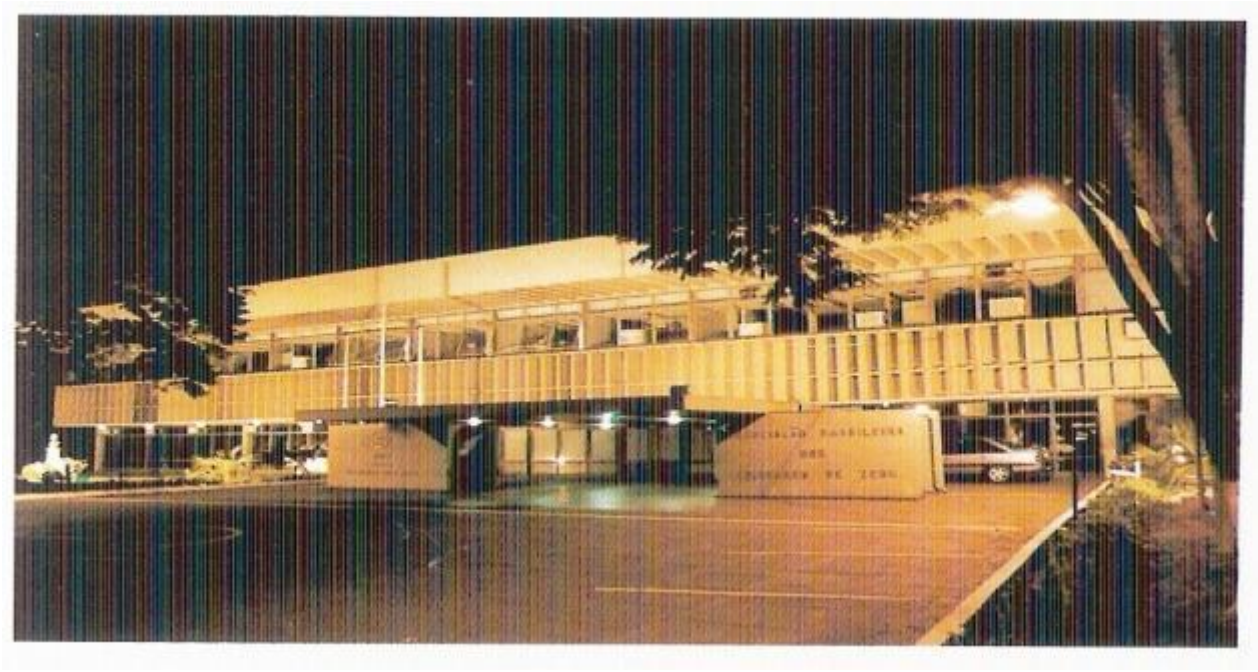


FIGURA 38 – Sede da Associação Brasileira de Gado Zebu – ABCZ – no ano de 2005, situada no Parque Fernando Costa, no bairro São Benedito, Uberaba- MG.

Fonte: Lopes; Rezende (2001, p. 273).

A classe pecuarista uberabense terá um representante que marcará época tanto na história da instituição quanto na vida pública da cidade, que será abordado com mais detalhes no Capítulo 05, quando exerceu um mandato tampão nos anos de 1971 a 1973, além de uma carreira política nas esferas estadual e federal defendendo os interesses da classe e de Uberaba. Trata-se do agrônomo e pecuarista Doutor Arnaldo Rosa Prata, na gestão da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM) nos anos entre 1964 e 1966, e depois de sua transformação em Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), nos períodos de 1968 a 1970, 1974 a 1976 e de 1976 a 1978. Suas gestões se caracterizaram pela abertura de espaço da entidade no cenário nacional e internacional.

O Dr. Arnaldo Rosa Prata, aproveitando o destaque da conquista de espaço político para sua carreira política no ambiente municipal, garantindo a articulação dos interesses da classe pecuarista diante da ABCZ, abriu escritórios regionais pelo país, modernizou o parque de exposição, fundou a Confederação Mundial de Criadores de Zebu (Comzebu), em 1976, e realizou, junto ao Ministério da Agricultura, em 1977, o II Projeto de Melhoramento Genético da Zebuinocultura (Prozebu), no que podemos perceber uma certeira visão de futuro diante do quadro atual da utilização da genética para melhoramento do rebanho para produção de carne e leite. Pode-se afirmar que é uma figura de destaque no cenário do Coronelismo Despótico, que terá uma melhor descrição nos capítulos vindouros.

Entre as gestões do Dr. Arnaldo, tivemos a participação de outro personagem importante para a cidade de Uberaba, o Dr. Edilson Lamartine Mendes, que foi eleito para comandar a Sociedade Rural do Triangulo Mineiro (SRTM). Porém, o então presidente da República, o General José de Alencar Castelo Branco, determinou que as sociedades e associações rurais se tornassem sindicatos, fato que conduziu a um longo estudo jurídico e habilidade política da presidência para intervenção política, que resultou no fechamento da SRTM e no surgimento da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, instituição que assumiu a responsabilidade de fazer o registro genealógico das raças zebuínas em todo país, ou seja, um monopólio, criando um *status* de órgão máximo do referido ramo de atividade. Podemos observar essa mudança nos cartazes abaixo, que demonstram a

continuidade, porém com mudança, do nome da instituição mantenedora e organizadora.



FIGURA 39- Cartaz da Exposição de 1966 e Cartaz da Exposição de 1968.

Fonte: Acervo digital da ABCZ.

Quando olhamos o contexto da época de ditadura e crise econômica do Brasil, com um mercado interno fraco e exportações inexistentes, deixar a atividade nas mãos de associação privada seria a melhor alternativa política, que não enxergava ganhos futuros; mas nos dias atuais, em se tratando de gado zebu, a raça “nelore” é uma das grandes produtoras de carne, a raça “gir” está na base da cadeia leiteira. O ganho foi extraordinário, com homens que defendiam seus interesses claramente, mas devemos admitir que eles possuíam uma visão de futuro considerável. Posteriormente, o Dr. Edilson L. Mendes se tornou deputado federal e teve influência no cenário político local e regional, como demonstraremos mais a frente.

A gestão de 1970 a 1972 teve dois presidentes, visto que o eleito, o Doutor Hildo Toti, exerceu o mandato por apenas um ano, pois foi convidado para defender os interesses da classe agropecuarista na Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, em Belo Horizonte, deixando no cargo o Doutor Adherbal Castilho Coelho

para um mandato de 1971 a 1972, sendo que, em sua gestão, podemos destacar o esforço para a implantação da Faculdade de Zootecnia de Uberaba (FAZU), que tinha como objetivo desenvolver pesquisas de melhoramento genético e formação de mão obra especializada para atender às demandas do setor pecuarista da época, a qual teve suas atividades iniciadas em julho de 1975:

> Numa campanha memorável, instituiu-se um slogan “Uberaba, rumo à universidade” [...]. O tempo vai passando, confesso que, com muita inveja, vamos contemplando outras cidades ostentando a sua Universidade, muito embora suas Escolas Superiores sejam menos expressivas que as nossas e fundadas tempo após... Agora, com a criação da Escola de Zootecnia, vem avivar-nos o interesse de possuirmos nossa grande universidade, cuja criação o povo aguarda ansiosamente e disso jamais abrirá mão [...]. A propósito da Zootecnia, essa Escola importantíssima e que brevemente irá funcionar, só Deus é quem sabe quanta luta ela custou aos homens que dirigem a ABCZ, desde a sua etapa inicial. A semente lançada, englobadamente com outros cursos, pelo companheiro Edilson Lamartine Mendes, embora em terra fértil, demorou uma temporada para sua germinação. Chegou-se, posteriormente, à conclusão, que se deveria instalar, num centro de seleção de gado zebu, uma escola especializada, nos moldes de uma similar do Rio Grande do Sul, onde se dedicam mais ao gado leiteiro e às ovelhas. Essa idéia foi levada para o campo de Ação, encontrando decidido apoio por parte da Diretoria presidia por Hildo Toti e Aderbal Castilho, dois baluartes que dispensaram à instalação da Escola, dois anos de luta, de esforços e de vontade de realizar, e contaram com a colaboração de Cássio Noronha, José Batista, Valdi Gonçalves e de outros valores humanos que trabalham por aí, dia a dia, anonimamente. Felizmente, para regozijo dos uberabenses, houve sequencia dos trabalhos anteriores na gestão sucessora, sob dinâmica de João Gilberto, estando à frente na executiva, Dom Sebastião Falcão. Criou-se a “Fundação” que teve papel relevante e eficiente, na presidência do médico José Humberto e que recebeu substancial apoio material do Prefeito Municipal e do seu sucessor, bem como de inúmeros pecuaristas ilustres. A luta prosseguiu a todo vapor e com real interesse de Arnaldo Rosa Prata, quando eclodira a instalação definitiva de uma Escola, talvez, no gênero, a mais importante do Brasil. Contou-se com valioso apoio e boa vontade do jovem Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, amigo da classe rural, cidadão honorário uberabense. Uberaba já fornecia o seu “Know how”, na área da pecuária, para todo o País, por parte dos fazendeiros, que, por mera intuição falavam de caracterização e até de genética. [...] Parabéns Uberaba, pelo que recebeu nesse ano de 1975, traduzindo numa escola que vai ser pólo de atenção do Brasil e do Mundo, no campo da pecuária. Uma escola a mais que somará no sentido convergente à instalação da almejada Universidade, da grande e culta Uberaba! (Jornal da Manhã, 16-05-1975, apud SANTOS, 1995, p. 56).

Devemos entender que a Escola de Zootecnia ou FAZU (Faculdade Zootecnia de Uberaba) visava atender aos interesses dos produtores e criadores de gado zebu, e ainda se tornou uma opção para os filhos da elite pecuarista, interessada em expandir e reafirmar o seu monopólio, pois a faculdade é privada, tinha e tem mensalidades com um custo elevado, assim os representantes da classe pecuarista não buscavam atender aos interesses e elevar as oportunidades de cultura e conhecimento para as classes menos abastadas do município, mas sim reafirmar o seu poder político, econômico e social a nível regional e nacional.

O presidente seguinte, Doutor João Gilberto Rodrigues da Cunha[20], médico e pecuarista, esteve à frente da administração da Associação Brasileira de Criadores de Zebu em três oportunidades: de 1972 a 1974, 1986 a 1988 e de 1988 a 1990. Figura de destaque no cenário regional e nacional, devido a sua capacidade de articulação política nos cenários regional e nacional, devemos esclarecer que o mesmo é tio do Doutor Hugo Rodrigues da Cunha, prefeito de Uberaba por duas vezes e deputado federal, e ainda tio da esposa do ex-prefeito do Doutor Luiz Guaritá Neto. Seu apoio sempre foi importante para a conquista de votos e adesões às campanhas eleitorais de seus parentes.

Nas suas gestões à frente da ABCZ, teve uma atuação firme na consolidação política da entidade na defesa dos interesses da classe pecuarista, e ainda investiu na expansão da Faculdade de Zootecnia de Uberaba (FAZU), criando mais um curso, a Federação Internacional dos Criadores de Zebu (Ficebeu), construiu um Tatersal (espaço coberto destinado para leilão de animais) para expansão dos leilões

[20] Filho do Coronel Geraldino Rodrigues da Cunha, nascido em setembro 1865 e batizado em janeiro 1866, em Uberaba-MG... foi casado 2 vezes, sendo a 1ª com Mariana Ambrosina Castro, nascida em 1869 e falecida em 1910, 2ª vez com Elvira Andrade Costa nascida, nascida em 1891 e falecida em 1976... O Coronel Geraldino Rodrigues da Cunha foi proprietário da Fazendo do Rio do Peixe, em Veríssimo (então distrito de Uberaba), parte comprada por ele, parte recebida por herança de seus pais. Em 1906, iniciou a criação e seleção de gado zebu, sendo o 1º a importar, direto da Índia, em 1908, quatro casais de animais através da Casa Arens S/A, cuja matriz era em São Paulo, quebrando o monopólio dos criadores fluminenses... Foi um dos colaboradores na fundação da Sociedade do Herd Book Zebu, do qual foi o 1º presidente (1919-1924)... Em 4 junho de 1934, está entre os convocados para participar da reunião que iria fundar a sociedade, eleger a diretoria e aprovar os estatutos da SRTM – Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (hoje ABCZ). Um dos fundadores e eleito vice-presidente na 1ª Diretoria, em 2 abril de 1899, do Clube de Lavoura e Comércio, onde também fundaram o Jornal Lavoura e Comércio, em 6 de março do mesmo ano... eleito por este partido Presidente e Agente Executivo da Câmara Municipal de Uberaba em 1923 e 1925 (cargo equivalente ao de Prefeito)... teve 28 filhos dos 2 matrimônios, sendo da 1ª mulher, 11 filhos (CUNHA; AMATO, 2008, p. 238).

de gado de corte e ativou os negócios ampliando a renda e os investimentos de outros setores da atividade econômica, passando a visualizar na criação de zebu uma alternativa lucrativa:

> ACORDA BRASIL
> As palavras do presidente da ABCZ, João Gilberto Rodrigues da Cunha, por ensejo da 54ª Exposição nacional de Gado Zebu, foram ouvidas e bem gravadas pelos senhores Ministro e Secretário da Agricultura presentes, para uma reflexão bastante séria sobre os problemas socioeconômicos nacionais. Entretanto, o que mais impressionou a todos, foi o seu grito de alerta, ou seja, ACORDA BRASIL!! Duas palavras apenas que traduziram o anseio de todos os brasileiros que não desejam ver este Brasil, um gigante pela própria natureza, deitado eternamente em berço esplêndido. Parece-nos que além de estar deitado em berço esplêndido, continua num sono profundo e bem acalentado pela incompetência dos nossos dirigentes. O Brasil tem tudo para se projetar no cenário mundial como potencia de primeira grandeza, tem milhões e milhões de hectares de terra agricultáveis, na maioria não aproveitadas. No seu sub-solo, possui uma imensidão de riquezas, que se aproveitadas daria para se livrar dessa humilhante posição de país inadimplente. Uma nação que cuidando mal de sua agropecuária, apresentou um superávit neste setor, na ordem de 70 por cento, gerando 9 dos 11 bilhões de dólares, o que pesou sobremaneira na balança da exportação, cabendo para a agricultura a maior fatia... Que venham para consolidar no amanho da terra, os pequenos e médios produtores que tem tradição trabalham nela com garra e com muito amor. Ou prefere o governo continuar com as suas mensagens demagógicas, falando em assentamento de centenas e centenas de famílias, com o aceno de uma utopia reforma agrária, um verdadeiro “Canto da Sereia” para atração de tantos incautos e aventureiros??
> Para terminar, repetimos as palavras de João Gilberto:
> ACORDA BRASIL!!! (Jornal Lavoura e Comércio, 11-05-1988, Jornal O Estado de São Paulo, 25-05-1988, apud SANTOS, 1995, p. 327).

É importante percebermos que o Dr. João Gilberto, então presidente da ABCZ, fez uma defesa clara de sua classe, ou seja, dos agropecuaristas uberabenses e nacionais, relatando as grandezas nacionais e delatando a mediocridade de nossas autoridades políticas, que ignoram a riqueza nacional e declamam o sono profundo em que vivemos. Porém, seu grito classista parece ecoar em nossos dias (2013), quando a população saiu às ruas em várias cidades, indignada com nossos políticos e os analistas afirmam: o “Brasil Acordou”.

O Dr. João pode ser um classista, mas temos que admitir sua capacidade de visualizar o potencial nacional e a riqueza da nação, mal utilizados e sujeitando a

pátria aos mandos e desmandos de bancos internacionais, pois na década de 1980 tínhamos grandes dificuldades econômicas e passávamos por sofrível processo de reabertura democrática. E ainda teceu críticas às propostas de reforma agrária, colocando que os homens e mulheres que se aventurassem nesta perspectiva estavam caindo no canto da sereia, ou seja, estavam sendo enganados por promessas falsas e ilusórias, e poderiam causar um prejuízo na produção da agricultura e na pecuária devido à instabilidade quanto ao direito de propriedade, quando, na verdade, o medo da perda ou redução do poder pela agregação de novos membros, que levaria a uma outra dinâmica regional e nacional, representa uma defesa do processo de um país agrário que se recusa a se industrializar. E de uma oligarquia agrária que percebe os ventos da mudança, e, por conseguinte, procura estabelecer seu espaço e garantir as conquistas do passado coroado pelas práticas do coronelismo.



FIGURA 40 – Cartaz da Exposição de 1988 e Cartaz da Exposição de 1995.
Fonte: Acervo digital da ABCZ.

É importante observamos os objetivos contidos nos cartazes, que demonstram o processo político pelo qual passava o país e os pecuaristas e produtores rurais: no tema de 1988, um grande sol no horizonte demonstra a esperança de dias melhores na cidade das “Sete Colinas” (Uberaba) e o zebu ganhando o mundo; oitos anos depois, mostra-se o Zebu conquistando a América, a África, recolonizando a Ásia,

região de origem dos primeiros animais, mas reafirmando que Uberaba é o ponto de encontro da pecuária mundial, reestabelecendo forças em cenário não mais regional e nacional, mas agora mundial.

Outro jovem presidente da ABCZ foi o Doutor Manoel Carlos Barbosa[21], que esteve à frente da instituição em duas gestões, de 1978 a 1980, e de 1980 a 1982; seu trabalho se deu no período da abertura democrática nacional, em que o Brasil buscava novos valores políticos, econômicos e sociais. A elite zebuzeira sempre teve a capacidade de encontrar valores como esses em sua classe, que permitissem criar novas perspectivas e enxergar as oportunidades, com o objetivo claro de manter o *status quo*. Assim, o Doutor Manoel Carlos teve uma atuação firme perante os generais que ainda estavam no comando do país, com um discurso tido por muitos como corajoso, rude e desafiador, demonstrando que a classe não estava satisfeita com a condução e os parâmetros empregados em uma classe de nacionalistas que trabalhavam pelo crescimento do país.

No ambiente da ABCZ, este presidente ampliou e dinamizou os leilões de gado de corte, abertura do mercado internacional para zebu, criou um centro de processamento de dados, incluiu um representante da classe pecuarista no Conselho Monetário Nacional e ainda promoveu diversos seminários, congressos e encontros para o debate e discussão com objetivo de constituir um melhoramento genético da raças zebuínas:

> PARABÉNS, MANOEL C. BARBOSA E SEUS COMPANHEIROS DE DIRETORIA.
> Cumprimentando, efusivamente, Manoel Carlos pelo sucesso da 48ª Exposição, estamos abraçando com um voto de louvor, toda sua Diretoria.
> Quem participou por mais de uma dúzia de anos, na ativa, como tivemos a honra de colaborar, sob o comando dos valorosos companheiros Adalberto Rodrigues da Cunha, Edilson Lamartine Mendes, Hilto Toti e Aderbal Castilho Coelho, pode avaliar o esforço insano em realizar uma Exposição de Zebu em Uberaba, sempre no crescente brilhantismo, cada ano sucessivo. Nossa cidade se tornou

[21] Que tem como esposa: Maria das Graças Rodrigues da Cunha, economista, nascido em 16 de fevereiro de 1948, em Uberaba, onde, em 29 setembro de 1970, C. c. Manoel Carlos Barbosa, empresário... filha de Adalberto Rodrigues da Cunha, presidente da SRTM / ABCZ durante os anos de 1952 a 1962 (CUNHA; AMATO, p. 233), filho Coronel Teófilo Rodrigues da Cunha, nasc. em 09 e bat. Em 27 agosto de 1859 em Uberaba-MG... de cuja Câmara Municipal era vereador ao falecer em 1913, e onde, em 9 agosto de 1879, C.c. sua prima Gabriela Cândida de Castro, filha do Major Cândida Rodrigues da Cunha e 2ª mulher Teresa Cândida de Castro (CUNHA; AMATO, pág. 219).

> alvo bem marcante dos quatros cantos do mundo, como encontro da pecuária nacional [...]. Obrigado, muito obrigado, gente do governo, que vem dar apoio e estimular o homem do campo, numa autentica demonstração de espírito publico, sem qualquer resquício de ressentimentos ou de desencontros.
> Uberaba também foi premiada ao consolidar a adoção de mais um filho ilustre, vindo das hospitaleiras plagas de Ituverava – "Veio, viu e venceu" em toda linha, dizendo aos pecuaristas nacionais, em voz alta e corajosa que era seu intrépido defensor. Granjeou a simpatia e apoio de todo sua classe, recebendo um crédito de ilimitada confiança, uma retaguarda segura, para todas as batalhas que empreender em favor da pecuária nacional.
> Esse moço de grande valor, o inteligente e dinâmico empresário Manoel Carlos Barbosa, surgiu aqui com uma estrela de primeira grandeza para enriquecer ainda mais a constelação de valores humanos que advogam, com todo ardor, as nobres causas do sofrido e semi-abandonado Produtor Rural.
> Deixa, dentre em breve, o cargo de Presidente da importante Associação Brasileira de Criadores de Zebu com a cabeça erguida e com o dever plenamente cumprido. E, numa sucessão de valores, Newton Carmargos Araújo, o médico e pecuarista de renome, ficará eleito por um biênio no comando da referida Entidade que sempre se destacou ao nível e importância de um verdadeiro Ministério do nosso grande Brasil (Jornal Lavoura e Comércio, 11-05-1982, apud SANTOS, 1995, p. 215).

O autor do artigo, Joaquim Prata dos Santos, que também é um pecuarista, demonstra claramente o valor do jovem Dr. Manoel e, indiretamente, pede desculpas pelos seus rompantes diante das ditas autoridades nacionais, mas se vangloria e credita o valor de sua defesa da classe pecuarista, e finaliza igualando a ABCZ a um Ministério do Estado brasileiro. Podemos, diante dessas informações, perceber a grandeza do mito e da força política e econômica do zebu nas plagas uberabenses e do Brasil. O pedido de desculpas colocado indiretamente na citação se revela abaixo pelo ocorrido na abertura da exposição do ano 1981, quando o então jovem Dr. Manoel Carlos Barbosa realizou um discurso inflamado perante o então Presidente João Batista Figueiredo, que não gostou muito, e marcou de maneira expressiva a gestão deste jovem pecuarista.

A narração parcial deste fato está na obra *ABCZ História e Histórias*, das autoras Maria Antonieta Borges Lopes e Eliane Mendonça Marques Lopes (2001, p. 189):

> O fato mais marcante em minha gestão, sem dúvida, foi o episódio envolvendo o Presidente João Figueiredo, por ocasião da

> inauguração da Exposição de Uberaba em 1981. Figueiredo em sua pseudocampanha para Presidente da República, lançou a “Prioridade Agrícola” como a principal meta do seu governo. “Plante que o João garante”, era slogan da sua campanha. A classe rural, na boa fé dos homens do campo acreditou. Mas a realidade se mostrou outra. Aconteceu justamente o contrário [...]. Na inauguração da Exposição de Uberaba, nossa Diretoria não queria perder a oportunidade de apresentar às autoridades governamentais as suas importantes reivindicações [...]. Elaboramos um pronunciamento que, por sua profundidade, acreditávamos seria uma colaboração ao governo. Uma colaboração crítica, é verdade porém uma crítica cordial e respeitosa [...]. Após os discursos, [...] o Presidente sem pronunciar uma palavra sequer dirigiu-se para a sede da ABCZ onde haveria um coquetel [...]. Neste momento, chegou-me a informação que a Assessoria do Presidente havia decidido abreviar a programação [...]. A repercussão na imprensa foi tremenda. Manchetes sensacionalistas e inverídicas em todos os jornais, inclusive estrangeiros [...]. Depois, a classe política solidariza-se com a posição que o Presidente da ABCZ assumiu, assim como as associações da classe rural [...]. Assim, o pronunciamento técnico propondo medidas concretas é esquecido e o fato político prevalece. Mas ficou marcado que o setor rural reagia às mazelas da política governamental (Manoel Carlos Barbosa, Presidente da ABCZ, gestão 1978-1982).

A direção da ABCZ foi assumida pelo médico e pecuarista Doutor Newton Camargo Araújo, por duas gestões, de 1982 a 1984 e de 1984 a 1986; durante suas administrações, a instituição assinou convênios com a EMBRAPA, a EPAMIG e universidades brasileiras para desenvolvimento de pesquisas quanto ao melhoramento genético das raças zebuínas, incorporou novas áreas ao Parque Fernando Costa, fez a 1ª Exposição de Gado Leiteiro, o 3º Congresso Nacional da Pecuária de Corte, fundou o Museu do Zebu e ainda lançou um livro que conta a história da instituição quando do cinquentenário da mesma, intitulado *ABCZ – 50 anos de história e estórias*, obra da qual retiramos algumas informações que complementam nosso trabalho de pesquisa.

> É lançado o Livro “ABCZ: 50 anos de história e estória” de Lopes, M. A. B; Rezende, E. M., 1984, Borges Lopes e Eliane Marques de Rezende tendo vista a comemoração de 50 anos da Associação que orienta o Zebu. Por iniciativa do presidente Newton Camargo Araújo.
>
> Também nesse ano, começou a circular o “Informativo ABCZ”, jornal da classe, distribuído gratuitamente a todos os associados, órgãos do governo federal e universidades rurais (SANTOS, 1998, p. 798).

A gestão do Dr. Newton foi mais discreta em relação ao contexto político regional, figura que pertencia ao clã dos “Araújos”, grandes proprietários de terras e gado, mas que não participaram diretamente do poder político da cidade, embora sempre tenham sido influentes no ambiente político local. O Dr. Newton também chegou a ser reitor da antiga Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, hoje a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), mostrando claramente a relação entre as elites médica e agropastoril, ou seja, os coronéis do passado se moldando aos tempos, tornando-se doutores, educados e simpáticos às novas ideias e aos métodos responsáveis pela manutenção do poder hegemônico do zebu:

> NEWTON CAMARGO DE ARAÚJO, assumiu a presidência em 1982 e a sua gestão vem sendo pautada com saldo bem positivo de boas realizações. Já havia se revelado um grande médico, um selecionador de zebu de alta linhagem, agora veio mostrar ser um presidente revelação da ABCZ. As finanças da casa foram acertadas e hoje, com superávit está dando uma dimensão às metas que propôs a cumprir. O seu bom relacionamento com o Ministério da Agricultura e seu livre trânsito nas áreas palacianas do Planalto, trouxe muita segurança e uma retaguarda segura para sua administração. Com a valorosa colaboração de Wagner do Nascimento, foi implantada no Parque de Exposições uma nova rede elétrica, um serviço definitivo e de grande vulto. Sanou uma grande lacuna, com a construção de um restaurante para os peões, esses que colaboram no anonimato para o sucesso das exposições, se preocupam sobremaneira com o avanço tecnológico partindo para implantar o serviço de computação sobre os leilões, julgamento de gado, emissão de certificados com pesquisa genealógica [...]. Nota 10 para Newton Camargo Araújo, e toda sua valorosa diretoria, assessoria e equipe de funcionários dedicados e eficientes pelo sucesso da 50ª Exposição Nacional, numa demonstração de pujança e de prestígio para Uberaba, a Capital Mundial do Zebu (Jornal da Manhã, 03-05-1984, apud SANTOS, 1995, p. 249).

É importante percebermos a atuação do Dr. Newton Camargo tanto no ambiente local, com apoio do popular Wagner do Nascimento, prefeito de origem humilde, que rompeu com as gestões tradicionais e oligárquicas da elite uberabense, fato que será elucidado nos capítulos vindouros, e utilizou deste prestígio para levar o executivo municipal a investir recursos dos munícipes em parque de exposição particular que realizava os interesses da elite zebuzeira, e ainda seu prestígio no Planalto. Assim, podemos constatar novamente a atuação e a reafirmação do poder do zebu.



FIGURA - 41-Cartaz da Exposição de 1983 e Cartaz da Exposição de 1984.
Fonte: Acervo Digital da ABCZ.

Ao analisarmos o material publicitário de divulgação da ABCZ, podemos notar uma mudança relevante na imagem e na política adotada por diretorias diferentes: o material do ano de 1983 passa uma mensagem de um evento fechado e restrito aos criadores de zebu, mas no ano de 1984 se torna um ponto de encontro de amigos, admiradores, criadores e do público em geral para admirar, comprar, criar e respeitar uma classe que produz riqueza e alimento para uma nação.

Na sequência, temos a gestão do Doutor Heber Crema Marzola[22], que teve início no ano de 1990 até 1992, e foi marcada pelo investimento em *marketing*, em tecnologia e em melhoramento genético, o norte do seu trabalho. Aprofundou as

[22] Casado com Maria Inez Carvalho Marzola, empresária, nascida em 05 maio de 1947, em Uberaba-MG,..... Heber Crema Marzola, fazendeiro, nascido em 3 fevereiro de 1941, em Sacramento-MG, filho de Clemente Marzola e de Maria Crema Marzola. A esposa era filha de João Humberto Andrade de Carvalho, pecuarista, nascido em março de 1919 (CUNHA; AMATO, 2008, p. 561) e neta de Francisca Andrade Costa (Chiquinha), nascida em 1886, na cidade de Prata-MG, e casada com Francisco José de Carvalho (Chiquinho), pecuarista, nascido em 1886, também na cidade de Prata-MG, filho do Major Francisco José de Carvalho e de Maria Teodora de Andrade e bisneta do Coronel Veríssimo Alves da Costa, nascido em 1852, em Dores do Indaiá, falecido em julho de 1946 em Uberaba, fazendeiro e Presidente da Câmara da Vila de Prata de 1881 a 1884, cargo equivalente a prefeito (CUNHA; AMATO, 2008, p. 557).

parcerias com o Banco Nacional com o objetivo de alavancar empréstimos, financiar os leilões agropecuários pelo Brasil afora, um trabalho que tem o objetivo claro de melhorar e aumentar a produção de carne, melhorando o plantel reprodutor e, com isso, aumentando a renda dos pecuaristas.

É importante percebermos que os casamentos permitem entender os motivos que levam dados personagens chegarem à presidência da instituição ABCZ não por acaso; sempre existem ligações com o passado dos coronéis fazendeiros e pecuaristas da região, dando, assim, legitimidade e demonstrando o processo de transformação utilizado pela elite agrária e pecuarista no correr dos séculos, adaptando-se às inovações tecnológicas e culturais. E os seus descendentes agregaram novos valores; agora escolarizados e educados pelas escolas acadêmicas, sabem reconstruir as estratégias e manter o poder político, econômico e social que, elaborado no campo, migrou para as cidades e se apropriou do imaginário e do real pela política.

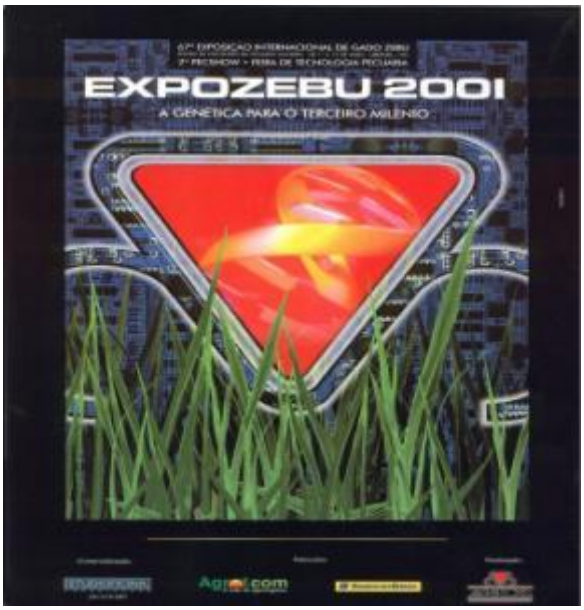
A seguir, temos na presidência da ABCZ o Doutor Rômulo Kardec Camargos, engenheiro agrônomo, com especialização em zootecnia e ainda pecuarista, criador das raças nelore, brahman e gir; foi presidente da entidade durante os anos 1992 a 1995 e de 1998 a 2001, atuou nos processos de modernização dos registros genealógicos, criando certificados eletrônicos, conseguiu incluir o termo pecuária, no ano de 2001, na denominação do Ministério da Agricultura. No governo municipal do Dr. Marcos Montes (1997 a 2004), exerceu por alguns meses a função de Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Uberaba. Temos aqui mais uma demonstração da relação existente entre o poder municipal e a ABCZ.

O Dr. Rômulo, apesar de uma gestão discreta no ambiente das realizações grandiosas, foi eficiente no campo político, conseguindo ampliar os recursos e financiamentos para os pecuaristas, fortalecendo a entidade no nível nacional e internacional, visto ter recebido o Mérito Pecuário Internacional (no México e na Bolívia) e o de Líder Empresarial do Setor Carne (Gazeta Mercantil, em 1999 e 2000), porém o mesmo faleceu no ano de 2004, e, em sua homenagem, o prédio da ABCZ recebeu seu nome.

Na sequência, temos o médico e pecuarista, o Doutor José Olavo Borges Mendes[23], neto de Elieser Mendes Santos, um dos fundadores da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro; esteve à frente da ABCZ durante as gestões referentes aos anos de 1995 a 1998, 2001 a 2004 e 2007 a 2010. Durante suas gestões, firmou convênio entre a ABCZ e o Banco do Brasil, desenvolveu uma política e critérios para registro do gado de corte, criação de ramificação da ABCZ para prestação de serviços em leilões e expansão da grife ABCZ, conquistou politicamente uma isenção do Imposto Sobre a Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre material genético destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, ampliou os investimentos na área de *marketing*, remodelou a sede da ABCZ, ampliou os tartesais para leilões e pavilhões para a exposição de gado, e implantou o Dia de Campo ABCZ, em vários estados brasileiros.

O Dr. José Olavo atuou firmemente no campo político local e nacional, fortalecendo a imagem da ABCZ e apoiando os associados nos diversos estados brasileiros, uma presença realizada pela mídia escrita, nas revistas da ABCZ, informativos e transmissão televisiva nos canais rurais (Canal do Boi, Canal Rural, entre outros) demonstrando a força de uma classe que cresce junto com a economia brasileira e amplia sua bancada no Congresso Nacional, muitos dos quais associados à entidade.

[23] Casado com Maria Helena Cunha Mendes (com quem teve três filhos), José Olavo começou efetivamente o trabalho de seleção com zebu, por influência do sogro, o renomado criador Torres Homem Rodrigues da Cunha, representante da SRTM, sendo que em janeiro de 1952, as cogitações em torno da possibilidade de reabertura das importações foi motivo de reunião da Diretoria da SRTM, o criador Torres Homem R. da Cunha, membro na comissão, integrada também pelo sanitarista Jayme Moreira Lins de Almeida..... De volta da Índia, comparece à reunião da SRTM em 08-06-1952, expondo o seu ponto de vista sobre a viabilidade de novas importações (LOPES; REZENDE, 2001, p. 86 e 87).



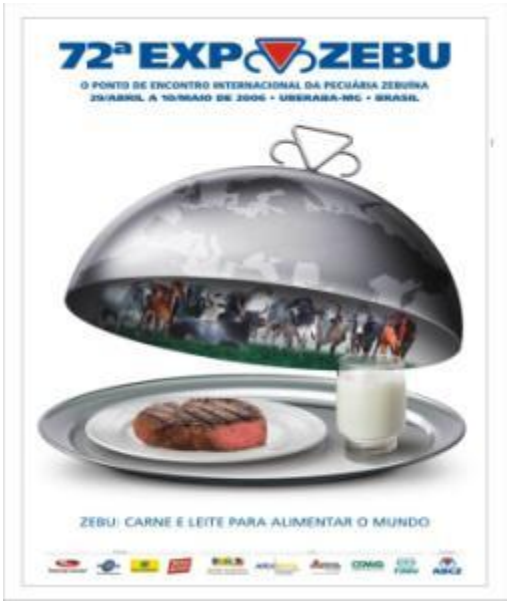


FIGURA 42 – Cartaz da Exposição de 2001 e Cartaz da Exposição de 2006.

Fonte: Acervo Digital da ABCZ.

É importante percebermos as mensagens inseridas no material publicitário, que demonstram os interesses de expandir a força da seleção genética e a utilização de novas tecnologias reprodutivas com o objetivo de fazer da ABCZ o maior organismo nacional, e quiçá mundial, de controle de qualidade das raças zebuínas, criando e fortalecendo, assim, também, o discurso a favor dos interesses econômicos e políticos da classe agropecuarista nacional, e fazer de Uberaba-MG, a capital do "Zebu", uma grife, um ponto de excelência mundial.

Constatamos, pois, a reelaboração do discurso das elites uberabenses, apossando-se da temática mundial – o uso da genética como instrumento de aprimoramento do gado Zebu. Porém, algumas inquietações nos instigam: quem serão os beneficiados por esta tecnologia acoplada à criação de gado Zebu? E quanto à alimentação, o *slogan* acima propõe atender a quais segmentos da sociedade ou apenas a uma pequena parcela da sociedade? Tais inquietações serão respondidas no transcorrer da nossa pesquisa.

Atualmente, na gestão 2010-2013, temos à frente da ABCZ o Doutor Orestes Prata Tibery Junior, natural de Uberaba (MG). Orestinho, como é chamado, reside em Três Lagoas (MS), tem cinco filhos e 13 netos. É sobrinho de um dos primeiros selecionadores do gado indiano, Pylades Prata Tibery. Além de pecuarista, é

empresário do ramo de hotelaria. Investiu na criação de nelore, brahman, guzerá e gir, um rebanho que está distribuído nas fazendas São João, Lagoinha, Estância Vó Ruth e Estância Vô Orestes, no Mato Grosso do Sul, e na Fazenda Abrigo do Nelore, no estado de São Paulo. Também participou como diretor da ABCZ nas gestões 1986-1988, 1988-90 e 2001-2004. É importante percebermos o valor da tradição familiar para se legitimar no direito de conduzir a presidência da ABCZ:

> De acordo com o estatuto da ABCZ, mesmo com chapa única o pleito deve ser realizado. Os associados já receberam correspondências convocado-os para Assembléia de Eleição, que aconteceu na sede da ABCZ, das 9h às 17h. Quem preferiu, pôde votar por correspondência. Como o fechamento desta edição da revista ABCZ aconteceu no final de julho [...]. A posse da nova diretoria será no dia 30 de agosto, no Centro de Eventos Rômulo Kardec de Camargos, em Uberaba, a partir das 20h.
>
> PERFIL
>
> Orestinho, como é conhecido, pertence a uma das mais tradicionais famílias de selecionadores de zebu. Seu bisavô veio da Itália no início do século passado e comprou terras na região de Veríssimo, município mineiro vizinho de Uberaba. Ele é sobrinho do lendário Pylades Prata Tibery, um dos maiores defensores dos trabalhos desenvolvidos pela ABCZ, dentre eles o serviço de Registro Genealógico [...]. (ABCZ, 2004, p. 122).

O trabalho realizado nesta etapa do capítulo tem por objetivos demonstrar a atuação desta entidade, que se transformou no correr no século XX, e mostrar que os personagens que atuavam em seu cenário político-administrativo tinham ligações com aqueles que lideravam o conjunto das relações políticas e econômicas do município, reorganizando-se e elaborando estratégias de dominação e consolidação de hegemonia que, à luz dos processos de evolução da sociedade brasileira e mundial, pudessem garantir os ganhos conquistados ao longo de décadas. E, por conseguinte, manter o poder sob seu controle.

Assim, o coronel ou senhor de terras educou os filhos nas melhores faculdades da época, inicialmente fora de Uberaba e depois aqui, na primeira Faculdade Medicina do Triângulo Mineiro, aliando mais representantes da elite médica ao poder econômico do zebu, e depois, como veremos mais à frente, também a figura do professor Mário de Assunção Palmério, por meio da Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), que se transformou na Universidade de Uberaba

(UNIUBE) na década de 1980, uma nova opção para a elite formar seus filhos na cidade natal. Os novos doutores, agora preparados para os tempos da TV, rádio, mídia impressa, para o computador e para a internet, passaram a alinhavar novas necessidades e ampliar seu campo de atuação, agregando novos personagens que tinham outros ramos de atividade (construção civil, prestação de serviços, transportadoras...).

Assim a ABCZ e seus precursores mantêm seu poder político nacional e regional por meio de estratégias inteligentes e hábeis, amparados agora pelas novas mídias e meios de comunicação, sem deixar de lado a tradição, ou seja, tem-se o direito de participar da direção, pois se vem de uma família de pioneiros. Esse é um dos fatores que determinaram o presente, conforme o que acabamos de relatar. Cabe ressaltar que parte do material informativo foi retirada da *Revista ABCZ – a Revista Brasileira do Zebu e seus Cruzamentos* (2004).

3.2 Outros personagens que compõem o cenário macrossocial das decisões políticas e econômicas da cidade de Uberaba (MG)

É importante percebermos que, na cena política, social e econômica de um município, existem personagens que aparentemente passam incólumes, mas são fundamentais para a construção do poder e das dinâmicas sociais, direcionando grupos econômicos e influenciando decisões de políticas que acabam por beneficiar este ou aquele amigo ou prejudicar aquele adversário, e, pior, a ação prejudica todos, inclusive os munícipes que pouco ou nada opinaram e foram influenciados pelos meios de comunicação que usurpam da liberdade de direção e posicionamento colocando a verdade e a salvação de todos nas mãos de pessoas despreparadas para tal atitude grandiosa. Assim, nesta fase do trabalho, citarei alguns nomes e personagens que participaram da construção da Uberaba de nossos dias; alguns consideram manter seu poder, outros voltaram para os bastidores e outros de lá nunca saíram, mas conduziram toda a cena.

Um desses personagens ilustres da sociedade uberabense é sem dúvida o Doutor João Gilberto Rodrigues da Cunha[24]. Apesar de nunca ter assumido um posto político, foi presidente da ABCZ por três gestões, conforme citamos acima, mas sempre esteve presente no cenário político, atuando nos bastidores, apoiando e tomando posição perante as gestões municipais, apoiando os amigos e criticando os adversários, construindo uma imagem de intelectual respeitada por muitos na cidade, fato que devemos confirmar, pois não esconde suas posições e acredita em suas palavras e conclusões construídas a partir de sua capacidade de analisar os fatos, com certa frieza e racionalidade; porém, devemos mencionar que a isenção total é impossível para qualquer ser humano.

As experiências de vida e as experiências profissionais dão a todos uma visão dos fatos e, a partir disso, constroem suas percepções e valores morais, culturais e históricos. Referentes ao personagem acima citado, citarei duas passagens atuais estampadas em jornais de circulação que demonstram o valor social que possuem para a classe que representa e sua visão sobre os acontecimentos regionais e nacionais.

Em entrevista concedida à jornalista Maria das Graças Salvador, que redige a coluna *Cidade*, publicada no *Jornal de Uberaba*, no dia 14 de janeiro de 2007 (domingo), na página 05, intitulada *Diretor cobra decisão política para melhorar a Saúde*:

> Uma das queixas freqüentes dos hospitais é em relação a baixa tabela dos serviços prestados, que acaba inviabilizando a saúde financeira de hospitais e causando entrave em fechamento de convênios [...]. Na semana passada, a notícia da suspensão de atendimento da Casa de Saúde São José aos usuários do Ipsemg causou polêmica [...]. O diretor de saúde do Instituto de Previdência

[24] O Dr. João Gilberto, médico, formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1954, foi professor titular de Cirurgia Vascular na Universidade Federal de Uberaba; é Diretor do Curso de Medicina da mesma universidade, sócio e diretor da Casa de Saúde São José; escritor, membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro; foi finalista do Prêmio Jabuti 2000, reconhecido como um dos melhores romances de ficção brasileira publicado nos últimos anos; membro diretor do Fórum de Articulistas de Uberaba e região; eleito Personalidade do ano em 1974 pelo *Jornal Lavoura e Comércio*; agraciado com a Comenda dos 10 Mais – Personalidade de Uberaba em 2000 pelo *Jornal da Manhã*; recebeu a Medalha Major Eustáquio do Governo Municipal de Uberaba, a Medalha Mérito ABCZ... e a maior condecoração concedida pelo Governo Mineiro, a Medalha da Inconfidência Mineira. Foi presidente por três vezes da ABCZ... e um dos fundadores da Faculdade de Zootecnia de Uberaba, posteriormente Faculdade de Agronomia.(CUNHA, AMATO, 2008, pág. 232)

> dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), Roberto Porto Fonseca, esteve em Uberaba onde fechou convênio com dois hospitais: o Civil e o da Criança, além de estar negociando com os hospitais São José e São Domingos.
> O Diretor do São José, João Gilberto Rodrigues da Cunha disse a reportagem do Jornal de Uberaba que é inviável trabalhar com a tabela atual e informou que não trabalha mais com o SUS, com exceção de alguns procedimentos, pela inviabilidade financeira. "Todos os hospitais privados estão sendo fechados. Em Uberaba fechou o São Paulo, o Santa Cecília, o São Francisco, o São Lucas e esta em risco de fechar o Santa Helena. Fica sobrando, para fazer o atendimento, o São José e o São Domingos que tem filantropia, porque pertence às Irmãs Dominicanas. O resto são hospitais da rede pública, como o hospital Escola, e hospitais filantrópicos, como a Beneficência e da Criança, que não pagam impostos [...]. Reforçando, João Gilberto diz que a primeira coisa para mudar a saúde é decisão política. Para ele, o governo federal sabe que o problema da saúde é grave, tão grave que prefere ignorar. " Por isso fica só na letra da Constituição, dizendo que está dando assistência à saúde [...]. Eu não sei se o São José não será a bola da vez. Depois de 68 anos, o hospital mais antigo de Uberaba, de maior sobrevivência, poderá ser a bola da vez. **Indefeso –** "Vou concluir com uma frase do meu amigo-irmão, o Adib Jatene, que foi ministro da Saúde por duas vezes e saiu quando cortaram o CPMF. Ele conseguiu este recurso que era para ser injetado na saúde, e quando foi desviado pelo governo FHC, entregou o cargo. Ele disse uma coisa que é uma reflexão para nossa população, que tem de viver de favor do SUS, e para nossos políticos. Ele disse que o *maior defeito do pobre é que o amigo dele é pobre* (grifo nosso). O significado disto é que o pobre geme nos corredores [...]. Quando o indivíduo é pobre, mas tem amizade e entendimento político ainda tem vez, mas o maior defeito do pobre é que seu amigo é pobre e este coitado não tem brigue por ele. Mas isto é verdade. Os grandes sofredores de desastres, que morrem em ambulâncias, nos corredores e porta de espera, são pobres cujo amigo é pobre. O pobre, que é para quem o SUS foi instituído, a saúde para todos, não tem que lute por ele", observa João Gilberto.

Podemos notar a capacidade de análise e percepção do cenário político e social do Dr. João Gilberto referente às decisões tomadas pelas autoridades quanto ao seu atual ambiente de trabalho, a saúde, exercendo sua profissão de médico e diretor de um hospital do qual é sócio, e ainda com clareza visualiza os valores sociais de um país em que as classes abastadas economica e socialmente bem situadas se fartam dos recursos públicos, conseguindo financiamento para seus empreendimentos e aumentando os seus lucros. Suas ligações com o poder central brasileiro permitiram construir uma visão, em certos pontos cruel, sobre a realidade social e política.

Ao afirmar que “o amigo do pobre é pobre”, dá a entender que, se a sua situação é ruim, vai piorar, pois se seu amigo não consegue se salvar, como pode ajudar o seu próximo, se não tem à sua disposição uma rede de relações que facilitasse alcançar uma assistência médica adequada? Tal fato não ocorre com os ricos, pois seus amigos são ricos e poderosos, e numa troca de favores, se abrem portas que podem salvar sua vida e a dos seus parentes. Mostra, pois, a face oculta de nossa sociedade, que privilegia as classes abastadas e relega ao próprio destino as classes pobres.

Em outra oportunidade, o Dr. João Gilberto Rodrigues da Cunha expõe suas ideias quanto ao contexto político e social brasileiro, em uma entrevista concedida à jornalista Thassiana Macedo, agora ao *Jornal da Manhã*, do dia 21 de novembro de 2010 (domingo), página 05:

> **João Gilberto: um cronista que optou pelo bom humor.**
>
> Tecedor de crônicas com diversão há mais de 20 anos, desde o Lavoura e Comércio até o Jornal da Manhã, para o médico João Gilberto Rodrigues da Cunha, a boa crônica não é somente aquela que vem recheada de assuntos sérios, tratando de economia e política. Não seguir um ritual algum, falar de tudo um pouco, resgatando fatos do cotidiano de forma crítica e bem humorada, são os ingredientes que fazem de sua escrita a distração certa de leitores assíduos.
>
> Embora exímio médico e cronista, João Gilberto trouxe do berço o empreendedorismo e a paixão pelo gado zebu, sendo presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu por três mandatos, época em viajava pela América, pilotando seu avião, com a tarefa de unificar os criadores nos critérios de excelência genética de Uberaba na Federação Internacional dos Criadores de Zebu (Ficebu) [...]. Com dois livros publicados “Caçadas de Vida e Morte” e “Triângulo de Bermudas: Causos e Estórias do Triângulo Mineiro”, mais tempo livre, e adepto da separação entre Minas Gerais e o Triângulo Mineiro [...].
>
> Jornal da Manhã: Quem é João Gilberto Rodrigues da Cunha? [...] um senhor ainda jovem, porque nesta idade ainda joga tênis, que passou por quase todos as experiências na vida, menos a política, porque não queria ser ladrão.
>
> JM – Membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro, o senhor ocupa justamente a cadeira 38. Qual é a sensação de suceder justamente ao amigo, escritor e médico Lineu Miziara? JGRC – Fomos professores juntos na Faculdade de Medicina (FMTM) [...]. Eu não era nem candidato na Academia, já que sou péssimo em reuniões. Moral da história: avisei que falto muito [...]. E sou homem de palavra. Continuo faltando até hoje.
> JM – Qual a análise da política brasileira atual? JGRC – Política admite qualquer opinião e, curiosamente nem sempre as opiniões

> mais sérias triunfam [...]. Acredito que há um despreparo no Brasil, em que as pessoas votam em candidatos que nem sempre são credenciados. Vou citar só um exemplo. O que as pessoas disseram ao votar no Tiririca? É uma fábula. É rindo que castigamos os costumes. Eleger um palhaço com deputado federal é fazer piada, de mau gosto, mas é piada [...] isso faz com que haja episódios tristes, corrupção.
> JM – E qual a sua avaliação da administração uberabense? JGRC – Ninguém pode negar que Anderson Adauto está perdendo substância. Foi muito forte na primeira eleição. Em matéria de relações públicas é fraco, por ser personalista. Da primeira eleição para segunda, ele perdeu votos e na próxima perderá o poder de apoio [...].

Um personagem que compõe o cenário político uberabense, pois é tio do ex-prefeito Hugo Rodrigues da Cunha e da esposa do ex-prefeito Luiz Guaritá Neto, filho de um dos pioneiros na criação de gado zebu na região, o coronel Orlando Rodrigues da Cunha consolidou a tradição de uma família do ramo agropecuário e depois seus 28 filhos seguiram várias carreiras profissionais, mas não perderam a identidade de líderes natos, que podem dirigir e influenciar os menos cultos a seguirem seus passos e orientações políticas que foram sentidas no município de Uberaba no correr do século XX estendendo suas raízes para o século XXI.

Citaremos outro personagem da família Rodrigues Cunha que merece destaque pela sua capacidade de articulação política e econômica, o engenheiro civil Doutor Antônio Ronaldo Rodrigues da Cunha. Apesar de ser mais discreto, tem um poder econômico considerável e, por via de regra, é político em várias esferas, que se inicia em Uberaba-MG, atingindo os ambientes estadual e federal, por meio de representantes apoiados e financiados nas campanhas eletivas. É importante citar que o mesmo é irmão do médico Dr. João Gilberto Rodrigues da Cunha, ex-sogro do ex-prefeito, o Doutor Luiz Guaritá Neto, e ainda tio do ex-prefeito e deputado federal, o Dr. Hugo Rodrigues da Cunha.

Trata-se de um personagem de grande influência no quadro político uberabense, principalmente pelo seu poder econômico, o que lhe favorece atuar em diversos setores da economia local e alcançado os quadro nacionais, porém suas opiniões e aparições públicas são raras e se reserva o direito de trabalhar nos bastidores, conduzindo e opinando sobre o que seria melhor para Uberaba, tendo conquistado inúmeros admiradores e inimigos em diversas áreas, algo natural

quando os quadros da vida sugerem embates de interesses econômicos, políticos e sociais.

Doravante citarei o seu *curriculum*, que está contido no livro organizado pelo próprio com auxílio da historiadora que o ajudou a levantar a trajetória histórica da família Rodrigues da Cunha. A obra recebe o nome *Os Rodrigues da Cunha: a Saga de uma Família*, que tem como pesquisadores e idealizadores o Dr. Antonio Ronaldo Rodrigues da Cunha e a genealogista Marta Amato, publicado em 2008, em dois volumes: volume 1 – Genealogia e História – Volume 2 – Retratos de Vida:

> O Dr. Antonio Ronaldo, idealizador desta obra, é formado em Engenharia Civil, pela Escola Nacional de Engenharia – RJ. Em junho de 1955, em parceria com Dr. Alberto de Oliveira Ferreira, fundou a ETEL Escritório Técnico de Engenharia Ltda.; da qual foi sócio diretor até junho de 1985. Como homem empreendedor que é, tornou-se sócio-diretor de diversas empresas: da Zebu Exportadora Uberaba Ltda – de janeiro/72 a maio de 1975; da Construtora Rio Grande Ltda – de outubro/76 a junho/85; da LAR, Imobiliária e Engenharia Ltda. Fundada em 1979 e sucedida em dezembro de 1988 pela Agropecuária Rodrigues da Cunha Ltda. A partir de 17/07/84 foi sócio-diretor de RCG – Engenharia e Empreendimentos Ltda; a partir de dezembro/94 – Sócio-Diretor do Shopping Center Uberaba; a partir de fevereiro/95 – Sócio Diretor da Aplic Factoring Fomento Mercantil Ltda; a partir de janeiro de 2000 Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda. Exerceu os cargos de Presidente do Jockey Club de Uberaba – Biênio 89/90; a partir de 1990 Conselheiro do Jockey Club de Uberaba; no biênio 91/92, Presidente do Conselho Superior do Jockey Club de Uberaba. Foi ainda, agraciado com os títulos de Engenheiro do ano (1983) pelo Clube de Engenharia; Industrial do ano (1984) pelo Jornal da Manhã e ACIU – Associação Comercial de Industrial Uberaba; recebeu a Medalha de Major Eustáquio (1993) pela Câmara Municipal de Uberaba; Mérito Empresarial 1985 pela FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Triângulo de Ouro – 1995 – Jornal da Manhã e Jornalista Fran Diógenes; Os 10 mais de 2001 – Jornal da Manhã; Diploma de Honra ao Mérito conferido pelo CREA-MG em 15 de outubro de 2004; Comenda do Sesquicentenário do Município de Uberaba, em abril de 2006 (CUNHA; AMATO, 2008, p. 261).

Assim, podemos perceber que o Dr. Antônio Ronaldo, homem de negócios e de pouca conversa, tem, no cenário político, uma influência ligada ao apoio aos candidatos que representam os interesses do grupo político e econômico que integra, ficando claro que a atuação desta família no cenário municipal uberabense é histórica e guarda longa memória, que nasce com os coronéis que, no transcurso

das décadas e dos processos de modernização da sociedade brasileira, se adaptaram, se escolarizaram e se formaram nas melhores faculdades e universidades do país, e retornaram à terrinha “Uberaba” para sequenciar a hegemonia de poder local e regional, agora dividida com a famosa “Uberabinha” no início do século XX, hoje a grande Uberlândia do século XXI.

Outro personagem importante na cena uberabense é o pecuarista e ex-presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu nos anos de 1966 a 1968, o deputado federal Doutor Edilson Lamartine Mendes, natural de Uberaba, nascido em janeiro de 1937, formado em Medicina Veterinária. Agropecuarista, ele foi deputado federal[25] de 1979 a 1982, defendendo os interesses da classe ruralista na Câmara Federal; além disso, foi um dos fundadores do Sindicato Rural de Uberaba, chegou a ser presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais (Faemg). Filho de um dos pioneiros do zebu na região, Lamartine Mendes, e de Hermínia Batista Mendes (conhecida como "Vó Fiúca), Edílson foi casado com Maria Inês Machado Mendes, com quem teve três filhos. Faleceu em 25 de fevereiro de 1984, aos 47 anos, vítima de um acidente automobilístico na BR-262, próximo a Campos Altos. Foi homenageado através do Decreto 199 de 20-03-1984, que renomeou como Avenida Edílson Lamartine Mendes a antiga Avenida Belo Horizonte, via pública que fica ao lado do parque de Exposição Fernando Costa, local onde está situada a sede da ABCZ.

O Doutor Edilson Lamartine Mendes era respeitado e querido pela classe ruralista e dotado de muito prestígio devido à sua capacidade de articulação política e de negociação, alcançando acordos mesmo em momentos de dificuldades. Permaneceu na ABCZ fora da presidência, exercendo outros cargos nas gestões seguintes, alguém a quem muitos recorriam para buscar conselhos e saídas para problemas em diversas áreas, e também era admirado pelas classes menos abastadas, tido como um patrão justo e honesto. Para esta tese, temos uma entrevista com sua esposa, a “Vó Fiuca”, que faleceu com mais de 100 anos de idade.

[25] Para a Câmara Federal é reeleito Juarez Batista (40.692 votos), ficando Hugo Rodrigues da Cunha (32.734) e Edilson Lamartine Mendes (32.286) como terceiro e quarto suplentes da Arena (BILHARINHO, 2009, vol. II, p. 221).

Traremos, a seguir, de opiniões daqueles que conviveram com o ex-deputado federal, o Dr. Edilson Lamartine Mendes, para formatarmos sua relevância no cenário político uberabense e suas características pessoais, admiradas pela elite pecuarista, que o faziam se tornar uma liderança tanto no cenário rural como político, acentuando o processo de reconfiguração das práticas sociais e políticas dos membros da elite para a manutenção do poder e do imaginário social, elaborado e composto de homens corajosos, probos, sensíveis às demandas das classes menos favorecidas e com desejo de levar o desenvolvimento humano e civilizatório a todos os rincões do sertão mineiro:

> EDILSON, HOMEM PURO E PULSO FORTE.
>
> Quem conviveu com Edilson, como tivemos a ventura e o prazer de conviver, na direção do SRTM, da ABCZ e por longos anos como seu companheiro de fundação e de Diretoria do Sindicato Rural de Uberaba, é que podemos avaliar o grau de sua importância como pessoa humana. É tão importante, de tanto destaque que será bem difícil encontrar um outro paradigma para sua substituição. Lembramos sempre de Edilson quando, na sua profícua gestão a SRTM foi transformada em ABCZ, elevando-a em âmbito nacional. Foi um feito arrojado, de grande alcance de muita projeção para a Entidade [...]. Foi o maior e mais autentico líder que surgiu nessa geração, se despontando como político de elite e sobretudo leal. O seu grande triunfo foi de assumir o comando da Federal da Agricultura de Minas Gerais, numa disputa acirrada, onde seu nome sempre foi colocado num pedestal bem alto de liderança atuante e de grande realizador. No exercício de deputado federal, repetimos as palavras do eminente político Juarez Batista: “que Edilson era um companheiro valoroso, leal e havia se revelado ser um grande parlamentar” [...]. Quantas e quantas vezes nos confidenciava seu trabalho intenso, no sentido do prosseguimento da BR-262 até Frutal, da ligação até Conquista em demanda a Sacramento, Patrocínio a BR 262 via Perdizes e tantas coisas mais dentro de sua pauta de trabalhos, objetivando a grandeza de Uberaba e região. Com seu pulso forte condicionou, junto ao então governador Francelino Pereira, a sua permanência na política ao início da ligação asfáltica à cidade de Conquista [...]. como também pela instalação das agencias da Caixa Econômica Federal em diversas cidades Campo Florido, Conceição das Alagoas, Iturama [...]. Tudo isso foi feito sem alarde, no moldes de sua modéstia, pois fazia tudo sem a menor ostentação.
>
> Na política, onde existe um ranço de trapaças, Edilson fez sempre um jogo limpo, sem rasteiras, par atendimento ao seu idealismo sadio de servir a sua classe, a sua região e ao seu Estado [...]. Foi uma figura humana pura demais para competir nesse emaranhado político onde colocavam, muitas vezes os interesses pessoais bem acima dos interesses da coletividade [...]. Por isso, caro Edilson, que tão cedo deixou nosso convívio, partindo para os céus [...], felizes os que souberam escrever o seu nome nas pedras do seu caminho, pois, um dia vindouro todos irão encontrar um sinal indelével de sua

> passagem” [...]. Adeus companheiro certo, o melhor amigo que tanto queríamos bem. Adeus EDILSON LAMARTINE MENDES [...] foi líder nato, um verdadeiro gentleman e o seu valor pessoal sempre esteve escondido atrás de sua modéstia para não dizer do espírito de humildade (Jornal da Manhã, 28-02-1984, apud SANTOS, 1995, p. 245).

Essa é uma das várias citações que encontramos referentes ao líder Edilson Lamartine Mendes, que traduzem sua importância no cenário político e social da cidade Uberaba e da região, e ainda a capacidade de articulação a nível nacional, alavancando a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), uma sociedade regional para uma associação de âmbito nacional, a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, um articulista de grande valor perante os adversários e prezado pelos amigos devido à sua sinceridade e honestidade. E figura que vive no imaginário político e social dos moradores mais antigos e tradicionalistas do município. Abaixo apresentamos o “logotipo” da SRTM até ano de 1967 e novo “logotipo” da ABCZ, que foi registrado em 1970.

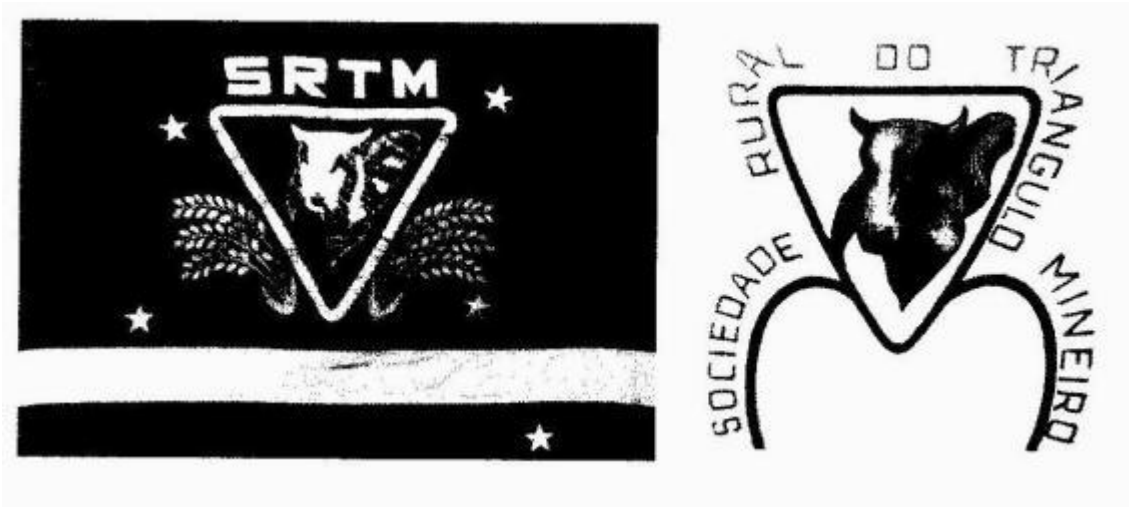


FIGURA – 43 - Logomarca da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro até 1966, em que o Triângulo representa a região do Triângulo Mineiro. Dele saem duas linhas curvas que simbolizam Minas (para muitos, a própria cabeça do zebu). Este logotipo só foi registrado, oficialmente, em 1970. No modelo que segue abaixo:

Fonte: LOPES; REZENDE, 2001, p. 65.



FIGURA – 44 -: Logomarca da ABCZ, a partir de 1967.

Fonte: disponível em: www.guaporepecuaria.com.br. Acesso em: 15 ago. 2013.

Entre os que podemos citar como componentes do quadro de políticos que claramente não pertencem à elite ruralista e agrária, que têm origem em classes menos abastadas, é o advogado e ex-deputado, o Doutor Eurípedes Craide, natural de Conquista e nascido em 1930; ainda jovem, mudou-se para Uberaba, exerceu as profissões de engraxate, jornaleiro, telegrafista, cobrador de ônibus, radialista, entre outras; a vida nos primeiros anos foi difícil, visto que seu pai abandonara sua mãe e as dificuldades se acentuaram, mas nunca deixou de estudar e acreditar em dias melhores; formou-se em Direito e exerceu o magistério superior.

O Doutor Eurípedes Craide entrou na política pelas mãos do Doutor Antônio Próspero que, em 1954, o convidou para ser candidato a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), e se elegeu vereador para exercer o mandato entre 1959 e 1963, depois foi reeleito, sendo o mais bem votado na época, com 1900 votos para a legislatura de 1963 a 1967; porém, em 1966, se candidatou a uma cadeira da Câmara Legislativa Estadual, e, na primeira tentativa, foi eleito, ou seja, saiu direto de vereador para deputado estadual, fato que só se repetiu nas eleições do ano de 2010.

Assim, o Doutor Eurípedes Craíde teve sua carreira como deputado estadual decolando, sendo reeleito em 1970, 1974, 1978 e 1982. Foi o deputado mais votado da história de Minas Gerais, com 66.748 votos de 595 cidades. Em 1986, conseguiu

uma nova reeleição, encerrando a carreira em 1991, agora atuando nos bastidores da política uberabense como conselheiro político, pois adquiriu profundo conhecimento do mundo político em seus mais de 30 anos no exercício de mandatos legislativos nas esferas municipal e estadual, representando a cidade de Uberaba. Afirmou, em entrevista concedida à jornalista Thassiana Macedo, do *Jornal da Manhã*, em matéria publicada em 12/12/2010, página 06:

> **Histórias de vida de Eurípedes Craide**
>
> **JM – O senhor também começou a trabalhar cedo...**
> **EC** – Fiz uma caixa de engraxate, coloquei nas costas, peguei jornal e fui vender na Estação da Mojiana, quando me convidaram para praticar telégrafo. Aprendi e fui trabalhar como telegrafista da Mojiana. Sabendo disso, os Correios, que precisavam de um ajudante na mesma área, me chamaram e eu fui. Nesse ínterim, a companhia de jardineira Conquista-Uberaba me chamou para trabalhar. Como ganhava mais, aceitei, mas continuava ajudando no bar de minha mãe. Assim passamos a vida um tempo. Minhas irmãs se casaram. Uma com Odelino Salomão, que trabalhava como transmissor da rádio PRE-5, e outra com rapaz de Goiás.
>
> **JM – E ainda jovem, aos 24 anos, o senhor ingressou na carreira política como vereador, exercendo três mandatos. Como foi isso?**
> **EC** – Na época que ainda estava na rádio, o Dr. Antônio Próspero me encontrou na rua e disse que eu deveria tentar ser candidato a vereador. Convidou-me e fez questão, porque achou que pelo sucesso que tinha na rádio o povo gostava de mim. Eu aceitei o desafio. Em 1953, comecei a campanha indo de porta em porta me apresentando. O Próspero arrumou um partidinho para mim, o PSB, o atual partido do Lerin, e com essa atitude consegui ser eleito o vereador mais votado da cidade em 1962, com mais de 1.900 votos, enquanto o prefeito tinha ganhado com pouco mais de quatro mil votos. Daí para frente ninguém me segurou mais. Um dia recebi o Tancredo Neves em minha casa, me convidando para ser deputado estadual com ele. Em 1966, fiz tudo de novo, fui de porta em porta, o que me deu uma força danada, sendo eleito na primeira tentativa com 7.651 votos. Em 1970, consegui 13.667; em 1974, consegui 40.523 votos; em 1978 foram 40.410, e, em 1982, fui o deputado mais votado da história de Minas Gerais, com 66.748 votos de 595 cidades. Em 1986, ainda me elegi novamente, com 37.310, até 1991.
> **JM – Mas o que acha que motivou essa votação tão expressiva?**
> **EC** – Fui trabalhando em todas as cidades de Minas Gerais, como Fronteira dos Vales, Araporã, Iturama, São Francisco de Sales, entre outras. Instalei o Conservatório Renato Frateschi, com a verba de deputado dei bolsas de estudo, cadeiras de rodas e carteiras para as escolas. Asfaltei as avenidas da Saudade e Nenê Sabino, trouxe verbas para o Nacional e o Uberaba Sport Club. Elevei Ponte Alta a distrito de Uberaba, levei asfalto a Delta, consegui, com verbas do Estado, a ligação entre Uberaba e Chuá, Veríssimo e Campo Florido, pela BR-262, além da rodovia que liga Uberaba a Nova Ponte. E

> outras coisas, mas o mais importante é que sempre procurei me preocupar com meus semelhantes, porque acho que não valho nada e sou matéria como qualquer um. Vou embora como qualquer um, mas o que fizer de bom aqui vai contar na missão que Deus me deu para cumprir.
> **JM – Então, estudava enquanto exercia o mandato como deputado...**
>
> **EC** – Formei-me em Belo Horizonte e fui professor de Direito no Instituto Jurema, em BH, lecionando as disciplinas de Legislação Aplicada. Corria das audiências na Assembleia direto para as aulas e foi assim até aprender.
>
> **JM – Hugo Rodrigues da Cunha, ainda na função de prefeito, disse certa vez que não seria bom que a cidade passasse dos 300 mil habitantes. Hoje, Uberlândia tem mais de 630 mil e nós não conseguimos completar os 300 mil. Acredita que a política tenha influenciando contra o crescimento da cidade como quando perdemos a fábrica da Coca-Cola, a Souza Cruz e outras grandes oportunidades?**
>
> **EC** – Lembro-me disso. E foi uma expressão infeliz. Por que Uberaba não deve crescer? É claro que deve, nós precisamos trazer fábricas para fazer com que Uberaba esparrame suas forças por todos os lados. Terrenos nós temos, há expansão, precisamos é dar emprego para esse povo que não tem. Se ampliarmos a criação de empregos nos mais diversos setores, estaremos felizes. E por isso acredito que neste ponto houve mesmo uma "politicagem" para que não crescesse, mas não pode ser assim.

O Doutor Eurípedes Craide é um político que viveu várias situações e conseguiu se adaptar aos governos anteriores à ditadura e teve a capacidade de se relacionar com militares e com os governadores biônicos, conseguindo ser o deputado mais votado Estado no ano 1982, usando dos recursos disponíveis, no caso distribuindo bolsas de estudo, cadeiras de rodas e asfalto e etc., ganhando votos da população carente sem gastar o seu dinheiro, ou seja, usando o dinheiro público para ganhar votos, se adaptando às práticas de despotismo, e ainda o mesmo confirma (o que não conseguimos achar por escrito) que o ex-prefeito e deputado Hugo Rodrigues da Cunha não desejava o crescimento da cidade, para evitar a perda do poder para novas famílias e elites que chegariam ao município.

Podemos perceber, em suas palavras, o conhecimento profundo dos meios políticos e sociais da cidade de Uberaba e do estado de Minas Gerais, sabedor que é importante manter o equilíbrio entre os interesses da elite e as demandas populares, que em muitos casos estão ligados às suas necessidades mais simples, que se tornam objeto de troca por votos, hoje pela barganha, pela concessão de bolsas de estudo, asfalto, abertura de ruas, verbas para times de futebol, ou seja, o

pão e o circo. Em cima destas práticas, os coronéis despóticos mantêm seu poder de coronel, não “Doutor”.

Outra figura de destaque no município de Uberaba que deixou raízes profundas nas plagas do Sertão da Farinha Podre foi o Professor Mário Palmério, que conquistou espaço no cenário uberabense no campo político e educacional, criando na cidade a maior saga de construção de um polo de educação que se iniciou com um escola secundarista, e, com o apoio do fazendeiro, espírita e comunista Afrânio de Azevedo, que, conforme está colocado em citação no capítulo 05 deste trabalho, doou áreas em troca de bolsas para alunos carentes indicados pelo grande produtor rural.

O Professor Mário Palmério, natural de Monte Carmelo (MG), nascido no ano 1916 e falecido em 1996, foi deputado federal por três mandatos, sendo eleito pela primeira vez em 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); em 1954 foi reeleito, em 1958 foi novamente eleito, porém desgostoso, querendo novas perspectivas políticas, foi nomeado, em 1962, pelo então presidente João Goulart, “Embaixador do Brasil” no Paraguai, onde permaneceu exercendo a função até o ano de 1964, quando voltou para o país, mais precisamente para Uberaba.

No campo educacional, em Uberaba, podemos dizer que sua saga foi marcada pelo sucesso e por uma dinâmica alavancada por sua carreira política, que abriu portas importantes, que permitiram a concessão para abertura de cursos superiores no interior de país, que buscava sair do analfabetismo e ansiava por profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento. Em Uberaba, a “Capital do Zebu”, muitos coronéis gastavam fortunas para formar os filhos na capital do país até 1960 (Rio de Janeiro), ou em São Paulo; estudar em Uberaba seria o ideal, pois o filho tinha que ser “Doutor”, médico, advogado, engenheiro, dentista.

Diante da oportunidade, o Professor Mário Palmério providenciou a construção de um conjunto de imóveis em terrenos doados pelo fazendeiro Afrânio de Azevedo, que atualmente fica no centro da cidade de Uberaba, na Avenida Guilherme Ferreira, sendo inaugurado, em 1945, o Colégio do Triângulo Mineiro e a Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro. Em 1947, o governo federal autorizou o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro; em 1950, a Faculdade de Direito e, em 1953, a Faculdade de Medicina, sendo que

durante o período de 1950 a 1954 foi vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal (o homem certo no lugar certo). No início do segundo mandato, em 1956, fundou e inaugurou a Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro:

> A TROCA DE CADEIRA POR EMBAIXADA
>
> Se até agora só falei de coisas boas do imortal Mário Palmério, muitos estarão perguntando: "será que este cara só tinha qualidades? Seus defeitos não vêm à tona? Claro que sim. Afinal, perfeição e imperfeição formam um casamento infinito. Palmério tinha inimigos, adversários e algozes.... Quem era do antigo PTB, de Getúlio, era Palmério. Quem era da UDN, do brigadeiro Eduardo Gomes, odiava o professor. Quem era dono de colégio falava mal de Palmério e assim por diante. Corpulento, bem falante, tipo físico simpático, era temido num palanque. Sua "fala" empolgava, convencia. Daí o horror que causava nos adversários. Gostava da noite, da "orelha da sota", de uma bebidinha, de mulheres, então, nem se fala, [...] a inveja quando vem do adversário, é admissível. O difícil é tratar dos invejosos que nos rodeiam [...]. Deputado em terceiro mandato, teve papel preponderante quando da renúncia de Jânio Quadros [...]. Embora a suspeição e da UDN, em eterna vigilância, o vice João Goulart, tomou posse suportando um hibrido e insípido regime parlamentar, inicialmente com Tancredo Neves... Na volta ao regime presidencialista, com a acachapante derrota do parlamentarismo [...]. Amigo de Mário Palmério, colega de Câmara Federal, em 1962, veio a Uberaba e, formalmente, em nome do presidente João Goulart, convidou o uberabense para chefiar a embaixada do Brasil, no Paraguai... Dito e feito. Abdicando de uma quarta reeleição, o nosso deputado Mario Palmério tornou-se embaixador do Brasil no Paraguai. Fez amizade com Stroessner, pouco tempo depois, recebeu o "sim" dos paraguaios para que se concluísse os projetos em andamento do governo brasileiro para o início das obras da hidroelétrica de Itaipu... imortal da Academia Brasileira de Letras, escreveu "Chapadão do Bugre" e " Vila dos Confins". Ficou por terminar " Confissões de um Assassino Perfeito". Os invejosos, muito dissimulados, sempre procuraram fórmula de destruí-lo. Não conseguiram, embora Uberaba esteja devendo ao seu benfeitor-maior uma grande e imorredoura homenagem. Pergunto: "Por que a praça principal da cidade, ainda hoje, tem o nome de Rui Barbosa?" (OLIVEIRA, 1997, p. 29).

Podemos perceber a capacidade de articulação política que permitiu construir um império educacional que se fortaleceu com o crescimento econômico e a necessidade dos uberabenses e das cidades vizinhas de recorrer à Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE) que, no ano de 1988 se transformou na Universidade de Uberaba (UNIUBE), para os filhos da elite se formarem. Porém, os

filhos dos trabalhadores conseguiram formar seus filhos pagando com o suor dos rostos e vendendo o que tinham, realizando financiamentos privados e do governo, ou seja, lutando por dias melhores, o que deu à família Palmério um poder econômico, político e social grande na cidade de Uberaba e na região, diversificando as atividades, ampliando os campos de pesquisa e atividades, inclusive a produção agropecuária:

> [...] convivi muito com Palmério. Sempre tive nele o meu ídolo...
>
> Palmério foi um grande pensador. O poder de antevisão dos fatos foi seu forte. Determinado, enfrentou uma oligarquia quase secular em Uberaba. Não fosse a sua bravura, Uberaba teria crescido bem menos, principalmente na fonte maior de um povo civilizado, que se chama educação. Palmério (não veio da classe humilde e pôde estudar em grandes colégios fora daqui) quando se dispôs a fixar em Uberaba, não titubeou. Optou pela área educacional. Poderia ter escolhido a profissão do pai, a magistratura, ou dos irmãos o Direito ou Engenharia. Não Palmério fincou o pé, obstinadamente, com a educação. Fico, aos dias atuais, cheio de dúvida, se Palmério não tivesse trazido pra cá, depois do colégio Triângulo, as faculdades, o que seria da juventude pobre de Uberaba. [...] O feito educacional de Mário Palmério ganhou contornos comerciais os mais positivos. Constato e nunca é demais repetir, todos lucram com as escolas superiores de Palmério, o engraxate, o dono do bar, o livreiro, o pedreiro, o carpinteiro, a passadeira de roupas, a empregada doméstica [...] enfim qualquer setor de Uberaba, se você olhar e prestar atenção maior, sempre terá um dedo de participação das faculdades de Palmério (OLIVEIRA, 1997, p. 27).

O autor deixa claro que o professor Mário Palmério, mesmo tendo conquistado um poder político, econômico e social, teve que enfrentar a oligarquia uberabense conservadora e fechada às inovações e modernizações, sempre buscando conservar o poder construído durante os séculos. O dito professor sofreu duras perdas e traições no contexto social uberabense. Devemos entender que sua contribuição para a economia foi excelente, porém temos que notar que seu patrimônio cresceu na mesma intensidade que sua proposta educacional; deixou um legado patrimonial gigantesco e consolidado para os herdeiros.

Esse é um legado agregado também à elite pecuarista, visto que a UNIUBE tem uma fazenda em direção à Uberlândia, às margens da BR-050, onde trabalha com melhoramento genético de gado de corte (nelore) e matrizes leiteiras (gir), além de ser filiada à Associação Brasileira do Criadores de Zebu. No legado político, seu

filho e atual reitor da Universidade de Uberaba já foi presidente do PMDB local e secretário geral; seu neto, Eduardo Palmério, também já exerceu a função de presidente desse partido. Na eleição de 2012, teve-se o pai como secretário geral e o filho como presidente, embora ambos tenham divergido quanto ao candidato a prefeito e protagonizaram um luta interna que quase inviabilizou a candidatura do partido; mas tudo deu certo ao final, pois o candidato do PMDB e o amigo pecuarista, ruralista e ex-deputado estadual e federal, o engenheiro agrônomo Doutor Paulo Piau Nogueira, venceu as eleições em 2012. A briga familiar acabou em festa: o neto Eduardo Palmério voltou à presidência do PMBD de Uberaba e o pai ficou feliz com ambos os resultados, tudo intermediado pelo Ministro da Agricultura e Pecuária, o Doutor Antonio Andrade, que, diga-se de passagem, é pecuarista. Um exemplo das notícias dos jornais locais nos possibilita uma perspectiva analítica sobre a questão:

> **Jornal da Manha – coluna Política – 19-07-2011**
>
> Diretório Municipal do PMDB terá novo presidente. Eduardo Palmério assumirá o comando do partido no princípio de agosto em substituição a Luiz Humberto Borges, que já pediu licença do cargo. A decisão é resultado da sua condução à presidência da Companhia de Desenvolvimento em Informática de Uberaba (Codiub), [...]. Segundo Palmério a comandar o Diretório Municipal do PMDB – seu pai, Marcelo, reitor da Universidade de Uberaba, presidia a agremiação quando Anderson Adauto foi eleito para seu primeiro mandato de prefeito, em 2004 – [...]. O partido quer manter a cabeça de chapa e tem, entre seus filiados, dois fortes nomes para a disputa: o deputado federal Paulo Piau, que não nega nem assume a condição de pré-candidato, e o vereador Tony Carlos, que, diferentemente de seu correligionário, não esconde o desejo de assumir a PMU [...] tem também o vereador Marcelo Borjão é outro peemedebista que já falou da vontade de ser prefeito, no seu caso, entretanto, a mais que deteriorada relação com o comando partidário deve culminar na sua saída da legenda [...].
>
> **Jornal da Manhã – coluna Política – 20-04-2012 – Jornalista** Renata Gomide.
>
> **Ex-presidente confirma pedido de intervenção no PMDB contra AA.**
>
> Marcelo Palmério confirmou ontem a existência de um pedido de intervenção no Diretório Municipal do PMDB, protocolizado junto à Executiva Estadual do partido sexta-feira passada (13). Ao colocar fim ao disse-me-disse em torno da questão, ele também deixou claras, nessa entrevista exclusiva ao **Jornal da Manhã**, as reais motivações para o ato: que o partido não fique a reboque nessas

> eleições, sob pena de perder espaço até mesmo no pleito de 2014. Ex-presidente da agremiação por dois mandatos (2001 a 2005), à qual chegou em 1985 com o aval de Tancredo Neves, ele rejeitou qualquer conotação de golpe ao movimento; ao contrário, assegura que a intenção é chamar o comando estadual à corresponsabilidade na condução do processo em Uberaba, porque "o PMDB não pode ir à disputa com um candidato neófito [Rodrigo Mateus] e ainda sem consistência eleitoral". Marcelo, que recebeu o JM em seu gabinete na Universidade de Uberaba, da qual é reitor, também declarou seu apoio ao "prefeitável" Paulo Piau, que, em sua opinião, é quem reúne as melhores condições para assumir o posto, seja pela experiência política ou por fatores de ordem pessoal [...].
> **Jornal da Manhã – coluna Política – 06-07-2013 – Jornalista Renata Gomide.**
>
> **Eduardo Palmério é reconduzido à presidência do PMDB**
> A proposta de Executiva para o PMDB Uberaba está oficializada e já consta do sistema de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os nomes dos cinco integrantes do comando peemedebista no município foram definidos no início desta semana durante uma reunião com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, o prefeito Paulo Piau, o presidente do partido na cidade, Eduardo Palmério, entre outros.
> A Executiva venceria neste domingo, sendo que agora tem validade até o dia 7 de outubro deste ano. Além de Palmério, ela é formada ainda por Maurides Dutra (vice-presidente), João Caldas (2º vice-presidente), Antônio Cláudio Mendes Ribeiro (secretário) e Luiz Humberto Alves Borges (tesoureiro). À exceção desse último, os demais ocupam cargos na Prefeitura: Dutra e Caldas na Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba (Codiub), respectivamente, presidente e diretor, e Ribeiro é subsecretário de Infraestrutura [...]. A relação com os nomes que a compõem havia sido remetida no início da semana ao presidente estadual do partido, deputado federal Saraiva Felipe, que já deu sinal verde à composição, remetendo-a para a publicação junto à Justiça Eleitoral.
> A Executiva tem o aval do prefeito, do presidente de honra do PMDB Uberaba, Marcelo Palmério, e de seu atual dirigente. Desde o ano passado que o Diretório Municipal foi dissolvido para dar lugar a uma Comissão Provisória, resultado do racha interno durante o processo eleitoral, quando parte da legenda defendeu o nome apoiado pelo então prefeito e peemedebista Anderson Adauto (atualmente sem partido) à sua sucessão.
> A candidatura de Piau foi levada adiante após intervenção estadual no PMDB, a qual foi patrocinada pelo então presidente da Executiva mineira, Antônio Andrade. Mas, como a grande maioria do diretório estava afinada com AA, mesmo depois da vitória nas urnas a opção foi dissolvê-lo para abrigar a provisória até arrumar a Casa.

Diante dos fatos narrados pelos jornais, resumidamente, podemos perceber a intervenção do poder político e econômico na condução dos destinos da cidade de Uberaba, que, entra ano e sai ano, permanece nas mãos dos mesmos personagens.

O patriarca Mário Palmério talvez não tenha colhido os frutos de suas ações políticas no município de Uberaba, mas seus filho e neto têm obtido vitórias significativas, com apoio ao ex-prefeito Anderson Adauto, que ficou oito anos (2004-2012) no poder executivo local e após a "briga" que colocou em destaque o candidato Paulo Piau, eleito para um mandato de 2013 a 2016, com possível reeleição. Nem tudo que parece na política é![26]

O município de Uberaba devido a sua importância histórica para a região, foi um importante núcleo aglutinador de personagens que contribuíram para o desenvolvimento regional. Dada a extensão desse quadro, apenas citaremos seus nomes, mas com a certeza de que outro tanto ficará de fora: Dr. Jorge Frange, Dr. Lauro Fontoura, Dr. Helio Angotti, Dr. Francisco Lopes Veludo, Dr. Amilcar Decina, Dr. Fausto Salomão, Dr. José Tomás S. Sobrinho, Dr. Randolfo Borges Junior, Deputado Dr. Fúlvio Fontoura, Dr. René Barsan, Dr. João Junqueira, Dr. João Batista Rodrigues, Bittencourt Bertolucci (Bibi peito de aço), Dr. Germano Gultgolf, Dr. Túlio Reis, Dr. Alaor Carlos Ribeiro, Dr. Adriano Espindola (PSTU), DR. Fahim Sawan, Deputado Dr. Juarez Batista, Dr. Ney Martim Junqueira, Dr. Paulo Afonso Silveira, Dr. Fabiano Freitas Fidelis (Jornal de Uberaba), Dr. Paulo Mesquita, Dr. José Elias Miziara, Mário Almeida Franco.

[26] [...] sábias e clarividentes as palavras e conceitos de Orlando Ferreira, o Doca. Se estivesse vivo na metade do ano de 2012, nesta mesma Uberaba de políticos que só olham para o umbigo, dir-se-ia que antevia, como visionária, a ridícula política que Uberaba assiste na antecedência das eleições de outubro deste ano [...]. A " briga" estúpida, é de corar a face de qualquer cidadão de bem que ama a cidade. Princípios mesquinhos, vaidades falando mais alto que a Torre Eiffel, arrogância e prepotência de lado a lado.....É lamentável que políticos que aqui não nasceram e aqui foram eleitos, querem fazer de Uberaba sua propriedade particular [...]. São forasteiros que aqui aportaram, fizeram suas vidas profissionais na santa terrinha e, hoje, pousam de "donos" da política local [...]. Pobre e quase desprezível PMDB, de tantas honras glórias, tradições e sofrimentos de uma aglomeração política que teve figuras como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Severo Gomes [...]. uma plêiade de homens sérios, competentes e honestos em seus quadros [...]. O PMDB Minas e, por certo, o diretório de Uberaba, não condiz com seu passado de lutas, conquistas, vitórias e revezes, desde os tempos de ditadura militar aos dias atuais. Em Uberaba, prevalece a vontade de mando de um prefeito autoritário, mandão e pouco escrupuloso e um deputado que troca de partido ao sabor das suas conveniências. Pobre Uberaba, diria, se fosse vivo, o lembrado e quase sempre odiado pelas classe dominantes, a burguesia local, o saudoso Orlando Ferreira, O Doca (OLIVEIRA, 2012, p. 55-56).

3.3 Outros personagens da cena política uberabense: integralistas, comunistas, espíritas...

É pleno engano pensar que a Uberaba de hoje foi elaborada apenas pelas forças predominantes dos nossos coronéis e doutores despóticos. Temos um ambiente constante de luta de classes que alcançou até cunho ideológico e religioso, discussões abertas em jornais publicados em todas as épocas defendendo ideias e propostas econômicas e políticas, perseguições e prisões dos inimigos do Estado ditatorial brasileiro de Vargas e dos Militares, regimes que ganharam guarida nos braços da elite uberabense e de membros da Igreja Católica, que pretendia manter todos fiéis em acordo com seus preceitos e com as normas instituídas pelo Vaticano e, assim, perseguia comunistas, espíritas, ateus e qualquer um que resolvesse não se comportar nos moldes ditados pela poderosa classe eclesiástica.

Aqui começaremos a analisar alguns fatos que serão lapidados nos capítulos vindouros, fatos fascinantes pela capacidade de visão e desprendimento de homens e mulheres que plantaram sementes que cresceram e floresceram na Uberaba do final do século XX, sugerindo que, se cultivarmos algo com desapego e amor pela causa, poderemos, em um futuro próximo, colher frutos doces e saborosos. Mas a luta destes desbravadores nos tempos de chumbo se caracterizou por perseguições árduas que marcaram suas vidas e suas famílias.

Destacaremos o espiritismo Kardequiano, haja vista a sua expressão na região; a Uberaba de hoje é conhecida no Brasil e no mundo por duas situações: ser a “Capital do Zebu” e a “Terra do Chico Xavier”, que aportou nestas terras em definitivo no final da década de 1950, graças a uma relação construída junto à Associação Brasileira de Criadores de Gado, pois o mesmo era trabalhador do órgão estadual que fazia a inspeção sanitária em animais, inclusive no gado zebu. Assim, durante a exposição de maio, Chico Xavier, junto com seu chefe, se deslocava para o evento para avaliar os animais e fazer inspeções sanitárias.

Antes disso, é importante citar que vários atores e personagens da sociedade uberabense se converteram à doutrina espírita e passaram a construir um trabalho intensivo na elaboração dos preceitos doutrinários, filantrópicos e na divulgação do

Espiritismo, o que causou forte reação nos católicos ardorosos da elite uberabense. Porém, os adeptos do Espiritismo também possuíam posses e conhecimento acadêmico, além de serem seguidores de ideologias que tinham no seu bojo o objetivo de construírem uma sociedade mais igualitária, solidária e coerente com a elaboração de uma educação libertadora e reflexiva, práticas que desagradavam os que detinham o poder no município em nível nacional:

> CHICO XAVIER
>
> [...] empreguei-me numa fábrica de tecidos aos dez anos e nela trabalhei quatro anos seguidos, à noite, estudando na escola primária durante o dia [...] não podendo continuar na fábrica, empreguei-me como auxiliar de cozinha, balcão e porta, num pequeno empório, durante 4 anos; em seguida empreguei-me numa repartição do Ministério da Agricultura, na qual trabalhei 32 anos, começando na limpeza da repartição, até chegar a escriturário, cargo no qual me aposentei [...] transferindo para Uberaba, em 1959, para que houvesse tranqüilidade aos meus familiares que não tinham culpa de eu haver nascido médium (OLIVEIRA, 1997, p. 225).
>
> 1959
>
> 16 de janeiro – Muda-se para Uberaba, vindo de sua cidade natal Pedro Leopoldo, o médium Francisco Cândido Xavier que, por sua atuação, posicionamento e obras, alcança, a partir de Uberaba, projeção mundial (BILHARINHO, 2008, p. 134-135).

A força desse movimento espírita vem da cidade vizinha, Sacramento (MG), que tem nas suas origens o mesmo berço (Desemboque), que fica às margens do Rio Grande. Os moradores desse vilarejo, no início do século XIX, o abandonaram devido à decadência na produção de pedras preciosas e ouro, buscando novas plagas para se assentarem, às margens do Rio Borá (Sacramento-MG). A oeste, o Major Eustáquio assentou acampamento às margens do córrego das Lages, hoje Avenida Leopoldino de Oliveira, dando início à Uberaba que conhecemos.

No início do século XX, por volta de 1905, o jovem Eurípedes Barsanulfo, recém convertido à doutrina espírita e médium de grande poder de cura e bilocação, fundou na cidade o Grupo Espírita Esperança e Caridade e o Colégio Allan Kardec, destinado a atender crianças carentes. Sua fama se espalhou rapidamente, aumentando o número de seguidores e adeptos da doutrina, causando incômodo aos membros da Igreja Católica; isso trará consequências históricas e políticas para cidades vizinhas, principalmente Uberaba, onde o número de seguidores crescerá

muito no século XX, tornando-se uma cidade-referência para os espíritas do Brasil e do mundo, igualando-se à grandeza do zebu.

> Colégio Allan Kardec
>
> No dia 1º de Abril de 1907, dois anos após a fundação do CENTRO ESPÍRITA ESPERANÇA E CARIDADE, auxiliado pelos seus irmãos Watercides Wilson e Homilton Wilson, inaugurou o Colégio, ao qual deu o nome do CODIFICADOR da Doutrina, homenagem das suas convicções, que não permitiram fraqueza e dubiedade [...] funcionou, ininterruptamente, desde sua inauguração com média de 100 a 200 alunos, até 22 de outubro de 1918, época da epidemia de gripe, quando, por força das circunstâncias, se fecharam, durante determinado tempo, todos os estabelecimentos de ensino no país. (FERREIRA, 1962, p. 27).

Por meio da contextualização, podemos conhecer personagens que habitaram a Uberaba das décadas passadas e fizeram história junto com os nossos zebuzeiros e coronéis, construindo relações ora de amizade e companheirismo, em outros momentos de embates, que nos permite uma visão de sociedade rica de pensadores e idealistas lutando por uma sociedade melhor, que talvez estejam ressurgindo nas manifestações que ocupam as ruas do Brasil de 2013. Somente o tempo nos dará a dimensão dessas manifestações, tal como hoje podemos olhar o passado, reelaborar as interpretações e agradecer a luta de muitos anônimos, que, mesmo às vezes perseguidos, puderam expressar suas ideias e opiniões, e com elas alterar algo da realidade.

O importante é percebermos que a cena do município de Uberaba (MG) foi ocupada por outros personagens que não se dedicavam à criação do gado zebu, e que trabalhavam na dinâmica de construir uma sociedade mais justa; por isso, foram perseguidos. Doravante citarei vários nomes, e identificaremos a ligação dos personagens aos movimentos considerados inimigos da sociedade uberabense e brasileira.

Na obra *História da Medicina em Uberaba*, volume 05, do médico José Soares Bilharinho, há alguns trechos significativos para nossa análise:

> Data de 1927, a idéia de se fundar em nossa cidade, pelos espíritas, um hospital psiquiátrico:
> **“Pela Caridade**

[...]
Foi com jubilosíssimo aplauso que fomos, domingo último, ao Centro Espírita Uberabense, que já tem a sua ótima sede, fazendo a caridade sem olhar a quem, e ali assistimos às duas horas da tarde, a uma importante assembléia, tendo em vista firmar as bases para a construção de modelar casa de caridade, tipo sanatório, pertencente ao Centro. Este já conta para esse fim, com algumas dezenas de contos réis, dados pela inefável caridade de nossos patrícios, essas almas de ouro que se comovem, de qualquer maneira, com as desgraças do próximo [...].
Terminados os debates da sessão, que durou até seis horas, apurou-se que ficara organizada uma comissão de trabalhos em geral para o fim da imediata construção do estabelecimento, tudo fazendo para o triunfo do tentame, que virá dar a Uberaba mais uma casa de caridade. A comissão disposta em diretoria, é a seguinte: presidente, Emerenciano Ferreira Junqueira; vice-presidente, Abdon Alonso; 1º Tesoureiro, Antonio Sebastião da Costa; 2º Tesoureiro, Elisário Nascimento, Orador, João de Minas; 1º Secretário, Leônidas Rosa; 2º Secretário, Henrique Von Kruger; procurador geral, Angelino Trezzi; Diretor Clínico,Dr. Boulanger Pucci; diretor da Obra, Servilio Finotti (Lavoura e Comércio, 17-11-1927, p. 1639 e 1640).

A 5 de janeiro do ano seguinte, o mesmo jornal noticiava que o hospital para dementes teria sua pedra fundamental lançada no dia seguinte. A Associação Espírita desta cidade determinava que o ato se realizará às 11 horas e comunicava que o Sanatório seria erguido em terreno situado no Bairro Estados Unidos, pouco acima da Praça Carlos Gomes [...] (p. 1640).

“Uma obra estupenda – O Asilo de Dementes – A politica da caridade [...]. Caridade, a maior idéia de Deus – Uma calamidade flagrante e diabólica.
Fomos uma tarde destas ao Alto dos Estados Unidos, acima da Praça Carlos Gomes, ver as obras do Asilo de Dementes que o Centro Espírita Uberabense esta construindo. Ficamos estupefatos. Vimos, e profundamente admiramos, uma grande obra que marcha depressa, rumo de uma apoteótica finalidade. Já há, ali empregados setenta e tantos contos [...]. Tenhamos casas de caridade, onde o desgraçado, quem quer ele seja, encontre a palavra de Jesus a dar-lhe o pão, a balsimar-lhe a pele, a adoçar-lhe o desespero com o conselho da resignação e da fé!.....Porque essa ferocidade de se perseguir a caridade que não se pinta de verde ou de amarelo ou de roxo? [...] Por esse caminho chegaríamos à essa tremenda calamidade de nosso meio não termos – salvo poucas exceções [...]. Bendito esse Asilo que para nós é tudo, porque é um Asilo de Caridade.” (Lavoura e Comércio – 17-05-1928) (págs.1640 e 1641).
[...]. Iniciado em 1928, pelo então presidente do Centro Espírita de Uberaba, Dr. Henrique Kruger Schroeder, o Sanatório Espírita teve a sua construção acelerada pelas diretorias que se sucederam, destacando-se entre os mais esforçados pioneiros da obra, além do Dr. Henrique, os Srs. Henrique Castejon, Abdon Alonso, Elizário do Nascimento, Maximino Alonso, Joaquim Barbosa, Alceu Novaes, Emerenciano Ferreira, Dª Maria Modesto Cravo, Dª Maria Resende Peiró , Servílio Finotti, Anselmo Trezzi e tantos outros

> espíritas bem formados que tudo fizeram para que a construção dessa casa de caridade não sofresse simplificações [...] (Lavoura e Comércio, 30-12-1933, p. 1641).
> A 31 de dezembro de 1934 era inaugurado o Sanatório:
> Às 13 horas do dia 31 de dezembro último, uma grande multidão se encontrava nos pátios, passadiços e salões.
> Assumindo a presidência, o coronel Emerenciano Ferreira convidou para tomarem parte na mesa o Dr. Guilherme Ferreira e senhora, coronel João Eusébio de Oliveira, coronel Abdon Alonso e capitão Nestor Cravo, representante do 4º Batalhão.
> Estavam presentes representes dos jornais locais: Lavoura e Comércio, O Jornal e Quirini; representante do Diário de São Paulo, Diário da Noite, Estado de São Paulo e Correio da Manhã, representantes da Sociedade Fratelanza Italiana, Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, Portuguesa e Sírio-Libanesa; da Maçonaria, clubes esportivos, grêmios literários, Associações com a Liga Operária, Associação dos Motoristas, Associação dos Empregados no Comércio, etc. [...] Fizeram-se representar os seguintes municípios: Uberlândia, Araguari, Araxá, Sacramento, Belo Horizonte, Franca [...]. Às 20 horas, no prédio do Centro Espírita, à rua Barão de Ituberaba, depois da palestra de um diretorista do Centro foi representada o drama: "Redenção da Humanidade", texto de Odilon J. Ferreira. A peça foi interpretada por um grupo de destacados amadores [...] (Lavoura e Comércio, 02-01-1934, p.1642-1643).

O objetivo é compreender que o movimento espírita tinha força e, apoiados por muitos membros da alta sociedade uberabense, com aporte de recursos materiais e morais, os espíritas fizeram frente aos desafios; assim, podemos citar alguns nomes que ocuparam cargos na Câmara Municipal de Uberaba, como o coronel Emerenciano Ferreira Junqueira, o Dr. Luiz Boulanger Rodrigues da Cunha Castro Pucci, que foram vereadores no período de 1934 até 1937, sendo que o Dr. Boulanger Pucci foi prefeito no período de 1947 a 1951; ainda podemos citar o médico o Dr. Henrique Von Krugger Schroeder, que teve mandato de vereador no período de 1947 a 1951 e inclusive foi presidente da Câmara (Informações retiradas do material informativo *O poder Legislativo através do Tempo*, de Evacira G. S. Coraspe e Pedro dos Reis Coutinho).

Por conseguinte, podemos perceber que os personagens da cena espírita uberabense também trabalhavam no cenário político e social da cidade; eram homens e mulheres que atuavam com o objetivo de lutar contra as propostas exploradoras das classes dominantes católicas, que buscaram junto ao poder militar

coibir os adversários, como trabalharemos no Capítulo 04, a exemplo da atuação de Dom Alexandre junto aos governos biônicos de Minas Gerais.

Na obra *Lucilia Rosa Vermelha*, dos autores Luciana Maluf Vilela e Luiz Alberto Molinar, encontramos novamente a presença destes pioneiros do espiritismo em Uberaba e na cena política uberabense e, por mais interessante que pareça, dentro de partidos de esquerda (comunista) e até junto aos integralistas, dando uma ideia de que os coronéis do zebu dominaram a cena, mas sempre tiveram que se defender das acusações e ameaças ao poder e,assim os coronéis tiveram que usar da força e ação dos aliados para garantir o sucesso de suas empreitadas.

Nesta obra, encontramos a informação de que os espíritas eram membros da Aliança Nacional Libertadora – ANL – e, por ordem de Getúlio Vargas, decidiu-se prendê-los:

> [...] O presidente, então, promoveu o Golpe do Estado Novo, em 10 novembro de 1937, apoiado pela cúpula das Forças Armadas. Fechou o Congresso Nacional, extinguiu os partidos políticos e iniciou nova fase autoritária, estendida até 1945. As perseguições aos “vermelhos” se intensificaram.
> Entretanto, no dia 6, antecipando-se à decretação da ditadura, o delegado Moretzsohn determinou ao chefe da polícia de Uberaba, capitão Altino Machado de Oliveira, que prendesse 16 “adpetos do comunismo conhecidos publicamente” [...]. Encabeça a lista o escritor Doca (PCB) [...], o engenheiro Hugo Castro (PCB), o seleiro Claudemiro de Paula Farneze, Vicente Pitinelli [...], os médicos Henrique Kruger e Clarkson Menezes [...]. Já Kruger foi preso depois que os policiais encontraram, em seu consultório, um livro marxista, conforme sua filha, Sônia Beatriz Schroeder (VILELA; MOLINAR, ano 2011, p. 65 e 68).

Ainda nesta obra, o professor Alceu Novaes é mencionado, também, como membro do integralista em Uberaba; a perseguição aos comunistas, integralistas e espíritas se acirrou bastante durante a década de 1940. O jornal espírita *A Flama Espírita*, criado em 1931 pelo médico Dr. Inácio Ferreira (que no início dos anos 1940 tinha, em Uberaba e região, mais de 2.000 assinantes graças à doação do maquinário feito pelo fazendeiro, comunista e espírita Afrânio Francisco de Azevedo, figura importante para o professor Mario Palmério, do representante Omar Prata de Oliveira e do comerciante Abdon Alonso y Alonso), teve suas atividades suspensas graças à intervenção do arcebispo junto ao governo de Vargas, por ditas ofensas ao

Papa da época, tratado como chefe de governo. Acirrando ainda mais a luta ideológica, política e religiosa no município de Uberaba, esta luta chegava às portas do poder público e o debate exigia cátedra. Por isso, o coronel teve também que se adaptar e trabalhar na construção dos doutores e nas atividades sociais, que tinham a concorrência e trabalho árduo dos espíritas politizados e donos de poder econômico, que pressionavam o poder do cabresto:

> O confronto entre católicos e espíritas, existente desde o final do século 19, atingiu em Uberaba o seu auge em 1942, quando o *jornal A Flama Espírita* (1931) recebeu a doação de gráfica própria ofertada pelos seguidores da doutrina, o fazendeiro Afrânio Francisco Azevedo, o representante comercial Omar Prata de Oliveira e o comerciante espanhol Abdon Alonso y Alonso. Todos eles eram também maçons, outro grupo combatido pelo clero [...]. O embate, que ficou famoso, se deu por meio do frei Alberto Chambert e do médico Inácio Ferreira, respectivamente publicados nos seminários *Correio Catholico e A Flama Espírita*. Integraram ainda a redação da publicação espirita os professores Alceu de Sousa Novaes e Lafayatte Melo, o comerciante Antonio de Côrrea de Paiva e Arlindo José Evangelista, diretor.
>
> O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), do governo ditatorial do presidente Getúlio Vargas, proibiu, em junho 1942, a circulação de *A Flama* até 12 janeiro de 1946. O motivo fora a denuncia do clero de Uberaba e Rio de Janeiro de que o jornal atacara o papa. A legislação brasileira proibia a ofensa a chefe de estado que, no caso do líder do catolicismo [...]. (VILELA; MOLINAR, 2011, p. 77).
>
> [...] pracinhas voltaram da Itália para o Brasil sob a influencia dos ideais de cidadania e informados sobre os avanços sociais em países comunistas [...]. Assim foi criada, em julho de 1946, a frente antifascista Comitê Democrático Popular de Uberaba [...] “todos são bem-vindos desde que contrários ao movimento do italiano Benito Mussolini”, líder fascista e primeiro ministro da Itália de 1922 a 1943 [...]. A relação dos membros do Comitê Democrático foi publicada entre os meses agosto e setembro, pelo seminário *Correio Catholico*, que distorcia e manipulava a informação ao afirmar ser aquela entidade órgão do Partido Comunista. O objetivo era confundir os leitores e afastar os católicos dessa organização. Integravam a diretoria pessoas que caracterizavam por serem espíritas, comunistas e maçons. Portanto, tinham perfil anticlerical e provocavam a ira do clero. O presidente de honra foi o fazendeiro Afrânio Francisco de Azevedo (PCB), presidente, o médico Paulo Rosa; primeiro-vice, o médico Henrique Von Kruger Schroeder (PTB) [...]. outras 30 pessoas integraram as comissões [...]. A comissão de propaganda Joaquim Gasparino Magalhães foi formada pelo engenheiro civil Abel Reis (PCB) [...] do comerciante Emanoel Martins Chaves, o “Lilito” [...] do dentista Odilon Fernandes e do jornalista Doca (PCB) [...] (VILELA; MOLINAR, 2011, p. 88 e 89).

Com isso, mostramos que o processo de transformação das práticas políticas e sociais dos coronéis zebuzeiros ocorreu também devido às mudanças sociais implementadas a partir do final da Segunda Guerra Mundial, à reabertura democrática com a saída de Getúlio Vargas no final de 1945 e às notícias trazidas pelos praçinhas da Europa sobre o comunismo, mas que encontraram um sociedade fechada em suas lutas por verdades religiosas e preconceitos sobre valores morais, em constante embate.

Uma figura importante e crítico aberto é Orlando Ferreira, o “Doca”, que nos capítulos seguintes será abordado por sua participação no processo de compreensão da formação dos novos coronéis despóticos, das famílias tradicionais e do clero. Doca teve muitos problemas com a justiça, que apoiava os membros do clero e da alta sociedade uberabense. Chico Xavier, quando aqui chegou, encontrou espaço para desenvolver seu trabalho; este espaço já estava conquistado, pois a cidade, no início da década de 1960, tinha inúmeras casas espíritas e muitos adeptos conquistados pelo trabalho deste precursores, que eram médicos, engenheiros, dentistas, advogados, operários e militares.

Este capítulo objetivou fornecer a percepção de que a sociedade uberabense foi formada por vários grupos políticos, permeados por inúmeras ideologias políticas, econômicas e sociais, que se entrelaçam com as propostas religiosas milenares da Igreja Católica, o espiritismo Kardequiano do século XIX, as tradições da cultura dos afrodescendentes e outras culturas, tais como a dos sírio-libaneses, italianos etc., que formaram o nosso universo político.

No capítulo seguinte, discutiremos as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no cenário brasileiro, na segunda metade do século XX, que refletiram na organização política, social e econômica da cidade de Uberaba. Procurar-se-á, ainda, perceber como e porquê Uberaba, mesmo recebendo ganhos no contexto educacional, sofreu perda de liderança regional para sua “filha” Uberabinha, que veio a ser Uberlândia.

CAPÍTULO 4

AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS OCORRIDAS NO BRASIL NO PERÍODO DE 1960 A 2007 E SUAS INFLUÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE UBERABA.

O objetivo deste capítulo é entendermos como as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no cenário brasileiro, na segunda metade do século XX, refletiram-se na organização política, social e econômica da cidade de Uberaba. Procurar-se-á, ainda, perceber como e porquê Uberaba, mesmo recebendo ganhos no contexto educacional, sofreu perda de liderança regional para sua "filha" Uberabinha, que veio a ser Uberlândia.

Para compreendermos esse processo, devemos ter em vista a interiorização da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, que abriu as rodovias BR 050 e a BR 262, estradas que cortam alguns municípios do Triângulo Mineiro. Essas rodovias ampliaram o acesso a outras regiões, mas também deram oportunidades para novos aventureiros abrirem caminho para o crescimento dessa região, em processo que desprivilegiou logisticamente Uberaba de seu trono, até então inexpugnável.

Ainda neste capítulo, refletiremos sobre o modo de pensar das elites uberabenses, que perderam o "bonde da história" presos em conceitos e ideias de poder que remontam a um passado "fisiocrata" e, com isso, não perceberam as mudanças decorrentes do processo de industrialização capitalista pelas quais passava o mundo após a Segunda Guerra Mundial.

De uma maneira geral, os líderes da sociedade uberabense tomaram decisões e por perspectivas lastreadas em seus interesses pessoais que privilegiam suas posições sociais perante os governos municipal, estadual e federal, fundamentadas em visões que cresceram em um terreno fundado no poder coronelístico das armas.

O desafio dos antigos coronéis, e agora de seus filhos e netos, é perpetuar o poder político, o prestígio e o poder econômico, diante de um mundo que sofre transformações ideológicas e econômicas muito rápidas. Assim, o processo de perpetuação do poder passa pela busca do conhecimento e por títulos acadêmicos para fundamentar suas práticas, pois o prestígio agora é do “Doutor”, e não mais do “coronel, major, capitão ou até o sinhozinho”.

Esta prévia análise vai ao encontro do pensamento de Caio Prado Jr. em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, ao buscar compreender as injunções políticas e sociais durante o século XIX, que veste como uma luva nossa percepção do desenrolar da vida uberabense em cenário aberto ao público e às negociatas noturnas:

> [...] a política brasileira se liga ao momento internacional. É o da ideologia que se adota aqui, e que servirá para explicar, justificar e emprestar aos nossos fatos o calor das emoções humanas; tal é sempre o papel das ideologias, que os homens raramente dispensam, e que em nosso caso, não sabendo ou não podendo forjá-los nós mesmos, fomos buscar no grande e prestigioso arsenal do pensamento europeu. Em especial, na filosofia da Enciclopédia e dos pensadores franceses do séc. XVIII (PRADO JR., 2000, p. 384).

A partir dos anos 60 do século XX, o Brasil passara por inúmeras mudanças que se refletiram com intensidade no cenário social uberabense: a inauguração de Brasília e a mudança do eixo político nacional, a renúncia de Jânio Quadros, o governo parlamentarista do mineiro e pragmático Tancredo Neves e, sobretudo, a deposição de João Goulart, também conhecido como Jango, desembocaram no “Golpe Militar de 1964”, colocando o poder central nas mãos dos militares, que passaram a nomear governadores e prefeitos binômios para as capitais dos Estados.

Todos estes fatos trouxeram mudanças para o cenário social uberabense, em que militavam os coronéis, divididos em vários partidos, que buscavam alternância de poder, para, a cada momento, mostrarem sua força local e regional diante dos adversários, com eleição de deputados federais e estaduais que garantissem

recursos para o município, que, nesta fase, ficava à mercê dos cofres estaduais e federais, diferente dos dias atuais em que, após a promulgação da *Constituição Federal* de 1988, os municípios passaram a possuir mais autonomia e recursos financeiros.

Na cidade de Uberaba dos anos 1950 e início da década de 1960, tínhamos vários partidos políticos, dentre os quais podemos citar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para o qual os trabalhadores possuem pouca representatividade, sendo o comando das elites centrado no partido da União Democrática Nacional (UDN), que representa a elite rural pecuarista uberabense, com seus tradicionais e conservadores fundadores, o Partido Social Democrático (PSD), apoiado pela classe média urbana (advogados, médicos, engenheiros, professores e alguns ruralistas). Todos gostavam muito de Getúlio Vargas, que governou o Brasil de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954, líder pragmático com as forças abastadas, ufanista, populista, centralizador, mas amado e idolatrado pelas massas populares e trabalhadores.

Getúlio Vargas é uma figura pragmática para os políticos uberabenses, amado e idolatrado por alguns, mas odiado por outros, pois na década de 1940 provocou a quebra de muitos pecuaristas. Ao afirmar que o “boi valia quanto pesa”, o mercado entendeu que a seleção de touros e matrizes não agregava valor ao gado. Este fato provocou enormes prejuízos, que foram contornados posteriormente pelos robustos financiamentos da atividade concedidos pelo Banco do Brasil, destinados à aquisição de matrizes e touros “PO”, termo que identifica um animal de “pura origem”, um indiano nato, com controle genealógico e rastreabilidade.

A exposição de gado zebu, organizada primeiramente pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro e, depois, pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu/ABCZ, moldou um evento de caráter regional para nacional e internacional, apoiado no crescimento da economia brasileira, que, no correr das décadas de 1970, 1980, 1990 e no início do século XXI, buscava saldos positivos na balança comercial. O poder central, percebendo o peso econômico dessa atividade, passou a apoiar a cadeia produtiva e exportadora nacional do chamado gado verde, visto que não come ração.

A Exposição de Gado Zebu é o evento que atrai para a cidade todos os holofotes da mídia nacional, pois os representantes de governos estaduais do país e

o presidente da república sempre foram convidados e compareciam para a inauguração, em 03 de maio, data que permitia aos políticos locais mostrarem seu prestígio e fazerem suas reivindicações de caráter pessoal e para cidade.

4.1 A exposição de gado de Uberaba e sua relação com presidentes da República nas décadas de 1950 e 1960

Aproveitando o ensejo, podemos relatar uma das passagens de Getúlio Vargas e outra de Juscelino Kubitschek pela terra do zebu, em inaugurações da exposição. Os fatos são narrados pelo memorialista e jornalista Luiz Gonzaga Oliveira e desenham um retrato que permite uma percepção deste evento para cidade e para os políticos locais:

> Encerro o assunto Exposição. Fica difícil morar na “terra do Zebu” sem falar na melhor festa zebuína que existe no Brasil.
>
> Muitos hão de concordar que ela já foi melhor. Já teve mais gente. Mais calor humano. Mais “fofocas” e “tititis”. Nem tanto grandes negócios. Hoje a tecnologia impera, os meios mais adiantados da genética zebuína são empregados e a qualidade do rebanho melhora de ano pra ano.
>
> No plano político, na dimensão da noticia da exposição, em outras épocas tivemos maior movimentação. Os mais entrados em idade lembram-se dos grandes “bailes do Presidente”, onde Jockey Club e Uberaba Tenis disputaram a primazia de sediar tais eventos. O chique das moças casadoiras da cidade, aliados aos “summers” e “Black-ties” dos jovens da terra, faziam inveja a qualquer grande baile do Copacabana Palace, do Rio de Janeiro.
>
> O presidente Getúlio Vargas vinha e ficava pelo menos para um pernoite na cidade. Seus grandes anfitriões, Adalberto e Marico Rodrigues da Cunha [...] O presidente da então Soc. Rural do Triângulo Mineiro, Adalberto [...]. e sua família, residiam na Leopoldino de Oliveira, bem defronte a Guilherme Ferreira, construiu uma sacada no andar superior da residência para que Getúlio saudasse os milhares de uberabenses e visitantes que se postavam à frente da casa para ver Getúlio e receber, pelo menos um aceno de mão. [...] Outro presidente também que marcou época em Uberaba, Juscelino Kubitschek. O cerimonial não marcava outros compromissos na agenda presidencial nos dias 03 e 04 de maio pois,

> certeza ele estava em Uberaba, hospedado nas mesmas residências onde Getúlio Vargas gostava de ficar.
>
> Bom dançarino, Juscelino, presidente bossa nova, era um autentico "pé de valsa" [...] O Tênis ou o Jockey, era uma festa só. As revistas "o Cruzeiro" e "Manchete", nas edições seguintes, traziam em grandes reportagens a grande festa de Uberaba. [...] Os políticos da terra, principalmente os do "PSD veio de guerra" não cabiam em si de contentamento. Os da UDN, embora opositores participavam também. Por que não?
>
> Lembro–me como se fosse hoje, nos anos 50, os "coronéis do **PSD" aproveitaram a estada de Juscelino em Uberaba para pedir-lhe a remodelação da cadeia da Praça do Mercado. JK fitou-os, serena e firmemente, respondeu negativamente a reivindicação:**
>
> **"Não lhes vou dar remodelação de cadeia nenhuma".**
>
> **Os pessedistas ficaram estáticos em suas cadeiras. Pasmados e incrédulos, se entreolharam. Juscelino, com seu largo e simpático sorriso, levantou os dois braços e num gesto característico de político vencedor, deu a grande notícia: "Em vez de dar a Uberaba uma cadeia, darei a essa cidade, que amo e respeito, uma Faculdade de Medicina"** [...].
>
> E ali mesmo, diante de alguns uberabenses, a cidade ganhou e abriu uma escola e fechou uma cadeia [...]. (OLIVEIRA,1997, p. 89, grifos nossos).

A narrativa mostra a eloquência de quem viveu um tempo diferente do descrito no livro "Memória, História e Causos de Uberaba bão" que tem com autor o jornalista Luiz Gonzaga Oliveira, quando o mesmo cita o desenvolvimento tecnológico que atualmente é muito maior e a presença do Presidente depende dos interesses eleitorais. Esta festa não mais existe, é apenas uma feira de negócios em que comprar um "zebu em Uberaba, é griffe". O autor Oliveira, porém, nos remete a percepções de laços políticos entre os membros do PSD e UDN, que partilhavam o espaço da festividade, visto que ambos viviam e construíam seu poder na exploração da mesma atividade.



FIGURA 45 – Exposição de 1957: o presidente Juscelino K. de Oliveira entra no Parque Fernando Costa, em Uberaba – MG.

Fonte: Arquivo da ABCZ (SANTOS, 1998, p. 763).

*Ain*da podemos perceber a capacidade dos líderes ruralistas de se agregarem aos políticos ditos populistas com o objetivo de amealharem para si e para seu grupo político apoio da população trabalhadora, quando na verdade os mesmos não a representam em nenhuma instância; e digo mais: a criação da Faculdade de Medicina não favoreceu em nada as camadas populares da cidade e da região.

O ato político de JK foi mais para satisfazer o desejo de muitos coronéis que não queriam mandar os filhos estudarem fora do município, pois a maioria da população era analfabeta. A escola pública estava em um estágio embrionário e medíocre, os abastados estudavam, os meninos, no Colégio Marista Diocesana, e as meninas no Colégio Nossa Senhora das Dores. Assim, a grandeza do ato manteve e fortaleceu a estrutura posta, agora não mais coronel e sim doutor.

A visão de JK alcança os nossos dias, visto que percebemos que o Ministério da Educação e Cultura mantém ainda uma política de investimentos pesados na educação de nível superior, pois a partir de 1988, o ensino fundamental I (1ª ano ao 5ª ano) e o fundamental II (6ª ano ao 9º ano) são responsabilidades atribuídas aos municípios, e as mudanças ocorrem de maneira precária, em muitos casos ainda nos moldes da década 1950[27]; o ensino médio ficou com os governos estaduais, que também dividem com os municípios os encargos do ensino fundamental. O fato é que há muitas falhas nas políticas educacionais; é a classe média e os ricos que têm acesso à universidade federal pública gratuita e de qualidade.

Temos que compreender os discursos e as práticas políticas em contexto maior, que reflita os ditames de interesses de poucos para solução do grande caos sócio-econômico. As figuras políticas procuram manter no imaginário social a ideia do grande líder, paternalista e salvador da pátria. Mas quando diante do desafio de dizer não às elites agrárias do país, os governantes recuam devido à força política de uma classe que elege e banca a campanha de seus filhos para defender o interesse do povo no discurso, porém, na prática, atende às demandas particulares.

4.2 - Mudanças políticas no cenário nacional e reflexos no contexto uberabense

A década de 1960 é marcada por mudanças profundas no cenário político que, por sua vez, produziram marcas sociais e na memória da população brasileira.

A cidade de Uberaba, formada por elite conservadora e ruralista, tem uma população que trabalha para sobreviver; seus habitantes tiveram que se condicionar

[27] Salas pequenas e lotadas, móveis inadequados, com apenas quadro e giz, alunos sem material pedagógico e com aprendizado abaixo da média, professores recebendo baixos salários, educação para formação de mão de obra barata e despolitizada.

aos anos de chumbo e terror, pois alguns dos filhos da terra foram presos e perseguidos, e a hegemonia regional será perdida para a cidade de Uberlândia devido a uma maior capacidade de adaptação desta aos novos tempos, por ação de seus políticos.

O ano de 1961 inicia-se com a eleição de Jânio Quadros pela União Democrática Nacional (UDN), prometendo varrer a corrupção, combater a inflação, o desemprego e controlar as contas públicas, bem como manter o desenvolvimento do Brasil. João Goulart, eleito vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em processos eleitorais separados, passa inicialmente a impressão de ganhos para a elite agrária e pecuarista brasileira; porém, o sonho torna-se pesadelo com renúncia de Jânio, em agosto de 1961.

O vice João Goulart assume mediante uma crise política e econômica sem precedentes diante da desconfiança das elites brasileiras e das altas patentes do exército brasileiro, que estavam divididas sobre as intenções políticas e econômicas do governo de Jango. No cenário mundial, a disputa entre as potências bélicas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - comunista e os Estados Unidos da América (EUA) - capitalista, que via a América Latina com seu quintal, e o novo governo brasileiro fazia acender a luz amarela no painel de controle da Casa Branca.

O período de 1961 a 1964, no governo de Jango, foi marcado por um movimento de ida e vinda quanto à disputa política, entre um período parlamentarista e outro presidencialista. Sob o parlamentarismo, Tancredo Neves se tornou Primeiro Ministro; em 1963, Jango volta a assumir as funções de chefe de Estado como presidente. Porém, face às chamadas reformas de base, propostas que propunham medidas para educação, tributação, habitação e “reforma agrária”, as elites conservadoras temeram uma possível perda de seu poder. Para os pecuaristas da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, tais medidas soavam como ameaça ao poder que haviam constituído ao longo tempo.

Naquela época, a terra era o instrumento de poder para seu dono, pois ela abria as portas dos bancos públicos e privados, financiamentos lastreados no valor das terras e nos frutos que a mesma poderia produzir. Assim, a elite pecuarista uberabense consolidou sua hegemonia no campo social, político e econômico no

ambiente local, atravessou as fronteiras alcançando o eixo Belo Horizonte-Brasília para ter suas reivindicações atendidas com a eleição de deputados para ambas as câmaras legislativas.

A insatisfação com o novo governo de cunho popular de João Goulart explodiu na inauguração da exposição realizada em 03 maio de 1963, quando os ruralistas donos de veículos (cabe citar que somente os ricos tinham tal forma de condução) em passeata exibiam cartazes exigindo o cumprimento da Constituição ou das leis que os interessavam, no caso, a defesa da propriedade privada:

> [...] De outra feita, 1963 se falava em reforma agrária e mudanças na Constituição. O presidente João Goulart passou maus momentos na inauguração da Expo, pois que em todos os carros de pecuaristas e praticamente em todos os veículos da cidade, uma faixa de papelão anunciava: “A Constituição é intocável”. O mal estar foi geral. No ano seguinte João Goulart, deposto, a reforma agrária não saiu, a Constituição estava rasgada nova ordem política instalada no Brasil [...].
>
> O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, com festas e muitos vivas, inaugurava mais uma exposição de Gado Zebu, de Uberaba, a do ano da graça de 64. Ele era o novo presidente do Brasil [...] (OLIVEIRA, 1997, p. 88).

Podemos perceber que os pecuaristas uberabenses e do Brasil que se reuniram para o evento, como toda a classe dominante da cidade, estavam mais interessados em manter seus privilégios do que questionar quem estava no poder e de que forma foi conquistado. A inauguração da exposição sempre foi palco do cenário político nacional, consolidado com o tempo, principalmente devido ao crescimento da atividade econômica e de sua importância na formação do Produto Interno Bruto (PIB) e na construção de uma balança comercial favorável.

O cenário macroeconômico brasileiro nos primeiros anos da década de 1960 e nas décadas seguintes foi marcado por períodos de grandes dificuldades no controle da inflação e no descontrole das contas públicas. Na década de 1970, temos o "milagre econômico", que beneficiaria aqueles economicamente estabelecidos, ou seja, os que possuíam bens de capital a serem multiplicados, pois de um ponto de vista geral, aprofundou ainda mais as diferenças sociais, por sinal ainda presente em nossos dias.

O investimento em gado zebu se tornaria algo viável e altamente lucrativo, pois diante de uma visão construída secularmente pelos criadores de gado, os governos confiscariam dinheiro, ouro, joias, carros, e até imóveis, mas gado não, pois é preciso ter pasto e pessoal para cuidar. Os governos, quando fazem esses tipos de requisição, desejam recursos que promovam liquidez rápida, e criar gado é um investimento de longo prazo: na época, um animal se tornava viável para o corte aos 30 meses; nos dias atuais, com confinamento, pode-se ter uma rês pronta para o abate, com peso ideal para isso, em 18 meses.

Com essa visão, os proprietários de importantes recursos migraram para a atividade de criação de gado zebu (deixando o rústico nelore), que melhor se adaptou às condições do país, ao clima e à pastagem, fortalecendo ainda mais a classe que durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) ganhara espaço no cenário econômico e político, conquistando importantes benefícios dos governos militares. Para termos ideia das dificuldades econômicas do país, basta nos atermos à fala do autor Gaspari (2002, p. 48):

> [...] O presidente dizia que “o vertiginoso processo inflacionário que estamos submetidos irá fatalmente arrastar o país à bancarrota, com todo o sinistro cortejo de um desastre social de proporções catastróficas”. Os investimentos estrangeiros haviam caído à metade. A inflação fora de 50% em 1962, para 75% no ano seguinte. Os primeiros meses de 1964 projetavam uma taxa anual de 140%, a maior do século. Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra a economia registra uma contração na renda per capita dos brasileiros. As greves duplicaram, de 154 em 1962, para 302 em 63. O governo gastava demais e arrecadava de menos, acumulando um déficit de 504 bilhões de cruzeiros, equivalente a mais de um terço do total das despesas.

Tratava-se de um cenário econômico cheio de riscos e variantes, apresentando muitas dificuldades econômicas, políticas e restrições em vários campos sociais. Podemos afirmar que a ditadura, iniciada em abril de 1964, foi marcada pelos protestos, mortes, dificuldades políticas no campo da livre expressão e por perseguições, abuso de poder, mas também por oportunidades para aqueles que não hesitaram a aceitar o novo regime.

A ditadura militar durou 21 anos no Brasil. Cabe aqui apresentarmos um resumo deste período ditatorial, para termos uma visão mais ampla sobre o período[28] e percebermos a influência no cenário nacional e local (Uberaba-MG), bem como em relação à criação de gado e às perspectivas que se abriram para os produtores de leite e de carne do Brasil, liderados por grupos de “coronéis” de títulos adquiridos pelo prestígio e pelo uso das armas (jagunços) contra os generais e coronéis erguidos pelo exercício da legalidade.

A partir da pesquisa efetuada por Elio Gaspari na obra *A ditadura Envergonhada de 2002*, podemos sumariar o período do regime militar como segue nos próximos parágrafos.

Em abril de 1964, temos o Ato Institucional nº 1 – ditado pelos comandantes das forças militares nacionais (exército, marinha e aeronáutica), dentre os quais se destacavam a eleição indireta (Colégio Eleitoral, que vigorará até 1985), o poder para suspensão de direitos políticos, entre outros temas que colocam a liberdade de expressão artística e política sob o alvitre dos militares, e a nomeação do General Humberto de Alencar Castello Branco, para um mandato que vai até 1967.

No ano de 1967, tivemos a outorga de uma nova Constituição apoiada nos Atos Institucionais nº 3 e 4, ampliando os poderes do executivo, representado neste caso pelo Presidente da República. Neste caso, teve-se a entrada do nacionalista general Arthur da Costa e Silva, que terá mandato até 1969, sendo que em 1968 temos o Ato Institucional nº 05, que fechou o Congresso Nacional e as câmaras legislativas pelo Brasil afora, aprofundando o processo de controle social e de repressão dos subversivos, comunistas e críticos do sistema político e das ações econômicas do governo.

Em 1969, o presidente Costa e Silva fica doente, ausentando-se do poder; em substituição, foi nomeado em outubro do mesmo ano, por influência da alta cúpula do exército brasileiro, o General Emílio Garrastazu Médici, que governará a nação até 1974, colocando em prática uma política de rígido controle social, mas, no

[28] Obras que citaremos estão entre as inúmeras que trazem informações referentes ao período da Ditadura Militar no Brasil contemporâneo: Estado e Capitalismo – Octavio Lanni -2004; O Desenvolvimento Econômico Brasileiro – Argemiro J. Brum- 1997; Triângulo:Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria – Carlos Antonio Brandão – 1989; Estado Democrático e Estado Autoritário – Franz Neumann -1970; Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas – Marilena Chauí – 2006.

campo macroeconômico, procura financiar o desenvolvimento atraindo o capital externo e empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de financiar obras desenvolvimentistas e modernizadoras.

O governo de Médici recebeu duras críticas no contexto financista internacional devido à incapacidade de controlar as contas públicas, controlar a inflação e, ainda, aumentar o abismo entre os ricos e os pobres. Sem força política para permanecer, o colégio eleitoral formado pelos dois partidos existentes na época, Aliança Renovadora Nacional/ARENA e Movimento Democrático Brasileiro/MDB, elegem e dão posse ao General Ernesto Geisel, que terá mandato até 1979.

O mandato de Geisel foi marcado pelas dificuldades financeiras, crises do petróleo, nascimento do Proálcool, mas também pelo retorno das eleições para os municípios, o surgimento dos deputados biônicos, novos caminhos para a abertura democrática e para as lutas de líderes sindicais que questionaram o poder, e constatavam que a economia brasileira precisava de novos caminhos e possibilidades. Ou seja, o regime não conseguia mais dar respostas minimamente satisfatórias.

Nesse contexto, o governo de Geisel prometeu uma abertura política lenta e gradual, processo que interessava às forças políticas nacionais, para manter a hegemonia construída durante longos anos; havia no cenário o crescimento da dívida externa, que permanecia problemática. O Brasil não conseguia se desenvolver e ainda vendia uma imagem de país agrário.

Seguindo a proposta de reabertura lenta, em 1979 toma posse o último presidente do regime militar, o general João Batista Figueiredo, que marcou sua gestão como governo de transição, revisão dos atos institucionais, anistia para alguns políticos e artistas, permissão do pluripartidarismo, com ressurgimento de siglas novas e adaptações de grupos existentes, tais como a ARENA, que se transformou no Partido Democrático Social (PDS), depois passou a ser Partido da Frente Liberal (PFL) e atualmente é o Partido Democratas (DEM); porém, a gestão de Figueiredo mantém as ideias conservadoras de direita e representa os grandes latifundiários e empresários nacionais.

No campo político, temos o MDB se transformando em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que agrega as mais diversas correntes ideológicas e se tornou ao longo do tempo em um partido fundamental para o projeto político de grandes expressões nacionais, como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, entre outros, com características de centro ora mais à esquerda, ora mais à direita.

No ambiente ligado aos movimentos dos trabalhadores, temos o retorno do Partido dos Trabalhadores Brasileiro (PTB), que vive da memória de Getúlio Vargas, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que tem como líder Leonel Brizola, figura pragmática no ambiente político, genro de Jango, e que mantém o discurso revolucionário e nacionalista, e ainda o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem uma linha socialista, dividida em diversas correntes ideológicas, que ganhou espaço político no final da década 1980 e cresceu muito na década de 1990, alcançando o poder central em 2002, com o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

O governo do General Figueiredo é marcado por tentativas de controle da inflação com os famosos pacotes econômicos, corte de zeros da moeda, greves que reivindicam reposição salarial, o movimento Diretas Já, defendendo o término imediato do regime militar; no contexto internacional, há o mundo percebendo a decadência política e econômica da URSS e do bloco socialista, além do claro enfraquecimento da luta pela hegemonia mundial entre as duas superpotências mundiais (EUA e URSS).

4.3 – Uberaba: prefeitos, pecuaristas, ruralistas e ganhos e perdas com as mudanças do regime de governo

Diante do quadro da ditadura militar implantada no país e seus principais atores, voltaremos nossa atenção para o objeto de nossa pesquisa, as elites uberabenses e como elas se relacionaram com este novo modelo de governo, os

ganhos, as perdas, as percepções e a sagacidade no ato de tomarem novos rumos e decisões, sempre com o objetivo de manter o *status quo*.

No campo político municipal, em 1946, o Doutor Boulanger Pucci foi alvo de uma atentado à bala, que o afastou do poder, tendo como substituto o presidente da Câmara Municipal, José Pedro Fernandes na sequência de 1950 a 1953; Antonio Prospero, de 1954 a 1958; Artur de Melo Teixeira, de 1955 a 1959; Doutor Jorge Furtado, de 1962 a 1966; temos então novamente Artur Teixeira de 1963 a 1967, mas, com interferência da ditadura, tem-se a eleição do Engenheiro João Guido que governou de 1967 a 1970 e, depois, do pecuarista e médico Randolfo Borges Junior em mandato tampão de 1970 a 1971; na sequência, temos o agrônomo e pecuarista Arnaldo Rosa Prata, de 1971 a 1973.

No projeto hegemônico das famílias tradicionais de Uberaba, a luta e alternância pelo poder municipal continuam, pois para o mandato de 1973 a 1977 temos o advogado Dr. Hugo Rodrigues da Cunha, que será também, no futuro, deputado federal; o médico e pecuarista Silvério Cartafina Filho, de 1977 a 1983. Há um hiato, com o engenheiro Wagner Nascimento, de 1983 a 1988 (diferente dos demais, por ser negro, de família pobre, sem tradição na cidade); mas a elite reage e reassume o controle com o Doutor Hugo Rodrigues da Cunha, de 1989 a 1993.

Na sequência, temos o engenheiro Luiz Guaritá Neto, casado com uma representante da família Rodrigues da Cunha para o mandato de 1993 a 1996, mantendo a hegemonia. O médico Marcos Montes, ligado às tradicionais famílias uberabenses, pecuarista e ruralista, foi eleito e reeleito para o período de 1997 a 2004. Dizendo-se vítima do processo eleitoral do ano de 2000, controlado pelos poderosos da cidade, o Deputado Estadual e Federal, e depois Ministro dos Transportes, o advogado Anderson Adauto foi eleito e reeleito para um mandato de 2005 a 2012, sendo que o mesmo entrou no cenário político local na gestão do ex-prefeito Wagner do Nascimento.

A elite pecuarista retoma a hegemonia do poder local com a eleição do novo prefeito, com mandato que se inicia em 2013, quando as chaves da cidade foram colocadas nas mãos do então deputado estadual e depois federal, engenheiro agrônomo Paulo Piau Nogueira, que foi secretário da agricultura no governo do prefeito Hugo Rodrigues da Cunha e integrante da bancada ruralista tanto no nível

estadual e federal, e que ganhou uma eleição disputada por vários candidatos de diversas correntes ideológicas; porém, ele era o representante aberto da elite.

O texto abaixo foi retirado de obra bancada pelos recursos da ABCZ e seus sócios; devemos perceber as características memorialistas e ainda o modo de ser e de pensar da elite ruralista e pecuarista do Brasil. O discurso apresentado no livro *"O ZEBU: Edição comemorativa dos 60 anos do Registro Genealógico ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu"*valoriza seus feitos diante da grandeza de préstimos de alguns aventureiros pecuaristas do século XIX e XX, e de arranjos governamentais conseguidos após longos anos e hábeis articulações políticas.

Realizemos a leitura para depois construir uma análise:

> 1964 – O Brasil entrava em novo regime político! Foi dado um golpe de Estado, derrubando o governo, ali colocando um regime militar que iria perdurar por muitos e muitos anos. Também isso ajudou o Nelore e prejudicou as demais raças por um único motivo: "*nos momentos de grave expectativa, os empresários urbanos trataram de investir no ativo que seja mais real possível e, entre as opções, estão o bovino rústico (Zebu) e as terras nas fronteiras de desenvolvimento"*. Ou seja, o Nelore e as terras onde só cabe o próprio nelore.
>
> É importante lembrar que, os momentos de incerteza política e econômica, os investidores tentam aplicar seus recursos em "ativos reais" que sejam palpáveis, ou seja, que não venham a ser confiscados, ou "congelados" pelos dirigentes da nação. O melhor ativo é o boi de corte, como sempre foi! Por isso, no tempo dos romanos, o boi era tido como "moeda viva". O governo pode confiscar "moedas" mas dificilmente conseguirá confiscar bovinos! Assim, milhares de empresários aplicam parte de seu capital em bovinos, nos campos, durante os períodos de crise. Em qual tipo de bovino? Ora, aquele que é de corte, que não dá trabalho, que pode ser criado por qualquer leigo, que é fácil de ser encontrado para comprar, etc. Tudo levava ao Nelore! Até o "golpe militar", portanto, acabou prestando um grande serviço ao Nelore (SANTOS, 1998, p. 774, grifos do autor).

O texto nos permite compreender o discurso tranquilo e cuidadoso do início, sem críticas ou retóricas favoráveis; apenas constata o novo governo, um novo regime como se tudo tivesse ocorrido dentro da normalidade, visto que os mesmos não apresentaram nenhuma simpatia com Jango, que recebeu protestos duros de uma classe que vive de explorar a terra e seus recursos. O regime militar abriu

portas que estavam fechadas e criou novas áreas de exploração, valorizando o Cerrado e abrindo mercado consumidor para o “Nelore”.

A capacidade de análise do mercado deixará marcado para as gerações futuras que, em períodos de crise, devemos investir em um “ativo real”, no caso o nelore, que se transforma em moeda. Os governos não se interessam em confiscar animais, pois precisariam de locais para guardá-los, vigilância e outros cuidados, algo oneroso e que não resolve o problema monetário. Como o livro foi publicado após o governo de Fernando Collor de Melo, que confiscou os bens monetários depositados nos bancos, o gado no pasto se tornou moeda de troca.

Esse autor ainda coloca que ter gado de corte e barato rende altos lucros, pois basta ter alguém para vigiar e cuidar das bicheiras e vacinar, e deixar o animal pastar; assim, muitos empresários, de vários ramos de atividade, migraram recursos para terem alternativas econômicas e manterem os lucros, o que permitiu à ABCZ ganhar espaço entre as diversas elites do país, e conquistar representatividade perante os governos.

Basta lembrar que o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, empossado presidente pela junta militar, foi recebido com festa na inauguração da exposição, demonstrando que os coronéis despóticos da elite uberabense se tornaram parceiros do novo governo, dispostos a ajudarem para serem ajudados em suas demandas.

Devemos também dizer que nem tudo foi festa ou alegria para a elite pecuarista, pois em 1964 o Ministério da Agricultura editou um decreto que permitia a importação de novas matrizes e touros, com objetivo de melhoramento genético. Os aspectos legais retroagem a lei de 1956, dificultando a entrada de novos animais, mas isso incentivara a busca por soluções dentro do próprio rebanho nacional, conforme informa Santos (1998).

A crença no poder político e econômico procedente da criação de gado zebu é também justificada por Santos, quando o autor remonta ao império romano, dizendo que o animal é moeda viva e ainda afirma que o golpe militar de 1964 soprou ventos de bonança para a atividade que parecia em decadência e precisava de novo ânimo, dado pela fúria dos tanques e baionetas dos militares que aportaram no Palácio do Planalto em 1964.

Antes de avançar na discussão de outros pontos, é importante entendermos o mito do “Zebu”, construído no imaginário da população uberabense, que se expandiu pelo Brasil e ganhou o mundo, visto que se torna surreal diante de uma análise crítica; pois compara os pecuaristas aos adoradores dos bezerros de ouro. Mas, aprofundando o cotidiano destes negociantes, percebemos uma atividade extremamente lucrativa em que muitos ganham a vida e fazem fortunas vendendo e comprando gado, no passado utilizando as comitivas, hoje em grandes leilões realizados em tatersais ou ainda pela televisão, além dos que transportam os animais em grandes frotas de caminhões para várias partes do Brasil, dos criadores do gado de corte que fornecem animais para os frigoríficos que abastecem os açougues do Brasil e do mundo, do couro que compõe nossos sapatos, do leite e de inúmeros outros produtos.

Mas Oliveira, citado anteriormente, faz uma alusão ao gado zebu e à exposição que vem ao encontro do pensamento de Santos, e reafirma o poder do gado, que fortalece o poder dos coronéis, que deixam de fazer a política das armas, trabalhando agora pelo crescimento da cidade, gerando emprego e renda; os coronéis andam de carro, vestem roupas e joias caras, viajam de avião, tudo muito diferente dos coronéis do passado.

A profundidade da defesa da ideia dominante da importância do gado zebu para a cidade e a manutenção de seu poder no imaginário coletivo estabelecido é constada facilmente consultando-se os jornais, revistas e o rádio, meios de comunicação eficientes na década de 1960 a 1980. Percebam a sutileza da análise feita por Oliveira (1997, p. 87, grifos nossos):

> Sem a intenção de cometer nenhum sacrilégio, afinal não pode se brincar com coisas muito sérias e significativa religiosidade, 3 de maio está para a pecuária brasileira, como 25 de dezembro para os cristãos de todo mundo. Ao comparar de forma tão profana, no dia da pecuária nacional, Uberaba é sempre destaque em todos os jornais, revistas e noticiários de rádio e televisão de todo o país.
>
> *A exposição mundial de gado zebu reúne, no Parque Fernando Costa, a “fina flor” das mais selecionadas raças zebuínas do universo.*
>
> A saga, a ousadia, a bravura, a tenacidade e o estoicismo dos fazendeiros uberabenses foram os responsáveis pelo que se nota na produção pecuária do mundo.

> Cansados de teimar criando “gado do pé duro”, como diziam fazendeiros da nossa região, afrontando todos os perigos, tomando um navio cargueiro e singrando os mares bravios, foram até as Índias, caminho inverso de Pedro Álvares Cabral, quando descobriu o Brasil.
>
> Língua e costumes diferentes, região inóspita, tradição, cultura e religião totalmente opostas às nossas, os nossos bravos fazendeiros ficaram uma longa temporada em terras indianas, tentando selecionar o que de melhor havia naquele gado rústico, de dócil manejo e que poderia, como de fato aconteceu, adaptar-se de maneira rápida ao nosso clima tropical.
>
> A maioria dos fazendeiros voltou ao seu país, à sua terra, ao seu povo, à sua família. Outros, não suportando a rudeza dos costumes, não voltaram vivos. Mas, em memória estão todos aqui, diuturnamente, a zelar pela seleção genética que tornou o gado produzido em Uberaba o melhor e mais famoso do mundo.
>
> Outras excursões foram realizadas às Índias. Todas elas de pleno sucesso. Citar nomes dos pioneiros é temerário e complicado. A omissão de um ou outro nome poderia ser fatal. Todos eles são citados numa placa de mármore e granito, na entrada principal do Parque “Fernando Costa”. Isso já basta.
>
> Depois de anos, mais de um século de lutas pelo melhoramento genético da raça zebuína, pode-se chegar, sem ufanismo, mas, com bastante propriedade, a uma verdade: o zebu brasileiro não é somente para enfeite ou um ditado antigo, o “zebu não custa, vale”.
>
> Pensando na fome do mundo, os criadores uberabenses e brasileiros aprimoraram de tal forma seus rebanhos e a nossa pecuária de corte é uma das mais adiantadas do planeta.

É assustadora a idolatria construída em cima da imagem dos pioneiros que enfrentaram perigos mil; parece história da mitologia grega ou da fundação de Roma pelos dois irmãos Rômulo e Remo. Temos certeza de que as dificuldades foram imensas, mas por que não valorizar o trabalho que rendeu poder econômico, político e até mesmo religioso?... e os esforços dos escravos negros, dos trabalhadores braçais mestiços e suas famílias, na condução do gado, enfrentando as agruras da jornada?

O evento se compara ao evento da Igreja Católica Apostólica Romana quanto ao nascimento do “menino Jesus”, dia 25 de dezembro; está implícito o poder de encantamento religioso e doutrinário exercido pelo zebu no imaginário social e nas vidas dos criadores e da sociedade que se relaciona com ele; todo ano

temos uma adoração ao “presépio” em que “Belém” passa a ser a cidade de “Uberaba” e o menino Jesus é substituído pelo “bezerro de ouro”.

Percebam o discurso ufanista e idólatra de rememorização do mito zebu anual: Uberaba é a “Meca” do gado zebu no mundo, no planeta, palavras colocadas estrategicamente no texto para reafirmar a hegemonia na condução do processo de seleção da raça zebuína; até Cabral entrou na roda de discussão e de justificação do valor material, moral e ideológico de supremacia do zebu e dos desbravadores heroicos, que podemos comparar ao personagem Ulisses, da *Odisseia*.

Mas percebemos o poder político e material implícito quando se omite os nomes dos pioneiros na busca do zebu na Índia, pois o autor teme ser cobrado pelos detentores do poder real, apoiado nas famílias tradicionais, que controlam a economia local, o poder municipal e legislativo, e ainda recebem os benefícios dos eméritos membros do clero. Oliveira tem se queimado literalmente, se não em praça pública, nas rodas de pessoas com as quais convive.

Oliveira afirma que os nomes dos pioneiros estão cravados em uma pedra de mármore e granito, na entrada principal do parque de exposição, ou seja, é como se dissesse *eu não posso ser cobrado por nada*, pois não cita nenhum nome; assim não prejudicou ninguém e continuou amigos de todos; se falta seu nome na “pedra” é culpa de seus parceiros associados, portanto que o retirem dessa briga para saber quem são os pioneiros de um negócio tão lucrativo.

Afirma que o “gado zebu não custa, vale” ditado antigo para afirmar a supremacia racial e o valor de mercado; porém, trata-se de um engodo para valorizar os negócios, pois, na panela, cozida, frita ou assada, a carne de um bovino premiado ou não, tem o mesmo gosto e cumpre os mesmo objetivos: matar a fome.

E para amenizar todo o discurso de uma classe pecuarista, estabelece-se ao final um interesse humanitário e social, de que todo o sofrimento, as lutas e as dificuldades visavam apenas a ajudar a acabar com fome no mundo, dar aos pobres do Brasil e do mundo a oportunidade de degustar um alimento de qualidade,

altamente proteico. Faltou apenas demonstrar o lucro obtido com isso e o poder consolidado no correr das décadas, que se irradiou atraindo os interesses de empresários de outros ramos de atividade econômica.

4.4 - Os anos de chumbo: ABCZ, a religião e as mudanças políticas no quadro regional do Triângulo Mineiro

Os ventos da ditadura trouxeram mudanças no quadro político e social para a sociedade brasileira, mas também para a política local, na qual surgiram personagens que ficavam à sombra, articulando junto com a elite agrária a hegemonia do poder, o “clero”, como diz Orlando Ferreira – o Doca – força somada pelas famílias tradicionais de Uberaba, que produziram um cenário de estagnação política e econômica com o objetivo de manter o poder local.

Assim, durante a ditadura, veremos o poder de articulação da elite constituída, apoiada pelas forças da Igreja Católica, que ainda detinha grande influência para mandar prender e soltar, mesmo durante a ditadura, para conseguir a remoção de comandantes da polícia, para serem retidos e interrogados pelos militares.

Com o golpe de 1964, as perseguições e prisões aconteceram; porém, neste cenário, vem à tona uma figura influente na sociedade uberabense: o Bispo Alexandre, nomeado para tal função em 1939, e que se torna arcebispo em 1961, sendo mais conhecido como “Dom Alexandre”, que mostrará força na defesa de seus súditos com a força repressora de suas palavras e atos aos críticos da sua prática religiosa. Neste caso, o memorialista e escritor Orlando Ferreira.

Para termos ideia de sua influência política e poder de conduzir a situação e a resolução de questões que fortalecem sua presença em nome da Igreja Católica, podemos conferir e analisar o fato relatado por um de seus seguidores e admiradores, o Padre Prata, que pertence à família tradicional e parte de instituição secular, e com poder de negociação e influência:

> Tenho para com ele outra dívida de gratidão. Com o Golpe Militar de 1964, organizou-se uma verdadeira “caça às bruxas”, isto é, a todos aqueles acusados de “comunistas” de subversivos, de doutrinadores do marxismo materialista. Foi uma perseguição implacável, durante a qual se cometeram injustiças irreparáveis. Muitos foram torturados com selvageria e assassinados nos porões da repressão. Na diocese de Uberaba, vários padres, religiosos, leigos foram indiciados ou presos como subversivos, Monsenhor Juvenal Arduini, Padre Thomaz de Aquino Prata, Irmã Georgina, Doutor Ari Rocha, César Vanucci, Joel Loes e muitos outros. Fui intimado a comparecer diante de uma banca de repressão, um grupo de Capitães e Coronéis, vindos de Brasília. Fui submetido a cinco horas de interrogatório contínuo. Fizeram uma devassa em minha vida. Fui fichado sob a alegação de crimes cometidos contra a soberania nacional, elemento de alta periculosidade. Eu lecionava nas Faculdades de Filosofia de Uberaba e de Uberlândia. Acontece que, para os revolucionários, Sociologia era uma espécie de ante-sala do comunismo. Daí, provavelmente, levantarem-se as iras de meus acusadores.
>
> Minha situação seria muito pior se não fosse a intervenção de Dom Alexandre. Telefonou ao Governador Magalhães Pinto e pediu a troca do comandante do Quarto Batalhão de Polícia de Uberaba, que tinha executado várias prisões de leigos católicos. Foi prontamente atendido. O coronel José Vicente Bracarense, católico de palavra e atitudes, assumiu o comando. Cessaram as prisões (PRATA, 1999, p. 41 e 42).

O autor, Padre Prata, mostra claramente o poder da Igreja Católica, que esteve ao lado dos seus interesses, protegendo as pessoas que se subordinavam à vontade de seus representantes, pois quando cita alguns dos nomes de pessoas liberadas, entre eles temos um futuro juiz federal, um jornalista e diretor de televisão, os leigos que ajudavam nos trabalhos da Igreja, e ainda os membros da instituição que teriam condição de construir uma opinião crítica das práticas do novo regime e conduzirem os fiéis a promoverem revoltas.

Devemos mencionar que vários membros do Partido Comunista de Uberaba (PCB) foram presos e perseguidos e Dom Alexandre não levantou a voz para defendê-los, pois os comunistas eram vistos pela sociedade elitizada como anarquistas e bagunceiros, para não dizer perigosos, pois desejavam uma reforma agrária, entre outros.

Podemos perceber que Dom Alexandre, por telefone, conseguiu mudar o comando do 4º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais; ainda devemos mencionar que Magalhães Pinto era um governador biônico, indicado pelos militares,

que acatou a solicitação nomeando um comandante simpático às orientações da Igreja e, por consequência, da elite uberabense.

O hábil poder das palavras do autor Padre Prata lembra a Idade Média no período da Inquisição, em que a Igreja acusava, julgava, condenava e executava em praça pública os inimigos da Igreja e aqueles que questionavam seu poder; isso ocorreu na cidade de Uberaba, na segunda metade do século XX, com apoio de grande parte da sociedade e da elite que recebia também duras críticas.

Orlando Ferreira – O Doca – escreveu o Livro *Pântano Sagrado*, que foi queimado em praça pública pelos membros da Igreja Católica, apoiada por decisão judicial e pela elite que recebia duras críticas, e dos quais foram salvos poucos exemplares. Até hoje, o livro não foi reeditado. Por falta de interesse de quem?

> Dom Alexandre é dono. Não é, porém, um homem de um incrível poder dedutivo. Não é, porém, um homem insensível. Pelo contrário, deixa-se tomar, às vezes, por uma profunda emoção. Várias vezes o vi chorar. Tem fama de ter sido bravo e valente. E era mesmo. Bom de púlpito e bom de briga. Suas polêmicas com os "inimigos da Igreja" (expressão que usava para caracterizar seus desafetos) ficaram famosas. Lembro-me de várias. A primeira com Orlando Ferreira, apelidado de Doca. Esse senhor escreveu um livro, "O Pântano Sagrado", com ataques de baixo nível a Igreja de Uberaba e a alguns sacerdotes. A reação de Dom Alexandre foi violenta. Toda edição foi apreendida pela polícia (Padre PRATA, 1999, p. 42).

No livro *Terra Madrasta* de Orlando Ferreira, o "Doca", nas páginas 26 e 27, encontramos a seguinte afirmação: as forças opositoras que promovem o atraso de Uberaba são a "administração, a política, o Clero, a empresa Força e Luz, a família Borges, a família Prata e a família Rodrigues da Cunha". Ele não foi a única vítima de Dom Alexandre. Sempre usando as instituições legais, o judiciário, o delegado, a polícia, Dom Alexandre se defendeu dos desafetos pessoais e da "Igreja de Uberaba", dentre os quais professores, políticos de oposição, médicos, membros do movimento espírita, entre outros**.**

Os novos coronéis às vezes não usam botas, mas batinas, e utilizando o poder intelectual e a estrutura de outras instituições e o poder simbólico de algo divino, a "salvação", acabam atendendo aos interesses dos grupos dominantes,

independente de quem esteja no poder. Afinal, os inimigos são outros, os incultos e subversivos de vermelho!

Para compreendermos o poder da Igreja Católica no Brasil no correr dos séculos XIX e XX, basta uma informação que saiu no jornal a *Folha de São de Paulo*, do dia 12 de fevereiro de 2013, retirada de censos em que consta a evolução dos católicos no Brasil: a Igreja tinha, em 1872, uma margem de 99,7% da população; em 1890, eram 98,9%, depois, em 1940, passou para 95%; já em 1980 tinha 89,9%; em 2000 caiu para 73,6% e, no último censo, em 2010, 64,6%.

A partir do exposto acima, ficam claras a autoridade e a capacidade de convencimento dos membros do clero uberabense para conduzir seu rebanho nas votações e apoios políticos, sociais e econômicos, numa união clara de interesses entre elites ruralistas, pecuaristas e religiosas na construção de poder local forte e com objetivos claros de autossustentação. Contudo, as críticas do Doca e outros não modificaram o panorama político em uma sociedade com pouca informação.

A Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, liderada pelo então pecuarista e ruralista Edilson Lamartine Mendes, que também alcançara um cargo de deputado federal, percebe a necessidade de expandir os negócios e ganhar cunho nacional. Para evitar a perda do controle dos registros genealógicos dos animais, resolve, em conjunto com a elite pecuarista uberabense, criar a Associação Brasileira dos Criadores de Gado Zebu – ABCZ, em 1967,dando uma guinada nos rumos e no poder deste núcleo de controle da “moeda viva”, o zebu, e de seus inúmeros proprietários no Brasil e no Mundo, que terão como referência a cidade de Uberaba – a Capital do Zebu.

Fato assim descrito na obra de Santos (1998, p. 778-779), permeado com certa sutileza e discrição com o objetivo de não mostrar os verdadeiros fatos da transformação:

> E nascia a ABCZ! Em 25/03/67, por meio de uma Assembléia Geral Extraordinária, tratou-se da dissolução da SRTM, e da fundação da nova entidade. ASRTM transformou-se na ABCZ, durante a gestão do presidente Edilson Lamartine Mendes, como alternativa eficaz para evitar uma eventual transferência do Registro Genealógico para a capital do país.

A mudança administrativa tinha por objetivo garantir o poder de controle da raça de zebu no Brasil; deu também uma cara nova à marca que se tornara famosa no mundo inteiro, poder que será exercido no imaginário regional, nacional e mundial. Basta analisarmos os cartazes produzidos pela direção da ABCZ convidando a população local a participar de algo grandioso e internacional, uma aposta da elite uberabense que, com o correr das décadas, favorecera a um pequeno grupo, pois a liderança regional será perdida para os políticos de Uberlândia.

Vejam-se, para comparação, alguns cartazes produzidos pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro até 1966 e os confeccionados após o surgimento da ABCZ: o discurso implícito é a reelaboração das formas de poder e a adaptação aos discursos ecológicos dos tempos atuais. A fonte dos cartazes foi o arquivo da associação.

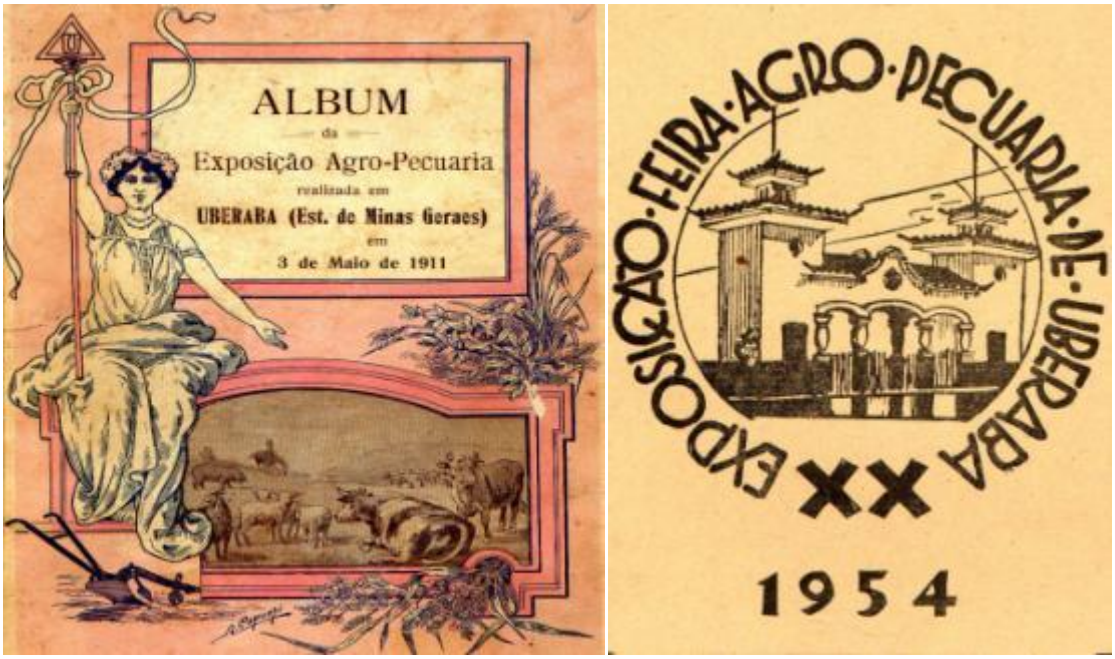


FIGURA 46- cartazes anunciando as Exposições de 1911 e 1954
Fonte: Arquivo digital da ABCZ.

Podemos perceber as mudanças: de algo que seria uma mostra de nível regional de animais de certa qualidade, o evento evolui rapidamente para algo de relevância social, política e econômica, sendo que em 1911 não havia área

reservada e tem uma visão bucólica e romântica do modo de produção rural em sociedade ainda marcada pela predominância das atividades agropastoris.

Mas, quando olhamos para o cartaz de 1954, se passaram 43 anos, em que várias mudanças políticas, econômicas, sociais ocorreram nos ambientes regional, nacional e mundial que, de uma maneira direta ou indireta, se refletem na construção do evento. O evento já ocorre em uma área pré-definida, o portal de entrada na estampa e presente nos dias atuais. A presença de lideranças políticas nacionais na abertura sinaliza a vontade das elites uberabenses de conquistarem o espaço nacional e o mundo, como veremos nos cartazes subsequentes.



FIGURA 47- cartazes anunciando as Exposições de 1967 e 1969
Fonte: Arquivo digital da ABCZ.

No cartaz do ano de 1967, temos o surgimento da logomarca ABCZ que será colocada em todos os animais registrados na Associação. Ao analisar o material, podemos perceber a manutenção da fachada, que é o portão de entrada para o parque de exposição e apresenta abertamente o projeto nacional com a

nonagésima exposição nacional. E importante saber que neste ano de 1967 a Sociedade Rural se transformou em Associação pelos motivos que a frente explicamos e demonstramos, como pelas propostas já mencionadas.

No cartaz de 1969, apenas dois anos após a transformação em Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ- a visão e os objetivos são ampliados com perspectivas de abarcar e atender ao cenário mundial, conquistar novos mercados e expandir a influência, como buscar novos parceiros e desenvolvimento tecnológico, aproveitando o período do "milagre econômico" brasileiro.

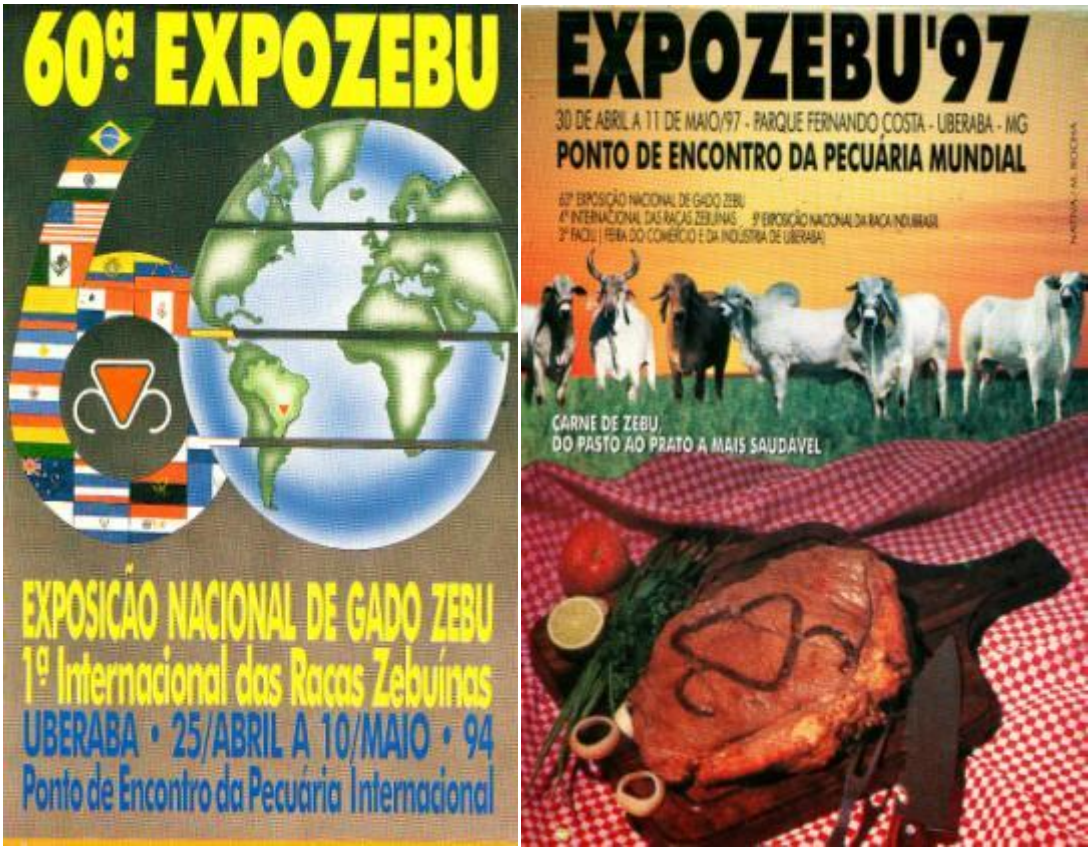


FIGURA 48- cartazes anunciando as Exposições de 1994 e 1997
Fonte: Arquivo digital da ABCZ.

O material produzido nos anos 1990 já traz a presença do *marketing* que procura dar valor ao produto e mostrar sua história construída na coragem dos pioneiros que enfrentaram dificuldades para transmitir às gerações futuras um legado de glória e poder, como de hegemonia mundial na produção de animais de

alto padrão genético das raças zebuínas. O cartaz de 1994 valoriza a marca ABCZ e Uberaba seria o ponto de encontro ou a Meca do zebu no mundo, onde todos os associados ou interessados devem ir uma vez no ano ou na vida, no período de 03 a 10 maio.

No cartaz de 1997, apresenta-se o gado verde, a carne saudável e a qualidade, sem risco de doenças como a “vaca louca”, diante das disputas comerciais com as carnes produzidas nos mercados europeu e estadunidense; assim, é necessário apresentar um diferencial de peso, a saúde animal. O material de publicidade demarca o território e o valor do produto nacional brasileiro, a referência genética e de sanidade, e a marca ABCZ.



FIGURA 49 - Cartazes anunciando as Exposições de 1998 e 2004
Fonte: Arquivo digital da ABCZ.

O cartaz do ano de 1998 faz uma referência aos primeiros registros genealógicos iniciados no ano de 1938, pela então Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, com o objetivo de demarcar a referência genética e tecnológica, mas reafirma a “Meca”, o “Ponto” de encontro da pecuária mundial. É importante entendermos essa construção de valores tanto no ambiente local como regional e

nacional, visto que esse *slogan* coloca a cidade como o polo mundial de referência da “pecuária e não mais apenas do zebu”. E ainda busca agregar ao evento o crescimento comercial e industrial da cidade promovendo em conjunto a 4a. Feira do Comércio e da Indústria de Uberaba.

No material de publicidade do ano de 2004, uma frondosa árvore de raízes profundas demonstra a segurança do negócio, produzindo uma enorme sobra para proteger os que nela buscam proteção, e que ainda possui uma saúde e vigor para continuar crescendo e dando frutos. Observamos, a partir deste ano, que o material publicitário passou a trazer as logomarcas dos patrocinadores do evento, que cresceu vertiginosamente principalmente após o ano de 2000, devido ao crescimento econômico nacional e o poder aquisitivo dos produtores e das várias elites que passaram a investir na moeda viva. O mercado publicitário passou a se interessar em juntar uma marca comercial a outra que se refere a algo de sucesso e que utiliza tecnologia de ponta na produção dos grandes campeões e campeãs da raça zebu.



FIGURA 50 - Cartazes anunciando as Exposições de 2007 e 2010
Fonte: Arquivo digital da ABCZ.

No tema do cartaz do ano de 2007, há a manutenção do discurso sobre o ponto de encontro da pecuária nacional e mundial, e a apresentação das diversas raças, e o objetivo do negócio, produzir carne e leite para o mundo (pensar nos dólares e euros), agregando símbolos de uma bússola, ou seja, Uberaba é o norte para os criadores de gado no mundo, principalmente das raças zebuínas.

O cartaz do ano de 2010 traz uma mensagem para combater as críticas contra aqueles que acusam a pecuária extensiva de derrubar florestas para fazer pasto e aumentar o efeito estufa provocando alterações climáticas e atacar os biomas amazônicos e pantaneiros, importantes para país e o mundo. O tema "Genética Zebu: futuro sustentável", mostra a preocupação de defender o negócio, que cresce e precisa de espaço e pasto, pois o gado é verde, conforme afirma o cartaz de 1997 e, por isso, mais saudável que os outros produtos concorrentes no mercado internacional, e de fazer frente às investidas das Organizações Não Governamentais/ONG's, que defendem o meio ambiente e criticam a ocupação de áreas de floresta amazônica e do pantanal no centro-oeste do país.

A amostra de alguns cartazes tem por objetivo entender os caminhos que a elite zebuína uberabense escolheu para a cidade e para seus projetos pessoais, que também trarão prejuízos para o desenvolvimento econômico do município, que será superado pela perspicácia dos políticos uberlandenses e com o crescimento do número de zebuzeiros associados, principalmente do estado de São Paulo. A hegemonia da elite uberabense na direção da associação será perdida; falaremos sobre o assunto mais à frente.

O período da ditadura não foi de todo ruim para a ABCZ, pois o presidente Geisel assinou a Lei n. 6.509 que transferia o Parque Fernando Costa para a propriedade da referida associação, que tinha apenas o direito de posse concedido pelo governo federal, dono da área; em agradecimento, ergueram um busto em homenagem ao Ministro da Agricultura, Allyson Paulinelli, que trabalhou para a conquista.

Porém, os políticos locais, como os deputados Edilson Lamartine Mendes, Marcus Cherém e até mesmo o Professor Mário Palmério, ex-embaixador do Brasil no Paraguai, que preferiu cuidar de sua instituição, as Faculdades Integradas de

Uberaba (FIUBE), que se transformou na Universidade de Uberaba, na década de 1990, não tiveram habilidade para se expandir nem no campo regional, nem no âmbito do governo federal.

Ainda no cenário estadual, Uberaba tinha pouco interesse e conseguia pouco sucesso na dinâmica social das decisões favoráveis ao desenvolvimento local e regional, pois a hegemonia estava centrada no controle do processo de crescimento; o eixo das decisões ficava restrito ao próprio umbigo e às disputas internas pelo controle da ABCZ.

Para termos uma ideia, a população de Uberaba, em 1960, era maior que a da cidade de Uberlândia; a capital do Zebu tinha uma Faculdade Federal de Medicina, local em que se instalou um braço da elite pecuarista e rural de Uberaba, criando os coronéis despóticos ou coronéis doutores, e ainda a FISTA, a Faculdades Integradas Thomas de Aquino, um braço da Igreja Católica liderada pelas irmãs dominicanas, sendo que os cursos serão repassados para a FIUBE do Prof. Mário Palmério – esta instituição continuou na mesma propriedade e foi alugada para outra universidade particular atualmente.

Com o golpe militar de 1964, o hábil Rondon Pacheco foi alçado a Chefe da Casa Civil, oportunidade que abraçou com grande satisfação, pois estava no início da carreira política e, ainda, com a eleição de Homero Santos para deputado federal, começou a trabalhar no seu plano de desenvolvimento para a cidade de Uberlândia, enquanto em Uberaba os partidários das famílias tradicionais lutavam pelo micro poder, esquecendo-se de se articularem no nível nacional para além dos pecuaristas e ruralistas.

Assim, o início da década de 1970 apresenta marcantes mudanças no cenário nacional, mas no nível municipal as lutas políticas entre famílias continuam, visto que Prof. Mário Palmério, que ainda não tinha um grande patrimônio político e econômico, foi rejeitado pela elite direitista, pois seu período de auge e benefícios ocorreu nos governos populistas de Vargas, JK e Jango.

Na disputa para a prefeitura, no mandato tampão de 1971 a 1972, Mário Palmério perdeu para o então presidente da ABCZ, Arnaldo Rosa Prata, que também fôra prefeito e, posteriormente, secretário da agricultura do estado de Minas Gerais. No ambiente local, os críticos percebiam a perda de espaço político de

Uberaba para a rival Uberlândia, mas as elites locais não conseguiam enxergar isso, muito menos reagir à altura.

Na disputa para a cadeira de prefeito para o mandato de 1973 a 1977 temos, de um lado, o filho de um ex-prefeito, Lauro Fontoura, que chegou a desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; do outro lado, o pecuarista Arnaldo Rosa Prata e o advogado Hugo Rodrigues da Cunha, que, surpreendentemente, saíram vencedores. Mas cabe uma pergunta: qual a diferença entre eles? Essa é tão real que os jornais de grande circulação no país anunciaram: “Em Uberaba, a bota vence o capelo”.

Em contrapartida, o uberlandense Rondon Pacheco foi nomeado governador de Minas Gerais; Homero Santos, eleito deputado federal, assumiu a vice-liderança do congresso e da ARENA e, como afirma o autor Oliveira, os eleitos por Uberaba foram inexpressivos, tanto que omite seus nomes, mas fica claro que os tempos para a terrinha do zebu serão difíceis e que há um claro favorecimento para as demandas desenvolvimentistas da cidade vizinha.

Vamos citar alguns dos feitos e elucidar com passagens do memorialista que relatam os tempos, como em 1976, com o asfaltamento da rodovia que liga Uberlândia a Araxá, sem passar por Uberaba, obra federal que foi politicamente transferida e executada pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, e a implantação da fábrica da Coca-Cola, visto que Uberaba era a maior distribuidora da região, posto que o dono, Biagi, tinha profundas relações com a cidade e se tornaria no futuro um investidor e negociante de gado zebu. Quando parecia certo entre a prefeitura e o empresário que o financiamento viria do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), para a surpresa de todos os ditos progressistas uberabenses, a fábrica foi anunciada para a cidade de Uberlândia; o prefeito e os assessores uberabenses foram a Ribeirão Preto (SP), onde se localizava a matriz, buscar respostas para o destrato. O diretor explicou que todo o prometido (área, financiamento e incentivos fiscais) sairia somente se fábrica fosse para Uberlândia; como dizem no mundo capitalista: “amizade é amizade, negócio é negócio”.

É importante esclarecer que o autor Oliveira trabalhou em várias gestões municipais; por isso a necessidade de omitir alguns nomes para se proteger e manter as boas relações, mas seus relatos nos ajudam a entender o cenário, visto

que, de maneira ampla, materializou-se neste período e prevaleceu nas décadas seguintes, tanto que Uberaba perdeu a liderança política, econômica e até populacional. Tentativas de recuperação são posteriores, principalmente, ao ano de 2002, aproveitando os bons ventos economia nacional e mundial:

> É com compreensível a tristeza que relato esses fatos, agora 45 anos depois de acontecidos. Talvez fosse até melhor levá-los para o túmulo [...] mas, na condição de jornalista que viveu todo esse auge, apogeu, estagnação, perseguição, decadência e humilhação que Uberaba está vivendo, pensei muito com meus botões e a consciência não estaria em paz se não pudesse transmitir aos pôsteres os fatos vividos [...] ao jornalista é reservado o direito de resguardar a fonte [...] eximirei muitos nomes que não foram sinceros e pouco trabalharam por Uberaba [...]. Nos palanques, advertia os uberabenses o que estava acontecendo em nível nacional e os prejuízos que a cidade vinha sofrendo. Fez algumas comparações com Uberlândia; o que crescia lá definhava aqui. O assunto foi chacota para muita gente. Arnaldo ganhou a eleição. Na semana seguinte, o "Jornal da Tarde", do grupo "Estadão", cobrindo as eleições municipais pelo Brasil, abriu a manchete: "Em Uberaba, a bota vence o capelo". Arnaldo, diga-se realizou um bom governo, apesar do mandato tampão [...] Depois de ter deixado a chefia da Casa Civil, Rondon Pacheco foi escolhido, pelos militares, governador de Minas Gerais. No Palácio da Liberdade, desmedidamente, colocou "as manguinhas de fora", no trato da sua cidade natal e a sua maior rival [...].
>
> Em pleno festejo do Carnaval, de 76, o governador convoca, com urgência, o então prefeito de Uberlândia Renato de Freitas, para estar na cidade, visto que anunciaria um grande conquista para a "região". Renato divertia-se no carnaval do Grande Hotel Barreiro, do Araxá [...] a fim de receber de Rondon com grande notícia: a verba que o governo federal havia destinado para sequência do tão sonhado término da rodovia 262 – Uberaba-Frutal, ele (Rondon), conseguira, através do então DNER (Departamento Nacional de Estrada e Rodagem), hoje Dnit, transferi-la para o DEER e assim colocaria em concorrência a estrada que ligaria Araxá a Uberlândia, sem passar por Uberaba.
>
> As peripécias do gentil-homem Rondon Pacheco, em desfavor de Uberaba, não param por aí.
>
> Uberaba era o maior distribuidor e consumidor do refrigerante "coca cola" na região [...]. O grupo pioneiro e detentor da marca no Brasil Central era e continua sendo de Maurílio Biagi, de Ribeirão Preto [...] um ribeirão-pretano, com alma e coração Uberabense [...] acertado o primeiro contato, lá fomos nós a Ribeirão Preto: Baldomero e eu, chefe do gabinete do prefeito de Uberaba [...] o Dr. Renato Nunes Maia, o executivo maior do grupo Biagi. Confirmou a intenção de instalação da fábrica em Uberaba. Voltamos contentes [...]. Quando esperávamos o anúncio da fábrica, veio a "bomba". A unidade do Triângulo Mineiro sairia, só que ao invés de Uberaba, os Biagi

> preferiram Uberlândia. Uma carreta de “coca cola” virou na nossa cabeça. Inconformado, Hugo escalou-me, juntamente com o vereador Baldomero Franco para que, em Ribeirão, nos inteirasse o que de fato acontecera e as razões da repentina mudança de planos do grupo [...]. Recebidos com a sua nunca desmentida educação, o Dr. Renato Nunes Maia lamentou a transferência de local da fábrica, informando que, em Belo Horizonte, fora super bem tratado por diretores do BDMG, principalmente pelo Dr. Guarany, que abriu todas as portas, franquias, isenções e financiamentos que o grupo precisasse, desde que a fábrica fosse em Uberlândia [...] (OLIVEIRA, 1997, p. 8-10).

Diante dos trechos apresentados, podemos construir uma compreensão das lutas por espaços políticos, econômicos e sociais da elite uberabense, que vê seu poder regional se reduzir para os emergentes e novos políticos da rival Uberlândia, que não tinham ligações com a atividade ruralista e pecuarista, e buscaram oportunidades na lógica desenvolvimentista das estradas rodoviárias e na instalação de indústrias que atendiam à crescente demanda de produtos industrializados.

Os novos políticos buscaram dar uma estrutura de logística para que Uberlândia ficasse no centro da rota de acesso para o Brasil central, que se desenvolvia, não precisando passar por Uberaba, criando, ainda, uma unidade de educação superior federal, que se transformou na Universidade Federal de Uberlândia, que passou em pouco tempo a ter um orçamento anual maior que o município de Uberaba.

Essa mudança tirou de Uberaba o discurso de cidade universitária e levou para Uberlândia toda essa dinâmica econômica, social e política, articulada por Rondon Pacheco que, depois de ser governador de Minas Gerais, alcançou o cargo de Senador da República, continuando a manter a política direcionada a fortalecer Uberlândia como força regional; enquanto isso, Uberaba reduz sua força e mantém sua lógica ruralista e conservadora.

É importante recorrermos aos pensadores da história social humana e suas análises sobre as relações com o poder para entender os liames das tramas que discorremos na construção de um novo coronelismo – o “despótico”. Certamente, personagens anônimos participaram do processo de construção da hegemonia das elites uberabenses, e não figuram no rol dos líderes e grandes beneficiários, mas

usaram de sua sabedoria e sagacidade para “beber um pouco de leite e comer carne” perto dos coronéis.

Neste caso, recorremos a Peter Burke que, em sua obra *História e teoria social*, elucida com clareza as possíveis dúvidas da reflexão elaborada neste trabalho:

> “Marx”, assim como “Spencer”, é uma abreviação bastante que será empregada aqui para nos referirmos a um modelo de mudança social para o qual contribuíram autores como Engels, Lênin, Luckács, Gramsci, entre outros. Em uma frase, pode ser descrito como um modelo ou teoria de uma sequencia de sociedades (“formações sociais”) que dependem de sistemas econômicos (“modelo de produção”) e apresentam conflitos internos (“contradições”) que levam a crises, revoluções e mudanças descontinuas. Claro, há ambigüidades na teoria, que permitem a diferentes intérpretes ressaltarem a importância de forças econômicas, políticas e culturais, respectivamente [...]. A exemplo de Spencer, o modelo assume a existência de uma sequencia de formas da sociedade – tribal, escravocrata, feudal, capitalista, socialista, comunista. O feudalismo e o capitalismo, as formações sociais que têm sido discutidas em maior detalhe, são praticamente definidos – a exemplo de sociedade tradicional e moderna - como opostos. Do mesmo modo que Spencer, Marx explica mudança social em termos fundamentalmente endógenos, destacando a dinâmica interna do modo de produção (SANDERSON, 1990, apud BURKE, 2012, p. 226).

As elucidações de Burke trabalham com contextos europeus. Porém, cabe mencionar que valores econômicos, políticos, sociais e religiosos brasileiros e de Uberaba possuem algumas relações com a ideia de superioridade e controle dos meios de produção para manter o domínio real e verdadeiro da sociedade uberabense, utilizando os instrumentos necessários; porém, como citamos, mudanças no contexto nacional, influenciadas por outras dinâmicas do capital, obrigam os grupos a reorganizarem e a encontrar alternativas, e alguns acabam saindo de cena, reconfigurando personagens e práticas sociais e políticas.

Os tempos foram duros após o fim da ditadura, pois com o fim do "milagre econômico", produzido pela entrada de capital externo em abundância e pelo arrocho salarial, teve-se como consequências, aumento da dívida externa, inflação, desemprego, recessão e interferência do FMI, criando uma instabilidade econômica

que levou ao desgaste do governo militar, que não viu alternativa a não ser abrir mão do poder e restabelecer o processo democrático cerceado no passado próximo.

A Campanha das Diretas Já ganha o país da década de 1980, atingindo seu auge com a eleição indireta de Tancredo Neves, em janeiro de 1985; porém, o velho cacique mineiro tinha graves problemas de saúde e não assumiria a presidência; o vice José Sarney assume interina e definitivamente após 21 de abril do mesmo ano, com grandes desafios.

No campo econômico, em 1989, a inflação atingiu um patamar de 1000% ao ano; no Congresso Nacional, os resquícios da ditadura continham negociatas e trocas de favores para votar e aprovar projetos; interesses se cruzam por todos os lados, menos o da pátria. Na economia popular, havia um caos geral, com aumento da pobreza e das diferenças sociais.

Em 1988, promulga-se uma nova constituição, que estabelece novos parâmetros sociais, políticos e econômicos, com reabertura das possibilidades democráticas e sociais, antes sufocadas pelos militares. Em 1989, ocorreu a eleição do primeiro presidente da Nova República, Fernando Collor de Mello, para governar de 1990 a 1994 – o homem de ligações com os “filhos da ditadura”, como dizia Leonel Brizola.

Collor foi vitorioso na cidade de Uberaba e no Brasil, mas se tornou uma surpresa desagradável para os coronéis despóticos e os emergentes, que tiveram seus recursos bancários retidos, porém não nos esqueçamos da deixa elucidada anteriormente: o gado nelore é “moeda viva”; assim, os possuidores de gado tiveram moeda para barganhar alimento e proteína, de forma que, para Uberaba, os recursos começaram a aparecer lentamente, pois o governo tinha problemas demais para confiscar animais.

A situação piorou para o governo federal quando as políticas não deram resultados positivos. A inflação voltou, a corrupção se alastrou, a troca de favores e o abuso do poder criaram uma situação insustentável, que levou ao *impeachment* de Collor em 1992, levando ao poder o pragmático Itamar Franco, figura que assumiu em situação complicada, reestruturou o governo, nomeou políticos experientes em diversas pastas, conduziu tudo de maneira a buscar criar condições políticas e econômicas para governar o Brasil.

Itamar Franco fez seu sucessor, o então Ministro da Fazenda, em cuja gestão à frente desse ministério o Plano Real irrompeu na cena política brasileira. As medidas de redução de emissão de moeda, controle do câmbio, incentivo às exportações e restrições ao consumismo, levaram a resultados bons na macroeconomia, porém a população em geral continuava sofrendo com o desemprego. Devido à falta de oportunidade de trabalho, a economia crescia pouco.

O presidente Fernando Henrique conseguiu aprovar o projeto de reeleição, passados quatros anos e, com a máquina na mão, foi fácil conseguir ficar mais quatro anos, de 1998 a 2002, período em que o Brasil dá sinais que pode crescer. A inflação está controlada, mas o desemprego é grande; com recessão, pequeno crescimento do PIB, a dívida externa continua a crescer, os ricos continuam melhorando suas posições, as camadas pobres sofrem com a falta de maiores oportunidades.

O metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva era odiado pelas elites brasileira e uberabense, por supostamente apoiar o que denominavam de *baderna* – a invasão de terras por meio do Movimento dos Sem Terra (MST), braço do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual Lula fora um dos fundadores, e por meio do qual realizou aprendizado para a sua nova corrida eleitoral, em 2002.

Porém, devemos entender que o projeto nacional do PT passou pela cidade de Uberaba, que tinha e tem características conservadoras e seria, no entanto, um laboratório perfeito para se entender e perceber as mudanças sociais pela quais passava o Brasil no seu contexto social e político, com objetivo de construir uma trajetória que levasse ao poder o metalúrgico Lula. Vejamos, pois, o que se segue.

O fato que relato a seguir me foi confidenciado por um membro do PT, que esteve presente no desenrolar de todos os acontecimentos no período eleitoral do ano 2000, no pleito municipal, quando o ex–PMDB Anderson Adauto, no pleito filiado ao PR – Partido da República - de Uberaba, que era integrado por membros da tradicional elite uberabense, fez uma aliança com PT, partido de pouca expressão municipal, mas que naquele pleito forneceria um vice-prefeito com o objetivo de formar uma frente de centro-esquerda e enfrentar o então prefeito, o Sr. Marcos Montes, querido da elite uberabense:

> Anderson Adauto tinha perdido a disputa da liderança do partido (PMDB) em Minas para o trator Newton Cardoso, e estava sem uma perspectiva clara para o pleito de 2000, visto que o mesmo entendia que precisa uma coligação para lutar pela prefeitura, porém o mesmo recebeu uma ligação de Alencar (José de Alencar, vice de Lula, em 2002) para ir a até Brasília conversar sobre um projeto político nacional, que passaria por Uberaba. Anderson, mais assessores e eu fomos para Brasília, chegando lá estavam Lula e a cúpula do PT, para uma conversa em que desejavam que o PMDB e o PT formassem uma aliança local para disputar o pleito, o apoio viria das nacionais e caberia a base acatar. Anderson disse que conseguiria precisaria mudar de partido e o fez, passou para o PR – Partido da República, mas o problema, seria convencer o "pessoal" do PT, eu assumi a missão junto aos companheiros para organizar a aliança, saímos de lá com a missão e trabalho para realizar na cidade de Uberaba.
>
> As dificuldades dentro PT local foi grande, mas conseguimos formar uma aliança com os partidos de esquerda PPS, PC do B, e centro PR, PRTB,PV, e isso tomou forma de uma frente de centro esquerda, a campanha começa em tom de disputa e rivalidade, uma novidade, um partido de esquerda na terra do zebu, vice numa chapa de um partido de centro e com Anderson que não pertencia a elite, mas também não tinha grande identidade com os trabalhadores. A disputa ficou acirrada e polarizou entre o prefeito que busca a reeleição Marcos Montes (PFL) e o Anderson, o resultado final foi a vitória do prefeito Marcos Montes por uma diferença de apenas 729 votos. Neste momento, a cúpula do PT percebeu que poderia vencer uma eleição nacional desde que formasse uma aliança de centro esquerda, o radicalismo não funcionaria, Lula muda o discurso mais centrado e equilibrado, coloca de vice um empresário mineiro e senador José de Alencar pertencente ao segundo colégio eleitoral do país, com grande inserção na elite mineira e industrial nacional. Assim, o cenário político uberabense é complexo e exige inteligência e sagacidade para mexer as pedras, pois reflete um imaginário que reluz em outras paradas[29].

O que apresentamos mostra com clareza uma verdade da cidade de Uberaba no contexto político brasileiro, visto que, mesmo a perda da liderança econômica e política regional para a cidade de Uberlândia, não afastou as elites uberabenses de suas profundas relações com o poder central que se articulam em manobras para construírem ou manipularem o futuro da pátria, e percebem que o negócio do Zebu é ponto de encontro com valores que prevalecem no imaginário social político local e brasileiro.

[29] Entrevistado "A" - O informante é membro do PT da cidade de Uberaba-MG. A entrevista foi feita de maneira informal, o mesmo permitiu o relato, porém proibiu a divulgação do seu nome por ter relação política profunda na cidade.

Assim, o pleito em que o metalúrgico apoiado pelo dono da fábrica de tecidos e ex-presidente da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais (FIEMG) iria disputar a nível nacional, necessitava de um laboratório com raízes tradicionais, localizado em ponto central do país, onde a população tivesse um padrão de vida e desenvolvimento econômico razoável para se poder avaliar se a população brasileira da classe operária e urbana estavam abertas e receptivas a novo discurso moderado em que empregado e patrão estivessem no mesmo palanque, enfim, um discurso novo.

Assim, pudemos construir mais um pedaço da história de Uberaba dentro do contexto nacional, em que recebe e irradia possibilidades econômicas, e gera uma dinâmica política que dificulta a participação ativa de sua população, que acaba não percebendo a interferência do poder econômico, político e social na vida nacional e na dos uberabenses, refletindo-se no seu cotidiano e atingindo a cidade quanto a sua organização territorial, em que o centro e bairro a sua volta são povoados pela elite e as famílias tradicionais e, na periferia, temos os deserdados e excluídos.

No capítulo seguinte, discutiremos e propiciaremos um debate em que virá a tona a evolução da elite despótica uberabense, que passou a usar de maneira sábia os instrumentos da modernidade contemporânea a seu favor, elaborando alianças entre a política e a religião, a economia, a educação, os meios de comunicação, a medicina, o conhecimento humano, a mentira, o judiciário, as mudanças na paisagem e no território, e ainda as interações com o contexto político nacional, criando um campo de exploração e de interpretação amplo, em que perceberemos as vertentes do poder guiando os desejos e a manutenção da hegemonia. Para isso, agregaram novos membros com o intuito de garantir que não ocorressem mudanças e, se e quando ocorressem, que atendessem as demandas da elite situacionista.

CAPÍTULO 5

A RECONFIGURAÇÃO DAS ELITES UBERABENSES E SUAS PRÁTICAS NO CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL E NACIONAL NO PERÍODO DE 1960 a 2007.

A discussão e o debate que construiremos neste capítulo demonstram a evolução da elite despótica uberabense, que passou a usar de maneira sábia os instrumentos da modernidade contemporânea a seu favor, elaborou atuações e instrumentos condizentes com suas verdades, como temos afirmado anteriormente: as alianças entre política e religião, economia e política, educação e política, meios de comunicação e política, a escrita e a política, a medicina e a política, o conhecimento humano e a política, a mentira e a política, o judiciário, suas sentenças e a política, a mudança da paisagem e a política, o território e a política, o contexto nacional e a política, enfim, trata-se de um campo de exploração e de interpretação amplo, mas em todos percebemos as vertentes do poder esclarecido guiando os desejos e a manutenção da hegemonia, e os atores se renovando e agregando novos membros imbuídos não em questionar, mas em participar e dividir o poder, com o objetivo de garantir que não ocorram mudanças que interfiram nas conduções hegemônicas e, caso ocorra alguma ameaça nesse sentido, que estejam no controle e a favor da elite situacionista.

No contexto regional, podemos entender as escolhas dos grupos políticos e perceber a evolução das propostas para cidades que se rivalizam no ambiente regional (Triângulo Mineiro), estadual e federal – no caso em análise, Uberaba e Uberlândia. A primeira mantém uma liderança que foi mantida até meados da década de 1960, porém o contexto político nacional mudou e as oportunidades para novas lideranças uberlandenses (Uberabinha) permitiram um avanço político-

econômico para Uberlândia, que assumiu a liderança regional, deixando a elite uberabense em sua luta interna, o que se refletirá nas escolhas do seu desenvolvimento. Essa visão é bem lúcida na escrita do autor José D'Assunção Barros (2007, p. 21):

> Assim, a cidade estabelece relações com o campo circundante, mas também com outras cidades. Noções como "retículo urbano" e "armadura urbana" têm sido empregadas para dar harmonia ao conjunto de determinadas cidades pertencentes a uma mesma área geográfica [...]. Já o conceito de *dominância metropolitana* procura dar conta do "poder político-econômico de algumas cidades relativamente ao resto do território entendido como um sistema social global" [...].
> Por outro lado, para fugir à linearidade que a noção "centro-periferia" [... há] o conceito de *continuum urbano-rural*, na ânsia de dar forma à dinamicidade de relações existentes entre duas realidades. No campo do aspecto dinamicidade também se acham as imagens que procuram enfatizar a dimensão da cidade como lugar privilegiado para as trocas. Assim, [...] "as cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens" [...].
> Conforme se vê, as imagens e metáforas empregadas pelos cientistas sociais carregam já dentro de si certas potencialidades e limitações que devem ser manejadas com vistas a determinadas finalidades, ou em função da constituição de determinados objetivos. À medida que se produzem novos métodos, novos abordagens, ou novas perspectivas dentro de cada disciplina, uma nova imagem pode emergir ou uma antiga metáfora pode ser revalorizada.

À luz dessa visão, podemos elucidar valores sociais, políticos e culturais que serão construídos elaborando novas ideias sobre o que é desenvolvimento e as influências devidas a novos modelos econômicos que refletiram no contexto da Uberaba do século XX, pois a crise de 1929 lançou novos valores e perspectivas na economia liberal, quanto à atuação do Estado na sociedade, com o objetivo de garantir um mínimo de atividade, gerando emprego e renda, evitando o aprofundamento da crise do capitalismo.

Os novos valores econômicos e intervenções na sociedade por um Estado liberal dão "dicas" da necessidade de reconstrução de valores sociais e econômicos, que reflitam na dimensão política. A Segunda Guerra Mundial trouxe também novas ideias e visões do todo em que estamos inseridos. Surge a perspectiva de que devemos combater os ditadores e o poder das armas opressoras, usadas pelos

coronéis. O desenvolvimento do capitalismo e a circulação de novos capitais, bem como a aceleração dos meios de transporte e comunicação pedem novos caminhos com a divisão do mundo em duas correntes doutrinárias, opostas, capitalismo x comunismo, que trouxeram para a “terrinha” reconfigurações amplas.

A sociedade teve acesso à cultura e ao conhecimento, porém direcionados aos filhos da elite e, com raras exceções, a alguns marginalizados da sociedade, que serviam de mão de obra barata e de eleitores para os mandantes das famílias tradicionais e cordeiros do clero, que se apoiavam no processo de consolidação e reconfiguração de forças hegemônicas. Mas os ventos e o trovão das crises, das guerras, das inovações tecnológicas, dos costumes, entre outros fatores, obrigaram as elites a reconfigurarem as suas estratégias e, concomitantemente, a se tornarem despóticas, ou seja, conceder à parte da população ganhos sociais para conquistar e manter sua simpatia e devoção aos grandes homens de nome da sociedade uberabense:

> Com a crise do zebu de 1946-54, desfez-se outra vez a relação mais direta entre o aspecto urbano e a economia local, e, nos anos 1940, buscou-se diversificar a economia e reforçar a vocação que Uberaba tinha como centro de ensino desde o século 19 (LOPES, 2008, p. 85).Nos anos 1940-50, o Brasil adotou a industrialização como meta desenvolvimento. O país se tornou cada vez mais urbano e fabril, e, num regime em que o capital privado interno e externo se combinava com crescente presença estatal, as regiões periféricas passaram a ter sua economia definida pelas grandes metas do progresso nacional. De 1969 a 1973, antes da crise causada pela súbita alta dos preços de petróleo, o Brasil viveu sua fase de mais expansão do PIB. [...] Nesse meio-tempo, Uberaba buscava estimular o desenvolvimento local criando os Distritos Industriais I, II, III e recentemente, IV (onde se instalarão as indústrias sucroalcooleiras). [...] Outra etapa importante na evolução econômica de Uberaba se daria na década de 1980, com grande impacto no agronegócio. Em 1985, estabeleceu-se ali a Bolsa de Arrendamento de Terras, por meio do qual, em regime de arrendamento ou parceria agrícola, valorizaram-se terras ociosas [...]. A Bolsa de Arrendamento se tornaria modelo para várias outras cidades brasileiras e acabaria sendo adotada pelo governo federal (LOPES, 2008, p. 91).

A citação acima vem demonstrar claramente o trabalho da elite em garantir os valores da terra e seus instrumentos de poder, pois podemos perceber que mesmo quando os herdeiros não têm vocação ou desejo de trabalhar na terra, não abrem mão da mesma, arrendam para ganhar um dinheiro, vivendo na cidade, estudando para alcançar algum cargo político ou ainda desfrutando do nome e do prestígio construído ao longo do tempo.

A historiadora Maria Antonieta Borges Lopes[30] demonstra que o trabalho da elite agrária configurou e moldou várias obras com o discurso das elites, porém todas com caráter meramente dissertativo e positivista; assim, não construiu uma análise e muito menos críticas ao labor dos membros da elite. Contudo, suas obras deixaram pistas e apresentaram fatos que permitiram consolidar a nossa proposta de tese, em que se percebe o poder das elites agrárias e dos coronéis reconfigurando-se e tomando uma nova roupagem para manter o poder anteriormente conquistado.

5.1 - Normas e preceitos legais construtores da identidade do Agente Executivo: transformações na representação do Prefeito moderno

A necessidade de conhecer os personagens que participaram, a partir da década de 1950, do poder central do município de Uberaba, e que influenciaram o desenvolvimento da cidade e da região, torna-se importante para esclarecermos os

[30] Maria Antonieta Borges Lopes nasceu em Uberaba em 10 de novembro de 1940. Filha de José Carlos Machado Borges e Guiomar Gomes Borges. Cursou primário, ginásio e colegial no Colégio Nossa Senhora das Dores da congregação dominicana, tendo concluído o curso científico em 1958. Em 1962, licenciou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino. Lecionou História e Geografia em vários colégios da cidade de Uberaba e, entre 1964 e 1975, foi professora de História do Brasil e Didática de História na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA) de Uberaba. Lecionou na Faculdade de Filosofia de Uberlândia e nas Faculdades Integradas de Uberaba (1970/1972). Fez curso de especialização no Departamento de História da UFMG, em 1968. Dirigiu o Museu do Zebu de Uberaba desde a fundação em 1984, até 1988. Foi presidente da Fundação Cultural de Uberaba entre 1993/1996. É membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro, ocupando a cadeira nº 21 (PAOLINELLI, 2009, p. 143).

preceitos legais em que o poder local se fundamentara. Daremos, a seguir, os nomes e referências intelectuais, sociais, familiares e as estratégias políticas despóticas dos personagens e das famílias que lutaram para manter o poder.

É importante sabermos os parâmetros legais das épocas para entendermos o estabelecimento do poder no município de Uberaba, dirigido pelos “homens bons”, sendo o primeiro passo destes senhores alcançarem a Câmara Municipal para ter influência sobre os munícipes e o orçamento. Assim, no século XIX, o “Poder Executivo” será exercido pelo Presidente da Câmara de Vereadores, em conformidade com o Artigo 25 da Constituição Imperial, promulgada em 1828, que vigorou até 1889.

No ano de 1881, o governo provincial de Minas Gerais criou a Lei de n. 3029, que institui a função de “Agente Executivo”, a qual determinava que este cargo seria exercido pelo “presidente da câmara”, liberando este das funções legislativas, o que, de certa forma, racionalizou o trabalho e nele podemos perceber o embrião da figura do prefeito atual.

Com a Proclamação da República, em 1889, chegaram profundas mudanças legais na sociedade brasileira, tais como o estabelecimento do poder executivo nos municípios. No período republicano temos o Decreto n. 510, de 1890, que reconheceu o valor da figura do “Agente Executivo” desligando-o da Câmara de Vereadores, e dando-lhe um mandato que teria duração de três anos. Na cidade de Uberaba, esta figura foi presente de 1881 até 1930.

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder por meio de um Golpe de Estado, fechando e dissolvendo os poderes legislativos do país em seus três níveis de poder, e emitiu o Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930, em que os interventores estaduais nomeariam os “prefeitos” para os municípios sob sua influência e estes teriam poderes executivos e legislativos. Tal ação colocou fim à figura do agente executivo.

A Constituição de 1934 restabeleceu a possibilidade de eleição para os poderes legislativos. Naquela conjuntura, as Câmaras municipais seriam responsáveis pela eleição do Prefeito, porém ambos teriam autonomia política e administrativa. Este período relativamente democrático teve curta duração, pois o

“Golpe do Estado Novo”, em 1937, dissolveu novamente o poder legislativo, permanecendo essa medida até 1945.

Com o novo contexto político-econômico mundial pós-guerra, com a luta contra os ditadores europeus e a vitória do modelo democrático estadunidense, Vargas saiu do poder em 1945 e teve-se, no Brasil, uma eleição direta para presidente e, em novembro de 1947, tivemos eleição direta para os agentes executivos municipais, que prevaleceu mesmo durante o período da Ditadura Militar, iniciada em 1964 e que findou em 1985. A Constituição de 1988 reafirmou e ampliou os poderes tanto do executivo municipal como do legislativo.

Diante do exposto, demonstramos a construção histórica e legal das figuras dos agentes executivos municipais que prevalecem até os dias atuais, mas antes devemos perceber e atentarmos para as mudanças de caráter e práticas sociais dos ditos homens públicos e de suas táticas para a manutenção de poder no imaginário de seus eleitores, por meio da imagem de um cidadão bom, justo, honesto, simples, sensível às demandas sociais das classes menos favorecidas, à criação de instituições, a programas e projetos de intervenção social, com o objetivo de manter a ideia de um pai protetor e interessado em resolver os problemas das comunidades municipais.

Porém, devemos perceber que os indivíduos representantes destas elites tomam, em muitas situações, posições contrárias ao desenvolvimento urbano e industrial local por terem receio de perderem o controle social e políticos dos meios econômicos e de comunicação que controlam o imaginário coletivo como os jornais, as revistas, o rádio e a televisão. Para tanto, colocaremos de lado nossas reservas pessoais quanto ao interesse ideológicos das ações, pois elas sempre existiram e foram pensadas e organizadas para atingir um fim. Um autor importante que visualizou estas práticas foi Fernand Braudel (2004, p. 404-405, grifo nosso):

> Uma elite intelectual, escritores, admiráveis professores, alguns raros políticos, alguns médicos cultos e advogados tomaram consciência desses novos problemas. Infelizmente, a fragilidade das classes dirigentes, política economicamente responsáveis, é outra das fraquezas graves e permanentes da América do Sul [...]. Ontem, vale dizer, antes de 1939, numa América ainda semicolonial, apenas uns

> poucos atores ocupavam a estreita cena da vida política e da cultura, ao mesmo tempo que dominavam negócios tranqüilos. *Homens encantadores, sedutores, cultos, proprietários de centenas, de milhares de hectares, possuidores de riquíssimas bibliotecas, alguns deles verdadeiros príncipes faustosos do Renascimento*, feitos para seduzir o jornalista, o viajante ou o intelectual da Europa. Às vésperas da última guerra, porém, já se tinha a impressão de que estavam socialmente condenados; de que esses homens, não raro com imensas responsabilidades – este, a de quase todos os capitais ingleses do Brasil; estouro, testa-de-ferro de alguma Dearborn Chemical Society; aquele, senhor das finanças públicas ou governador de Estado aspirando a tornar-se presidente da República; aqueloutro, general de cepa popular -, de que todos governavam, de muito bom grado, do alto de sua biblioteca, do alto de seu pensamento, como num universo irreal. Acreditavam nas virtudes da cultura, da civilização, da razão. *Homens algo à moda liberal e aristocrática do nosso século XIX, numa atmosfera de despotismo, ou melhor, de paternalismo esclarecido*.

Fernand Braudel, historiador que realizou vários trabalhos sobre os homens e as civilizações europeias durante os séculos XV e XVI, alcançando o século XX, percebe com profundidade as construções políticas e sociais da sociedade brasileira, que se assemelham aos trâmites políticos, econômicos e sociais renascentistas de reis e príncipes esclarecidos, ou seja, homens cultos que utilizavam da aparência, da educação, dos títulos de doutor (advogado, médico) para serem uma referência em meio a um universo de analfabetos e miseráveis.

Estes homens, herdeiros de grandes extensões de terra e tradição política e zebuína, constroem um imaginário do homem perfeito para assumir o poder político da cidade, em que reafirmam a sua honestidade e integridade moral, mostrando que se colocam à disposição da sociedade uberabense, pois não precisavam do dinheiro público, já que exerciam a “Função Pública” para ajudar e beneficiar os desprovidos de oportunidades e riqueza.

O discurso avança de tal maneira que constroem, no eleitorado majoritário, o sentido de que “ele [o candidato] não vai roubar, já é rico”, criando a expectativa de que sua capacidade de atuar se dá nessa perspectiva e que transformará o contexto social. Trata-se, na verdade, da construção de uma figura paternalista: “como sou mais sábio e educado devo cuidar dos desprovidos de cultura e posses”, e grande

parte da população aceita isso de maneira pacífica, pois a imagem do coronel paternalista, provedor e protetor se reconstrói agora na personalidade educada e elegante do “Doutor”, que atende gratuitamente em seu consultório, em domicílio, dá remédios, orientações advocatícias gratuitas, mas deve ser lembrado no período eleitoral.

O novo coronel, a partir da década de 50 do século XX, no município de Uberaba, usa estratégias modernas, porém despóticas, de controle do seu eleitorado, introduzindo novos aparelhos de melhoria da vida urbana, utilizando os recursos públicos e afirmando “eu fiz isto e aquilo também”, porém tudo com o dinheiro do cofre público e, em muitos casos, atendendo aos interesses de seus parceiros e da família, favorecendo as empresas e seus negócios ou valorizando terras ou lotes na cidade, com a implementação de asfalto, água encanada, esgoto, abertura de avenidas, instalações públicas e facilidades indiretas, como isenções de impostos e doação de áreas.

O poder dos criadores de gado zebu permanece vivo no imaginário dos moradores da cidade, sendo reconstruído na memória dos novos habitantes que, por meio dos jornais, revistas e *outdoors* constatam a reconfiguração do poder dessa elite. A charge em um jornal popular de distribuição gratuita denominado *Notícia Abadia* demonstra isso (Cf. Figura 51). O nome desse jornal refere-se ao nome do bairro Nossa Senhora da Abadia, que é o maior da cidade e seus habitantes são, na maioria, de renda baixa ou média, e seus votos são disputados nas eleições por serem o maior colégio eleitoral da cidade.

Assim, a segunda página no setor de opinião da edição do ano III, de n. 30, condizente ao mês de maio/2013, exprime uma crítica que demonstra os valores que acusamos neste trabalho e, concomitantemente, a reconfiguração das elites e sua manutenção no poder e no imaginário da população.



FIGURA -51 – Uma crítica que demonstra o imaginário sobre o zebu na região.
Fonte: Janilton (2013, p. 2).

O trabalho da crítica jornalística é de, também, despertar nos leigos a percepção de que nem tudo que se diz é verdade, mas mostra a força de uma elite que procura manter seu poder sustentando-o em valores de um passado que se refaz nos dias atuais e se reconstrói pelas ações políticas e sociais, excluindo do poder os adversários e críticos. O Zebu deve ser a referência e "deus" ao qual a sociedade uberabense deve servir e valorizar nas práticas diárias.

5.2 - Prefeitos de 1950 a 2007: origem familiar, formação acadêmica, ações políticas e socais de suas gestões e ligações com o Zebu

Para esta abordagem, analisamos as informações de documentos constantes no Arquivo Público de Uberaba, publicado na gestão do prefeito Anderson Adauto Pereira, em 2011. É oportuno ressaltar que se trata de uma publicação que não possui o ISBN e nem ficha catalográfica, mas é um material interessante pois

publica informações importantes, que atendem as necessidades de dados dessa pesquisa e demonstra com clareza a mudança das práticas políticas pelos gestores no correr das décadas, os quais passaremos a apresentar e a avaliar quanto à atuação dos mesmos.

A primeira figura executiva a ser apresentada é o Senhor Artur de Melo Teixeira[31], que foi eleito para dois mandatos alternados, sendo eleito em 1954 para prefeito pelo Partido Social Democrata (PSD), tendo o seu mandato iniciado em 1º de fevereiro de 1955, com término em 31 de janeiro de 1959. A família de Teixeira detinha a concessão do Cartório de Registro de Imóveis, sendo filho de Afonso de Oliveira Teixeira e Zulmira Castro Melo. Cursou dois anos de medicina na cidade do Rio Janeiro, mas abandonou o curso por não se identificar com a profissão e voltou a Uberaba.

Após abandonar o curso superior, retornou inicialmente para o trabalho no cartório da família, vindo logo após a se dedicar à atividade agropecuária nas terras da família. Antes de ser prefeito, foi Presidente do Uberaba Tênis Clube, um clube social da cidade, resultado da política do governo estadual para promover o lazer e o desporto, e também foi presidente de um dos times de futebol da cidade, o Uberaba Sport Club, práticas que o levaram a se tornar popular e conhecido nas diversas camadas sociais, e idolatrado por alguns populares.

O segundo mandato de Teixeira teve início após sua eleição em 1962, com considerável vantagem sobre seus adversários. O mandato teve início em 1º de fevereiro de 1963 e terminou em 31 de janeiro de 1967, mantendo sua conduta populista mesmo no início da Ditadura Militar (1964). Ambas as gestões são marcadas por ações populistas e inovadoras em uma sociedade rural e conservadora.

Do ilustre alcaide, durante suas gestões práticas ufanistas e populares, podemos destacar:

> - a criação da Fundação Artur de Melo Teixeira, que tinha como objetivo administrar a Santa Casa de Misericórdia;
> - o Hospital Queridinha Bias Fortes – serviço de Pronto Socorro Municipal, que funcionava com recursos provindos da Fundação Artur de Melo Teixeira;

[31] Arthur Melo Teixeira, fazendeiro, político nascido em 18 de agosto de 1915, em Uberaba (MG), onde, a 26 de abril de 1941, casou com Nísia Machado Teixeira, nascida em 29 julho de 1915, em Uberaba – filha de Rodolfo Machado Teixeira e de Cândida Elvira de Araújo Borges (Sinhá) (CUNHA, 2008, p. 217).

> - a isenção dos professores municipais quanto ao pagamento de impostos municipais;
> - adquiriu o direito de exploração dos serviços de água e esgoto junto ao controle estadual do Serviço de Água e Esgoto para a Prefeitura Municipal de Uberaba, assinando uma promissória de cinco milhões de cruzeiros, em 1955.
> - criou, em 1966, o Centro de Operações de Águas de Uberaba (Codau), empresa de economia mista, que foi estatizada no final da gestão do Prefeito Marcos Montes Cordeiro, no ano de 2003.

Uma análise sobre a gestão do governo de Artur Melo Teixeira demonstra que suas obras foram poucas, de quase nenhum alcance social que buscasse mudar o poder constituído, visto que não construiu escolas básicas e muito menos profissionalizantes, criou uma fundação com seu nome para gestar recursos públicos direcionados à assistência médica, isentou professores, que por sinal eram poucos, e que tinham salários irrisórios. O único empreendimento que passou a ser a menina dos olhos da cidade foi a CODAU, a empresa distribuidora de águas que, na época, era um risco, porém hoje tem uma renda garantida, tanto que foi estatizada na contramão, de acordo com o modelo econômico da época, que buscava privatizar as empresas públicas.

No período de 1º de fevereiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963, temos como prefeito o médico Jorge Henrique Marquez Furtado. Furtado, com a perda da mãe, foi adotado pela tia materna Maria Augusta Márquez Furtado (Filhinha), casada com Durval Furtado, e mudou para o Rio de Janeiro, onde se formou em medicina. Retornando à cidade de Uberaba, fundou o Laboratório de Análises Clínicas “Jorge Furtado”, que ainda funciona na cidade. Na década de 1960, ele e o Professor Mario Palmério fundaram a Faculdade de Odontologia. Em 1954, participou do grupo que fundou a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, sendo o primeiro diretor do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), que hoje conhecemos como Sistema de Assistência Médica Urbano (SAMU).

O mandato de Furtado foi marcado por obras ligadas ao asfaltamento da rodovia Uberaba-Uberlândia, Uberaba - Delta, à construção da pista do aeroporto, obras que melhoraram a distribuição de água encanada, ampliou a verba da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, e ainda consolidou o caráter nacional da exposição de gado zebu.

Podemos perceber um mandato com poucas realizações no contexto social, mas Furtado atuou de maneira clara, explorando as misérias sociais, representando

uma elite branca (médica) que se aliou à elite pecuarista e agrária local, tanto que podemos perceber verbas para aeroporto, e ainda trabalho para consolidação da Exposição de Gado Zebu, ou seja, o poder local e municipal estava mais preocupado com questões e valores econômicos e políticos das elites do que com as necessidades da classe trabalhadora uberabense.

Devemos lembrar o que está mencionada no Capítulo 04 que a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro se transformou na Associação Brasileira de Criadores de Zebu em março de 1963, dando ênfase ao caráter nacional apoiado pelo então presidente Edilson Lamartine Mendes, associado ao poder público municipal, no caso o Senhor Jorge Henrique Marquez Furtado.

No período de 01 de fevereiro de 1967 a 14 de maio de 1970, temos como prefeito eleito o Dr. João Guido, uberabense, filho do Senhor Santos Guido e de Adelina Ferreira Guido, aluno do Colégio Marista Diocesano e que depois foi para São Paulo, onde se formou engenheiro na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, retornando à Uberaba no ano de 1942, quando trabalhou em várias obras na região, na empresa da família Santos Guido & Filhos, e ainda atuou como professor na Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro e na Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro.

O Dr. João Guido, antes de ser prefeito, esteve na presidência da Associação Comercial e Industrial de Uberaba (ACIU) no biênio de 1952-1953 e na presidência do Jockey Club de Uberaba entre os anos 1955 e 1956. Ambos são instituições que representam as elites uberabenses, uma ligada aos negócios e outra ao lazer. Para serem sócios, os membros passavam por um crivo rigoroso, principalmente ligado ao poder econômico, político e aos valores morais das tradicionais famílias uberabenses.

No ano de 1962, o Dr. João Guido tentou ser eleito, mas foi derrotado por Artur de Melo Teixeira. Porém, no pleito 1966, foi eleito e estava filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) para o mandato acima referido. Porém, as realizações foram poucas, entre elas o início da construção do estádio de futebol, que recebeu inicialmente o nome de “Uberabão”, com recursos do governo federal na gestão do General Emílio Garrastazu Médici, que liberou recursos para a conclusão da obra, finda em 1972, e passou a se chamar “Estádio Engenheiro João Guido”.

A gestão foi marcada por uma relação excelente com o governo militar federal e com o interventor do Estado de Minas de Gerais, Magalhães Pinto. Porém, isto não se traduziu em uma atuação progressista para a cidade. Além disso, realizou asfaltamento e calçamento de ruas centrais, algumas casas populares e investimentos em redes e galerias pluviais. Pinto faleceu no ano 1988; na ocasião, o "Jornal de Uberaba", na edição do dia 15 de novembro de 1988, trouxe a seguinte menção ao seu governo:

> [...] que todos os candidatos a prefeito por Uberaba façam uma auto-análise e se espelhem nos exemplos do velho prefeito [...]. Seus esforços para que Uberaba progredisse, crescesse e se tornasse conhecida devem ser reconhecidos e tomados como plataforma de atuação política [...]. Pautou a sua vida não pelo revanchismo, mas pela união em torno de um ideal comum: a cidade de Uberaba e o seu povo [...].

Podemos ver adoração e referência a um líder da elite uberabense, que deixou um legado problemático para os seus sucessores – o estádio Uberabão, construindo em forma de ferradura, que está inacabado até aos dias atuais e tenho quase certeza, assim continuará, visto que muitos prometeram fechar a ferradura, porém ganhando ou perdendo a obra nunca foi realizada; diante dos desafios administrativos do século XXI, tal realização com certeza deverá esperar.



FIGURA - 52 – Imagem do estádio Municipal Eng. João Guido – Uberabão – da década 80.
Fonte: disponível em: www.uberabaesportes.blogspot.com. Acesso em: 03 abr. 2010.

O prefeito Dr. João Guido renunciou ao seu mandato em maio de 1970 para concorrer a uma cadeira de Deputado Federal, sendo eleito para um mandato legislativo de 1971-1975; após este mandato na Câmara Federal, foi nomeado, em 1976, pelo então governador de Minas Gerais, o Dr. Aureliano Chaves, para presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerias (COPASA), cargo que exerceu até 1979, quando encerrou sua vida pública.

O vice-prefeito que assumiu a prefeitura de Uberaba no período de 14 de maio de 1970 a 31 de janeiro de 1971 merece uma referência, pois identifica muito bem a elite uberabense e seus arranjos políticos: foi o médico e pecuarista Dr. Randolfo Borges Júnior, formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, da Praia Vermelha, do Rio de Janeiro. Randolfo participou da fundação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, na qual foi professor por 35 anos. Além disso, ocupou diversos cargos, inclusive de presidente Associação Brasileira de Gado Zebu (ABCZ) e na extinta Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, onde foi idealizador dos leilões de gado, que são populares no Brasil.

Em 1962, foi eleito vereador pela extinta União Democrática Nacional (UDN), sigla que representava a elite agrária e pecuarista conservadora do país. Não devemos esquecer que o mesmo pertence a uma das famílias tradicionais e uma das *pragas* que afetam a cidade de Uberaba na visão de “Doca” (Orlando Ferreira): os “Borges”. Na sua gestão municipal, trouxe uma unidade do Movimento de Brasileiro de Alfabetização (Mobral) para atender à demanda de combate ao analfabetismo que assolava a sociedade uberabense e brasileira, obras em praças públicas e bolsas de publicação da Academia de Letras do Triângulo Mineiro (ALTM).

O Dr. Randolfo Borges voltou a concorrer a eleições municipais como vice-prefeito, em 1982, mas não foi eleito, pois sofreu derrota para um líder popular, o candidato negro Wagner do Nascimento, o “Fuscão Preto”, do qual falaremos mais à frente. Pode-se perceber no primeiro um personagem que tem muitas histórias de cunho engraçado e um anedotário que demonstra a opulência e o poder deste nome “Borges” no contexto social uberabense.

Para construirmos uma imagem melhor dessa figura uberabense, idolatrada por muitos e odiada por outros, vejamos uma de suas histórias, contada pelo jornalista Luiz Gonzaga de Oliveira, em seu livro *Memória, História & causos Uberaba Bão* (1997, p. 237):

> Dr. Randolfo Borges Jr., político atuante, ex-prefeito de Uberaba, fez história com um dos maiores médicos clínicos que a cidade conheceu. Sua cultura médica, mormente na área de cardiologia, jamais foi discutida [...] sua competência nunca foi posta em dúvida. Tive o prazer de conviver com ele [...] foi o médico lá de casa, mamãe, na sua velhice, padecia de insuficiência coronária [...]. O Dr. Randolfo era a irreverência em pessoa. Franco para muitos, não mandava recado e não ficava calado se lhe cutucavam com "vara curta". Foi assim na medicina, na pecuária e, principalmente, na política. Habilidoso, sabia conversar com seus opositores e sempre afirmava "eram adversários, nunca inimigos". O que vou relatar aconteceu entre os anos 1958/59, se me lembro bem, e me foi ele contado pelo próprio Dr. Randolfo. Início de tarde de calorenta quarta-feira, toca o telefone de sua residência. Quarta-feira, é bom frisar, de um feriado. Veio o pedido para atender uma paciente no bairro Fabrício. Meia hora depois, novamente, toca o telefone. Do outro lado da linha, a informação que a paciente piorara. 15 minutos adiante, outra vez o telefone. Pedia-lhe, encarecidamente, não demorasse, pois a paciente de mal a pior. Na casa uma mulher, aparentando 50 anos, contorcia-se em dores [...]. Dr. Randolfo pediu-lhe que contasse o que comera, desde a primeira refeição matinal. A paciente começou: "tomei um copo de café, 2 copos de leite e comi 2 pães com manteiga. Lá pelas 9, 9 meia, saboreei um bom pedaço de goiabada com queijo. No almoço, digeri uns 2 pratos de arroz com frango e polenta. De sobremesa, 3 pratos de mingau de milho verde, quente, e ás 2 da tarde, devorei 5 pamonhas". O Dr. Randolfo, ao ouvir o relato da paciente o que tinha ingerido, dentro do seu jeitão simples, não titubeou e receitou. "Minha filha, depois de tudo isso que você comeu, só fazendo outro orifício anal, porque num só não dá pra sair o que você ingeriu. Fechou a maleta e foi embora sem cobrar a consulta. [...]

Assim, podemos construir uma imagem mais clara desse personagem, que tem inúmeras histórias médicas e políticas que misturam verdades absolutas e anedotas, verdadeiras aberrações para nossos dias, porém muito comuns nesta época, pois quem "peitaria" o nosso Dr. Randolfo Borges; pensem a expressão facial das pessoas ou, no popular, "a cara" de quem presenciou a fala deste médico neste caso, e não se assustem, o referido fazia com constância essas faltas de educação e de humanidade para com aqueles que recorriam à sua ajuda e saberes médicos,

porém o jornalista Oliveira, no começo, engrandece sua figura e sua importância para a cidade de Uberaba e seus pacientes. Esta figura é tão emblemática que colocamos no rodapé mais uma destas "histórias"[32], trazidas pelo mesmo autor, para entendermos porque "sua competência nunca foi posta em dúvida".

Na sequência, temos a eleição de um verdadeiro representante do coronelismo despótico uberabense, reafirmando o poder da pecuária no comando da cidade e da região. Assim, na eleição realizada no final do ano de 1970, temos como vitorioso o agrônomo Arnaldo Rosa Prata, que estava filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido ligado aos militares. Filho de João Prata Júnior e Délia Rosa Prata, família tradicional no universo pecuarista da cidade, com parentela na Igreja

[32] O capítulo intitulado "Doutor Bosta" está no livro *Memória, História & causos de Uberaba bão*, do jornalista Luiz Gonzaga de Oliveira, publicado em 1997, na página 188, e mostra todo o despotismo dos coronéis uberabenses na narração a seguir. O referido autor trabalhou na mídia escrita, impressa e televisiva, foi assessor de Hugo Rodrigues da Cunha, trabalhou também na gestão Anderson Adauto no período de 2004: "O saudoso médico, político e pecuarista, Dr. Randolfo Machado Borges, devia ter uma estátua em praça pública. Mercê à sua contribuição para a cidade, o Dr. Randolfo, no máximo, é nome de avenida e postinho de saúde. Tá bom, ainda bem que não se esqueceram dele como soe acontecer em cidades que pouco prezam seus filhos ilustres [...]. É forçoso lembrar da importância do Dr. Randolfo Borges Júnior, figura de proa em Uberaba. Afamado Cardiologista, na verdade, era o próprio "médico da família". Clínico Geral por excelência e essência. Professor de muitos professores de Medicina dos dias atuais, Dr. Randolfo foi um homem extraordinário. Na nossa Faculdade de Medicina. Pecuarista, seu rebanho, até hoje, seguido pelos filhos, é da melhor genética da raça zebuína em todo o Brasil. Na política, emprestou o brilho da sua inteligência à vida pública uberabense, como vice-prefeito e depois como prefeito interino. Creditam-lhe ações de valor social e histórico das mais importantes na cidade. Iniciado por Edgar Rodrigues da Cunha, com obras paralisadas, o "Uberabão" foi reiniciado no governo João Guido, firmemente seqüenciado no governo de Randolfo e concluído na administração Arnaldo Rosa Prata. Mesmo não sendo adepto fervoroso do futebol, ele teve a sensibilidade suficiente para não deixar de trabalhar um dia sequer nas obras do Uberabão. Sabia da importância do empreendimento para a cidade e suas conseqüências favoráveis. Dialogando com correligionários, quanto adversários, o Dr. Randolfo sempre foi muito respeitado na sadia política que fazia. Compromisso de Randolfo, podia-se ter certeza, não era furo n'água. Cumpria-os, quais fossem os resultados... Descendente dos "Borges" tradicionais de Uberaba, teve na firmeza de suas atitudes, na franqueza de suas palavras e lealdade dos que dele privaram à sua companhia, o Dr. Randolfo Borges Júnior representou uma bandeira de honradez e cidadania. Irreverente, Dr. Randolfo não tolerava mesuras, frescuras e outras "uras". Por ser simples, gostava das coisas simples. Conta-se dele, um médico, uma passagem que se tornou famosa em Uberaba. Altas horas da noite, toca o telefone da sua residência. Pedem-lhe que vá socorrer uma senhora com estado grave de saúde. Veste o jaleco e, em poucos minutos, toca a campainha da residência da paciente. Solicita, a empregada abre a porta e ele, com a pasta de médico à mão, começa a entrar pela sala. A empregada barra-lhe a passagem e em tom fidalgo, pergunta-lhe toda faceira: 'A quem devo anunciar a vista à minha patroa'. Rosto amarrado e ar meio decepcionado, solta a frase fatídica: 'Diga-lhe que é o Dr. Bosta'. Deu meia volta e ia se retirando quando a filha da paciente, a muito custo, demoveu-lhe do desejo, e só então atendeu a velha senhora.

Católica, na imprensa e no comércio, nos setores dinâmicos do município, estabelecendo o poder e a influência em diversos segmentos e se adaptando às mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no correr das décadas.

Sua árvore genealógica é recheada de políticos, jornalistas e pecuaristas. Citaremos apenas alguns para não tomarmos espaço da discussão principal. Em 1854, o Agente Executivo Capitão Joaquim Antonio Rosa, que dividia seu tempo entre a política e as atividades rurais, o avô Tobias Antonio Rosa, fundador do jornal *Gazeta de Uberaba*, que esteve em atividade entre os anos de 1879 e 1915, certamente trabalhando em favor das causas da elite e, detalhe, atualmente o acervo dos jornais está sob a guarda do Senhor Arnaldo Rosa Prata, que controla o acesso dos pesquisadores, bem como as informações contidas nos mesmos; é possível encontrar alguns exemplares no Arquivo Público de Uberaba, o que não permite um estudo aprofundado de certos temas.

Poderíamos discorrer sobre a parentela, mas vamos ao ator principal, no caso o Prefeito, eleito para o mandato de 1º de fevereiro de 1971 a 31 de janeiro de 1973, o Senhor Arnaldo Rosa Prata, que no ano de 1956 colaborou com a fundação da Sociedade de Agrônomos e Veterinários de Uberaba, foi eleito Presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro de 1964 a 1966, que se transformou na Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), sendo que voltou a comandá-la entre os anos de 1968 e 1970 e também de 1974 a 1978, e ainda foi Secretário Geral da Confederação Mundial de Criadores de Zebu.

A sua gestão foi de apenas dois anos devido a alterações constitucionais que alteraram o período de mandato dos prefeitos da época, porém sua gestão é marcada pela conclusão parcial do Estádio Municipal Engenheiro João Guido, e ainda pela vinda da seleção brasileira tricampeã de futebol, no ano de 1972, além da vinda de outros clubes famosos do cenário nacional: o circo estava pronto, seria necessário usá-lo e demonstrar a grandeza de quem governa e manter o povo distraído e incauto.

No ambiente da administração da cidade, foram obras: um terminal rodoviário, reformas do calçamento de ruas, cobertura de córregos, melhoria na estação de tratamento de água, um canal de televisão, aparelhos para o hospital Hélio Angoti para terapias de combate ao câncer, uma escola estadual em parceira com governo de Minas Gerais, inicialmente Escola Polivalente, hoje conhecida como Escola

Estadual Corina de Oliveira, de ensino fundamental e médio, como podemos constatar nas afirmações do Jornalista Luiz G. Oliveira (1997, p. 13):

> [...] Mário Palmério, passado o período de exílio espontâneo a que se submeteu, tentou, em 1970, voltar à política. Encontrou barreiras enormes em todos os setores principalmente da imprensa direitista que não o via com bons olhos. Na campanha à Prefeitura local, enfrentou o pecuarista Arnaldo Rosa Prata, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ – e perdeu [...].
> Nos palanques, advertia os uberabenses o que estava acontecendo em nível nacional e os prejuízos que a cidade vinha sofrendo. Fez algumas comparações com Uberlândia; o que crescia lá, definhava aqui. O assunto foi chacota para muita gente. Arnaldo ganhou a eleição. Na semana seguinte, o "Jornal da Tarde", do grupo "Estadão", cobrindo as eleições municipais de Uberaba pelo Brasil, abriu manchete: "Em Uberaba, a bota vence o capelo" [...].
> Arnaldo, diga-se, realizou um bom governo, apesar do mandato tampão. Só dois anos. Inaugurou o "Uberabão", até hoje sem conclusão, o Terminal Rodoviário [...] canalizando e cobrindo parte dos córregos [...].

No contexto da administração, podemos perceber pouquíssimas atividades no ambiente de realizações que favorecem o desenvolvimento econômico da cidade; praticamente, manteve a ordem estabelecida, utilizou o futebol, que estava no auge, como um instrumento para manter a população distraída diante dos abusos dos militares e das elites que dominavam ou ainda construíam suas redes de poder que permanecem até hoje em nossa sociedade. Porém, o mesmo não desistiu da política e ainda teve espaço no governo de Minas Gerais, sendo Secretário Estadual da Agricultura no período de 1983 a 1986, na gestão do governador Tancredo Neves.

Deixou o cargo em 1986 para concorrer a uma cadeira de Deputado Federal na Assembleia Constituinte, para a qual foi eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMBD), uma metamorfose impressionante. Com a extinção da ARENA, o apoiador dos militares se tornou representante das massas populares e de suas demandas democráticas e sociais. O despotismo aparece em todas as suas evidências, demonstrando a capacidade de adaptação do discurso das elites e como esta elite se reconfigura para, concomitantemente, atender às demandas da classe de origem, pois na Constituição de 1988 foi relator da "Lei Agrícola". Cumprida sua missão, deixou a vida política, mas continuou mantendo profundas relações com as atividades pecuárias e a ABCZ.

Para entendermos a relação existente entre as elites uberabenses, analisemos esta citação retirada da coleção *História da Medicina em Uberaba*, que tem como autor o médico José Soares Bilharinho[33] (volume II, de 1982, na página 626) e que demonstra as relações entre as gestões de que já falamos e iremos mencionar neste trabalho:

> O projeto de saneamento e a planta da cidade foram aprovados pela Lei nr. 467, sancionada pelo Dr. João Henrique no dia 25 de novembro de 1922. Em 1923, o Dr. Leopoldino de Oliveira assumiu a chefia do executivo municipal. Os recursos financeiros eram insuficientes, dada a má distribuição das rendas públicas entre a União, Estados e Municípios. A obtenção de empréstimos era difícil, porque eram escassas as garantias. Conveniências político-partidárias deturpavam as prioridades dos serviços administrativos municipais. Por todas estas razões, o projeto do dr. Saturnino de Brito só foi atendido em parte e muito lentamente, ao longo de muitos e muitos anos. Salvo poucas e honrosas exceções a direção dos negócios públicos locais evoluiu, até há pouco, ao sabor de interesses pessoais e de grupos. Tal situação inverteu-se graças ao civismo e à competência dos prefeitos João Guido, Arnaldo Rosa Prata e Hugo Rodrigues da Cunha. Ao médico dr. Silvério Cartafina Filho, coube o privilégio de edificar, sobre os alicerces arduamente construídos por aqueles ilustres uberabenses, a moderna Uberaba. Perduram graves senões acumulados por mais de um século, mas os extensos prolongamentos das avenidas aproximam os bairros do centro, as condições sanitárias locais são excelentes, para citar apenas estes dois setores.

Podemos perceber que as diferentes elites se relacionam com objetivo de construir uma lógica de poder em que se revezavam no poder, conforme a citação e,

[33] José Soares Bilharinho nasceu em Uberaba, a 13 de Dezembro de 1918. Filho de Jaime Soares Bilharinho e Luisa Oliveira Bilharinho. Fez o primário e o secundário no Colégio Diocesano. Aos 17 anos, foi para Belo Horizonte, estudou por dois anos no curso pré-universitário da UFMG e passou em primeiro lugar no vestibular de medicina. Na faculdade, chegou a ser monitor de biofísica e apresentou uma pesquisa científica sobre Medição da Iluminação Artificial em Bibliotecas e Residências de Belo Horizonte. Fez pós-graduação no Rio de Janeiro, em cirurgia geral e ginecologia. Foi diretor técnico da Fundação Frei Eugênio, um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) e presidente da comissão da fundação da UNIMED. Foi membro do Colégio Internacional de Cirurgiões e da Academia Mineira de Medicina, sócio da Associação Médica Brasileira, sócio honorário e ex-governador do Rotary. Foi professor na Escola de Enfermagem, na FMTM, e no curso de Odontologia da Universidade de Uberaba. Foi membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro, onde foi presidente por seis anos. Faleceu em 1º de dezembro de 1993, aos 75 anos de idade. O Arquivo Público de Uberaba publicou os volumes 4 e 5 da *História da Medicina em Uberaba*, em 1993 e 1995, respectivamente, dando continuidade aos três volumes que o autor havia publicado anteriormente (PAOLINELLI, 2009, p. 122).

concomitantemente, confirmam a alternância das famílias Borges, Prata e Rodrigues da Cunha, quando não diretamente apoiando uns aos outros, com objetivo de controlar o desenvolvimento da cidade em seus diversos ramos, e ainda elaborar uma honradez, justeza e lealdade no imaginário da população local, que acreditava estar sendo guiada por homens íntegros que buscavam o bem comum.

Na disputa de 1972 entre os Prata (Arnaldo Rosa Prata) e Rodrigues da Cunha (Hugo Rodrigues da Cunha), o pleito foi vencido pelo representante da ARENA, considerado um azarão, o uberabense contador e advogado Hugo Rodrigues da Cunha, responsável pela administração dos negócios da família que tinha como principal empresa a Companhia Cinematográfica São Luiz, que, na primeira década do século XXI, faliu; foi presidente da Associação Comercial de Uberaba (ACIU) nos anos de 1968 e 1969, ocupou cargos de direção do então Jockey Club de Uberaba, e ainda fez parte da frente que defendia a criação do Estado do Triângulo.

O advogado Dr. Hugo Rodrigues da Cunha teve o primeiro mandato com início em 1º de fevereiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977 e foi ainda eleito para um segundo mandato para período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992, agora filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), governos em períodos diferentes, mas com características e atuação política semelhante: um conservadorismo que atravancou o crescimento de Uberaba. As conjunturas políticas em ambos os períodos foram difíceis, na primeira gestão teve como governador biônico de Minas Gerais o uberlandense Rondon Pacheco, que, como diz o jornalista Oliveira (1997, p. 13): “No palácio da Liberdade, desmedidamente colocou “as manguinhas de fora”, no trato da sua cidade natal e a sua maior rival”.

As gestões foram marcadas por austeridade financeira e atuação nos campos sociais e políticos, com implantação de áreas industriais no Distrito I, II e III, entre elas a VALEFÉRTIL (FOSFERTIL), na época o maior complexo industrial de produção de fertilizantes, empreendimento estatal que foi privatizado na década de 1990 durante a onda de privatização do governo de Fernando Henrique Cardoso, que provocou um impacto negativo na economia do município, com redução da renda e empregos gerados pela empresa, que se reestruturou em parâmetros competitivos do mercado internacional, somando-se a um período de dificuldades econômicas provocadas pelas políticas recessivas impostas pelos Fundo Monetário Internacional (FMI) e seguidas pelos governos do Estado brasileiro.

Podemos citar algumas realizações do referido prefeito e consideradas relevantes em suas duas gestões: a canalização de córregos que cortam as principais avenidas da cidade, estação de captação de esgoto, postinhos de saúde nos bairros periféricos, construção de escolas municipais, conjuntos habitacionais, reformou e construiu praças e ainda criou o Conselho Municipal do Bem-Estar do Menor (COMBEM, que passou a se chamar, nas gestões seguintes, PROBEM), programa que oferece oportunidade para os menores de idade trabalharem meio período, inicialmente na área azul (estacionamento rotativo nas principais ruas da cidade), recebendo meio salário mínimo; atualmente, os mesmo foram retirados das ruas e exercem suas atividades nas empresas da cidade.

Na sequência, temos a eleição do médico Silvério Cartafina Filho, natural da cidade de Uberaba, filho de Silvério Cartafina e Filomena Devotti Cartafina, seu curso de medicina foi realizado na cidade do Rio de Janeiro e se tornou especialista em urologia, trabalhou como médico e professor na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), que hoje é a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), além de ser presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba. Porém, não devemos esquecer que o mesmo, além de professor, médico cirurgião e clínico, é um pecuarista, assim devemos perceber a junção das elites que atuam nos diversos setores econômicos, políticos e sociais.

Iniciou na política em 1958, como vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), líder na Câmara Municipal de Uberaba no mandato do prefeito Jorge Furtado, que também era médico, foi Secretário de Saúde na primeira gestão do Prefeito Hugo Rodrigues da Cunha, no período de 1973 a 1976; sua saída foi um ato de desincompatibilização para disputar a eleição agora pela Aliança Renovadora Nacional. Construindo uma análise, é importante percebermos a adaptação aos tempos, pois antes do Golpe Militar de 1964 o Doutor Silvério Cartafina pertencia aos quadros de um partido trabalhista, mas durante a Ditadura Militar passou a integrar a ARENA.

O Doutor Silvério foi eleito no final de 1976, e teve seu mandato iniciado em 1º de fevereiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983; porém, por ser funcionário público do governo federal de duas instituições (FMTM e INPS - Instituto de Previdência Social, depois transformado em INSS, Instituto de Nacional de Serviço Social) e por causa de mudanças na legislação, o prefeito eleito optou por receber sua remuneração

federal no exercício do poder executivo municipal, por ter uma boa relação com a população carente, mas também com a elite e a imprensa escrita, sobretudo o Jornal da Manhã, cuja edição de 07 de julho de 1977 publicou uma afirmação pessoal do prefeito recém empossado: “[...] mantemos um permanente contato com todas as camadas populares, de modo que, de mãos dadas, possamos resolver os problemas da cidade [...]”.

É imprescindível fazer uma leitura interessante desta afirmação olhando para o vice-prefeito, o negro e engenheiro Wagner do Nascimento, que também já fora vice-prefeito na chapa de Arnaldo Rosa; assim, o governo de seis anos do Doutor Silvério Cartafina foi marcado por atuações em campos sociais com objetivo de manter a influência política, manteve a política de canalização dos córregos que cortavam o centro comercial da cidade, dentro da política nacional de construção de conjuntos habitacionais para população trabalhadora urbana. Na sua gestão, houve a instalação de vários destes empreendimentos populares, em diversos pontos da cidade e atendendo a demandas variadas.

Os conjuntos habitacionais receberam o nome de Cássio Resende, Guanabara, Frei Eugênio, e foram destinados a trabalhadores com uma renda melhor (em torno de 03 salários mínimos atuais) e hoje são muitos valorizados, estão praticamente em áreas nobres da cidade. Os conjuntos Alfredo Freire, Volta Grande, Costa Telles e Cartafina tinham casas destinadas a pessoas de baixa renda, passaram por inúmeras dificuldades de infraestrutura (água e esgoto), transporte coletivo, entre outras deficiências urbanas, que ainda não foram resolvidas em pleno século XXI, gerando demandas reprimidas que são sempre objeto de promessas nas campanhas eleitorais dos companheiros, amigos e parentes do referido prefeito.

As promessas são simples e básicas mas encontram eco nas camadas populares, sendo assim : a esposa do Doutor Silvério Cartafina, a senhora Terezinha Pinto Cartafina, foi presidente do Hospital da Criança em várias gestões, durante as décadas de 1970 e 1990, sendo eleita, posteriormente, vereadora para dois mandatos seguidos, entre 1997 e 2000 e entre 2001 e 2004. Porém, afastou-se da política de maneira direta no ano de 2008, deixando espaço para o neto, que se candidatou e foi eleito no ano de 2012, para um mandato legislativo iniciado em 2013 até 2016, com o discurso de atender às demandas dos jovens e dos

necessitados. Todavia, não devemos esquecer a origem elitista fundamentada na pecuária e na política da cidade: um coronel nos moldes do século XXI, elegante, educado nas melhores escolas da cidade e do exterior, com trânsito entre as elites agropecuarista, médica, jurídica e estudantil da cidade.

Nossas alegações são comprovadas pelas publicações nos jornais da cidade. No próprio site da Câmara Municipal de Uberaba, há seu perfil e história política da família:

> Terezinha Cartafina Fora da Disputa Proporcional. Os tucanos acabam de sofrer uma baixa de peso para a disputa proporcional. A ex-vereadora e ex-presidente do Hospital da Criança Terezinha Cartafina retirou sua candidatura para vereadora. A decisão já foi comunicada ao presidente do PSDB municipal, Luiz Cláudio Campos, e será oficializada hoje junto ao candidato Fahim Sawan (PSDB).Terezinha Cartafina confirmou ao JORNAL DE UBERABA que está fora da disputa, porém, prefere não se manifestar sobre os motivos que a levaram a sair do processo eleitoral....(Jornal de Uberaba, edição 18-07-2008 – coluna Política – Jornalista Giselda Campos).
>
> **Franco Cartafina (PRB)- 1º Secretário – Câmara Municipal de Uberaba – Mesa Diretora - 2013**
> Natural de Uberaba, Franco Cartafina, 26 anos, é formado em Direito e atua no ramo imobiliário. Estudou nos colégios Marista e José Ferreira, concluindo o ensino médio na Silver Heights Collegiate, em Winnipeg no Canadá. Franco é neto materno do Médico e ex-Prefeito Silvério Cartafina; da ex-Vereadora Teresinha Cartafina e paterno do pecuarista Nenê Gomes e Bernadete de Freitas Gomes. É filho do Engenheiro e Leiloeiro Eduardo Gomes e da economista e empresária Ana Keyla Cartafina e irmão da publicitária Sophia Cartafina Gomes. Começou sua militância política no Movimento Estudantil e elegeu-se por duas vezes Presidente do Diretório Acadêmico Leopoldino de Oliveira (DALO) e Vice-Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), ambos da Universidade de Uberaba. Com intensa atuação no meio político juvenil, representou Uberaba e Minas Gerais na 2ª Conferência Nacional de Juventude em Brasília/2011, oportunidade em que contribuiu para a redação do Estatuto da Juventude, que se encontra em discussão no Congresso Nacional. Franco ainda exerceu o cargo de Conselheiro Municipal de Juventude em nossa cidade. Atualmente preside a juventude do PRB em Uberaba. Eleito pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) com 2.049 votos no primeiro pleito em que disputou, ocupará uma cadeira como vereador na 17º legislatura. Franco pretende dar atenção especial aos segmentos da juventude e minorias, bem como se empenhar pela melhoria no serviço público de saúde e no atendimento as pessoas que mais precisam. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA, 2013).

Ainda durante seu mandato, o prefeito Silvério Cartafina construiu postos de saúde em bairros periféricos da cidade (bairros Boa Vista, Abadia, Delta e Cássio Resende), isenção de Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU) por 10 anos para mutuários da COHAB, ou seja, os moradores de conjuntos habitacionais instalados recentemente na cidade de Uberaba e ainda instalação de rede de água e esgoto nos bairros de Lourdes e Vila Militar, ações que se direcionam a demandas populares. Criou também a Fundação Cultural de Uberaba, em 1982, para fomentar a cultura, as artes e preservar a história local, visto que esta instituição ficou responsável pelo Arquivo Público. Estes avanços culturais para a época, estão apoiados e lastreados em propostas acadêmicas. Podemos perceber o apoio entre os "companheiros", como demonstra a obra *História da Medicina em Uberaba*, do médico José Soares Bilharinho (volume III, p. 792):

> Grande parte dos problemas existentes está a exigir desenvolvimento cultural. E sobre este ponto as perspectivas são alvissareiras. Pela primeira vez, na administração do colega dr. Silvério Cartafina Filho e por iniciativa do Secretário dr. Antonio Mendonça Bilharinho, inseriu-se no orçamento municipal, para o ano 1981, verba própria com vistas a cometimentos culturais. Sob este aspecto a história local pode ser dividida em fases: antes e depois de 1980. A anterior, em que a educação do povo se fez empírica e parcialmente através de iniciativas isoladas e a subseqüente, marcada pela iniciativa governamental, indispensável em todos os países em desenvolvimento. É de esperar-se sejam constituídos um Conselho Municipal de Cultura, órgão de assessoria do Secretário e responsável pela elaboração de uma política cultural e um Departamento de Assuntos Culturais, ao qual caberá planejar as atividades do setor. E que, em cada bairro ou vila, se instale um centro social, onde se desenvolvam atividades esportivas, iniciação cientifica e artística e educação moral e cívica, com base de suas realizações.

A referida citação esclarece com perfeição a origem da ideia de criar a Fundação Cultural de Uberaba e ainda os objetivos diretos e indiretos deste órgão, que seria prolator da cultura popular, esportiva, moral, cívica e social, norteada pelos interesses da elite local em seus mais diversos segmentos; devemos relatar que o Secretário Municipal e o escritor do livro são parentes, um médico e o outro advogado, ligado à elite católica, tanto que exerceu, após a função pública, a direção do Colégio Marista Diocesano de Uberaba por largos 20 anos. Assim, o prefeito Dr.

Silvério Cartafina Filho representa a perfeita reconfiguração do poder do coronel de botas e jagunços, para o Doutor de branco, educado, inteligente e articulado, que convence pelas ações sociais e culturais, e que perpetua o poder no tempo pela esposa e neto.

5.3 - O rompimento da hegemonia do poder político da elite agropecuarista na eleição dos anos 1980 e sua reconstrução no poder nos anos 1990

Na sequência do mandato do Dr. Silvério, teremos um fato praticamente inédito na história política de Uberaba, cidade controlada pelas tradicionais famílias criadoras de zebu. Isto é, um negro de origem humilde eleito para prefeito, o Doutor Wagner do Nascimento, para o mandato com início em 1º de fevereiro de 1983 e término em 31 de dezembro de 1988. Em sua eleição, esmagou o poder opressor da poderosa elite uberabense, porém esse resultado foi fruto de uma semente plantada no passado, no movimento comunista do Brasil e em especial de Uberaba, que teve nos seus quadros do PCB um "fazendeiro comunista e espírita", o senhor Afrânio de Azevedo, figura que permitiu uma oportunidade de boa educação ao filho de um "companheiro", o senhor Olívio Nascimento, pai do referido prefeito eleito. As citações abaixo demonstram a riqueza política da década de 1940, contidas na obra *Lucilia – Rosa Vermelha*, que os autores Luciana M. Vilela e Luiz A. Molinar (2011, p. 81-82) trazem para a discussão:

> Foi também em 1945 o ano do fim da Segunda Guerra Mundial. Uberaba foi quinto município do país em número de convocados: 844, dos quais, cerca de 50 foram à Europa, segundo arquivos do Exército [...]. Quando começou a clarear a situação, quando as tropas do Exército Vermelho (soviético) marchavam sobre Berlim (Alemanha), a gente já sorria né! [...] Eu e os companheiros pintamos a faixa saudando o expedicionário que chegava. A família ficou meio assustada porque se falava do Partido Comunista, mas eles entenderam [...]. Uma passeata operária percorreu, em 5 de julho daquele ano, ruas de Uberaba para divulgar o 1º Salão de Artes

> Plásticas do Brasil Central, que se realizava, em Uberlândia, com objetivo de promover a Cultura, arrecadar recursos financeiros para campanha eleitoral do PCB e para o Jornal do Povo, Belo Horizonte.
> Na região do Triângulo Mineiro, foi intensa a movimentação por conta da legalização do PCB. Os comitês municipais pipocavam por toda parte. Em 2 agosto, numa quinta feira, às 20h, inaugurou-se, com presença de cerca de mil pessoas, a sede do Comitê Municipal de Uberaba, na avenida Leopoldino de Oliveira, edifício Bento Brasil, sala 4, no segundo andar, alugado do comerciante Bruno Salvador [...]. A Velha Rosa, secretária geral do partido em Frutal, representou também os companheiros do Comitê de Campo Florido, em 12 de agosto, na fundação do Comitê da Zona do PCB do Triangulo Mineiro em Uberlândia na avenida Afonso Pena, 257 centro. Pelo Comitê de Uberaba discursou o dentista Levindo Batista de Carvalho. Participaram também o fazendeiro Afrânio de Azevedo, o jornalista Doca, Eduardo Madrilles, José Martins [...] (2011, pág. 81 e 82).
> A relação dos membros do Comitê Democrático foi publicada, entre os meses de agosto e setembro, pelo Seminário *Correio Católico*, que distorcia e manipulava a informação ao afirmar se aquela entidade órgão do Partido Comunista**.** O Objetivo era confundir os leitores e afastar os católicos dessa organização. Integravam a diretoria pessoas que se caracterizavam por serem espíritas, comunistas e maçons. Portanto, tinham perfil anticlerical e provocavam a ira no clero. O presidente de honra foi o fazendeiro Afrânio Francisco de Azevedo (PCB), o médico Paulo Rosa; primeiro vice, o médico Von Kruger Schroeder (PTB) [...]. (2011, pág.89).
> Afrânio elegeu-se com 583 votos, em Goiás, e tornou-se segundo vice-presidente da Assembléia legislativa. O PCB também elegeu deputado, com 635 votos, Abrahão Isaac Neto, redator de *O Estado de Goiaz.* Afrânio foi homenageado, no setor Campinas, cuja célula do partido, nesse bairro de Goiana**,** recebeu o seu nome. Em Goiás, Afrânio foi proprietário das fazendas Sibéria, nome de estado da União Soviética, em Jaguará (147km de Goiânia); Sobradinho, no município de Goiânia; Canadá e de Regalito, em Formoso (412km); em São Simão (362 km) e em Luziânia (191 km) e ainda, das fazendas Bela Vista, da qual distribuiu, gratuitamente, terras a famílias camponesas, e Água Limpa, em Uberlândia, onde foi pioneiro em soja e café. Nos anos de 1950, foi o mais importante produtor de arroz, de Goiás. Foi dono de bois da raça Gir: Canadá e Turbante, os mais caros de uma Exposição Nacional de Gado Zebu, em Uberaba, nos anos de 1950, época em que foi dono da Fazenda Pindaíbas e da Chácara Canadá, nesse município.

A figura política e social de Afrânio de Azevedo é significativa e se torna um diferencial, pois em uma cidade com características conservadoras das elites que se conjugavam e ainda fazem conchavos para manter o poder, o fazendeiro Afrânio seguiu um caminho diferente e pragmático, norteado pelas ideologias comunistas e princípios espiritualistas que o fizeram distanciar-se das práticas sociais da época e o fizeram patrocinar a educação de pessoas carentes e a distribuir terras

gratuitamente, mas sem perder de vista os negócios e o lucro com as transações econômicas. Assim, podemos entender porque os memorialistas tradicionais pouco o mencionam ou nem escrevem ou falam de Afrânio Azevedo. Na citação seguinte, percebemos sua influência na construção da educação básica e superior de Uberaba, que provocou ruptura na hegemonia da elite agropastoril na década de 1980:

> Exportou para o Peru, em março de 1948, 205 cabeças de gado gir, incluindo Bismarck, o reservado campeão da Exposição de Zebu de 1944. O registro é do Jornal de Uberaba, de 13 março desse ano, em reportagem de primeira página intitulada “Por terra e por mar os Zebus chegam ao Peru”. O comércio com esse país levou Afrânio a adquirir uma fazenda peruana, disse seu filho José Olimpio de Freitas Azevedo, pró-reitor de Extensão Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia, em 1984. Segundo a professora aposentada Uiara Azevedo Oliveira, sobrinha de Afrânio, ele patrocinou, nos anos de 1950, a urbanização do córrego, nos dois primeiros quarteirões da avenida Guilherme Ferreira e doou ao proprietário do então Colégio Triângulo, Mário Palmério, a área onde se situava, em 2008, o Campos Centro da Uniube. Em troca, seria oferecido o curso ginasial, equivalente ao ensino médio, a fim de quebrar o monopólio no setor, restrito às escolas católicas, Diocesano e Nossa Senhora das Dores, que só aceitavam alunos batizados naquela religião. O acordo foi registrado em cartório, afirmou José Pepe Júnior, empregado do Colégio Triangulo e da então Fiube (Faculdades Integradas de Uberaba), durante 28 anos, entre as décadas de 1940 e de 1960, em depoimento ao virtual Museu da Pessoa. O pacto entre Palmério e Azevedo estabeleceu que duas vagas em cada sala de aula seriam destinadas, gratuitamente, a estudantes indicados pelo fazendeiro, a título de bolsa de estudos. O acerto foi estendido às faculdades que chegaram a atender 80 agraciados, num mesmo período. Uiara e Lélia Inês de Resende Teixeira, então estudantes de psicologia, foram as últimas contempladas. Lélia foi vereadora pelo PMDB e depois pelo PDT, de 1983 a 1988. O acordo foi mantido até 1976, ano em que morreu Afrânio, assegurou Uiara. Afrânio comprou toda a cabeceira do córrego da Manteiga, na região, onde eram, em 2008, os bairros universitário e Santa Maria. Depois, fez no local o loteamento Canadá e doou parte das terras a Palmério para expandir suas faculdades de odontologia, direito e engenharia civil. Esses e outros 32 cursos, em 2008, integravam a Uniube, com 15 mil estudantes. Essa área cedida por Afrânio se denominou Campus Aeroporto. Dos alunos agraciados, os mais conhecido foi o engenheiro civil Wagner do Nascimento, o “Fuscão Preto”. Ele foi vereador pelo PTB, de 1967 a 1971; vice-prefeito de Silvério Cartafina Filho pela Arena, de 1977 a 1982; prefeito pelo PMDB, de 1983 a 1988; e deputado federal pelo PRN, de 1991 a 1994. O pai dele, o pedreiro e sapateiro Olívio do Nascimento, o “canhoto”, jogou futebol pelo Esporte Clube Fabrício. Comunista e analfabeto, era o filho Wagner quem lia os documentos do partido para ele. A célula do

> PCB no bairro Santa Maria se reunia em sua residência “um casebre” observou Otilia Orsi Maria de Carvalho, mulher do secretario geral do partido, entre 1951 e 1956, o industriário Jose Batista de Carvalho. (VILELA; MOLINAR, 2011, p. 91-92).

É importante percebermos que os ventos renovadores das mudanças que gestavam pelo Brasil, chegaram à cidade de Uberaba de maneira avassaladora, construindo possibilidades de renovação no poder local. O discurso democrático, igualitário e de combate ao preconceito racial e social tinha espaço e conquistava adeptos nas mais diversas classes da sociedade uberabense. Aproveitando o cenário novo e com o discurso de “vítima”, o então vice-prefeito Wagner do Nascimento, natural de Uberaba, de família humilde, como citamos acima, filho do sapateiro e pedreiro Olívio Nascimento e de Leontina Ferreira do Nascimento, teve oportunidade de estudar graças à amizade de seu pai com o rico fazendeiro Afrânio de Azevedo, que lhe permitiu uma formação básica e, depois de Engenheiro Civil, no ano de 1965, pela Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro, em uma das unidades das Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), então propriedade de Mario Assunção Palmério.

A oportunidade abriu portas importantes para o talentoso menino pobre e negro, agora o Doutor Wagner, que se tornou professor no curso de engenharia. Aprovado em concurso público, assumiu o cargo de engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, realizando projetos e conduzindo várias obras direcionadas à assistência das camadas menos privilegiadas, como o projeto da Casa do Menino, Lar Fabiano de Cristo, Casa da Irmã Germana e a Escola Dulce de Oliveira (que atende a surdos e mudos), além de participar da implantação dos Distritos Industriais I, II e III, que tinham como objetivo implantar o polo químico.

A carreira política do Doutor Wagner teve início em 1966, com sua eleição para a Câmara Legislativa de Uberaba, fazendo parte da 6º Legislatura[34] – 1967 a 1971 – tendo sua posse em 31 de janeiro de 1967, sendo que quatro anos depois assumiu o cargo de vice-prefeito junto com o pecuarista Dr. Arnaldo Rosa Prata e, na sequência, em 1976, foi eleito novamente, agora para vice-prefeito do médico e

[34] Fase iniciada em 1947, quando os uberabenses passaram a eleger os seus representantes para Câmara de Legislativa de Uberaba, amparados na Constituição de 1946, ampliava a autonomia política, administrativa e financeira e igualmente assegurava a eleição para o cargo de prefeito pelo voto popular (CORASPE, 2012, p. 33 e 85).

pecuarista Dr. Silvério Cartafina Filho, que, segundo fontes extraoficiais, não cumpriu um acordo político estabelecido entre os participantes do processo deste processo político, descrito adiante. Diante dessa análise, podemos estranhar um negro de origem humilde, fazendo parte de duas chapas encabeçadas por membros da elite zebuzeira uberabense, o que merece uma pergunta: qual seria a barganha?



FIGURA- 53– As fotos edificam os personagens ligados ao Doutor Wagner do Nascimento.
Fonte: Vilela; Molinar, (2011, p. 93).

Podemos constatar que a elite uberabense percebia a necessidade de adaptar-se aos tempos e a se reconfigurar com o objetivo de se manter no poder e, concomitantemente, ter o controle da (re)produção do espaço geográfico do município de Uberaba.

Diante das mudanças sociais que ocorriam no Brasil e em Uberaba, com o aumento da população urbana, escolaridade, maior acesso aos meios de informação e a percepção popular da força opressora que estava sobre ela (população), a figura do Dr. Wagner diminuía a pressão por mudanças bruscas, visto que ele representaria a voz popular em suas demandas junto ao poder central local.

Porém, dizem que o combinado seria o Dr. Silvério cumprir um mandato de três anos (1977 a 1980) e o Dr. Wagner, então vice do Dr. Arnaldo Rosa Prata, cumpriria o restante do mandato, que seria de 1981 a 1983. Porém, quem tem o poder nas mãos não quer deixá-lo, ainda mais o negro Wagner do Nascimento, que rompeu com o então prefeito e passou a se colocar como vítima da elite, que o usara para manter o poder, atraindo para sua base os excluídos da cidade.

Aqui, cabem ainda as histórias que população conta, que são interessantes e não podem ser provadas, mas são relatadas pelos viventes da época. Segundo as mesmas, o acordo foi feito para evitar a candidatura do Dr. Wagner em 1976 e uma derrota da elite; o então vice tinha grande acesso à massa popular, visto que se identificava com as necessidades desta e andava pelas periferias, tomava uma cervejinha na esquina, atendia a todos; abertamente, ninguém assumia o voto no "Fuscão Preto", nome que adotou devido a uma música de sucesso na época. Mas, durante a apuração dos votos, foi assustador seu crescimento, atropelando os adversários.

O apoio decisivo para a vitória veio do Grande Abadia, bairro com considerável densidade demográfica na cidade, de predominância popular, reduto que na eleição de 2012 garantiu ao filho do Fuscão Preto, Wagner do Nascimento Júnior, um terceiro lugar no primeiro pleito e a condição de negociar apoio ao candidato da elite, o agrônomo e deputado federal Paulo Piau Nogueira, que acabou sendo eleito, e nomeou Wagner do N. Júnior para a Companhia de Habitacional do Vale do Rio Grande (COHAGRA), órgão responsável pela construção e distribuição de imóveis para famílias carentes, criada por seu pai.

O governo de Fuscão Preto (Wagner do Nascimento) teve início em 1º de fevereiro de 1983 e foi até 31 de dezembro de 1988; o mandato inicial era de quatro anos, mas foi prorrogado por mais dois anos devido a exigências constitucionais. Sua gestão foi marcada pelo populismo e pelo fortalecimento do movimento afrodescendente. A primeira dama, Isabel do Nascimento, ficou responsável pela Secretaria de Assistência Social, que buscava atender às demandas da população carente.

A gestão dos recursos financeiros foi temerária, levando a inúmeras denúncias de desvio de verbas e de atraso no pagamento dos funcionários municipais e

fornecedores. Na sua gestão, foram criados o Circo do Povo, para difusão de cultura popular e do folclore de Uberaba, além de cursos profissionalizantes; o prefeito instituiu um programa de Bolsa de Arrendamentos de Terras, que passou a ser modelo para todo o Brasil e ajudou a desenvolver a agricultura no Cerrado. Criou a COHAGRA, empresa fundada nos princípios de economia mista, implementou o Arquivo Público, trabalhou para a construção de escolas de ensino médio, escolas rurais e de ensino fundamental, fundou o Centro de Estudos dos Supletivos de 1º e 2º graus (CESU), aumentou o número de reservatórios e a capacidade de captação e tratamento de água, além da abertura e asfaltamento de ruas e avenidas. Tratou-se de um governo que recebeu duras críticas da elite uberabense, que desejava retornar ao poder e não aceitava a derrota e o crescimento político dos ex-aliados, que teve em seu governo como Secretário de Indústria e Comércio o desconhecido advogado Anderson Adauto Pereira, que se tornará, no futuro, deputado estadual, federal, ministro dos transportes e prefeito de Uberaba.

Apresentamos algumas críticas que foram estampadas nos jornais da cidade, visto que o Fuscão Preto tinha contra si uma elite desejosa de retornar ao poder. O Dr. Wagner do Nascimento tinha, ainda, uma equipe de trabalho problemática, gerando processos e questionamentos, na Câmara Municipal, dos adversários, que desaguaram no judiciário. Retiramos algumas notas do Jornal da Manhã:

> Comércio não atende Wagner e abre na terça (capa)
> A liberação dos comerciários a partir das 12 horas de terça-feira o que implicaria no fechamento do comércio, para engrossarem o grupo de pessoas que assistirá à abertura 54º Exponacional de gado Zebu, foi descartada neste sábado pelo presidente do Clube de Diretores Lojistas. Segundo o Empresário Lúcio Scalon, não há como os comerciantes atenderem ao apelo do prefeito Wagner do Nascimento neste sentido, pois este é um dos períodos do ano em que há crescimento nas vendas, em razão dos visitantes que passam as quase duas semanas na Expo na cidade. (domingo, 01-05-1988).
>
> COLUNA ALTERNATIVA – Lídia Prata Ciabotti, 05-05-1988.
> PERDIDO NA NOITE
> Quem sintonizar a TV Bandeirantes no sábado à noite terá a oportunidade de ouvir e ver o prefeito Wagner do Nascimento no programa “Perdidos na Noite”, apresentado pelo gorducho Fausto Silva.

> Wagner garante que não vai falar apenas do movimento negro comemorativo ao centenário da Abolição.
> Vai cantar também “Fuscão Preto”, com certeza.
> PS: Esta nota, pelo menos, é séria.
>
> AMGRA: defesa de acusados perde recurso em TJ – (capa)
> Continua inalterada, prevalecendo os atos até aqui praticados a nível de primeira instância a Ação Popular movida pelo advogado Alaor Ribeiro que tem litisconsortes o advogado José Raimundo Jardim Alves Pinto, médico Adelmo Carneiro Leão e o engenheiro Lauro Guimarães, contra a Associação dos Municípios da Microregião do Vale do Rio Grande. A ação popular foi originada em apuração procedida há mais de três anos pela Câmara Municipal e tem por objetivo a devolução aos cofres públicos de recursos, aplicados pela prefeitura de Uberaba na AMGRA.
> No dia 15 de setembro do ano passado, o Fórum “Melo Viana” vivia uma data incomum ali compareceram, para serem interrogados pelo juiz da 1º Vara Civil..... os seis acusados na Ação Popular, dentre eles o prefeito Wagner do Nascimento e o ex-secretário executivo da AMGRA, Cícero Romão Batista, além de um grande número de testemunhas.... E quase sete meses após tramitação no TJMG sai a decisão sobre o mandado de segurança. Por três votos contra dois, aquela instância decidiu por denegar a segurança impetrada....Com a denegação a Ação Popular deve continuar na tramitação normal e passada à fase de sentença. Os autos ainda não retornaram ao Fórum “Melo Viana” [...]. (p.05, 07-05-1988).

A crise instalada no governo de Wagner do Nascimento é um fato que não atrapalhou sua carreira política, mas o impediu de voltar ao poder municipal, sofrendo derrota no ano de 1992 na disputa do pleito municipal quando não conseguiu eleger a esposa, Isabel do Nascimento, que perdeu a eleição para o Dr. Luiz Guaritá Neto. Em 1996, ele mesmo perdeu as eleições para o Dr. Marcos Montes Cordeiro; em ambos os casos, para os representantes da elite uberabense. Mas Wagner, após o término de seu mandato executivo no município de Uberaba, foi indicado para presidir a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI) nos anos de 1989 e 1990. No ano de 1990 foi eleito deputado federal e exerceu o mandato até ao final de 1994. Após a derrota de 1996, se retirou da vida pública, vindo a falecer em setembro de 2007.

Com a crise política e econômica do município de Uberaba na gestão de Wagner do Nascimento, o pleito seguinte foi vencido pela tradicional elite uberabense, como afirmado acima, representada pelo Dr. Hugo Rodrigues da Cunha, pois, lastreado no lema de honestidade e austeridade administrativa, venceu a eleição de 1988 e exerceu o mandato de 1989 a 1992, com objetivo de recompor a

desgastada máquina pública, que somava às dificuldades municipais as dificuldades impostas pela conjuntura brasileira, marcada então pela elevada inflação, pelo desemprego, pela dívida externa e pela crise política no poder central.

A elite uberabense retornou com força total e impôs novamente seus ditames e práticas ao contexto local. Aumentando o abismo econômico, social e político entre Uberaba e Uberlândia, que adotou uma política desenvolvimentista baseada no comércio atacadista e industrial, deixando para traz a provinciana terra do zebu (Princesa do Sertão). É importante mencionar que a carreira política do atual prefeito de Uberaba, Paulo Piau Nogueira, iniciou no segundo governo do Dr. Hugo Rodrigues da Cunha. Conforme recortes de editoriais e entrevistas retirados do Jornal *Lavoura e Comércio*, de 09 de janeiro de 1989, com autoria de Joaquim Prata Santos, citada na obra *História em Mosaico* (1995, p. 349).

> PARA HUGO, NOTA 10 PELA SUA EQUIPE ADMINISTRATIVA.
> Se analisarmos algum tempo já passado, vamos encontrar pontos positivos na vida administrativa desta cidade, encontrando também, lamentavelmente, falhas altamente negativas. Deixamos de citar algo para não cometermos qualquer omissão ou injustiça, passando uma esponja em tudo aquilo que ficou para traz, para fitarmos os olhos bem para frente com otimismo e confiança em Deus**.** Entretanto, se demos enfoque mais especificamente a Uberaba, temos a oportunidade de ressaltar seu desenvolvimento e sua pujança, em sintonia com o Banco Mundial cujo relatório cita-a como futura e próspera Zona Metropolitana do Brasil que irá abrigar indústrias de médio e grande porte, que se encontram sem meios de expansão na Grande São Paulo. Pelo que ouvimos e lemos de Hugo Rodrigues da Cunha, metas bem alvissareiras se nos deparam pela frente, numa verdadeira explosão de desenvolvimento permanecendo, sobretudo, uma cidade bem saudável e mais humana. Virão para cá, em caráter irreversível, indústrias de grande porte para concretização do Pólo Químico do Triângulo Mineiro, cuja expressividade irá ultrapassar todos os prognósticos mais otimistas e mais arrojados. O Setor Agrícola, nos moldes, mostrará a toda a Nação o potencial de nossas terras férteis e agricultáveis, superando com muita vantagem outras regiões tidas e havidas como grandes produtoras. A Agricultura merece melhores aplausos por parte de escolha do Dr. Paulo Piau para o comando da Secretaria de todos os ruralistas que reconhecem seu valor profissional e sua competência [...]. A assertiva de que o Cel. Fernando não terá, como praxe de vice, cargo somente decorativo e que cuidará, com sua dinâmica das estradas municipais, foi recebida com a euforia por todos os produtores rurais, ainda tão carentes de um melhor acesso à zona Urbana, para maior circulação de grãos e de riquezas. Se o lema da atual administração é alicerçado no trabalho e seriedade, objetivando os interesses da cidade, certamente terá o endosso de toda a comunidade, especialmente seus representantes vereadores eleitos com voto popular, todos dignos, competentes e de alto gabarito. Com

> apoio e entrosamento dos senhores deputados, em Uberaba será formada uma corrente de elos fortíssimos, a partir de 1989, ano das grandes esperanças, para torná-la a qualquer custo, estrela de primeira grandeza na rica constelação das Minas Gerais.

É importante esclarecer que o vice-prefeito eleito do Dr. Hugo para o período de 1989 a 1992 era o Coronel Fernando Ferreira Vieira Silva, este realmente faz honra ao título, pois pertenceu às Forças Armadas Brasileiras e, como produtor de leite, assumiu a presidência da Cooperativa Agropecuária do Vale do Rio Grande Ltda. (Copervale), empresa produtora de produtos lácteos, exercendo um poder sobre parte dos produtores rurais de grande, médio e pequeno porte da região. Esta gestão foi modesta e de poucos arrojos devido à precariedade econômica e política em nível nacional; não devemos esquecer que o jovem Fernando Collor de Melo, presidente da República, confiscara os recursos financeiros da contas bancárias dos brasileiros, havia escassez de recursos para financiar a principal atividade econômica do município, o que atravancou o desenvolvimento, que avançava muito lentamente.

O Prefeito Dr. Hugo, preparando o seu sucessor para o pleito seguinte, convidou para a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Planejamento, o engenheiro civil Luiz Guaritá Neto[35], formado pela UNIUBE, e fundador, em 1984, da Construtora Rodrigues da Cunha Guaritá Engenharia e Empreendimento Ltda., (RCG), que esteve à frente da pasta durante os anos de 1989 a 1992, sendo importante mencionar que era genro do Senhor Antonio Ronaldo Rodrigues da Cunha, dotado de grande poder econômico e pertencente a uma das tradicionais famílias uberabenses participante das disputas políticas na cidade.

Sobre a identidade do Dr. Luiz Guaritá Neto, a resposta é muito simples: filho da elite uberabense, pois tem como pai Ataliba Guaritá Neto[36] e Maria Cornélia

---

[35] Casado com sua prima Maria Inês Venceslau Rodrigues da Cunha, atualmente separados, ela arquiteta, filha do Dr. Antonio Ronaldo Rodrigues da Cunha e de Leila Venceslau (CUNHA, 2008, p.119).

[36] Filho de Luiz Guarita (comerciante e casado com sua parenta Niza Marquez, professora). Pertenceu à gestão da Santa Casa de Uberaba, conforme traz Bilharinho (1982, vol. II, p. 477): “No dia 27 março de 1937 convocava-se a irmandade para que procedesse à eleição do Conselho Deliberativo. Este foi eleito no dia 4 de abril. Por sua vez, o Conselho elegeu, no dia 12 imediato, a nova diretoria. Dessa Mesa Administrativa participaram: Licínio Cruvinel Rato, Provedor reeleito; Fernando Terra; vice-provedor; dr. Moacir Medina Coeli; Secretário; Luiz Guarita, Tesoureiro e Orlando Bruno, procurador) – Ataliba Guarita Neto (Netinho), jornalista, apresentador de TV e radialista, assinou por mais de 50 anos a coluna

Borges Guaritá, co-fundador da Construtora RCG, além de ser músico e compositor. Pertenceu ao governo municipal do Dr. Hugo, filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), foi eleito vencendo outros quatro candidatos, sendo que o adversário principal foi a esposa do prefeito Dr. Wagner do Nascimento, a Sra. Isabel do Nascimento. Na época da eleição, tinha 38 anos e, apoiado por seu pai, o Sr. Ataliba, que tinha junto à população uberabense um prestígio razoável, tanto que o mesmo participou de todos os comícios, e recuperou o seu passado, pois teve sua candidatura frustrada por barganha feita pelo presidente do partido[37], que o fez se retirar da política de maneira direta, retornando apenas no pleito do seu filho. É importante conhecer este novo líder da elite, que se reelabora retirando o "Coronel, Major, Capitão" para o "Doutor", agora com conhecimento universitário (Engenheiros, Médicos,

---

Observatório, do extinto jornal Lavoura e Comércio, no exercício da profissão utilizou todos os instrumentos para valorizar sua terra natal... casou-se com sua parenta Maria Cornélia Aguiar Borges [...]", filha de Joaquim Borges Júnior (CUNHA, 2008, p. 118). Luiz Guaritá nascido em 1900 filho do Coronel Ataliba Guaritá e de Francisca Cândida e a professora Niza Marquez, nascida em 1901, filha do Capitão Coroliano Martins Marquez e de Augusta Cândido Castro (CUNHA, 2008, p. 118 e 284).

[37] Um Jipe por uma candidatura: Existem seres humanos de coração maior que o próprio corpo. Nascem, vivem e morrem escondidos tão – somente com a família, amigos e cidade. Por mais que apareçam oportunidades, chances de crescimento, ascensão profissional ou uma dinheirama no bolso, abstêm-se de todas essa glórias e vitórias e dedicam-se à simplicidade da vida interiorana, por mais que mereçam os holofotes e manchetes do sucesso . Em nossa cidade, tivemos o mais típico desse exemplo. Nascido Ataliba Guaritá Neto, filho único de um respeitabilíssimo casal da terra, Luiz Guaritá e Niza Marquês Guaritá, desde muito cedo, pais e tios, com a alegria daquele nascimento, passaram apenas a chamá-lo de Netinho. O velho Luiz Guaritá, ao perceber que muito dificilmente teria um filho doutor, deu por encerrada a aventura no Rio (jogador no Fluminense Futebol Clube). O sempre jovem e inteligente Netinho voltou para Uberaba e "ralou balcão" por bom tempo, na casa comercial do pai, na rua Arthur Machado. Embora sem formação universitária, a sua inteligência mais e mais aflorava. Imbatível no improviso, embora alertado pelo pai, nos esfuziantes 20 e poucos anos, cobiçado pelos políticos, aceitou a candidatar-se a vereador pela UDN e recebeu consagradora votação. A sua carreira política poderia ter dado um passo gigantesco não fosse a traição que encontrou no seu próprio partido, a UDN. Eu lhes conto: O caminho natural para o jovem político, depois da atuação brilhante no legislativo local era uma escalada maior no cenário político da terra. A cidade e UDN precisavam de um grande representante na Assembleia Mineira, ninguém melhor que Netinho para assumir tal condição. A sua inocência, todavia, não sabia que nos bastidores da política, os nomes são mais sujos que pau de galinheiro. Não deu outra. Na convenção, quando todos acreditavam na sua indicação pelo partido, veio grande surpresa: o diretório municipal houve por bem indicar o nome do Sr. Max Nordeau de Rezende Alvim, para deputado estadual. Netinho? Coitado, seu nome nem foi citado. Decepção geral. Não tardou, entretanto, poucos dias para que a verdade verdadeira viesse à baila. O secretário geral do partido em Uberaba, nome pouco lembrado depois de quase meio século, havia "vendido" a candidatura de Netinho por um "jeep", novinho em folha, que ele passou a desfilar pelas ruas da cidade, todo garboso e altaneiro [...]" (OLIVEIRA, 1997, p. 35-36).

Advogados), educados e aparentemente sensíveis às demandas sociais. Antes de falar de sua gestão, apresento seu currículo:

> O Dr. Luiz Guaritá Neto foi Diretor da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Uberaba; 1988 a 1989 – Diretor da ACIU – Associação Comercial e Industrial de Uberaba; 1989 a 1992; Secretário Municipal de Indústria e Comércio – Secretário Municipal de Turismo; 1990 a 1992; Secretário de Planejamento a partir de 1990; Membro Assessor do Conselho Nacional da Presidência da CAIXA ECONOMICA FEDERAL; Prefeito Municipal de Uberaba de 1993 a 1996, eleito pelo Partido da Frente Liberal – PFL; Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Municípios – ABM; Presidente da Associação Macro-Regional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM; Membro do Conselho Estadual de Habitação; Vice-Presidente do Diretório Regional de MG do Partido da Frente Liberal; Presidente do Partido da Frente Liberal em Uberaba-MG; 2º Vice-Presidente do PFL Mineiro 2003 com mandato até 2011; Senador Suplente por Minas Gerais; a partir de 2002; Membro do Conselho Fiscal Auditor da CEMIG; atualmente é sócio-diretor e responsável técnico da Construtora RCG, entre outras atividades. (CUNHA, 2008, p. 119).

É importante relembrar o que está contido no Capitulo 03 desta tese, no qual reconstruímos o poder político da ABCZ na cidade de Uberaba da década de 1950, quando a presidência foi ocupada por vários membros da família Rodrigues da Cunha. Então o eleito o Dr. Luiz Guaritá Neto, casado com a filha do Dr. Antonio Ronaldo Rodrigues da Cunha, irmão consanguíneo do Dr. João Gilberto Rodrigues da Cunha, presidente em várias gestões da ABCZ e médico, e ainda estes senhores são tios do antecessor, o Dr. Hugo Rodrigues da Cunha. Aqui temos uma reconfiguração de poder clara e objetiva, em que o coronel se tornou Doutor e o poder das armas foram trocados pelas habilidades políticas de convencimento publicitário e econômico das campanhas eleitorais modernas.

Diante do apresentado, podemos entender a construção de poder e a continuidade de sua carreira política representando os membros da elite da qual faz parte. No ano de 2013, após a eleição do “companheiro” de governo na segunda gestão do Dr. Hugo, o Secretário da Agricultura, o Dr. Paulo Piau, eleito prefeito em 2012, concedeu ao Dr. Luiz a presidência do Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba (CODAU), que mudou sua situação de economia mista para departamento público da Prefeitura Municipal de Uberaba, na gestão do Dr. Marcos Montes (1997 a 2004). É importante perceber que este órgão

tem um orçamento grandioso, além de uma receita mensal considerável, tanto que um ex-prefeito, com todo aquele currículo, assumiu a sua presidência. A elite, satisfeita com a continuação do poder em suas mãos, se expressa dessa forma na imprensa escrita:

> LUIZ NETO, DEPOSITÁRIO DAS GRANDES ESPERANÇAS.
> Vencedor do pleito eleitoral de 3 outubro, Luiz Guaritá Neto, colocou em seus ombros uma grande responsabilidade, ou seja, de corresponder plenamente a expressiva votação a favor. Pela sua plataforma eleitoral, temos convicção que Uberaba caminhará em passos agigantados rumo ao seu desenvolvimento, sempre sob a égide da dinâmica e da seriedade, como vem acontecendo com atual administração de Hugo Rodrigues da Cunha [...]. Entretanto, para levar avante e com sucesso seu programa de trabalho e realizações é necessário que todos se unam num só bloco, inclusive seus adversários políticos, numa sadia demonstração de elevado espírito público e comunitário, afim de se abrigarem sob uma só bandeira, a de Uberaba, que pertence a todos nós [...]. (Jornal Lavoura e Comércio, 08/10/1992, apud SANTOS, 1995, p. 435).

A gestão do Dr. Luiz Guaritá Neto é pragmática e com poucas inovações; implantou extensa rede esgoto e água, pavimentação de ruas, casas populares e lotes, unidades básicas de saúde, ampliação da rede pública de educação, concessão de benefícios para indústrias, entre elas a Black & Decker, e ainda realizou obras em rodovias estaduais e federais. Todavia, devemos entender que as verbas são de origem de órgãos estaduais e federais; foi um governo que não fez grandes mudanças. Nos debates políticos, o Partido dos Trabalhadores (PT) era inexpressivo e o grupo do Dr. Wagner estava desmoralizado por inúmeras acusações de corrupção e, ainda, a mídia escrita, falada e televisiva continuava a manter profundas ligações com quem estava no poder.

É importante entender como os representantes das elites uberabenses reconstroem suas práticas no âmbito político, econômico e social e, por conseguinte, se reconfiguram na (re)produção do espaço geográfico para se manterem no poder.

Após sair da prefeitura, o Dr. Luiz Guaritá lançou, em Uberaba, um Shopping, no bairro São Benedito, um dos bairros mais antigos da cidade, servido por duas avenidas – uma delas implementada em sua gestão, a avenida Santa Beatriz, uma extensão da Santos Dumont, que liga o centro e o bairro das Mercês ao Parque das Américas e com acesso à av. Lamartine Mendes, que tem saída para o aeroporto, Casa da Prece (Chico Xavier) e para a Uniube (Campus Aeroporto); do outro, a av. Barão do Rio Branco dá acesso aos fundos do Parque Fernando Costa (ABCZ) e próximo à rodoviária, ou seja, um local privilegiado para se construir um centro de compras. Assim, a Construtora RCG (Rodrigues da Cunha Guaritá) inaugurou esse novo ambiente comercial no ano de 1999.

A elite uberabense aprendeu que não podia desprezar as promessas e ignorar as demandas populares que custaram um período de seis anos nas mãos de um membro das classes populares, e negro, e a partir deste momento surgiram novos líderes, que se intitularam filhos do Fuscão Preto e seriam a voz dos excluídos do poder e ainda representariam as demandas das classes menos abastadas, que desejavam mais educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer, segurança alimentar e cargos nas gestões públicas.

Por conseguinte, a elite uberabense entendeu que é necessário rever suas práticas, significados e atuações, criando novos caminhos e instrumentos, como a nomeação de assessores que representavam sindicatos, associações de bairros e líderes comunitários, integrantes de igrejas evangélicas e da Católica, como também de grupos espíritas, doação de áreas públicas para a construção de sedes próprias, além de outras estratégias políticas despóticas.



FIGURA 54 - Visão aérea do Shopping Uberaba.

Fonte: disponível em: http://www.shoppinguberaba.com.br/shopping#shopping. Acesso em: 01 jul. 2013.

5.4 - No linear do século XXI, o município de Uberaba será governado por personagens externos ao município e o despotismo está presente nos grupos políticos

As gestões seguintes serão compostas por representantes vindos das cidades vizinhas, principalmente de Sacramento (MG), que se adaptaram às elites uberabenses e construíram uma luta entre os dois blocos definidos e os partidos de esquerda, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT), que ganhou força e espaço nas gestões a partir da eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) para presidente da República. Assim, em outubro de 1996 tivemos uma disputa clara entre as duas falanges políticas de Uberaba, sendo que o Dr. Luiz Guaritá conseguiu fazer seu sucessor o médico anestesista e professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), o Dr. Marcos Montes Cordeiro, filho de Jurandir Cordeiro e de Augusta Montes Cordeiro, formado em medicina pela

Universidade Federal de Uberlândia, em 1975, sendo que na primeira gestão teve como vice-prefeito o médico Dr. Paulo Mesquita, que tinha prestígio perante a elite uberabense e grande acesso à população carente devido às suas atividades caritativas.

No pleito de 1996, o Dr. Marcos Montes derrotou o maior adversário das elites uberabenses, o Dr. Wagner do Nascimento (Fuscão Preto) que, devido às denúncias de corrupção e deficiente gestão em seu mandato de 1983 a 1988 perdeu votos importantes da classe média, mas manteve seu prestígio junto ao colégio eleitoral do grande Abadia (maior bairro da cidade, à época); o outro concorrente foi o petista Marco Túlio Reis, que teve uma votação inexpressiva e pouco apoio durante a campanha eleitoral. Desta forma, a elite imaginava que o grande adversário estaria morto, realmente o Dr. Wagner não mais voltou a disputar outro pleito municipal, porém um dos seus filhos políticos caminhava em passos largos buscando espaço nessa cena, o ex-secretário municipal, então deputado estadual, Anderson Adauto Pereira, que travara uma luta política pragmática que dividiu a cidade em dois flancos, visto ser a primeira vez que um prefeito em exercício poderia buscar a reeleição.

O Dr. Marcos Montes realizava um governo mediano, mas com insatisfações quanto à conduta governamental e política, o que concedeu espaço para o surgimento de um grupo claro de centro esquerda no pleito de 2000. Isso tem origem, conforme mencionamos no Capítulo 04, nas chapas que mostraram claramente seus objetivos: o Dr. Marcos Montes escolheu para vice-prefeito o médico Odo Adão, negro e de origem humilde, que conseguiu se formar em medicina em 1965 e, sob orientação do Dr. Helio Angotti, conseguiu se tornar um grande cirurgião plástico, de renome nacional. Por esse meio, a elite buscava dar à chapa eleitoral uma cara popular, que prestigiava os filhos vencedores das classes menos abastadas.

No outro flanco, temos o deputado estadual orientado pela direção nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT), formando uma chapa que coligava partidos de esquerda e centro, isto é, uma frente de esquerda, com discurso conservador para atender às demandas e apoio de parte da classe média conservadora que morava no centro da cidade, e um discurso popular que ia ao encontro das classes menos abastadas e

de trabalhadores, agregando os sindicatos e simpatizantes dos movimentos populares. Por conseguinte, a chapa era composta pelo deputado estadual, e “advogado”, Dr. Anderson Adauto Pereira, e pelo petista economista e engenheiro civil, além de ex-vereador (1993-1996) Lauro Henrique Guimarães Corrêa. Essa descrição é importante, pois foi uma das disputas mais acirradas da cidade de Uberaba em termos de eleição municipal, com várias acusações e ofensas pessoais que levaram a um quadro que só foi definido nas urnas. Nelas, o prefeito em exercício, o Dr. Marcos Montes (PFL) venceu por uma diferença de 801 votos, mas o derrotado questionou a validade dos votos de algumas urnas e construiu-se o discurso de que a vitória se deu à custa de fraude.

Alguns analistas da política uberabense afirmavam que a derrota no pleito de 2000 colocaria fim à carreira política do deputado estadual Dr. Anderson Adauto Pereira, porém uma derrota por uma diferença tão pequena e as dúvidas implantadas no imaginário popular de uma fraude eleitoral deram uma nova vida política ao derrotado, que, em 2002, se elegeu deputado federal com uma votação expressiva na cidade e na região, graças aos serviços prestados ao PMDB e ao PT. Com a eleição de Lula e do seu padrinho, o empresário José de Alencar, o Dr. Anderson Adauto alcançou o cargo de Ministro dos Transportes, permanecendo na pasta até abril de 2004.

O *Jornal da Manhã*, na data de 04 de outubro de 2000, relata a denúncia impetrada pelo candidato Dr. Anderson Adauto Pereira:

> **Anderson Adauto busca boletins de urnas polêmicas**
> Mais uma denúncia do deputado Anderson Adauto, candidato à Prefeitura de Uberaba pela coligação Frente Queremos Mudar Uberaba. O parlamentar que vem questionando a lisura do processo eleitoral no Município informa agora que houve recusa da parte do juiz presidente da zona eleitoral 277 em entregar os boletins das vinte urnas referentes àquela zona eleitoral. Seriam as mesmas que geraram polêmica quando da interrupção da apuração dos votos para que fossem copiados os disquetes com a respectiva votação.
> Anderson, através de sua assessoria, assegura que o juiz Everardo Hostalácio "não cumpriu com o que foi estabelecido" diante do juiz da zona 276, Ricardo Motta, presidente das eleições em Uberaba. Segundo o ex-candidato na sexta-feira, dia 29, representantes das quatro coligações que concorreram as eleições estiveram reunidos com o juiz Motta, estabelecendo que, quando do recebimento dos envelopes contendo os disquetes e os boletins por parte dos

> presidentes de mesa, seriam entregues aos representantes das duas maiores coligações uma cópia do boletim de cada urna para que fosse feita a apuração paralela. Mesmo reconhecendo que o juiz Everardo não participou da reunião, o deputado garante que aquela autoridade teria concordado com o que foi estabelecido. "Sem o boletim de urnas, nós não sabemos qual é o resultado", reclama José Luiz Alves, presidente do PMDB e coordenador da coligação que agora busca os documentos. No início da noite de ontem, ao ser procurado pela reportagem, o juiz presidente da zona eleitoral 277 disse não existir qualquer obstáculo para fazer a entrega dos boletins de urna, como quer a coligação liderada por Anderson Adauto.
> Entretanto, temendo novos problemas, Everardo Hostalácio exige que a entrega seja feita na presença de um representante da coligação vitoriosa Uberaba Maior e Melhor. Os boletins das vinte urnas colocados sob suspeita pela coligação contrária estão em envelopes lacrados, que serão abertos para que o interessado retire cópia, quando novo lacre será feito. "Quero formalismo nos atos. Assim sendo feito, o atendimento será imediato", completou o magistrado.
> Por outro lado, a coligação de Anderson Adauto já recebeu os boletins referentes à zona eleitoral 276, presidida por Ricardo Motta, documentos que agora serão utilizados para apuração paralela. (GM)

O discurso de vítima foi apropriado pelo derrotado, o deputado Dr. Anderson Adauto Pereira. Esse fato, somado ao imaginário de uma elite que usa de todas as estratégias para se manter no poder e, concomitantemente, reconfigurar suas práticas, permitiu criar um clima de divisão que persiste na cidade até o ano de conclusão desta pesquisa (2013).

O Dr. Marcos Montes iniciou sua carreira política no governo do Dr. Luiz Guaritá Neto, ocupando a pasta da Secretária de Esporte, Turismo e Lazer e depois, durante o mesmo governo, passou para a Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande (COHAGRA), órgão que tem feito um número considerável de vereadores e prefeitos, e se tornou objeto de ambição de muitos grupos políticos. O Dr. Marcos Montes teve um mandato de oito anos, sendo que em sua gestão realizou obras de manutenção de galerias pluviais e fluviais, expansão de redes de esgoto e água, viabilizou várias empresas por meio de incentivos fiscais, estatizou o CODAU, empresa municipal de fornecimento de água, que era de economia mista e em sua gestão passou a ser um departamento público, principalmente por causa da arrecadação mensal da conta de água/esgoto, além de várias obras públicas nas áreas de saúde, educação e trânsito.

O Dr. Marcos Montes, ao contrário dos seus antecessores, atuava recebendo a população em todos os momentos, criando uma política diferente dos membros da elite tradicional, pois tinha interesse em permanecer no quadro político uberabense. Teve uma atuação pragmática em relação às demandas dos funcionários municipais, com uma política salarial razoável, que o fez granjear simpatia junto ao funcionalismo que ainda retém uma memória saudosa, visto que o mesmo distribuiu gratificações de natal, no salário ou tíquete de alimentação, prática extinta na gestões posteriores. Saiu da administração em agosto de 2004 para assumir no governo estadual a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE), desincompatibilizou-se da referida pasta em abril de 2006 para disputar uma cadeira na Câmara Federal, sendo eleito no ano corrente e reeleito em 2010:

> **Cesta de Natal da PMU gera polêmica**
> Mais de 100 cestas natalinas que a Prefeitura Municipal está distribuindo para os servidores públicos tinham, na última segunda-feira, marca de açúcar diferente daquela com a qual a empresa Arroz Manzi ganhou a concorrência. Em conseqüência disso, a empresa teve de substituir todos os pacotes de açúcar dessas cestas pela marca apresentada na proposta dentro da licitação.
> Sob a alegação de que o açúcar da marca Cristalpuro não tinha o selo do Ministério da Saúde, um dos concorrentes, "Arroz do Padre", foi desclassificado na licitação realizada pela Prefeitura para o fornecimento das cestas básicas. A empresa "Arroz Manzi" apresentou proposta na qual seria incluído na cesta o açúcar da marca "Cizac". No entanto, conforme foi constatado na segunda-feira, pelos menos 108 cestas natalinas estavam com o Cristalpuro em sua composição, causando estranheza em várias pessoas. Como o secretário de Administração, responsável pelo setor de licitação da Prefeitura, não estava na cidade, o vereador Arquimedes Bessa (PTB), que é funcionário daquela Secretaria, foi chamado ao depósito da Prefeitura, na Avenida Tonico dos Santos, para resolver o problema. Segundo Arquimedes, constatada a troca do açúcar, a empresa responsável teve de efetuar a substituição do produto, o que foi feito de pronto. Ele considera que isso não poderia ter acontecido, apesar do erro ter sido corrigido a tempo. Apenas dois ou três servidores levaram a cesta com o açúcar Cristalpuro. (MC) – Jornal da Manhã – 22-12-1999 – coluna política.

Durante quatro meses, de agosto a dezembro de 2004, Uberaba teve como prefeito o Dr. Odo Adão, nascido em Conquista (MG), filho de João Pedro Adão e Isoleta Maria Adão. Adão trabalhou como sapateiro, vendedor de doces, engraxate e funcionário do Hospital “Beneficência Portuguesa”, e estudava no período noturno,

mantendo o sonho de ser médico, que conseguiu realizar quando se tornou o primeiro negro a ingressar, na época, na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), hoje Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), formando-se em 1962, e assumindo a prefeitura devido ao afastamento do Dr. Marcos Montes. Acabou se agregando à elite médica uberabense, apesar de sua origem social simples. Quanto à gestão, temos pouco a destacar, por ter sido curta, e pouco fez, concluindo e entregando obras do antecessor.

O advogado Anderson Adauto Pereira, natural de Sacramento (MG), filho de Adauto Pereira de Almeida e Gasparina Pereira de Almeida, foi eleito e reeleito para a cadeira principal do executivo uberabense, com uma gestão que se inicia em 2005 e se encerra em 2012. Anderson Adauto formou-se em Direito pela FIUBE, atual UNIUBE. Em 1982, sua família mudou-se para Uberaba; inicialmente trabalhou como engraxate, vendedor de frutas, auxiliar de escritório, contato publicitário e gerente comercial. Sua carreira política começou na Faculdade de Direito, onde presidiu o Diretório Acadêmico Leopoldino de Oliveira (DALO) de 1979 a 1980; filou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) dando início em definitivo à sua carreira política.

No ano de 1982 foi um dos coordenadores da campanha vitoriosa do Dr. Wagner do Nascimento, assumindo, em seu governo, a Chefia de Gabinete da Prefeitura, entre os anos de 1985 e 1986; a Secretaria de Indústria e Comércio, que deixou para disputar uma cadeira no legislativo estadual, sendo eleito em 1986 e reeleito em 1990, 1994 e 1998 até 2000. Em 2000, após a derrota para o Dr. Marcos Montes, o Deputado Estadual Dr. Anderson Adauto ressurgiu das cinzas e construiu uma nova trajetória saindo do PMDB e ingressando no Partido Liberal (PL), sendo eleito para Deputado Federal em 2002, e elevado ao cargo de Ministro dos Transportes no governo do Presidente Lula, cargo que deixou em abril de 2004 para disputar a prefeitura municipal e ser eleito, em 2004; em uma ampla coligação com 18 partidos, retornou ao PMDB e foi reeleito em 2008, para mais um mandato de mais quatro anos até 2012, como deputado federal.

Esse personagem da história uberabense mescla várias facetas, sendo extremamente pragmático, amado por alguns e odiado por outros, por ser considerado sem educação, como o povo diz: “bruto, grosso” e ainda ser acusado de inúmeros desvios e atos de corrupção. Responde a incontáveis processos nas

esferas estaduais e federal, sendo o mais famoso o “Mensalão do PT”, do qual foi absolvido devido ao empate na votação dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF), que usou a máxima da lei “em dúbio pro réu”, mas vem sofrendo condenações em várias outras instâncias, o que inviabiliza sua carreira política.

No contexto das realizações enquanto prefeito, talvez a mais marcante seja a transformação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) em Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM); destacam-se ainda a canalização de córregos, a ampliação da capacidade de captação de águas, a estação de tratamento de esgoto, atração de várias empresas dos atacadistas, indústrias, obras de urbanização e melhoria das condições de postos de saúde, escolas, creches, asfaltamento de ruas, pontes, viadutos entre outras obrigações dos gestores.

A referência abaixo foi retirada da Revista *Veja* (digital), e as informações sobre este tema são inúmeras. Colocamos apenas um trecho para fundamentarmos nossas afirmações, pois Uberaba passou a ser lembrada no contexto nacional por três imagens: Chico Xavier (líder do espiritismo Kardecista), por ser a capital do zebu, onde se localiza a sede da ABCZ, de enorme expressão no cenário nacional e mundial e o componente do escândalo do Mensalão protagonizado pelo político Anderson Adauto Pereira e seus assistentes:

> **Escândalo do Mensalão – Sobre o Escândalo**
> **O que fez:**
> O ex-ministro dos Transportes no governo Lula recebeu do valerioduto. Em depoimento à CPI dos Correios, admitiu ter feito caixa dois em todas as onze eleições que disputou. Em março de 2004 teve de deixar o cargo, três meses depois de denunciado à Procuradoria-Geral da República pelo então diretor-geral do DNIT, José Antonio da Silva Coutinho, por ter desviado 32,3 milhões de reais de financiamentos concedidos para obras em estradas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.
> **O que aconteceu:**
> No julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal, foi absolvido das acusações de corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Foi eleito prefeito da Uberaba, em Minas Gerais, em 2004 e 2008. Sua administração enfrentou denúncias de superfaturamento de obras públicas. *-Atualizado em 13/11/2012- acesso – 20-11-2012.*

Devemos entender que a figura política do Dr. Anderson Adauto deve ser objeto de um trabalho de pesquisa, visto que suas ramificações no poder local, mesmo após sua saída, ainda existem, por ter sido o herdeiro político do Dr. Wagner do Nascimento que, no embate com as elites uberabenses, obteve os melhores resultados, apesar das duras críticas na imprensa escrita, falada e televisiva. Porém, apropriou-se das práticas coronelistas e despóticas, impondo sua vontade pela força política e por negociatas, cedendo cargos e nomeando amigos, parentes, cônjuges, entre outros, para cargos de confiança para anular as críticas. E criando um clima de poder e controle da massa que estava sob seu jugo, e perseguindo os adversários ao retirar verbas publicitárias e dificultando o trabalho de políticos considerados inimigos, emperrando acordos com o governo estadual e federal.

O Dr. Anderson Adauto esteve envolvido na experiência política de uma aliança de centro esquerda, como descrito no capítulo 04, e foi regiamente recompensado ao abrir espaço político no poder local controlado pelas elites uberabenses, que pouco puderam fazer devido a suas alianças com a direita tradicional e conservadora que dominava o Brasil. Com a mudança do norte político nacional em 2002, figuras que lutavam para se manter vivas em Uberaba passaram a dar as cartas, e muitos sentiram o peso e esperaram o momento para agregar e reorganizar novos conceitos e práticas. A ABCZ[38] rapidamente se movimentou neste sentido, mostrando que as portas das referida associação estão abertas para os novos personagens de destaque social, econômico e político.

[38] Os associados da ABCZ conheceram no início de março a nova cara da sede da entidade. Agora, eles contam com espaço mais amplo e confortável. Inauguração – Clássicos da Música Popular Brasileira (MPB) embalaram a noite de lançamento da “ExpoZebu 70 anos” e de inauguração do projeto de modernidade da sede da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu. A Orquestra Filarmônica Cenecista Doutor José Ferreira tocou um repertório que englobou desde Luiz Gonzaga, Tim Maia, Waldir Azevedo e Ary Barroso [...]. Para receber os convidados foram erguidas tendas de quase 1.200 metros quadrados em frente à sede. A apresentação foi vista por aproximadamente mil pessoas, inclusive o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. Outras autoridades que participaram do evento foram: o então ministro dos Transportes Anderson Adauto, o senador Aelton de Freitas, o secretário de estado da Agricultura Odelmo Leão, o secretário nacional de Defesa Agropecuária Mação Tadano, os deputados estaduais Adelmo C. Leão, Paulo Piau, dentre diversas outras autoridades [...]. (ABCZ – A revista Brasileira do Zebu e seus cruzamentos, ano 04, n. 09 mar./abr., 2004, p. 232-234).



FIGURA -55 – Da esquerda para a direita: Odelmo Leão (Sec. Est. de Agricultura); Roberto Rodrigues (Min. Agricultura); Anderson Adauto (Min. dos Transportes); Jose Olavo Borges Mendes (Presidente ABCZ).

Fonte: ABCZ (2004).

O importante é entendermos que o poder do Zebu e das atividades agropecuárias continua o mesmo entre os ditos membros do Partido dos Trabalhadores, pois a maior estrela desta representação no município de Uberaba é o deputado estadual Adelmo Carneiro Leão, que é médico, professor na UFTM e pecuarista, porém se mantém firme em um partido que defende os trabalhadores, que disputou o pleito municipal de 2012 e não conseguiu alçar-se ao segundo turno, amargando uma votação relativamente inexpressiva para o poder da máquina federal que o apoiava. Assim podemos perceber o poder na marca ABCZ e sua construção de poder ao longo dos tempos.

O “Coronel” se transformou em “Doutor”, os cavalos em carros, as cargas das tropas de bois conduzidos pelas estradas de terra agora são transportadas em frotas de caminhões, em rodovias modernas, o gado rústico e a carne para o mercado interno ganharam os mercados internacionais e elaboram novos milionários, o poder das armas e jagunços se reconfigurou e as elites uberabenses mudaram suas práticas com o objetivo de se manterem no poder.

O domínio agora não é mais do “coronel com a arma na cintura”, ou seja, as práticas das elites se reconstruíram e se adaptaram às novas realidades; por conseguinte, controla-se o cofre público para as demandas populares e contratam-se seguranças e publicitários que vendem a imagem de competência, honestidade e seriedade; os novos *coronéis*, digo *doutores* possuem empresas de construção civil, geram empregos na cidade, aplicam no mercado financeiro, promovem leilões de matrizes e reprodutores em que as vendas são financiadas por bancos oficiais. A bancada ruralista é uma das mais fortes no Congresso Nacional e os representantes lutam pelos interesses destes grandes produtores, que estão espalhados por todo o país.

Assim, do coronel ao doutor, foram mudadas as práticas, mas os objetivos são os mesmos, apontados para manter o poder e os privilégios que o mesmo oferece aos que o possuem, colocando sobre esta elite uma cidade, um estado e a nação, hoje perto de ser a maior produtora de carne vermelha e possuindo o maior rebanho comercial de bovinos do mundo.

Este capítulo apresentou com todas as minúcias possíveis a transformação do coronel rude, grosso e truculento em Doutor polido, educado, administrador, gerenciador de recursos humanos e financeiros, conectado às novas tecnologias na (re)produção do espaço geográfico e na reprodução bovina, na massificação da missão dessa elite criadora do zebu, que agregou, no transcorrer dos tempos, novas práticas, que buscavam novos ganhos e participação no poder local, elaborando relações, ampliando o controle social, político e econômico.

A visão desta elite, direcionada apenas para os seus interesses, fez com que o município perdesse a hegemonia regional para sua filha Uberlândia (Santo Antonio do Uberabinha), mas no contexto nacional e mundial mantém a grife de ser a Capital do Zebu, de ter em torno de si as rodovias federais BR 262 e BR 050 que dão

acesso à cidade, o maior polo genético[39] nacional, a empresas nacionais e internacionais que trabalham com seleção genealógica de touros e vacas campeões. Diante do crescimento do negócio, surgiu a necessidade de eventos que colocassem em destaque as principais raças; consequentemente, durante todo ano temos exposições específicas como a Exponelore, a Expogir, entre outras mostras direcionadas para outras raças que compõem a árvore zebuína.

A ABCZ é o maior centro de registro genealógico de gado zebu do Brasil e do mundo e se ramificou em vários escritórios regionais, conforme demonstra a Figura 56. Para atender à demanda nacional e internacional, é importante compreender que o negócio da carne movimenta várias indústrias como as vacinas, produtos veterinários, balanças, transporte, sementes, frigoríficos, mídia impressa, televisiva, educação, leiloeiros, finanças, segurança, hotelaria, lazer entre outras tantas, alavancando o poder de barganha na política nacional, estadual e regional, tanto que o novo prefeito de Uberaba para a gestão de 2013 a 2016 é originário deste coronelismo despótico, ou melhor, um pecuarista, engenheiro agrônomo, um ex-deputado que pertenceu à bancada ruralista e, ano de 2012, foi relator do Projeto do Código Florestal, mas se iniciou na política na segunda gestão do Dr. Hugo Rodrigues da Cunha, e tem companheiros em seu governo como o Dr. Luiz Guaritá Neto.

[39] Ninguém em sã consciência pode negar a importância da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ neste contexto, com a maior estimuladora do desenvolvimento da genética bovina. O reconhecimento do município como referência nacional e internacional pode ser medido pelos investimentos feitos por criadores, sobretudo em propriedades localizada às margens da BR 050 extensão chamada por alguns de “avenida Paulista do Zebu”. O alqueire de terra, nestes locais, muitas vezes chega a casa dos R$ 150 mil, e mesmo assim, encontrar um trecho terra para fincar bandeira das suas respectivas marcas é um desafio para os produtores. A alta qualidade genética do rebanho local também contribuiu para fazer da região a maior praça nacional de leilões de gado selecionado e mesmo de corte. Em geral, as médias registradas nos pregões da Expozebu são as melhores do país. (Anuário Negócio Fechado – Uberaba – o retrato de uma cidade que se impõe no Sudeste brasileiro, 2006, p.122).



FIGURA - 56 – Imagem da Localização da sede e dos escritórios regionais da ABCZ pelo Brasil.
Fonte: Anuário Negócio Fechado – Uberaba – o retrato de uma cidade que se impõe no Sudeste brasileiro, 2006, p.120.

O seu partido atual, o PMDB, tem na direção Eduardo Palmério e Marcelo Palmério (Reitor da Uniube), respectivamente neto e filho do político e educador Mário Palmério, além de agregar e conceder uma pasta ao Dr. Wagner do Nascimento Júnior, filho do Dr. Wagner do Nascimento, além de membros do governo do então prefeito Dr. Anderson Adauto, criando uma estrutura pragmática que procura estender suas teias de poder com o objetivo de calar as críticas e manter o poder que esteve ameaçado em décadas passadas.

Dessa maneira, o despotismo criado nas décadas de 1980 e 1990 mostra sua força no linear do século XXI, e essa influência se alastra pelos poderes municipais, fazendo com que a Câmara Legislativa Municipal se torne um apêndice do poder executivo municipal que pouco faz para contestar as decisões do Prefeito. As inúmeras associações e sindicatos também foram premiadas, com a concessão de cargos e privilégios aos seus diretores, anulando as críticas. O Partido dos Trabalhadores, a voz mais ativa em outros tempos, após o governo do Dr. Anderson passou a integrar o poder e se calou diante das demandas populares.

No segundo turno da última eleição (2012), seus simpatizantes apoiaram o representante da elite, o prefeito eleito Dr. Paulo Piau Nogueira, para participar do poder. Os Partidos mais radicais (PSTU e PSOL) praticamente morreram, possuem pouquíssima expressão e recursos para fazerem frente ao poder dos “coronéis despóticos”.

Esta tese demonstra que temos muito para pesquisar sobre o poder das elites em nossa sociedade moderna, pois criticamos os coronéis que tinham seus votos de cabresto, pressionavam os eleitores com um revólver na cintura e um punhado de jagunços, porém hoje votos são comprados com caminhão de areia, um emprego, uma indicação de parentes para cargos comissionados, uma casa em programas habitacionais e até mesmo comprando por trinta, quarenta e cinquenta reais, já que a criatividade é imensa e falta pudor e franqueza no poder judiciário para fiscalizar e atuar, o que favorece o crescimento e a manutenção do poder nesses termos contextuais.

A elaboração de nosso trabalho traz à tona os motivos que demonstram a necessidade de mudarmos os rumos dessa política, pois não desejamos execrar os coronéis e sim mostrar que os herdeiros buscaram construir novas estratégias e se manterem no poder, por meio de implicações e sugestões que estão na escola, na praça pública, nos jornais, revistas, na televisão, na música, nos edifícios e, principalmente, no imaginário da população que as grandes famílias uberabenses possuem, com grandes homens dotados de uma verdade quase absoluta, que nasceram e foram forjados para liderar e conduzir o povo para um porto seguro.

Os nossos líderes locais remontam às práticas semelhantes, em essência, às práticas dos donos do poder da Europa do século XVIII: passaram a perceber que

as demandas das massas não podem ser ignoradas. Por isso, precisam conceder melhor saúde, medicamentos, educação, trabalho, lazer, moradia, transporte, alimentação e a esperança de dias melhores e talvez a oportunidade para alguns chegarem ao poder. Assim, o despotismo na terra do Zebu aprofunda as suas raízes. Segundo um dos membros do coronelismo despótico, a educação oferecida nas escolas públicas às camadas populares deve atender aos interesses de quem tem o poder, que não pode ser ameaçado por uma classe pensante, com capacidade de análise crítico-reflexiva; o mesmo afirmou que o conhecimento a ser oferecido deve realizar o seguinte: “pobre deve saber ler e escrever e fazer as quatros operações matemáticas, e tá bom demais”.

Nesta perspectiva, podemos concluir que o coronelismo despótico está arraigado em quase todas as esferas de poder. Mesmo que afastados dele, ao adentrarem a porta dos seus palácios, seus representantes buscam conservá-lo a qualquer preço, nem que para isso o passado opressor volte a ser o modelo, ou seja, a subjugação das massas, que são exploradas em suas necessidades, tendo momentos de “melhora”, como o povo diz, e “piora” em outros. A força do modelo econômico e político que se fortaleceu no correr de décadas, retoma sua vertente e acredita preparar o futuro, controlando o presente com o objetivo de perpetuar sua hegemonia política, social e econômica, reelaborando práticas sempre que necessário. É imprescindível, pois, entendermos tais práticas das elites uberabenses na sua diversidade, que se reflete diretamente na (re)produção do espaço geográfico uberabense na interface entre o político, o econômico e o social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicio estas considerações com um questionamento. Será que na produção do conhecimento e na realização da pesquisa existem realmente as “Considerações Finais”? Após o término da pesquisa, sugiro que esta etapa da Tese seja substituída por “Para não Finalizar”. Sabem por quê?

Porque as inquietações que instigaram o início desta pesquisa, no ano de 2004, na realização da pós-graduação e mesmo após a defesa da Dissertação de Mestrado (2006), me conduziram à realização desta Tese de Doutorado. Sempre me reporto ao período do Mestrado como início da pesquisa que culminou na elaboração da presente Tese, pois a mesma é uma continuação da temática investigada entre 2004/2006. Em 2013, porém, as interpretações acerca do poder das elites uberabenses avançaram na perspectiva do Coronelismo Despótico.

O Projeto de Pesquisa do doutorado apresentou como objetivos compreender a nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007, e analisar como ocorreram as mudanças (ou nova roupagem) dos coronéis do Zebu da “Princesa do Sertão” que lhes permitiram a (re)configuração de sua hegemonia – surgiu, então, a tese do “Coronelismo Despótico”, convicta da responsabilidade com a continuidade da pesquisa e da produção do conhecimento. Afinal, as inquietações da pesquisadora do Mestrado se transformaram em uma busca constante, trilhada na cumplicidade entre pesquisa/conhecimento/desafio e compromisso social com todos os sujeitos sociais que fazem parte do processo estudado.

O levantamento e o acesso ao material bibliográfico, como já dissemos anteriormente, foi um dos grandes desafios que enfrentamos no cotidiano da pesquisa, porém a persistência também fez/faz parte deste contexto. Os estudiosos uberabenses se assumem como portadores legais da “cultura e da história do município de Uberaba”, defendendo a noção de pertencimento em relação à memória e, por conseguinte, a história do município de Uberaba é esdrúxula.

O sujeito-pesquisador que não pertence à elite uberabense e que não representa interesse para nenhum desses estudiosos, simplesmente não tem

acesso a determinadas informações e materiais bibliográficos. A primeira constatação em relação à pesquisa é que realmente a Memória é um instrumento de poder, utilizado pelas elites uberabenses para se manterem no poder e para se (re)configurarem com a utilização de novas práticas, mantendo, assim, a sua hegemonia nos âmbitos político, econômico e social. A memória, todavia, representa um campo de disputas acerca da história do município de Uberaba em diversas escalas.

Ao analisarmos a postura dos memorialistas uberabenses em relação às suas obras, constatamos que “escreveram para as elites”. Embora suas obras tenham contribuído para o nosso conhecimento acerca das informações factuais, sua escrita não apresenta nenhuma posição crítico-reflexiva; apenas reafirma o poder e o imaginário do papel das elites uberabenses, colaborando diretamente para a manutenção da hegemonia das elites.

É importante ressaltarmos como a mídia impressa (jornais e revistas locais) utiliza-se da escrita dos memorialistas para, também, perpetuar a construção hegemônica das elites. Infelizmente, no transcorrer da pesquisa, não encontramos nenhum jornal ou revista que representasse “um movimento de resistência” em relação à construção do imaginário acerca das ações e práticas das elites uberabenses.

Aliás, nos deparamos com um acontecimento que exemplifica e comprova os dizeres acima. Ao nos deslocarmos até a Biblioteca Municipal de Uberaba com o objetivo de renovarmos alguns livros e procurar outros que iríamos utilizar, encontramos a obra *Lucília – Rosa Vermelha* (utilizado na escrita da Tese, consta das Referências). Este livro trata da história de Lucília Soares Rosa, secretária de Luis Carlos Prestes, que residiu em Uberaba. O autor, além das questões relacionadas à história de Lucília e do contexto político da época, apresenta a versão contada pelos perseguidos e excluídos pelo sistema, diferenciando-se assim da escrita dos memorialistas uberabenses.

Porém, o que nos chamou a atenção ao encontrarmos o livro, foi o fato de o mesmo ter sido impresso e distribuído por uma gráfica do município de Sacramento, não de Uberaba. Interessante, para não dizer estranho. Tentei comprar o livro em Uberaba e não o encontrei em nenhuma livraria. Para obtê-lo, fui à cidade de Sacramento e, na mesma gráfica que o imprimiu e distribuiu, eu o comprei.

Mas algo ainda me intrigava: por que este livro não foi impresso e distribuído no município de Uberaba? A resposta foi clara: não houve interesse de nenhuma gráfica do município de Uberaba em imprimir e distribuir o referido livro. Coisas da “terrinha do Zebu”.

No entanto, os livros dos memorialistas que escrevem para elites são reeditados pelo Arquivo Público Municipal de Uberaba, sem dificuldades ou burocracia; porém, os escritores que publicam um livro que não conta a história com o olhar hegemônico das elites e, sim, dos que foram perseguidos e excluídos pelo sistema vigente, estes simplesmente precisam imprimir e distribuir seus livros em outros municípios.

O mesmo ocorre com as obras do escritor uberabense Orlando Ferreira (Doca), que jamais teve um de seus livros reeditados pelo Arquivo Público de Uberaba, pois o mesmo, nas suas obras *Terra Madrasta: um povo infeliz* e *Pântano Sagrado* discorda, critica e, de forma pertinente, instiga uma reflexão acerca da realidade econômica, política e social do município de Uberaba, apontando inclusive as famílias que compõem as elites dominantes e as práticas que utilizam como instrumento de manutenção de seu poder e que, consequentemente, são responsáveis pelo “marasmo” em relação ao não desenvolvimento do município de Uberaba, nos termos das possibilidades que a história brasileira ter-lhe-ia apresentado, sobretudo na região do Triângulo Mineiro.

A partir destes apontamentos, concluímos que os sujeitos sociais do município de Uberaba conhecem a história da referida cidade apenas na visão dos “vencedores”, que utilizam os “óculos” delineados e controlados por aqueles que querem fazer da Memória não um instrumento de reflexão e de análise pertinente frente aos acontecimentos, e, sim, um instrumento de poder e disputas acerca da manutenção e da (re)configuração das elites uberabenses e de suas várias interfaces, construídas pelo poder e pela hegemonia de uma minoria.

Com base em nossa pesquisa, defendemos a tese de que as elites uberabenses se (re)configuraram na (re)produção do espaço geográfico e, na sua diversidade, estabeleceram novas práticas, propiciando, assim, a manutenção de seu poder hegemônico. Nesta perspectiva, não existe mais o coronel com revólver na cintura e um chicote na mão, acompanhado de inúmeros jagunços, dispostos a

fazer as vontades do coronel a qualquer preço. Estas práticas fizeram parte da realidade da “Princesa do Sertão” dos séculos XVIII a XIX.

Atualmente, os coronéis continuam atuando fortemente na “Princesa do Sertão” do século XXI, mas com uma nova roupagem: estabeleceram novas práticas e, na sua diversidade, ainda mantêm o seu poder hegemônico; surge agora o Coronelismo Despótico, com práticas que perfazem a realidade globalizada e imbricada no consumismo.

O Coronel Despótico possui outras estruturas de poder: o título de doutor e o uso dos recursos públicos como instrumento de poder. Como exemplo, citamos o uso da máquina administrativa (contratando empresas de publicidade, nomeando cargos indicados e comissionados, viabilizando obras “de interesse público”).

Todavia, outra prática realizada pelas elites uberabenses, reconstruída no transcorrer do tempo histórico, foi a dos casamentos na mesma parentela, com o objetivo único de protegerem suas fortunas, agregarem poder político e econômico nos “quintais de suas fazendas” e, concomitantemente “proteger seus fazendões”, evitando, assim, a divisão de bens, caso ocorresse o fim dos casamentos.

Propiciamos um debate e, ao mesmo tempo, utilizamos vários exemplos que demonstram a relativamente recente “apropriação”, por parte das elites, das práticas propiciadas pelo uso da ciência, da tecnologia e da pesquisa, hoje os mais novos instrumentos de (re)configuração das elites uberabenses, para, assim, perpetuarem sua hegemonia e reafirmarem o imaginário do município de Uberaba como a “Capital mundial do Zebu”, certamente um novo imaginário para o espaço geográfico uberabense e para as esferas sociais que nele se sustentam e se reproduzem. Portanto, o papel desenvolvido pela ABCZ no transcorrer das décadas foi fundamental, incentivando a modernização de práticas que foram reelaboradas e incorporadas pelas elites do Zebu.

Estas práticas caracterizam o que podemos chamar de “pecuária científica”, hoje a expressão concreta da tese que defendemos – a (re)reconfiguração das elites uberabenses e o uso de novas práticas para a perpetuação de sua hegemonia. Ou será que estamos condenados ao Zebu para favorecer uma minoria que detém poder econômico e político.

Porém, o cidadão comum, que não conhece estas teias de poder da qual ele faz parte e, dados os rumos definidos pela política-econômica do município, não tem

acesso nem às condições necessárias à dignidade da pessoa humana, nem aos frutos do comércio do gado Zebu, enormemente fortalecido nos mercados nacional e estrangeiro. Uma pequena quantidade do sêmen de um touro Zebu reprodutor equivale a milhares de reais, e algumas vacas zebuínas custam milhões de reais. Estes são alguns dos reflexos da "pecuária científica" na hegemonia das elites do gado Zebu, o que requer outra pesquisa. Eis outro desafio...

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A Promessa Política.** Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ASSEMBLEIA LEGISTIVA DE MINAS GERAIS. **RESISTÊNCIA E AÇÃO:** Minas e a luta contra o neoliberalismo. Deputado Anderson Adauto – discursos 1999, Belo Horizonte, 1999.

BILAC, M. B. B. **As elites políticas de Rio claro**: recrutamento e trajetória. Campinas: Unimep/Unicamp, 2001.

BILHARINHO, Guido. **Uberaba**: dois séculos de História (de janeiro de 1930 a dezembro de 2007). Uberaba: Edição Arquivo Público de Uberaba-MG, 2009. (vol. 2).

_____. **Uberaba**: dois séculos de História (dos antecedentes a 1929). Uberaba: Edição Arquivo Público de Uberaba-MG, 2007. (vol. 1).

BILHARINHO, José Soares. **História da Medicina em Uberaba.** Uberaba. ERG, 1980, vol I

_____ **História da Medicina em Uberaba.** Uberaba. Editora Vtória, 1983, vol II.

_____**História da Medicina em Uberaba.** Uberaba. Pinti Editora e Gráfica, 1995, vol V

BÔAS, G.V. GONÇALVES, M,A.(Org), **o Brasil na virada do século:** o debate dos cientistas sócias. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BOBBIO, N. **O filósofo e a política**. Tradução de César Benjamin e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

_____. **Teoria Geral da Política.** Tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO; N. MATTEUCCI; N. PASQUINO; G. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriele, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini. 13 ed. 5º reimpressão. Brasília. Editora Universidade de Brasília.2010. Vol. I

BOBBIO; N. MATTEUCCI; N. PASQUINO; G. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C. Varriele, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini. 13 ed. 5º reimpressão. Brasília. Editora Universidade de Brasília.2010.Vol. II

BORON, A.A. **La Filosofia Política Moderna:** De Hobbes a Marx. Buenos Aires – Argentina: Gráficas y Servicios, 2003.

BOTTOMORE, T. **As elites e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974..

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo capital comercial, geopolítica e agroindústria**. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1989.

BRAUDEL. F. **Gramática das Civilizações.** Tradução Antonio de Pádua Danesi. 3º ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2004.

BURKE, P. **História e teoria social.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. São Paulo, Editora Unesp, 2012.

_____.**Veneza e Amsterdã:** um estudo das elites do século XVII. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BRUM, A.J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 27. ed. Ijuí: Ed UNIJUI; Petrópolis: Vozes, 2010.

CALVEZ, J. Y. **Política:** uma introdução. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 2002.

CLAVAL, P. **ESPAÇO E PODER.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CARLOS, A. F. A. **Espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Espaço**. Tempo na Metrópole. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, J.M. **PONTOS E BORDADOS:** Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UEMG, 1998.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHAUI, M. **CULTURA E DEMOCRACIA:** o discurso competente e outras falas. 13º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHÂTELET, F. DUHAMEL,O. KOUCHNER, E.P. **HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio Janeiro, Zahar Ed, 2000.

_____. **AS CONCEPÇÕES POLÍTICAS DO SÉCULO XX:** História do Pensamento Político. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de janeiro: Zahar Editores, 1983.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA. R. L. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORASPE, E,G,S. COUTINHO,P.R. **O PODER LEGISLATIVO ATRAVES DO TEMPO.** Uberaba-MG: Gráfica 3 Pinti, 2012.

CUNHA, Antonio Ronaldo Rodrigues. **A Saga de uma família** (retratos de vida). Campinas: RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda., 2008. (Vol. 2).

CUNHA, Antonio Ronaldo Rodrigues; AMATO, Marta. **A Saga de uma família**. (Genealogia e história). Campinas: RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda., 2008. (Vol. 1).

DEL PRIORE, M. VENANCIO, R. **UMA BREVE HISTÓRIA DO BRASIL.** São Paulo: Editora Planeta, 2010.

DAOU, A.M.L. **A CIDADE, O TEATRO EO "PAIZ DAS SERINGUEIRAS":** Práticas e Representações da Sociedade Amazonense na virada do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (Tese de Doutorado).

DIAS, M. M. **A formação das elites numa vila colonial paulista:** Mogi das Cruzes (1608–1646). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

FAORO, R. **Os donos do poder**.10. ed. São Paulo: Globo, 2000. (Vol. 1 e 2).

FAUSTO,B. **História Geral da Civilização Brasileira.** Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERRARI, D.C.; CELLURALE, L. H.; DINIZ, M.S.; TOSTA, C.G. **Administração Municipal em Uberaba:** de Capitão Domingos a Anderson Adauto. Uberaba-MG: Publi Editora e Gráfica Ltda., 2011.

FERREIRA; D,M,PRATA. **Do Silva ao Prata.** Uberaba-MG: 1990.

FERREIRA,I. **Subsídio para a História de Eurípedes Barsanulfo.** Uberaba-MG:Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1962.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**.2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FERREIRA, O. **Terra madrasta:** um povo infeliz. Uberaba: Gráfica A Flama, 1928.

FERREIRA, O. **O pântano sagrado**. Uberaba: Gráfica A Flama, 1948.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FORTUNATO, M.L. **O Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local.** Campinas: UNICAMP, 2000.

FREITAS, L.C.B.P. **AS ELITES BRASILEIRAS E A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.** São Paulo: USP – Faculdade de Filosifia, Letras e Ciências Humanas, 1985. (Tese de Doutorado).

GASPARI, E. **A DITADURA ENVERGONHADA.** São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GEORGE. P. **PANORAMA DO MUNTO ATUAL.** Tradução Pedro Alcântara Figueira. 3º Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

GRYNSZPAN, M. **Ciência, política e trajetórias sociais**: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. **AS ELITES DA TEORIA:** mosca, pareto e a teorias das elites. Rio de janeiro: UFRJ, 1994.

GUIMARÃES, E. N. **Infraestrutura Pública e movimento de capitais**: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990.

_____. **Formação e Desenvolvimento Econômico do Triângulo Mineiro:** integração nacional e consolidação regional. Uberlândia-MG: EDUFU, 2010.

GURVITH, G. **As Classes Sociais.** São Paulo: Global, 1982.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARDT, M. NEGRI, A. **IMPÉRIO.** Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA.** Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10 ª ed.São Paulo: Loyola,2001.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Visão do paraíso**. 6. ed. São Paulo: ed. Brasiliense,1994.

_____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras,1995.

HOBBES, T. **LEVIATÃ,ou, a Matéria ,Forma e Poder de uma Estado Eclesiástico e Civil.** Tradução Rosina D'Angina; Consultor Jurídico Thélio de Magalhães. São Paulo-SP:Ed. Ícone, 2008.

KELLER, S. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

IANNI, O. **ESTADO E CAPITALISMO.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 5. ed. Campinas: Papirus, 1988.

_____. **Geografia do Subdesenvolvimento.** Tradução T. Santos. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

_____. **A Geopolítica do Mediterrâneo.** Tradução Pedro Elói Duarte. Lisboa –Portugal: Edições 70, 2006.

_____. **De La Géopolitique Aux Paysagens:**Diticionaire de La géographie. Paris: Armand Colin/VUEF, 2003.

_____. **A GEOGRAFIA.** In. CHÂTELET,F. A Filosofia das Ciências Sociais: De 1860 aos nossos dias. Tradução de Hilton Ferreira Japiassú, Rio de janeiro: Zahar, 1974.

LEFBVRE, H. **O DIREITO À CIDADE.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. **A REVOLUÇÃO URBANA.** Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFORT, C. **DESAFIOS DA ESCRITA POLÍTICA.** Tradução Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

_____. **Pensando o Político:** ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Tradução Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira, Suzana Ferreira Borges. 5ª Ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2003.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LENCIONI; S. **REGIÃO E GEOGRAFIA:** Uma introdução ao Estudo da Noção de Região. São Paulo: Tese de Livre Docência – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1997

LONGHI, R.S. G. **UNIDADE E FRAGMENTAÇÃO:** O Movimento Separatista do Triângulo Mineiro. Dissertação de Mestrado da Pós graduação na Faculdade de Ciências Sociais- PUC de São Paulo, 1996.

LOPES, M. A. B.; REZENDE, E. M. M. **ABCZ - 50 histórias e histórias**. Uberaba-MG: Editora Rotal, 1984.

LOPES, M. A. B.; REZENDE, E. M. M. **ABCZ histórias e histórias**. São Paulo: Com desenho, 2001.

LOURENÇO, L. A. B. **A Oeste das Minas:** escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861**)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

_____.**O Triângulo Mineiro, do Império à República:** o extremo oeste de Minas Gerais na transmissão para a ordem capitalista (segunda metade do século XX)**.** Uberlândia-MG: EDUFU, 2010.

MACIEL, L.A. ALMEIDA, P.R. KHOURY, Y.A.(org) **OUTRAS HISTÓRIAS:** Memórias e Linguagens. São Paulo: Olho d' Água, 2006.

MANFREDI, S.M. **FORMAÇÃO SINDICAL NO BRASIL**: História de uma prática cultural.São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MATOS; C.M. **GEOPOLITICA.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011 **–**vol. I, II e III

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia, século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDONÇA, J. **História de Uberaba.** Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MESZAROS, I. **O PODER DA IDEOLOGIA.** Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MILLS, C. W. **A elite do poder.** Tradução de Waltersir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968.

MILLS, C. W. **Poder e política.** Tradução de Waltersir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MOODIE, A.E. **GEOGRAFIA e POLÍTICA.** Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de janeiro: Zahar Editores, 1965.

MOSCA, G. **História das doutrinas políticas:** desde a antiguidade. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MONTESQUIEU, C.S. **O Espírito da Leis.** Tradução Cristina Murachco. 3º ed. São Paulo-SP:Martins Fontes, 2005.

_____. **Cartas Persas.** Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo-SP: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

NABUT, J. **Coisas que me contaram crônicas que escrevi.** Uberaba-MG: Editora, 1976.

NETO, C. J. A. S. **O Processo de ruptura do voto-de-cabresto do coronelismo:** Seridó Potiguar (1950). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília-2003.

OLIVEIRA, F. **ELEGIA PARA UMA RE(LI)GIÃO.** 6º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, L. G. **Memória, História e Causos de Uberaba bão.** Uberaba-MG: Editora e Gráfica Cenecista, 1997.

_____. **Terra Mãe.** Uberaba: Editora Gráfica Cenecista Dr. José Ferreira, 2012.

ORTEGA, A.C. **TERRITÓRIOS DEPRIMIDOS:** desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas-SP, Edufu, 2008.

PAOLINELLI, S.M.R.(org) **Coletânea BIOGRAFICA DE ESCRITORES Uberabenses.** Uberaba-MG: SABI Uberaba, 2009.

PARETO, V. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

PEREIRA, L. M. **A cidade do favor:** Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros-MG: Ed. Unimontes, 2002.

PONTES, H. **História de Uberaba e a civilização no Brasil Central**. 2. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporane.** São Paulo: Brasilense; Publifolha, 2000.

PRATA, T. H. **Crônicas.** Uberaba-MG, Editora Vitória. 2012.

_____**. Memorias da Memória:** de Joaquim a José: uma visita à casa paterna. São Paulo-SP: Ed. De José Expedito Prata, 2008.

_____. **Dom Alexandre:** o Patriarca. Uberaba-MG: Editora Gráfica Martins, 1999.

RAFFESTIN.C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REGO, André Heáclio. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

REZENDE, E. M. M. **Uberaba**: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910). 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1983.

SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S.(Org.). **BRASIL**: um século de transformações. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2001.

SAMPAIO, B. **UBERABA:** história, fatos e homens. 2ª ed. Uberaba-MG: Arquivo Público de Uberaba, 2001.

SANT0S; B.S. **PELA MÃO DE ALICE:** O social e o político na pós-modernidade. 13º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **RENOVAR A TEORIA CRÍTICA:** e reinventar a emancipação social. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS; J.P. **HISTÓRIA EM MOSAICO.** Uberaba-MG: Arquivo Publico de Uberaba, 1995.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Espaço & método**.São Paulo:Nobel, 1985.

_____ **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Nobel 1988.

_____. **O espaço do cidadão.** 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

_____. **Por uma nova Geografia**: da crítica da geografia a uma geografia crítica**.** 6. Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Território e Sociedade.** 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SANTOS: R. **O ZEBU: Edição comemorativa dos 60 anos do Registro Genealógico ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.** Uberaba-MG: Editora Agropecuária Tropical Ltda. 1998.

SAQUET; M,A. SPOSITO; E, S.(org) **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009.

SAQUET; M.A. SANTOS; R.A.(org) **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SAQUET; M.A. SOUZA; E.B.C. (org) **Leituras do Conceito de Território e de processos especiais.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SILVA, H. J. S. **Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro**: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista

(1890- 1920). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de São Paulo, Franca, 1998.

SILVA, J. M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

SILVA; L, M, O. **A Princesa do Sertão, no comando, um Libanês.**Uberaba-MG: Editora Vitória, 2012.

SILVA, L. R. **Do senso-comum à GEOGRAFIA CIENTIFICA.** São Paulo: Contexto, 2004.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VLACH, Vânia R. F. La idea de territorio en el proceso de constitución del Estado en Brasil: la enseñanza de la Geografía, entre la ideología y la racionalid, 1822-1946. In: CARBÓ, Eulalia R., Vargas, Héctor M., Martín, Pere Sunyer (Coord.). **La integración del território en una idea de Estado**. México y Brasil, 1821-1946. México, D.F.: Instituto de Geografía/UNAM, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora. 2007. p. 547-571.

VILELA, L. M.; MOLINAR, L. A. **Lucilia: Rosa Vermelha.** Sacramento-MG. Editora Bertolucci, 2011.

VOLTAIRE. **Cartas Filosóficas.** Tradução Renata Maria Parreira Cordeiro.São Paulo-SP: Landy Livraria Editora e Distribuidora:2001.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **O papel das elites no desenvolvimento político do município de Uberaba-MG – 1910 a 1960**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

WEBER, M. **CIÊNCIA E POLÍTICA.** Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WELFFORT, F,C.(org) **Os Clássicos da Política.** 12ª ed. São Paulo: Àtica' 1999.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILHEIM,J. PINHEIRO,P.S.(org) **BRASIL UM SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES.** São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

WHITAKER, D.C.A. **SOCIOLOGIA RURAL:** questões metodológicas emergentes. Presidente Wescelau –SP: Letras à Margem, 2002.

WRIGHT, M. As Altas Rodas. In: _____. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 11-40.

_____.**A POLÍTICA DO PODER.** Tradução C. Sérgio Duarte. Brasília: Editora UNB, 2002.

FONTES

JORNAIS, REVISTAS E DOCUMENTOS OFICIAIS.

ABCZ. **A Revista Brasileira do Zebu e seus Cruzamentos**, n. 19, mar.-abr. 2004.

ABCZ. **A Revista Brasileira do Zebu e seus Cruzamentos**, ano 3, n. 18, jan.-fev. 2004.

ABCZ. **A Revista Brasileira do Zebu e seus Cruzamentos**, ano 4, n. 21, jul.-ago. 2004, p. 122.

ANUÁRIO NEGÓCIO FECHADO. **Uberaba: o retrato de uma cidade que se impõe no Sudeste brasileiro.** 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA. Disponível em: http://www.camarauberaba.mg.gov.br/novo/info_vereador.php?id=20.Acesso em: 23 jan. 2013.

VEJA. **Escândalo do Mensalão – Sobre o Esândalo.** 13/11/2012. Disponível em: http://veja.abril.com.br/infograficos/redeescandalos/redeescandalos.shtml?governo=lula&scrollto=27. *Acesso em: 20 nov. 2012.*

JANILTON. A escala de importância na terra do zebu. ***Jornal Abadia***, ano III, maio 2013, p. 02

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Nr. 2538 – 01/10/1922.

_____. Data. 11/05/1988.

_____. Data 11/05/1982.

_____data 08/10/1982

_____data 17/11/1927

_____data 17/05/1928

_____data 30/12/1933

_____data 02/01/1934

JORNAL DA MANHÃ . data 03/05/1984.

_____. data 21/11/2010.

_____data 28/12/1984.

_____data 12/12/2010.

_____data 19/07/2011.

_____data 20/04/2012

_____data 06/07/2013

_____data 01/05/1988.

_____data 05/05/1988.

_____data 07/05/1988

_____-data 04/10/2000

_____data 22/12/1999

JORNAL DE UBERABA. data 14/01/2007.

_____data 15/11/1988.

_____data 18/07/2008.

JORNAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 25/05/1988.

HÉRODOTE. **Revue de géographie et de géopolitique.** 3º trimestre 2006, n.122.

REVISTA GIR LEITEIRO – Edição nr. 14 ano 2012.

SCIELO. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo:** discussão conceitual**.** José Murilo de Carvalho. Dados v. 40 n. 2 Rio de janeiro, 1997.

SCIELO. **História Oral e Narrativas:** tempo memória e identidades. Lucília de Almeida Neves Delgado. História Oral, n.06 , 2003, pág. 9 -25.

SÍTIOS.

WWW. Fazu.br. – acesso 20/05/2013.

WWW. Omelhor de Uberaba.blogspot.com.br – acesso 20/05/2013.

WWW. Tudouberaba.com.br- acesso 20/05/2013

WWW.ceciliaparente.com – acesso 20/05/2013

WWW.zebufm.com.br –acesso 20/05/2013

WWW.zebugrill.com acesso 20/05/2013

WWW.mktvirtual,com acesso 20/05/2013

WWW. Abcz.com – acesso 12/05/2013

WWW. Arquivopublicodeuberaba.blogspot.com.br acesso 2013

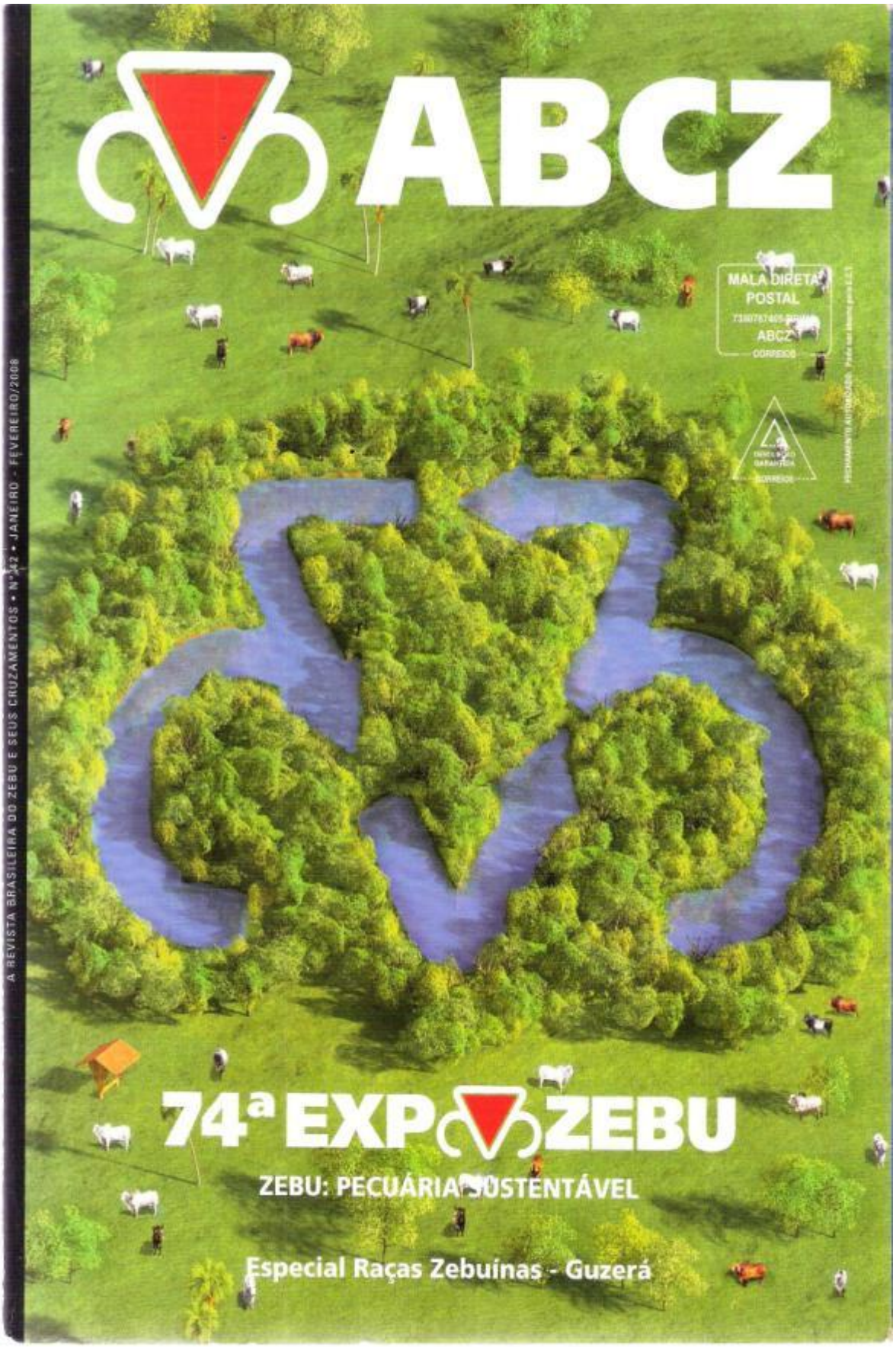
WWW.guaporépecuária com.br acesso 15/08/2013.

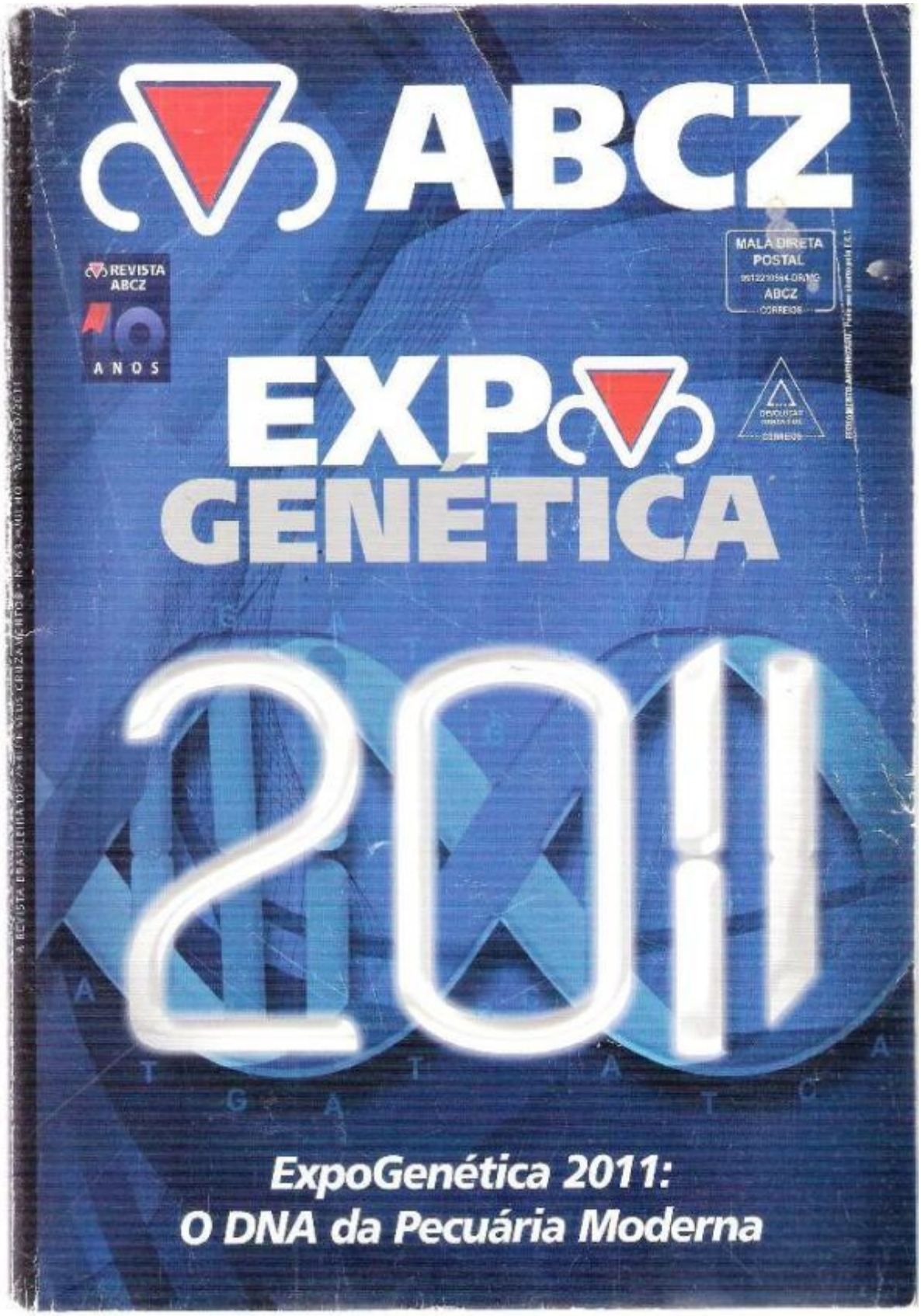
WWW.uberabasport.blogspot.com acesso 03/04/2010

WWW.shoppinguberaba.com.br acesso 01/07/2013

WWW.revistaveja.com acesso 20/11/2012.

ANEXOS


ABCZ
MALA DIRETA POSTAL
ABCZ
CORREIOS
A REVISTA BRASILEIRA DO ZEBU E SEUS CRUZAMENTOS • Nº 42 • JANEIRO - FEVEREIRO/2008
74ª EXPOZEBU
ZEBU: PECUÁRIA SUSTENTÁVEL
Especial Raças Zebuínas - Guzerá


ABCZ
REVISTA ABCZ
40 ANOS
MALA DIRETA POSTAL
ABCZ
CORREIOS
EXPO GENÉTICA
2011
ExpoGenética 2011:
O DNA da Pecuária Moderna

26/09/2008 às 00:59 Jornal Uberaba

Livro conta saga dos Rodrigues da Cunha

Uberaba conta com uma considerável força de trabalho da família Rodrigues da Cunha. É o que admite o autor do livro, que será lançado hoje, às 19h30, no Tattersal ABCZ, o empresário Antônio Ronaldo Rodrigues da Cunha, com pesquisa da genealogista Marta Amato.

Em entrevista ao JORNAL DE UBERABA, ele revela que ter tido participação praticamente direta na definição dos destinos da cidade foi muito bom para a família. Admite que há dados da família para uma segunda edição. Está convicto de que os recém-chegados, com sua energia nova e vontade de vencer, a exemplo dos antigos, vão engrandecer a "Uberaba de todos nós". Na entrevista, ele elege as prioridades que farão da cidade um lugar ainda melhor para se viver.

JORNAL DE UBERABA – O que levou o senhor a se interessar pelas origens de sua família?
Antônio Ronaldo Rodrigues da Cunha - Sempre fui muito família. Me interesso pelos problemas, sucessos, dificuldades de meus irmãos, filhos, sobrinhos e até de parentes mais distantes. Indagando dos mais velhos sobre as nossas raízes, encontrei sempre a mesma resposta: não sei! Ouvi, algumas vezes, que um dos nossos estaria preparando uma árvore de nossos antepassados. Nada de concreto, além de Hildebrando A. Pontes, em 1929.
A memória se perdia. As fontes de informação estavam sendo enterradas. Era urgente fazer alguma coisa. Resolvi, de repente, num acesso de loucura, enfrentar a tarefa de recuperar alguns elos perdidos. Não sabia, entretanto, que os dados necessários exigiriam muita gana, trabalho e até aborrecimentos. Afinal tratava-se de mais de dez mil pessoas. Nesta hora, lembrei o atleta olímpico, quando disse: LUTAR SEMPRE, CAIR TALVEZ, DESISTIR JAMAIS! Alea jacta est!

JU – Há quanto tempo o senhor está envolvido neste projeto?
Antônio Ronaldo – Para cumprir com o meu propósito, contratei a genealogista e pesquisadora Marta Amato, com grande experiência no assunto, que poderia nos ajudar nessa tarefa. Desde o início, fevereiro/2007, me propus a finalizar em 2008. Sem metas não vamos a lugar nenhum. Felizmente, hoje, chegamos ao fim de nossa proposta inicial. Foram 18 meses de pesquisas, tempo insuficiente para colecionar todos os dados da família. Faltarão, certamente, para uma segunda edição, mais uns dez mil. Nessa hora teremos candidato próprio à Presidência da República...
JU – Que curiosidades o senhor pode adiantar para que se aguce o interesse dos leitores pela obra?
Antônio Ronaldo - O assunto de genealogia é, quase sempre,

maçante. Quem gosta, gosta. Entretanto, quem não quer saber o nome de seus avós, bisavós ou tetravós? Quem sabe descolam uma herança perdida no meio dos inventários que estão no livro? Ou um escravo? Ou uma vaca parida? Ou uma espingarda enferrujada? A história é mais interessante e certamente agradará a todos... A parte que mais me surpreendeu foi a riqueza dos detalhes nos testamentos dos falecidos. Recomendo a leitura do inventário do Cap. Francisco da Cunha Mattos, às págs. 81, 82, 83 e 84.

JU – A família Rodrigues da Cunha tem ajudado a escrever a história de Uberaba sob o aspecto pessoal de retidão e união entre seus integrantes, bem como no que se refere às atitudes empresariais que contribuem substancialmente para o desenvolvimento do município. Isso está retratado na publicação?
Antônio Ronaldo – Gostaríamos de ter enfatizado mais as biografias de nossos familiares, mas conseguimos poucas informações. As famílias não têm cultivado o hábito de preservar o currículo dos seus. O livro conta algumas façanhas, mas tenho certeza de que temos um relevante saldo positivo, em relação aos empreendimentos relatados. Muito mais se fez por Uberaba e que deverá ser acrescentado no futuro. Aproveito para convidar os parentes para nos enviarem o histórico dos seus. As informações serão cadastradas por nós e serão apresentadas a São Pedro na hora H.

JU – Historicamente, fala-se que os Rodrigues da Cunha são donos de Uberaba, o que ficou ainda mais forte quando seu então genro, Luiz Guaritá Neto, foi eleito prefeito da cidade. Esse burburinho incomoda?
Antônio Ronaldo – Quem se projeta incomoda, quem aparece também. Às vezes estranhamos o tratamento diferenciado que recebemos. Quando nos chamam pejorativamente de donos da cidade, nunca mencionam os empregos que geramos nos mais diversos setores, nestes 200 anos. Como somos muito numerosos, alguma coisa nos deve ser atribuída. Conosco, Uberaba conta com uma considerável força de trabalho. A família reunida tem uma partezinha de Uberaba. Quem não tem muito, certamente terá aquele terreninho no São João Batista ou no Candongas...

JU – Antes, Hugo Rodrigues da Cunha também esteve no cargo máximo do município. Ter participação praticamente direta na definição dos destinos de Uberaba foi bom ou ruim para os Rodrigues da Cunha?
Antônio Ronaldo – Claro que foi muito bom, pois Uberaba foi muito bem administrada e progrediu muito e usufruímos, como todos os demais uberabenses, da qualidade de seu trabalho. Hugo fez sua prestação de serviço ao município com critério,

caráter, visão empresarial e honestidade. Também honrou seus mandatos de deputado federal. Espero que agora, nos seus 80 anos, receba de Uberaba a contrapartida em respeito, solidariedade e gratidão.

JU – Segundo o Houaiss, saga é o nome dado pelos romanos às bruxas e feiticeiras. É também um termo utilizado para representar grande sofrimento. Os Rodrigues da Cunha enfrentaram muitas agruras ao longo de sua caminhada?
Antônio Ronaldo – Tomamos a palavra saga, da linguagem nórdica, na primeira acepção que consta no dicionário etimológico: conto, narrativa da memória escandinava. Em alemão se escreve sage. Do latim, a palavra saga designa a feiticeira, a adivinhadora. Deu também origem ao adjetivo sagaz = sábio e a sagacidade, que é uma acuidade de visão. É lógico que os Rodrigues da Cunha tiveram, como todos os pioneiros da cidade e da região, de trabalhar duro, em épocas remotas, sem estradas, sem meios de comunicação, sem a menor infra-estrutura. Minha mãe, por exemplo, foi de sua fazenda no Veríssimo para a casa de seus pais, no Prata, para dar à luz seu primeiro filho, José Humberto, em agosto de 1911.

JU – Especificamente em Uberaba, quantos são os Rodrigues da Cunha e o que pretendem fazer por esta cidade?
Antônio Ronaldo – Não tive tempo de resenhar os Rodrigues da Cunha de Uberaba. Somos diversos e inúmeros ramos: os Cunha Castro, os Castro Cunha, os Cunha Oliveira, os Oliveira, os Andrade Cunha, os Marquez, os Marquez Guaritá, os Mendes dos Santos, os Prata, os Mattos, os Teixeira, os Ferreira, os Andrade Mello, os Rezende Lopes e os Rezende Braga e tantos outros, somos famílias entrelaçadas, nestes 200 anos. Acolhemos os recém-chegados com otimismo, pois com sua energia nova e vontade de vencer, vão engrandecer a Uberaba de todos nós.

JU – O livro tem a chancela do Ministério da Cultura, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. Ele será uma referência histórica e cultural, mas qual é o seu objetivo maior com a divulgação dessa história?
Antônio Ronaldo – O Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet, permite que empresas e até pessoas físicas patrocinem obras previamente aprovadas e com orçamento de custo. Nosso objetivo, com a divulgação do livro, é resgatar parte de nossa história, que se perde dia a dia. E esta é a história de toda uma região, é também uma saga nacional, pois Uberaba, ocupando e trabalhando territórios do Brasil, protagonizou a saga do zebu, que permitiu ao nosso país conseguir o maior rebanho comercial do mundo.

JU – O senhor concorda que os Rodrigues da Cunha e Uberaba

se confundem? Como avalia o povo uberabense, sua disposição e seu amor pela cidade? O que seus dirigentes deveriam priorizar?
Antônio Ronaldo – Um dos maiores expoentes do bairrismo uberabense foi Ataliba Guaritá Neto. Rodrigues da Cunha pela linhagem paterna e materna. A pessoa inigualável de sua mãe, Niza Guaritá, descende dos Marquez. Foi ele o porta-voz de nossa imensa dedicação à nossa cidade. De fato, pelos entrelaçamentos sucessivos nestes 200 anos das famílias da região, nós nos consideramos parte de Uberaba, a ela nos integramos por nossa história e nosso trabalho. Confiamos em nossos dirigentes. Se eles se propõem candidatos, devem ter um plano e um ideal para a Uberaba de todos nós. Penso em quatro prioridades: emprego digno, segurança máxima, educação exemplar, habitação para todos, com os requisitos mínimos de água, luz, esgoto e transporte adequado.

JU – A poucos dias das eleições municipais, o que o senhor espera do próximo prefeito de Uberaba?
Antônio Ronaldo – O próximo dirigente vai receber uma cidade com infra-estrutura firme, que pode suportar os mais arrojados empreendimentos. Os Distritos Industriais, o Porto Seco, o Gasoduto, as estradas, a localização estratégica, a economia firme, muitos equipamentos comunitários, como unidades básicas de saúde, escolas, creches. O prioritário é que ponham toda esta engrenagem funcionando a todo vapor. Se cumprirem 50% de suas propostas, será maravilhoso.

JU – O que o senhor gostaria de ressaltar sobre a cidade de Uberaba?
Antônio Ronaldo – Ser uberabense é nosso maior orgulho. À nossa terra dediquei todo meu esforço e meu trabalho. O que pude realizar, realizei. Espero ter contribuído com minha cota e não tê-los decepcionado.

Rose Dutra

Entrevista exclusiva:
Deputado Paulo Piau Nogueira
Ele vai administrar a capital mundial do zebu

"Sem a união dos produtores o Gir Leiteiro seria apenas mais uma raça", afirma o Deputado Federal Paulo Piau Nogueira (PMDB-MG) em sua entrevista para a revista Gir Leiteiro. Natural de Patos de Minas, engenheiro agrônomo, pesquisador licenciado da Epamig, lotado em Uberaba, onde exerceu os cargos de secretário Municipal das pastas de Agricultura e de Indústria e Comércio, foi Deputado Estadual mineiro por três mandatos e Federal por dois. Um dos fatos marcantes da sua carreira política foi o de Relator do Código Florestal.

Paulo Piau acabou de ser eleito para a prefeitura de Uberaba, capital mundial do zebu, que está inserida em uma grande bacia leiteira mineira, onde estão localizadas grandes indústrias de lácteos. "Ser prefeito de Uberaba exige o fortalecimento de parcerias com entidades locais, como é o caso da ABCGIL, nacionais e regionais, para que, da cidade, parta o bom exemplo para o Brasil todo", argumenta.

|||| **Gir Leiteiro - Com toda sua experiência como engenheiro agrônomo, pesquisador, parlamentar e, agora, como prefeito de Uberaba, como o senhor percebe a importância do zebu para esta região?**

Paulo Piau Nogueira: O zebu veio pra ficar. O País teve o privilégio e buscá-lo na Índia. A raça chegou, inicialmente, em três lugares do Brasil: na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Foi a partir da cidade mineira de Uberaba que os zebuínos progrediram e se consolidaram com raça de leite e de corte do Brasil. Atualmente, o que não é Zebu puro é cruzado.

|||| **GL - Qual a importância do Gir Leiteiro nesse contexto?**

PPN: A raça, que inicialmente foi criada no País para corte, perdeu espaço com o advento do Nelore. No entanto, o Gir Leiteiro, desenvolvido como raça potente, de dupla aptidão, com foco principal no leite, passou a ocupar, com muita competência, o seu espaço na pecuária brasileira.

|||| **GL - Como o sr. vê ABCGIL (Associação Brasileira de Criadores e Gir Leiteiro) e o seu papel no desenvolvimento de projetos de melhoramento genético da raça?**

PPN: O setor produtivo, quando se organiza, cresce e se desenvolve. Sem a união dos produtores o Gir Leiteiro seria apenas mais uma raça. Graças à ABCGIL, que organizou os produtores com o propósito de trabalhar para o desenvolvimento da sua aptidão para o leite, o Gir Leiteiro tornou-se o que é hoje: uma raça da mais alta relevância na pecuária brasileira.

|||| **GL - A ABCGIL desenvolve projetos importantes, como o PNMGL (Programa Nacional de Melhoramento do Gir Leiteiro), e agora começou um novo projeto, em parceria com EPAMIG, ABCZ, EMBRAPA GADO DE LEITE, HVU/UNIUBE e FAZU. Como o sr. analisa a união de parcerias com esta no processo de difusão e transferência de tecnologia do Gir Leiteiro?**

PPN: Conhecimento é fundamental para o desenvolvimento das raças de um modo geral. Buscar essas parcerias com as universidades e institutos de pesquisas como a ABCGIL buscou inteligentemente o apoio das pesquisas, foi a pedra de toque para que o Gir Leiteiro mantenha o sucesso que conquistou e continue avançando na escalada de crescimento para competir com a demais raças.

|||| **GL - Em sua opinião, qual a importância do Projeto Gir Leiteiro Sustentável, uma prova de produção de leite em condições naturais, normalmente encontrada nos currais de produção de leite, lançada recentemente?**

PPN: Acho uma iniciativa fundamental, até porque a característica brasileira é produzir carne e leite mais baratos. Quanto menos artificializar a alimentação, melhor. A produção de leite a pasto no Brasil, que possui áreas extensas apropriadas para a atividade pecuária, é fator de competitividade.

|||| GL - Como parlamentar, o senhor viveu um dos grandes momentos da história do Brasil, a votação do Código Florestal, do qual foi o relator na Câmara dos Deputados. Como o senhor classificaria este momento na vida do político Paulo Piau?

PPN: Considero-me um político realizado por tudo que fiz como deputado estadual, seja na área produtiva ou de sustentabilidade. Sou autor do Fundo de Recuperação de Bacias Hidrográficas, de Minas Gerais, que já aplicou mais de 600 milhões de reais na projeção nas nascentes e na conservação da vegetação ciliar, um projeto de minha autoria, que o governo do Estado absorveu como um fundo oficial. Como deputado federal, o grande projeto foi o Código Florestal, no qual pude dar a contribuição para que o Brasil continuasse produzindo, respeitando o meio ambiente e mantendo o homem no campo, produtores e trabalhadores rurais.

|||| GL - O que leva o senhor afirmar que não é um Código Florestal e, sim, um Código Ambiental? Por que, na sua visão, o Código é ambiental e não florestal?

PPN: Pelas dimensões das preservações, o Código Florestal brasileiro é mais ambiental que produtivo. O Brasil tem mais de 60% da sua vegetação nativa e preserva de 30 metros a 50 metros às margens do curso d'água. Nenhum país do mundo preserva nessas dimensões. O País tem muita área disponível e podemos nos dar o luxo de conservar nossa biodiversidade, mas isso requerer mais conhecimento e mais tecnologia, para produzirmos mais em menos espaço. Aí, é claro, temos um Gir Leiteiro mais produtivo, que dá mais leite em menor área.

|||| GL - Para o senhor, quais são os pontos positivos do Código Florestal?

PPN: O principal ponto positivo é o marco legal. As pessoas hoje sabem o que precisa que ser feito. Se fôssemos aplicar a lei anterior na integralidade, além de tirar do setor produtivo 80 milhões de hectares produtivos, expulsaríamos 2 milhões de famílias do campo, porque estavam à beira dos cursos d'água. As propriedades do Brasil, assim como as cidades, nasceram nas margens dos rios. Seria o êxodo rural em massa e, em consequência, menos gente no campo e mais importação de alimentos. Esse ajuste em cima dos 40% é um marco legal que vai trazer segurança jurídica para todos que agora não ficam à mercê do fiscal ambiental e do promotor em busca da assinatura de termos e ajustes de conduta que trouxeram, por um longo tempo, a intranquilidade para quem produz. A partir do novo código, o País terá paz no campo em relação às questões ambientais, pois temos uma lei que pode ser cumprida. Só não terá paz quem não cumprir a lei.

"O GIR LEITEIRO, DESENVOLVIDO COMO UMA RAÇA POTENTE, COM FOCO PRINCIPAL NO LEITE, PASSOU A OCUPAR, COM MUITA COMPETÊNCIA, O SEU ESPAÇO NA PECUÁRIA BRASILEIRA."

|||| GL - O Brasil, em sua opinião, é exemplo de sustentabilidade?

PPN: Com certeza, afinal, temos a lei ambiental mais rigorosa do mundo.

|||| GL - Como é deixar a função legislativa para assumir o Executivo na Capital do Zebu?

PPN: É uma responsabilidade muito grande porque a função executiva exige, além de planejamento, competência em gestão e apresentação de resultados para toda a comunidade. Essa nova missão, no executivo público, como prefeito de Uberaba, uma cidade importante no cenário nacional e internacional, é, para mim, um desafio. O nosso lema é facilitar a vida das pessoas, físicas e jurídicas. Ser prefeito de Uberaba exige o fortalecimento de parcerias com entidades nacionais, regionais e locais, como é o caso da ABCGIL, para que da cidade parta o bom exemplo para o Brasil.

|||| GL - Qual o potencial do setor leiteiro para a economia local e regional?

PPN: Uberaba é uma cidade pólo de grande importância para a região e para o País. Vale lembrar que temos a Megaleite, a maior exposição de leite do País, com presença de várias raças. A região do Triângulo Mineiro é muito significativa par a pecuária Leiteira de Minas Gerais, maior produtor de leite do País.

|||| GL - Da sua experiência como parlamentar, como incentivador do agronegócio, o que pretende levar para a sua gestão frente à Prefeitura de Uberaba?

PPN: Uberaba é uma cidade que tem 70% da sua economia e dos empregos ligados ao agronegócio, desde a produção primária de leite, soja e milho, genética, até as indústrias de fertilizantes (a Vale Fertilizantes e o projeto em fase final para uma planta de amônia da Petrobrás) e as agroindústrias que processam leite e madeira (Duratex). Fortalecer o agronegócio e a economia de Uberaba e incentivar a vinda de empresa do agro fazem parte de nossas ações voltadas para aumentar a oferta de emprego e melhorar a renda.

|||| GL - Deixe uma mensagem para os produtores rurais, em especial para os participantes da cadeia do leite.

PPN: Que tenham a compreensão de que o Brasil é um País novo na democracia e novo na universidade, a grande geradora de mão de obra e conhecimento. Mas tenham fé que somos uma grande nação e do papel que os produtores rurais desse país. Com todas as dificuldades que lhes são impostas e com todos os preconceitos que a sociedade urbana ainda carrega sobre os mesmos, não tenham dúvida de que a sua participação é vital para a construção de um Brasil rumo ao Primeiro Mundo.



"GRAÇAS À ABCGIL, QUE ORGANIZOU OS PRODUTORES COM O PROPÓSITO DE TRABALHAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA SUA APTIDÃO PARA O LEITE, O GIR LEITEIRO TORNOU-SE O QUE É HOJE."

Divulgação

Tecnologia

Por: Beatriz Cordenonsi Lopes e Melissa Miziara



Pesquisadores e técnicos dos programas de melhoramento genético das raças leiteiras e equipe do Polo

Difundindo novas tecnologias

Polo de Genética trabalha tecnologia, inovação, conhecimento e empreendedorismo na região de Uberaba

O Polo de Excelência em Genética Bovina, projeto da SECTES (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais) mantido com recursos da FAPEMIG, vem ampliando suas ações para disseminar e promover conhecimento e empreendedorismo na região de Uberaba, cidade foco de seu trabalho realizado junto a diversos parceiros.

Juntamente com o Sebrae/MG, o Polo está desenvolvendo uma série de ações nas empresas da região, o Programa Exportagenética, que inclui o diagnóstico da capacidade mercadológica, exportadora e a promoção da inovação tecnológica de processos e produtos. O programa vem proporcionando consultorias especializadas e gratuitas às empresas interessadas e elaboração de projetos específicos a fim de promover melhorias nos processos e serviços para o aumento da competitividade, inserção ou fortalecimento dos negócios no mercado exterior. As empresas parceiras do Polo, inseridas neste processo são: Alta Genetics, Biovitro, Cenatte Biotech, Chácara Naviraí, Fertilize, Geneal, Vitrogen e TK equipamentos.

Outra importante ação que será executada na região de Uberaba é a condução do Programa de Incentivo à Inovação (PII), projeto da Sectes e do Sebrae/MG. O objetivo do PII é gerar oportunidades de negócios, com a transformação de projetos de pesquisa aplicada em inovações tecnológicas, tendo como resultado efetivo a geração ou a transferência de tecnologia com geração de royalties. O programa vem sendo trabalhado, até então, dentro das Universidades de Minas Gerais, porém terá na região um caráter inovador, pois vem sendo trabalhada junto ao Polo, Sectes e SEBRAE, em uma proposta diferenciada: o PII empresarial, visto a importância deste segmento biotecnológico no Triângulo Mineiro.

Sustentabilidade e inovação

Neste mês de agosto, em parceria com a ABCZ, Epamig, CNPq, SEBRAE-MG, Sectes/Fapemig, FAZU, o Polo está promovendo o 8º Congresso Brasileiro das Raças Zebuínas e Simpósio "Pecuária Tropical Sustentável: inovação, avanços técnico-científicos e desafios", bem como o Encontro de Inovação em Pecuária Sustentável (com apoio do Sistema Mineiro de Inovação e Rede de Inovação Tecnológica para a Defesa Agropecuária), que serão realizados durante a ExpoGenética 2011, no Parque Fernando Costa, em Uberaba/MG.

O Polo, junto ao seu comitê gestor, vem atuando junto a cadeia do agronegócio pecuário a fim de reduzir a distância entre setor privado, governo e instituições de ensino e pesquisa para consolidar o Estado de Minas Gerais como referência nacional em inovação tecnológica, geração e difusão de conhecimentos e tecnologias para o melhoramento genético dos rebanhos bovinos.

Para saber mais acesse:
http://www.cigeneticabovina.com.br/

O Polo de Excelência em Genética Bovina é um Projeto da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTES/MG), apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Curtas da ABCGIL

11



Zavala, novo livro sobre Gir

José Otávio Lemos lança o livro *Zavala*, a vaca multicolorida, do qual é o autor e o editor, na Feileite 2012, em novembro, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo (SP). O zootecnista tem larga experiência com a raça, a começar da sua infância nas terras de Araxá (MG), e já percorreu muitas fazendas de criação e exposições no Brasil e em outros países, nessas últimas, como juiz. Ele coloca no livro sua experiência e a de outros técnicos e criadores sobre as muitas pelagens do Gir.

O nome escolhido, *Zavala*, foi inspirado na vaca de muitas cores, da cultura hindu. "*Zavala* tem a beleza do jardim de Krishna, como nas muitas histórias indianas, e nenhuma outra raça pode ser comparada a esta figuração, se não a Gir", conta o autor, que justifica a escolha do tema: "Notei que havia muita divergência com relação às cores de pelos e as combinações deles no território da pelagem do Gir".

A obra descreve a formação da raça nos aspectos zoológico e zootécnico. Mas o próprio José Otávio afirma que a linguagem é bem acessível. "O objetivo é informação e não erudição. Desejo que todos os leitores do livro possam até se divertir com ele; por isso, as ilustrações (fotos e desenhos) foram escolhidos em quantidade e qualidade."

O livro tem uma edição especial, com excelente acabamento e formato diferente. Além dos vários capítulos para fundamentar o tema das muitas possíveis pelagens dentro de uma mesma raça de muita estabilidade genética, de tantos séculos de seleção, os criadores também mostram um pouco dos seus criatórios, com texto, logomarca e fotos, além dos contatos.

José Otávio Lemos é conselheiro técnico da ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, jurado efetivo (com 27 anos de atuação) e da ABCGIL – Associação Brasileira de Criadores de Gir Leiteiro, e já apontou muitos campeões nacionais Gir do Brasil, México, Colômbia e da Bolívia, nos tantos julgamentos, como jurado único ou em comissão. Foi um dos precursores do julgamento do Gir Leiteiro e sempre destacou a raça como uma das mais importantes para a pecuária do Brasil e do mundo tropical.


Divulgação

12

Cooperação Técnica entre ABCGIL e SEBRAE/MG

Durante a 78ª ExpoZebu, em na cidade de Uberaba, MG, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre a ABCGIL e o SEBRAE/MG para ampliação e difusão de rebanhos colaboradores para o Programa Nacional de Melhoramento do Gir Leiteiro – ABCGIL/Embrapa. O termo contemplará desde o treinamento dos técnicos do SEBRAE/MG até o acompanhamento e distribuição de sêmen de touros em Teste de Progênie para as fazendas participantes do Educampo, programa executado pelo SEBRAE/MG com o objetivo de implantar nas propriedades rurais uma gestão profissional com otimização de recursos.

A ABCGIL pretende implantar, nas fazendas participantes do Educampo, polos de rebanhos colaboradores, para aumentar a quantidade de ventres disponíveis para o Teste de Progênie, gerando, por consequência, maior acurácia nas avaliações e até mesmo maior disponibilidade de vagas para novos touros em prova.

A distribuição do sêmen e acompanhamento destes novos rebanhos colaboradores captados pelo SEBRAE/MG começou no segundo semestre deste ano.


Rafael Costa

Curtas da ABCGIL

1 Vem aí a Prova Nacional de Produção de Leite - Gir Leiteiro Sustentável

ABCGIL, EPAMIG, FAZU e ABCZ assinaram Protocolo de Intenções para realização da 1ª Prova Nacional de Produção de Leite - Gir Leiteiro Sustentável, durante reunião, dia 15 de outubro, na sede da ABCGIL. Participaram do encontro para a assinatura do Protocolo de Intenções e deliberações para a execução da Prova o Presidente da Associação, Silvio Queiroz Pinheiro; a Diretora Geral da FAZU (Faculdades Associadas de Uberaba), Dionir Dias de Oliveira Andrade; o Coordenador de Bovinos da EPAMIG de Uberaba, Leonardo Oliveira Fernandes; o Superintendente Técnico da ABCZ, Luiz Antônio Josahkian; o Coordenador Operacional do PNMGL, André Rabelo Fernandes; e a Secretária Executiva da ABCGIL, Ana Cristina Navarro.

A Prova consiste na avaliação da produção e composição do leite de novilhas Gir Leiteiro manejadas em sistema economicamente sustentável. Também serão avaliadas características dos animais como desenvolvimento corporal, comportamento, eficiência reprodutiva, consumo e conversão alimentar, na busca de subsídios para construção de índice econômico de produção.



Ana Cristina Navarro, André Rabelo Fernandes, Leonardo Oliveira Fernandes, Silvio Queiroz Pinheiro, Dionir Dias de Oliveira Andrade e Luiz Antônio Josahkian.

Divulgação

As novilhas serão manejadas em sistema de produção natural, normalmente utilizado pelos produtores de leite economicamente sustentável, sem a utilização de qualquer tipo de hormônio.

A prova será realizada em Uberaba, MG, com o apoio da EMBRAPA Gado de Leite e UNIUBE, por meio do Hospital Veterinário de Uberaba (HVU). O começo será durante a Exposição Nacional do Gir Leiteiro 2013 (Megaleite/2013), com a chegada das novilhas participantes.

Os criadores interessados em participar da prova devem inseminar suas novilhas no período de 15/11/2012 a 15/12/2012, para que as mesmas possam parir entre 30/8/2013 a 30/9/2013. A prova terá duração de 14 meses, sendo 2 meses de pré-parto e mais 12 meses de realização. A divulgação dos resultados será durante a Expogenética 2014. As inscrições foram abertas no dia 22/10 e podem ser feitas pelo site www.girleiteiro.org.br.

2 Laticíno Taigor's apoia o Gir Leiteiro Sustentável

Dia 20 de outubro, o Presidente da ABCGIL, Silvio Queiroz, recebeu a visita do sr. Joselito Gonçalves Batista, Diretor do Laticínio Taigor's, para formar uma parceria com o Projeto "Gir Leiteiro Sustentável". A empresa é pioneira no Brasil na produção de leite pasteurizado e longa vida orgânico certificado, a primeira com certificação pelo I.B.D/IFOAM, e apta a exportar seus produtos para os mercados da Alemanha, Estados Unidos, Canadá e Japão.



Joselito Batista da Taigor's (segundo, da esquerda para a direita) durante visita à ABCGIL.

ABCGIL



MUSEU DO ZEBU

Zebu Museum

Edilson Lamartine Mendes Zebu Museum Foundation

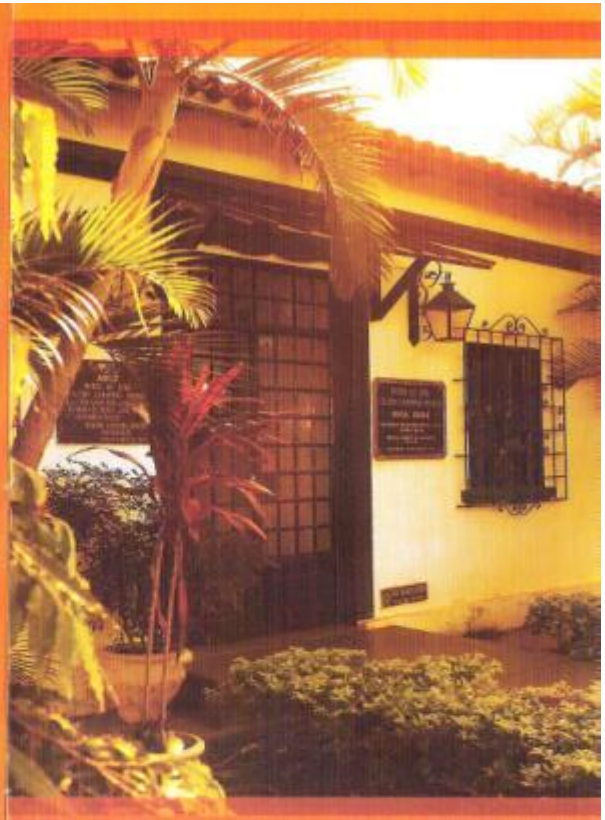


Fundação Museu do Zebu Edilson Lamartine Mendes

Praça Vicentino Rodrigues da Cunha - 110 - Bloco 1
Fabiano Fernandes Costa, Uberaba - MG, 38022-330
(34) 3336-5214

Horário de Visitação . *Visiting times*

Segunda a Sexta-Feira das 14h as 17h30
Monday to Friday from 2pm to 5:30 pm



MUSEU DO ZEBU

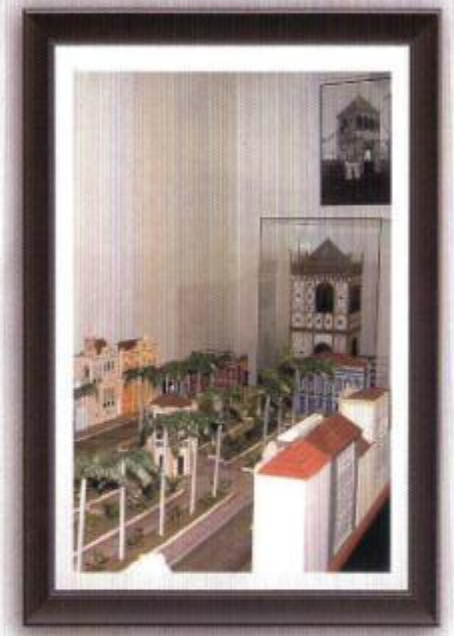
VISITE

Zebu Museum
Visit



MUSEU DO ZEBU

www.abcz.org.br/museuvirtual



Você conhece a importância do Zebu? Sabia que ele pode fazer parte da sua vida mais do que imagina?

O Museu do Zebu, fundado em 1984 e transformado em Fundação a partir de 1990, conta a história das raças zebuínas e sua evolução genética no Brasil, uma narrativa também associada à própria trajetória da ABCZ.

Trata-se de um acervo com mais de 20 milhões importantes arquivos digitalizados e outros 40 milhões devidamente armazenados, disponíveis para pesquisa e apresentados com todas as honras nas salas de exposição.

O visitante é convidado a uma viagem agradável por fatos históricos e surpreendentes sobre o Zebu, que mostram sua relevância não só no país e no mundo, mas também na vida de todos nós.

É hora de conhecer mais sobre essa história que, em vários momentos, se cruza com a sua. Aproveite essa oportunidade. Visite o Museu do Zebu durante a ExpoZebu 2013 e ganhe mais do que há de maior valor: conhecimento.

Are you aware of the importance of Zebu? Did you know that it plays a bigger role in your life than you may realize?

The Zebu Museum, founded in 1984 and transformed into a Foundation in 1990, reveals the history of the Zebu breed and its genetic evolution in Brazil, a tale also closely linked to the historical path of the ABCZ.

It holds a collection of over 20 million important digitalized files and an additional 40 million duly stored, available for research and presented with full honor in the display hall.

Visitors are invited on a pleasurable journey into the historic and surprising facts about the Zebu breed, revealing its relevance not only in the country and world, but also in the lives of each of us.

It's time to learn more about this historic tale that, in various moments, crosses with your life. Take advantage of this opportunity. Visit the Zebu Museum during ExpoZebu 2013 and gain more of what is truly valuable: knowledge.



ABCZ

ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
Departamento Comercial (34) 3319 3923
marketing@abcz.org.br / www.abcz.org.br

ABCZ TV

ABCZ
www.abcz.org.br

ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
Pça Vicentino Rodrigues da Cunha, 110 / Bloco 1
Caixa Postal 6001 / CEP 38022-330 / Uberaba MG
Fone: (34) 3319.3904 / Fax: (34) 3319.3902
procan@abcz.org.br / www.abcz.org.br



PROCAN +

Para uma gestão fácil e eficiente do rebanho use o **Procan+**, um software de gerenciamento desenvolvido pela **ABCZ** para auxiliar nas decisões administrativas e na organização dos trabalhos de campo.

Com ajuda dessa ferramenta, você consegue gerenciar os manejos genéticos, reprodutivos, nutricionais e sanitários do seu plantel.

O **Procan+** oferece serviços, como: Escrituração Zootécnica, Extração de Relatórios Gerenciais, Controle de Desenvolvimento Ponderal, Controle Sanitário, Controle Leiteiro e Acompanhamento da Vida Reprodutiva dos Animais.

O **Procan+** é uma ferramenta do **PMGZ** - Programa de Melhoramento Genético de Zebuínos, e leva a credibilidade da marca **ABCZ**.

Controle reprodutivo

Acompanhamento da vida reprodutiva dos animais, oferecendo informações estratégicas para tomada de decisão. Relação dos filhos de uma determinada matriz, com informações detalhadas para avaliação. É possível verificar: identificação do animal (registro), data de nascimento, pai, IPP - idade ao primeiro parto, IEP - intervalo entre partos, ponderal (PC - peso calculado, IPGCG - índice peso calculado no grupo contemporâneo e classificações nas idades padrão 205, 365 e 550 dias), ER - eficiência reprodutiva, PRS - precocidade sexual, HMMP - habilidade materna mais provável e IPT - índice de produtividade total.

Controle de rebanho

Controla a vida do animal em todas as etapas do seu desenvolvimento.

Comunicação eletrônica

As principais características do **Procan+** são o dinamismo e a confiabilidade nas trocas de informações entre o criador e a ABCZ, oferecendo descontos de 10% tanto para machos como para fêmeas no **RGN** - Registro de Nascimento, desde que realizados por meio de Comunicação Eletrônica e que tenham sido controlados no mínimo, 90% dos animais aptos ao RGN.

Produtividade

Por meio do módulo de produtividade, o sistema acompanha o cadastramento dos grupos contemporâneos e suas pesagens, gerando relatórios que mostram o desempenho dos produtos e de seus filhos.

Controle leiteiro

Controle total da produção leiteira, com índices para ajustes e fatores de correção, planilhas de utilização em campo, relatório demonstrativo das melhores produtoras.

Cursos

ABCZ oferece curso intensivo e prático, com exercícios que possibilitam o participante vivenciar situações do dia a dia, inclusive a parte de comunicação eletrônica.

Para mais informações e inscrição, acesse o site **www.abcz.org.br/procan.**

Solicite o demonstrativo do sistema

PROCAN +

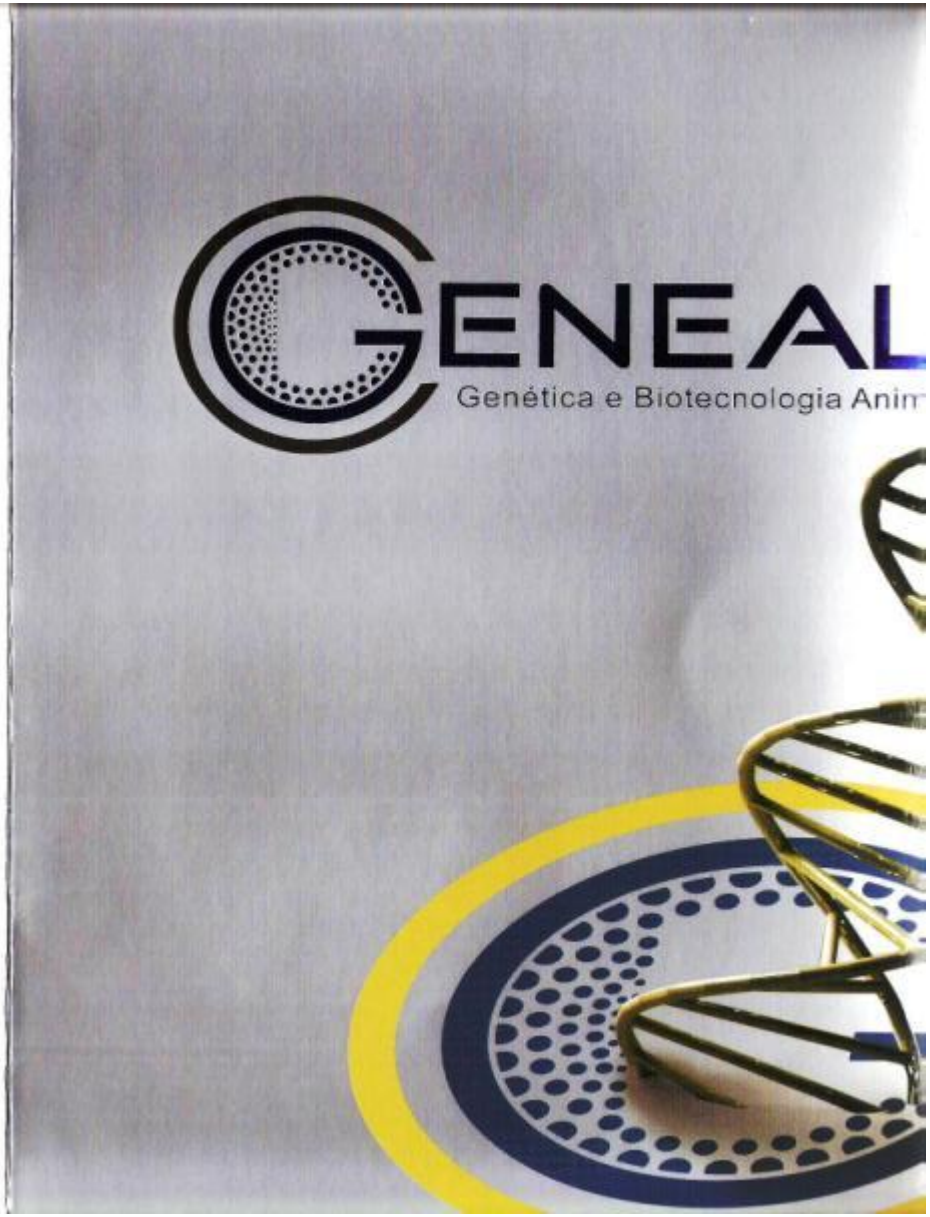
através do site www.abcz.org.br/procan
ou no telefone (34) 3319 3904

GENEAL
Genética e Biotecnologia Animal

www.labgeneal.com.br
geneal@labgeneal.com.br
(34) 3315-5040 - BR 050 - Km 184
Cx. Postal 4033 - CEP 38020-970
Uberaba - MG

Embrapa

BNDES





GENOTIPAGEM

A GENEAL oferece aos criadores, por meio de exames de DNA, o serviço de confirmação de parentesco para registro genealógico nas Associações de Criadores. Novos serviços na área molecular serão disponibilizados para bovinos, eqüinos e outras espécies, atendendo outras demandas, como: seleção assistida por marcadores genéticos associados com características de interesse econômico, orientação genética para cruzamentos e outros benefícios que a biotecnologia disponibiliza para conseguir melhores ganhos financeiros em um menor espaço de tempo.



PRODUÇÃO DE EMBRIÕES

Na produção de embriões, maior ênfase é dada pela GENEAL para a PRODUÇÃO *IN VITRO* DE EMBRIÕES – PIVE, também conhecida como FIV (fecundação *in vitro*). A GENEAL usa as mais avançadas técnicas, nas diferentes fases da PIVE, o que garante maior número de descendentes dos animais geneticamente superiores e um excelente custo-benefício. Paralelamente à rotina, a Geneal mantém um programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que permite a inovação contínua e a melhoria dos resultados.



ISOLAMENTO E ARMAZENAMENTO DE CÉLULAS SOMÁTICAS

A Geneal presta serviços na coleta, isolamento, criopreservação e armazenamento de células somáticas e enfatiza que essa estratégia é a forma mais segura de preservação do patrimônio genético do seu rebanho. O isolamento e armazenamento das células dos animais consiste em um procedimento de coleta de um pequeno fragmento de tecido (normalmente da pele) e do isolamento e congelamento das células somáticas. Essas células garantem o material genético independente do momento em que o criador achar conveniente a clonagem, neutralizando a perda do material genético devido a acontecimentos inesperados.



CLONAGEM

A clonagem representa sem dúvida um dos maiores avanços obtidos até hoje no campo da Biotecnologia Animal. A GENEAL, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, vem investindo no desenvolvimento dessa nova técnica desde 2006. Agora com a homologação do regulamento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, de maio de 2009, que legaliza o registro dos animais clonados junto às Associações de Criadores, a GENEAL está pronta a oferecer essa inovação para o mercado.

INFORMATIVO

Jasdan

ANO 2 - Nº 2 - AGOSTO DE 2012 - PARAOPEBA - MG

